



Instituto Superior de Gestão

O papel do Centro Internacional de Negócios da Madeira para o desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira

Tomé Filipe Gonzalez Correia

Dissertação apresentada no Instituto Superior de Gestão para obtenção do Grau de Mestre em Gestão Financeira

Orientador: Prof. Doutor Belmiro Cabrito

LISBOA

2015

Resumo

A seguinte dissertação de Mestrado em Gestão Financeira pretende contribuir para apoiar o investimento externo na Região Autónoma da Madeira (RAM) através de uma investigação que incide sobre o Centro Internacional de Negócios da Madeira.

A investigação toma por objeto de estudo o Centro Internacional de Negócios da Madeira, pretendendo-se, assim, investigar esta praça, toda a sua envolvente e o seu contributo para a economia da RAM e, concomitantemente para o desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira.

A investigação terá uma natureza predominantemente qualitativa, recorrendo-se a diversas técnicas de recolha de dados, como a observação e as entrevistas, e utilizará ainda dados estatísticos do INE e relatórios das contas regionais.

O resultado deste trabalho de investigação é o desfecho de um ano de trabalho. Espera-se contribuir numa visão mais clara sobre a existente Zona Franca da Madeira (ZFM), o porquê da sua existência e a sua contribuição para o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Desenvolvimento socioeconómico; crescimento económico; Zona Franca da Madeira; Centro Internacional de Negócios da Madeira.

Abstract

The present Master's dissertation in Financial Management pretends to contribute to support the foreign investment in Madeira Island through an investigation that focuses in the International Business Centre of Madeira.

This investigation takes as its subject of study the International Business Centre of Madeira, and it's intended to investigate this trade zone, all its surroundings and contribution for the economy of Madeira and, concomitantly for the development of region.

The investigation will be predominantly qualitative, making use of different techniques of data collection, such as observation and interviews, and also will use statistics data from INE and reports of the regional accounts.

The result of this investigation is an outcome of a year of work. It is expected to contribute to a clearer view of the International Business Centre of Madeira, the reason for its existence and its contribution for the regional development.

Keywords: Socioeconomic development; economic growth; Free Trade Zone; International Business Centre of Madeira.

Agradecimentos

A realização desta dissertação de mestrado contou com apoios e incentivos sem os quais não seria possível realizá-la.

Ao Professor Doutor Belmiro Cabrito, um agradecimento muito especial, pela sua orientação, apoio total, disponibilidade, opiniões e críticas, e por toda a motivação.

Aos meus colegas e professores, por todo o apoio e conhecimento que me transmitiram.

Aos entrevistados das várias empresas, pela disponibilidade em receber-me e pelo contributo dado.

Às instituições de ensino por onde passei.

Por fim, um agradecimento muito grande à minha família e amigos, pela paciência, compreensão e pelo apoio incondicional nesta fase da minha vida.

Abreviaturas

CINM – Centro Internacional de Negócios da Madeira;

ZFM – Zona Franca da Madeira;

RAM – Região Autónoma da Madeira;

SDM – Sociedade de Desenvolvimento da Madeira;

INE – Instituto Nacional de Estatística;

PIB – Produto Interno Bruto;

PNB – Produto Nacional Bruto;

VN – Volume de Negócios;

IDE – Investimento direto estrangeiro;

MAR – Registo Internacional de Navios;

EBF – Estatuto dos Benefícios Fiscais;

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;

TCH – Teoria do Capital Humano;

CH – Capital Humano;

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano;

Índice Geral

Resumo	ii
Abstract.....	iii
Agradecimentos	iv
Abreviaturas.....	v
Índice Geral.....	vi
Índice de Figuras	viii
Índice de Tabelas	x
Introdução.....	1
Capítulo I - Enquadramento Teórico.....	3
1.1 Conceito de Desenvolvimento	3
1.2 Crescimento económico versus desenvolvimento económico.....	5
1.3 Desenvolvimento económico.....	6
1.4 Desenvolvimento humano	8
1.5 Fatores que influenciam o desenvolvimento económico e social	11
Educação.....	12
Demografia	13
Acumulação de fatores: Capital, Trabalho e Capital Humano	14
Realocação de trabalho	15
Políticas Comerciais	16
Abertura Económica	18
Intervenção governamental: Políticas Fiscais.....	21
1.6 Indicadores de desenvolvimento económico e social	25
1.7 Conceito Zona Franca.....	30
Capítulo II - Metodologia	33
2.1 Natureza do Estudo.....	33
2.2 Objetivos e questões de investigação.....	34
2.3 Objeto de estudo.....	35
2.3.1 Contexto.....	36
2.3.2 Centro Internacional de Negócios da Madeira	43

2.3.3 Regimes do CINM.....	44
IV Regime da ZFM (atual)	45
Análise comparativa dos quatro regimes.....	49
2.4 Sujeitos de estudo.....	51
2.5 Instrumentos e técnicas de recolha de dados	52
2.6 Técnica de análise de dados.....	56
Capítulo III – Apresentação e análise de dados	58
3.1 Apresentação das empresas entrevistadas.....	59
3.2 Percurso académico e profissional dos entrevistados	61
3.3 Ligação das empresas entrevistadas à ZFM	65
3.4 Contributo para as empresas locais	72
3.5 População ativa na ZFM	77
3.6 Contributo para o desenvolvimento da RAM	85
Conclusão.....	111
Referências.....	117
Anexos.....	132
6.1 ANEXO I – Guião das Entrevistas: Managements	132
6.2 ANEXO II – Guião das Entrevistas: SDM	139
6.3 ANEXO III – Guião das Entrevistas: Imobiliária.....	146
6.4 ANEXO IV – Guião das Entrevistas: SROC.....	149
6.5 ANEXO V – Análise de conteúdo	153
6.6 ANEXO VI – I Regime da ZFM	215
6.7 ANEXO VII – II Regime da ZFM	216
6.8 ANEXO VIII – III Regime da ZFM	219

Índice de Figuras

Figura 1. Valor acrescentado bruto RAM por atividade A3 (preços correntes) 10 ⁶ €.....	37
Figura 2. Valor acrescentado bruto por ramo de atividade em 10 ⁶ €	37
Figura 3. PIB RAM (preços correntes) em 10 ⁶ €.....	38
Figura 4. Taxa de variação do PIB (em valor).....	38
Figura 5. Produto Interno Bruto per capita (preços correntes) 10 ³ €.....	39
Figura 6. Rendimento disponível bruto per capita (preços correntes) em €.....	39
Figura 7. Taxa de desemprego - Médias anuais	40
Figura 8. Taxa de desemprego na RAM por setor (TOP 5) em 2012.....	40
Figura 9. Formação bruta de capital fixo na RAM (preços correntes) 10 ⁶ €.....	41
Figura 10. Variação de FBCF entre 2000/2011 e 2005/2011	41
Figura 11. Número de empresas na RAM	42
Figura 12. Volume de negócios na RAM (milhares de euros)	42
Figura 13. Sociedades na RAM vs Sociedades no CINM.....	67
Figura 14. Evolução postos de trabalho diretos na ZFM.....	78
Figura 15. Habilitações Profissionais – CINM (%).....	79
Figura 16. Percentagem de população ativa na ZFM	82
Figura 17. Comparação entre % das contribuições de IRS com a % de população ativa a trabalhar na ZFM.....	83
Figura 18. FBCF na RAM a preços correntes em M€.....	88
Figura 19. PIB RAM vs PIB proveniente ZFM, preços correntes em M€	91
Figura 20. % do PIB RAM investido em I&D	92
Figura 21. Rendimento disponível bruto per capita (preços correntes) em €.....	94
Figura 22. Rendimento disponível bruto vs Consumo privado em Portugal, das famílias em €	95
Figura 23. Taxa de desemprego na RAM.....	96
Figura 24. Número de habitantes por médico.....	99
Figura 25. Taxa de natalidade Bruta na RAM (%).....	100
Figura 26. Taxa de mortalidade infantil (%)	101
Figura 27. Índice Sintético de Desenvolvimento Regional: Base 100	102
Figura 28. Índice Desenvolvimento Humano, Portugal vs Europa	103
Figura 29. Comparação IDH entre Portugal e outros países Europeus com zonas francas na Europa.....	103
Figura 30. IDH em ilhas com zonas francas ou regimes preferenciais	104
Figura 31. IDH em ilhas sem zonas francas ou regimes preferenciais.....	104

Figura 32. Comparação entre ilhas com e sem zonas francas ou regimes fiscais preferênciais	105
Figura 33. Nível de escolaridade e analfabetismo na RAM (%)	106
Figura 34. Proporção da população por ensino (%)	106
Figura 35. Contributo de impostos da ZFM para a RAM (%).....	107

Índice de Tabelas

Tabela 1. Principais tipos de incentivos fiscais	23
Tabela 2. Indicadores desenvolvimento social	28
Tabela 3. Limites máximos aplicáveis - IV Regime.....	45
Tabela 4. Plafonds máximos aplicados - IV Regime.....	46
Tabela 5. Atividades exercidas na ZFM – IV Regime	47
Tabela 6. Atividades excluídas da ZFM – IV Regime	48
Tabela 7. Análise comparativa dos quatro regimes	49
Tabela 8. Comparação entre salários médios da População	80
Tabela 9. Salário Médio Líquido na RAM por habilitações e cálculo salário médio.....	81
Tabela 10. Comparação entre salários médios utilizando proporções de habilitações.....	82
Tabela 11. Estimativa da contribuição para FBCF na RAM pelas empresas.....	89
Tabela 12. Taxa de IRC - II Regime.....	216
Tabela 13. Plafonds máximos aplicados - II Regime	217
Tabela 14. Atividades exercidas na ZFM – II Regime.....	218
Tabela 15. Taxa de IRC - III Regime	219
Tabela 16. Plafonds máximos aplicados - III Regime	220
Tabela 17. Atividades excluídas da ZFM – III Regime.....	220

Introdução

A presente dissertação insere-se no âmbito do 2º ano do Mestrado em Gestão Financeira, do Instituto Superior de Gestão e visa a conclusão do mesmo.

A questão fulcral a abordar nesta investigação foi “Qual o papel do Centro Internacional de Negócios da Madeira no desenvolvimento económico e social da Região Autónoma da Madeira?”.

O inquestionável interesse na criação de medidas estruturantes, tendo em vista a criação de um sistema fiscal competitivo para o desenvolvimento da atividade económica de uma região, de acordo com Gaspar (2014), despertou a curiosidade em analisar o efeito que a Zona Franca da Madeira, como regime fiscal preferencial que é (Palma, 2008), tem na Região Autónoma da Madeira. Assim sendo, e de forma a demonstrar a possível importância da ZFM, esta dissertação enquadra-se num estudo ao desenvolvimento socioeconómico da Região Autónoma da Madeira.

Esta investigação tomou por objeto de estudo o Centro Internacional de Negócios da Madeira, tendo-se investigado esta praça, toda a sua envolvente e o seu contributo para a economia da RAM e, concomitantemente para o desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira.

O objetivo desta investigação foi recolher informações sobre o desenvolvimento regional e a influência, positiva ou negativa, do CINM para o mesmo. Com esse fim, analisou-se indicadores de natureza económica e social, associados à temática em estudo, nomeadamente o PIB, investimento direto estrangeiro, volume de negócio, número de empresas, emprego e rendimentos, podendo assim contribuir para com todos os interessados nesta temática: eventual contributo do CINM para o desenvolvimento da RAM.

O meu interesse em desenvolver uma dissertação neste âmbito científico deve-se a diversos fatores, os quais passo a enumerar:

- Possível importância desta praça para a economia regional;
- O fato de atualmente exercer funções laborais numa multinacional sediada na ZFM;
- Interesse no desenvolvimento regional;
- A possível importância da permanência desta praça na RAM;
- Potencial contribuição de mão-de-obra qualificada às empresas sediadas na ZFM e a possível relação com a competitividade desta praça.

- Pretender futuramente progredir academicamente através da realização de doutoramento;

Esta investigação apresenta uma natureza predominantemente qualitativa, recorrendo-se as entrevistas, tendo sido utilizado também, dados estatísticos do INE e relatórios das contas regionais.

Este trabalho estrutura-se em três capítulos.

O primeiro capítulo apresenta os conceitos teóricos sobre o objeto de estudo, portanto, aborda o enquadramento teórico. Neste capítulo apresenta-se uma pesquisa bibliográfica de forma a enquadrar a temática em questão.

O segundo capítulo apresenta a metodologia utilizada nesta investigação. Este capítulo constitui-se por cinco subpontos onde se indicam, nomeadamente, a natureza de estudo, objetivos e questões de investigação, objeto de estudo, sujeitos de estudo e instrumentos e técnicas de recolha de dados.

O terceiro e último capítulo apresentam a análise de dados.

Finaliza-se esta dissertação com uma conclusão, com as referências bibliográficas e os anexos.

Capítulo I - Enquadramento Teórico

Este primeiro capítulo contempla o pensamento teórico relacionado com a temática em estudo. De forma a permitir alguma reflexão em torno dos conceitos relacionados com o desenvolvimento de uma região, decidiu-se dividir este capítulo em sete subcapítulos.

No primeiro subcapítulo é abordado o conceito de desenvolvimento. No segundo subcapítulo é realizada uma distinção entre desenvolvimento e crescimento. Logo de seguida, é exposto o conceito de desenvolvimento económico. No quarto subcapítulo é explorado o desenvolvimento humano e no quinto subcapítulo é abordada a Teoria do Capital Humano. No quinto e sexto subcapítulos são discutidos os fatores que influenciam o desenvolvimento económico e social e quais os indicadores de mensuração de desenvolvimento. Por fim, no último subcapítulo é abordada a definição de Zona Franca.

1.1 Conceito de Desenvolvimento

O termo desenvolvimento é muito utilizado em áreas do conhecimento científico, tais como a economia, geografia ou história. No entanto, o vocábulo “desenvolvimento” é muitas vezes confundido com “crescimento” (Souza, 2007). Tal distinção será abordada no próximo subcapítulo. Para já, e de maneira a aprofundar este subcapítulo, é importante expor o significado de desenvolvimento.

No dicionário de Língua Portuguesa¹, desenvolver significa ato ou efeito de desenvolver, aumento, progresso, ampliação ou propagação.

No dicionário de Economia, desenvolvimento económico significa “crescimento económico (aumento do PNB per capita) acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia” (Sandroni, 1999, p.169).

O conceito desenvolvimento, para Oliveira (2002), está conexo ao autoconhecimento com vista a implementar ações. Essas ações constituem um processo de mudanças e transformações de ordem económica, política, humana e social, que visa a evolução da sociedade para uma realidade superior.

¹ Dicionário de Língua Portuguesa online - Priberam

Para Silva (2005), desenvolvimento representa as observações de uma sociedade como um todo. A separação de desenvolvimento económico, social, cultural e político só deve ser feita por razões metodológicas ou para tratar de um desses sentidos em particular.

Para Stiglitz (1998), o desenvolvimento está correlacionado com a transição de um modelo tradicional para o moderno. Tal transição permite que os indivíduos e as sociedades tenham maior domínio sobre o seu próprio destino.

Segundo Ghai (1988), a noção de desenvolvimento é ambígua, e como tal, sujeita a diferentes interpretações.

A primeira interpretação aborda desenvolvimento como sinónimo de crescimento económico. Essa interpretação trata o desenvolvimento como um aumento da produtividade laboral, a diminuição da atividade agrícola, progresso tecnológico e industrialização com consequência de emigração das áreas rurais para urbanas. Nesta abordagem, o desenvolvimento está associado aos indicadores económicos, rejeitando qualquer ligação ao padrão de vida e à dimensão humana.

A segunda interpretação de desenvolvimento procura solucionar as deficiências da sociedade relativamente aos padrões de vida, nomeadamente a pobreza, distribuição de rendimentos, nutrição, mortalidade infantil, educação, alfabetização, esperança de vida, desemprego, água potável entre outras. No entanto, a ênfase continua a estar nos indicadores económicos e sociais.

Em contraste, a terceira interpretação foca a sua atenção nas capacidades e potencialidades humanas. Nesta interpretação, desenvolvimento é visto como conhecedor dos processos sociais, económicos e políticos, com capacidade para solucionar os problemas do dia-a-dia, controlar os recursos económicos, restaurar a dignidade humana, o respeito e igualdade. Esta noção de desenvolvimento não denega os problemas sociais nem a pobreza, mas o seu foco é o potencial humano.

Para Ghai (1988), o padrão ideal de desenvolvimento deveria incorporar elementos das três interpretações. Essa incorporação permitiria um crescimento das capacidades e potencialidades humanas e, por outro lado, uma redução da pobreza e das desigualdades sociais, promovendo uma reestruturação e modernização da economia.

1.2 Crescimento económico versus desenvolvimento económico

Os termos crescimento económico e desenvolvimento económico são utilizados frequentemente em estudos na área de investigação, na imprensa, etc. Porém, segundo Vieira & Santos (2012), muitas vezes, tais termos são confundidos e vistos como sinónimos.

No subcapítulo anterior foi abordado o conceito de desenvolvimento económico. De modo a aprofundarmos este subcapítulo verificaremos primeiramente o conceito de crescimento.

No dicionário de Língua Portuguesa², crescimento significa desenvolvimento progressivo (em altura, volume ou intensidade).

No dicionário de Economia, crescimento económico representa o

“aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área económica. É definido basicamente pelo índice de crescimento anual do PNB per capita. O crescimento de uma economia é indicado ainda pelo índice de crescimento da força de trabalho, pela proporção da receita nacional poupada e investida e pelo grau de aperfeiçoamento tecnológico” (Sandroni, 1999, p.141).

Para Souza (2007), o crescimento e o desenvolvimento nem sempre caminham de mãos dadas. O crescimento de uma economia está conotado com as variações quantitativas do produto, enquanto o desenvolvimento está relacionado com o modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas.

Silva (2005), partilha da mesma ideia de Souza (2007). Acrescenta ainda que o desenvolvimento económico é mais qualitativo, uma vez que inclui alterações na composição do produto e a alocação dos recursos disponíveis pelos diversos setores da economia, de modo a melhorar os indicadores de bem-estar económico e social, nomeadamente, condições de vida, pobreza, violência, educação e moradia.

² Dicionário de Língua Portuguesa online - Priberam

De acordo com Souza (2007, p. 5), “...o desenvolvimento económico não pode ser confundido com crescimento, porque os frutos dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto de população”.

Para Sen (2010), o desenvolvimento económico está interligado com o desenvolvimento humano. Para o economista o desenvolvimento económico inclui um aumento das capacidades humanas ou aumento da liberdade.

Desenvolvimento económico, segundo Todaro & Smith (2012), é um conceito normativo, isto é, está aplicado ao contexto de senso de moralidade das pessoas (certo e errado, bom ou mau). Para os autores, o desenvolvimento económico é o aumento de nível de vida, melhoria de necessidades de autoestima e liberdade da opressão. Por outro lado, definem crescimento económico como aumento do nível de um país relativamente à produção, aumento na quantidade de recursos, melhoria em tecnologia e aumento de serviços produzidos em todas as áreas da economia.

Apesar das diferenças entre desenvolvimento e crescimento, é impossível pensar-se em desenvolvimento sem crescimento económico, segundo Diniz (2010), ambos estão diretamente correlacionados, ocorrendo variações num deles, aquando da alteração do outro.

1.3 Desenvolvimento económico

A história da economia Mundial é repleta de metamorfoses. Essa “história”, que continua a ser narrada por diversos economistas, remonta a Adam Smith através da publicação da sua obra: *An inquiry into the nature and causes of the wealth of Nations* em 1776 (Hunt & Sherman, 2000).

Para Smith (1776, edição de 2007), o desenvolvimento de uma nação viria do crescimento económico e da acumulação de riquezas. Defendia ainda que esse desenvolvimento só seria alcançado quando os agentes económicos fossem capazes de satisfazer os seus interesses. Ele partia do princípio que o homem tinha o seu próprio interesse, que era movido pelo desejo do lucro, e que por isso passaria a produzir mais. O excedente criado pela produção seria um benefício para toda a sociedade.

O conjunto de interesses individuais criava um conjunto de forças, originando assim a concorrência, que satisfazia as necessidades da procura e da oferta da sociedade. Este mecanismo ficou metaforicamente conhecido por *mão invisível* (Smith, 1776).

Bresser-Pereira (2008, p.9), apresenta a seguinte definição de desenvolvimento económico: “O desenvolvimento económico é o processo histórico de crescimento sustentado da renda ou do valor adicionado por habitante implicando a melhoria do padrão de vida da população de um determinado estado nacional, que resulta da sistemática acumulação de capital e da incorporação de conhecimento ou progresso técnico à produção.”

O desenvolvimento económico e social de um país, segundo Vieira & Santos (2012), é um processo de acumulação de capital e inovação tecnológica que conduz ao aumento da capacidade produtiva, salários, e do bem-estar da população. Para os autores, verifica-se desenvolvimento económico quando existem estruturas sociais que garantem uma melhoria de qualidade de vida na sociedade como um todo.

Para Garcia & Vasconcelos (2011), o desenvolvimento, em qualquer conceção, deve resultar do crescimento económico acompanhado de melhoria de qualidade de vida. Considera, assim, que o crescimento económico é um conceito quantitativo interligado com o bem-estar económico e social da população. Cypher (2014) corrobora com Garcia & Vasconcelos (2011), referindo que se verifica um desenvolvimento económico através da melhoria dos indicadores de bem-estar, nomeadamente, pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia.

Segundo Sen (2010), o desenvolvimento económico está relacionado com a capacidade de utilização dos recursos existentes e não necessariamente na obtenção de mais recursos. Para o economista, uma região desenvolvida é aquela onde a população desfruta da sua liberdade, para atender aos seus desejos, associada ao comprometimento social institucional.

Para Barro & Sala-i-Martin (1997, cit por Diniz, p.29) “...o crescimento económico é a parte da macroeconomia que realmente interessa.” Ao longo dos últimos 200 anos as mudanças económicas passaram a ser mais perceptivas, sendo considerada por Diniz (2010) uma evolução rápida e favorável.

Chenery (1981, cit. por Souza, p.6) defende que

“pode-se considerar que o desenvolvimento económico é um conjunto de transformações intimamente associadas, que se produzem na estrutura de uma economia, e que são necessárias à continuidade de seu crescimento. Essas mudanças concernem à composição da demanda, da produção e dos empregos, assim como da estrutura do comércio exterior e dos movimentos de capitais com o estrangeiro.

Consideradas em conjunto, essas mudanças estruturais definem a passagem de um sistema económico tradicional a um sistema económico moderno”.

Sandroni (1999) considera desenvolvimento económico como crescimento económico (incrementos positivos no produto) acompanhado por melhorias de qualidade e do nível de vida da população. Esse desenvolvimento depende de características próprias de cada região, nomeadamente, do seu passado, cultura, recursos naturais que possuem condições demográficas, situação geográfica, extensão territorial e da população.

Uma sociedade desenvolvida, segundo Escobar (2005), é uma sociedade com capacidade de garantir o crescimento da produção e do consumo. Para Escobar (2005), o objetivo do desenvolvimento é criar uma sociedade pós-moderna.

Por outro lado, para Diniz (2010), o desenvolvimento de uma sociedade está relacionado com o padrão de vida da mesma. Segundo o autor, o padrão de vida das pessoas a partir do século XIX, em consequência do crescimento e desenvolvimento económico, começou a apresentar grandes melhorias e bem-estar humano. Acrescenta ainda que a melhoria das condições de vida foi verificada nos países que obtiveram um maior crescimento e desenvolvimento económico.

Na mesma ordem de ideias, para Oliveira (2002, p. 45), “o que importa, na verdade, mais do que o simples nível de crescimento ou de industrialização é o modo como os frutos do progresso, da industrialização, do crescimento económico são distribuídos para a população, de modo a melhorar a vida de todos”.

1.4 Desenvolvimento humano

Segundo Sen (2010, p.16), “o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”. Saliencia ainda que tais liberdades dependem de fatores de desenvolvimento humano, nomeadamente, a educação, saúde, direitos civis e participação política. Reforça ainda a ideia relacionando o desenvolvimento com a qualidade de vida e com as liberdades que desfrutamos.

Na mesma ordem de ideias, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, define o conceito de desenvolvimento humano como um processo de aumento de oportunidades e escolhas, permitindo que as pessoas possam ser aquilo que desejam.³

³ <http://www.undp.org/>

De acordo com o PNUD, o crescimento económico não é suficiente para medir o desenvolvimento de uma nação. O PNUD considera ainda que “para aferir o avanço na qualidade de vida da população é preciso ir além do viés puramente económico e considera outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana”.⁴

Para Diniz (2010), o desenvolvimento humano está fortemente relacionado com as possibilidades oferecidas a cada indivíduo. Essas possibilidades, à partida, deveriam ser ilimitadas e deveriam aumentar com o decorrer do tempo. Todavia, essas possibilidades muitas vezes são limitadas devido a critérios impostos por algumas instituições internacionais (por exemplo o Banco Mundial). Tais critérios impossibilitam os países menos desenvolvidos de terem acesso a fundos que os ajudariam a desenvolver.

O desenvolvimento humano, segundo Kulkarni & Rajam (1991) e Diniz (2010), é um processo social e político no qual uma sociedade focaliza as suas energias a melhorar o nível de vida de todos os membros da sociedade, contribuir para a criação de condições que conduzam ao amor-próprio, criar um conjunto de oportunidades económicas e sociais à disposição dos membros da sociedade diminuindo a sua dependência dos outros indivíduos e assegurar um processo de desenvolvimento sustentável tanto a nível económico como ambiental.

A história económica contemporânea rejeita a ideia de que a vida cultural e social seja linear e diretamente relacionada com o desenvolvimento económico do país (Nunes & Valério, 1997).

Outro fator importante para o crescimento e para o desenvolvimento é a qualidade da mão-de-obra, fato que, aliás, Smith já assinalava na sua obra “*Da riqueza das nações*”. Este fator foi evidenciado por diversos economistas e cientistas sociais sob a designação de “capital humano”. Assim, de acordo com Schultz (1960), no início da década de 60, já era pressuposto que os agentes económicos eram aptos a poupar e a investir em capital físico. No entanto, para o mesmo economista, os agentes económicos não devem apenas investir em capital físico mas também em capital humano.

Carvalho e Souza (1999, cit por Zafalon, Duarte & Rodrigues, p3), “O Capital Humano é a capacidade, conhecimento, habilidade, criatividade e experiências individuais dos empregados e gerente transformando em produtos e serviços que são o motivo pelo qual os clientes procuram a empresa e não o concorrente”.

⁴ <http://www.undp.org/>

Para fundamentar a teoria do capital humano, Becker (1962) observou os indivíduos. Tal observação compreendia perceber as escolhas dos indivíduos em investir ou não na educação. Ele verificou que os indivíduos só consideravam a hipótese de investir na educação caso essa opção representasse um benefício superior ao custo. O mesmo autor defende ainda, que o investimento em capital humano amplia o conhecimento e as capacidades produtivas, o que pode implicar desenvolvimento na área económica e no campo competitivo de diversos países.

Segundo Barro & Sala-i-Martin (2004), a TCH contempla os investimentos na área educacional como uma forma de retorno para o trabalho e para o capital. Assim a educação é vista como um fator que auxilia o desenvolvimento, aumento de produtividade e a distribuição de riqueza.

Para Zamora (2007), a mais importante parte do capital humano é adquirida no sistema de educação. No entanto, salienta que a procura de escolaridade está relacionado com diversos fatores, tais como, aptidões inatas, nível de rendimento das famílias e idade.

Para Ruggeri (1998), a situação do mercado de trabalho influencia a procura de investimento em capital humano. Salienta que caso exista desemprego entre a população licenciada poderá representar um desinvestimento na educação. Defende ainda que caso se verifique um desemprego na população menos qualificada haverá um maior interesse em investir na formação.

O mesmo autor refere ainda que o capital humano é representado por agregação de investimentos em atividades, tais como educação, saúde e formação no trabalho. Ruggeri (1998) define capital humano como a agregação das capacidades inatas, conhecimentos e habilidades que os indivíduos vão adquirindo e desenvolvendo ao longo da sua vida.

As taxas de retorno do investimento em capital humano são influenciadas, geralmente, pelo sistema económico desse país ou região. Para Becker (cit por Ablo, p.33)

“Se você investe em capital humano e tem um mau sistema económico, você não será bem-sucedido. Se você tem um bom sistema económico e fraco capital humano, também não será bem-sucedido. Mas se você tiver ambos, terá muita mais produtividade que qualquer um dos componentes isolados”.

Para além de investimento na educação, o investimento em capital humano pode ser feito através de incrementos de recursos na área da saúde. Em conformidade com Ablo (1995), a saúde é vital para o desempenho dos indivíduos nas suas funções. Indivíduos saudáveis irão ser mais produtivos, faltar menos ao trabalho e terão uma vida produtiva mais longa.

Segundo Schultz (1960), investir em capital humano é importante para o desenvolvimento económico de um país. Esse investimento, poderá então resultar em ganhos produtivos do trabalhador, ganhos sociais e ganhos económicos. Por outro lado, irá contribuir para a distribuição de rendimentos, melhor nível de vida, melhores salários, mais saúde e maior esperança média de vida.

Diniz (2010) salienta a importância em realizar investimentos no capital humano, nomeadamente na educação. Defende que esse tipo de investimento tem vindo a refletir uma influência positiva no crescimento económico e social.

Para Zafalon, Duarte & Rodrigues (2006, p.6),

“o capital humano está relacionando-se com a preocupação na evolução patrimonial das empresas. Pode-se dizer que estes fatores estão intimamente ligados, pois no momento em que se vive não se fala em homens sem empresas e a recíproca é verdadeira. Pode-se pensar que isto é uma contradição, existem várias empresas totalmente mecanizadas, com poucos empregados trabalhando. Mas analisando por outro foco, quem desenvolveu e continua desenvolvendo tais máquinas? Quem vai operar tais equipamentos? É o homem, e cada vez mais deverá estar se aprimorando, pois novas tecnologias exigem novos conhecimentos, e que nenhuma máquina, até hoje, conseguiu desenvolver.”

Segundo Heyuan (2008), o capital humano é um fator importante para o IDE. Refere ainda que a relação entre capital humano e IDE sustenta-se através da inovação. O autor refere que atividades de investigação e desenvolvimento são fundamentais para atração de IDE.

1.5 Fatores que influenciam o desenvolvimento económico e social

As chaves para o desenvolvimento económico não são lineares. As mesmas variam de país para país e de região para região. Segundo Todaro & Smith (2012), cada país aumenta o seu nível económico desenvolvendo os seus próprios recursos, forças e responsabilidades.

Segundo Souza (2007), o desenvolvimento constitui um papel importante e fulcral para o enriquecimento da região e da população em geral nela existente. Tal processo exige a aplicação de certas forças e estratégias que operam ao longo do tempo, o que representa assim alterações de certas variáveis por forma a atingirem a sua finalidade.

Segundo Souza (2007), fomentar a economia com incentivos à inovação, com investimentos, com crescimento do comércio externo e com empreendedorismo, é fundamental para o desenvolvimento económico e social de uma região ou país.

Para Bhallan (2012), é complicado investigar quais os fatores determinantes para o desenvolvimento económico e social de um país. Isso se deve ao fato do desenvolvimento em cada país estar relacionado com condicionantes específicas, tais como cultura e geografia.

No entanto, o mesmo autor, salienta que várias determinantes de desenvolvimento foram identificadas ao longo do tempo. Para Bhallan, os fatores determinantes de desenvolvimento são: acumulação de fatores: Capital, trabalho e capital humano; realocação de trabalho; política comercial; abertura económica; intervenção governamental: políticas fiscais; educação; e demografia;

Khan & Kumar (1997), abordam o investimento como fator fundamental para o desenvolvimento. Os autores consideram que a diversificação de investimentos, quer sejam públicos ou privados, são benéficos para a economia.

A exportação, segundo Oliveira, Nóbrega & Medeiros (2012), é um fator chave para o crescimento e desenvolvimento de uma região. Para os autores, os benefícios e fundamentos da base da exportadora para uma região, seriam complementares ao mercado interno. Essa teoria baseia-se em aproveitar a demanda externa para colmatar os setores da economia interna que estão trabalhando com capacidade ociosa, aumentando assim a produção desses setores.

Educação

A educação é um fator de desenvolvimento fundamental para a economia. Segundo Bloom, Canning & Chan (2005), a educação é um fator que pode gerar benefícios públicos e privados. Os benefícios privados aos indivíduos, segundo os mesmos autores, incluem melhor perspectiva de emprego, salários mais elevados e uma maior capacidade de poupança e investimento. Salientam ainda que esses benefícios podem resultar em melhor saúde e melhor qualidade de vida.

Bloom, Canning & Chan (2005), referem que os benefícios públicos gerados pela educação são através do desenvolvimento tecnológico.

Para Bhallan (2012) a educação é um fator que conduz a mais rendimentos para os indivíduos e à sociedade. Defende ainda que a educação torna os investimentos mais produtivos o que resulta em crescimento económico. Bhallan (2012) salienta ainda que cada ano extra em

educação representa em média um aumento de 12% de rendimentos na vida de um indivíduo. Refere ainda que, cada ano extra de educação representa entre 0.4% a 0.6% pontos percentuais no crescimento do PIB anual.

Caleiro (2011) acrescenta ainda, que os objetivos da educação passam por erradicar a pobreza extrema e a fome, alcançar a educação primária universal, promover a igualdade de género e capacitar as mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde, assegurar a sustentabilidade ambiental e desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

Demografia

A demografia é atualmente um fator determinante no desenvolvimento de um país. Segundo Bhallan (2012), o crescimento populacional está linearmente relacionado com a oferta de população ativa no futuro.

Segundo Torres (1995), a análise demográfica é essencial no estudo dos problemas do desenvolvimento económico. O autor salienta ainda que existe uma ligação entre o crescimento económico e o crescimento demográfico.

O mesmo autor também refere que o poder político ou militar, a atmosfera moral, o dinamismo de um povo, o bem-estar dos habitantes e o desenvolvimento económico, não são independentes do número de homens.

Para Simon (1996), o crescimento da população tem um impacto positivo no crescimento económico, no entanto, refere que a curto prazo esse crescimento pode gerar efeitos negativos sobre o rendimento per capita, uma vez que os recursos disponíveis mantêm-se. Por outro lado, a longo prazo, salienta que o aumento da população gera efeitos positivos através do progresso tecnológico.

O mesmo autor refere que o crescimento populacional representa uma acumulação de conhecimentos úteis para o crescimento económico, novas tecnologias e melhoria do bem-estar social. Salienta ainda que o crescimento populacional está ligado a outras variáveis tais como, qualidade do ambiente, energia, nível de vida, produção de alimentos e stock de capital físico.

Segundo Soares (2003, p.2), “As mudanças na expectativa de vida pode ajudar a explicar as reduções de fertilidade que caracterizam a transição demográfica, e as mudanças nas variáveis demográficas que acompanham o crescimento económico”.

Soares (2003) refere que o aumento da esperança média de vida influencia as decisões dos indivíduos. O autor refere que o aumento da esperança média de vida permite que os indivíduos dediquem um pouco mais do seu tempo à aprendizagem, à criação dos seus filhos e ao seu trabalho.

De acordo com o mesmo autor, os ganhos provenientes com o aumento da longevidade podem reduzir a fertilidade, aumentar a formação educativa, aumentar os rendimentos e aumentar o capital humano. Esses ganhos permitem aumentar a taxa de crescimento da economia através do aumento de produtividade da população.

Para Diniz (2010), outro aspeto fundamental para o desenvolvimento do país é o aumento de poupança. O autor defende que com o crescimento populacional há uma diminuição da remuneração do fator trabalho e por outro lado uma valorização da remuneração do capital, incentivando assim a poupança.

Segundo Lee (1980), o crescimento populacional é um fator responsável pela diminuição dos salários reais. O autor baseia a sua teoria afirmando que a terra é uma quantidade fixa enquanto o crescimento populacional é variável. O mesmo autor refere ainda que o aumento da população reduziria os salários, aumentaria as rendas, reduziria o preço dos produtos industriais e agrícolas e reduziria a participação do trabalho no rendimento nacional.

Acumulação de fatores: Capital, Trabalho e Capital Humano

Segundo Bhallan (2012), a ideia por detrás do fator acumulação é que grandes *inputs* geram grandes *outputs*. Para o autor, o fator capital é o mais antigo determinante de crescimento económico, no entanto, salienta que o crescimento terá efeitos imediatos a curto prazo mas que poderá ser desastroso a longo prazo, caso haja abertura do mercado para o exterior.

Para Bresser-Pereira (2008, p.1), “o desenvolvimento económico de um país ou estado-nação é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população”. Salienta ainda que o desenvolvimento económico decorre tanto da acumulação de capital físico quanto humano, havendo entre eles uma proporcionalidade técnica: quando um se torna excessivo em relação ao outro, tende a ocorrer desemprego.

De acordo com Lewis (1954), a acumulação rápida de capital é um fator central do desenvolvimento económico. Para o mesmo autor, as carências estruturais, tais como, baixo nível de rendimento per capita, baixas qualificações, insuficiência da poupança privada,

declínio dos termos de troca dos produtos primários, falta de empréstimos e o desemprego, são fatores que impedem o estado de responder adequadamente às necessidades da criação de investimentos e fortalece a protuberância da acumulação de capital.

Segundo Samuelson & Nordhaus (2004), capital é o stock de riquezas acumuladas destinadas à produção subsequente. Os autores referem ainda que, alguns bens de capital podem durar anos enquanto outros podem durar um século ou mais.

Os mesmos autores salientam ainda que existem três categorias de bens de capital: infraestruturas, equipamentos e inventários destinados ao consumo.

A utilização dos bens de capital, em conformidade com Alvim (2009), é essencial para o desenvolvimento e crescimento económico. O autor refere que produtividade está relacionada com os meios disponíveis e com a inovação tecnológica.

Existem diversas formas de financiar o desenvolvimento económico. Esse financiamento poderá ser realizado através das poupanças internas ou externas, e/ou através de ajuda financeira externa. Segundo Garcia e Vasconcelos (2011), um país pode obter poupança estrangeira de três maneiras: investimento direto no país; atração de recursos estrangeiros; e capacidade de receber ajuda estrangeira de países industrializados.

Outro fator de produção é o capital humano, anteriormente abordado no subcapítulo desenvolvimento humano. Segundo Bhallan (2012), a teoria por detrás deste importante fator defende que a educação e o conhecimento geram retornos positivos na economia e são muito importantes para o desenvolvimento no país.

Realocação de trabalho

Segundo Bhallan (2012), a agricultura é sempre o ponto de partida do crescimento económico. O autor refere que antes do crescimento económico em consequência do desenvolvimento tecnológico, a maior parte da população dedicava-se à agricultura. Com o crescimento tecnológico a população começou a migrar de setor de atividade, no entanto, o efeito causado na economia variou consoante a localização do crescimento. Caso o crescimento tecnológico tenha ocorrido dentro do país, houve uma realocação da população de um setor para outro dentro da mesma economia, caso o crescimento tenha ocorrido fora do país, verificou-se um aumento da emigração. No entanto, em ambos os casos o efeito do setor agrícola no PIB do país foi o mesmo, uma diminuição no peso do PIB.

Marouani & Mouelhi (2014), referem que a realocação de trabalho de setores de baixa produtividade para setores de grande produtividade (industrial ou serviços), representa um crescimento da economia devido à realocação.

Para Lewis (1954), o crescimento económico conduz a uma progressiva reorganização do trabalho. Essa reorganização baseia-se na reafecção setorial do trabalho para um setor moderno. O referido autor reforça a importância do processo de mudança estrutural uma vez que a sua mudança cria condições para o aumento do excedente e da poupança.

O aumento de produtividade da económica, segundo Haltiwanger, Scarpetta & Schweiger (2014), está relacionado com a evolução e adaptação do mercado. Os autores referem que novas empresas criam novos empregos, enquanto que as empresas sem rentabilidade encerram contribuindo para a destruição de postos de trabalho. O encerramento e abertura de novas empresas pode implicar uma realocação de trabalho e pode aumentar a produtividade do país.

Batelsman, Scarpetta & Schivardi (2005), referem que a realocação de trabalho, contribui para o crescimento da produtividade, no entanto, salientam que a magnitude da sua contribuição difere de setor para setor.

Segundo Jelili & Goaid (2009), a realocação de trabalho é uma forma de melhorar o índice de produtividade de um país. No entanto, referem que existem diversos atritos que dificultam a mobilidade de trabalho, como por exemplo, a regulamentação de proteção do emprego e leis de pagamento de indemnizações em mercados não competitivos.

Políticas Comerciais

As políticas comerciais, segundo Bhallan (2012), têm sido consideradas como um importante, senão o mais importante, determinante da existência de países ricos e países pobres. Essas políticas foram criadas com o propósito de proteger o mercado interno.

Para Faustino (1997, p3), “o objetivo da política comercial estratégica consiste em apoiar e estimular o desenvolvimento de sectores considerados estratégicos com vista a aumentar o Rendimento Nacional. Este aumento conseguir-se-ia através do aumento da remuneração dos fatores dos sectores estratégicos, remuneração essa que seria superior ao seu custo de oportunidade.”

Segundo a DSAERI/DRI (2013), é do interesse da UE promover e criar políticas comerciais baseadas em regras que conferem estabilidade e transparência dentro da comunidade Europeia. Refere ainda que essas medidas são tomadas porque o comércio é assumido como parte

essencial de uma estratégia estimuladora do crescimento e da criação de emprego na Europa, tornando-se assim num fator essencial na diminuição da pobreza e promoção de desenvolvimento.

Para Krugman & Obstfeld (2003), as políticas comerciais são essenciais para a proteção de setores fundamentais, rentáveis e produtivos da economia de um país. Essa proteção é fundamental para defender os setores de atividade da concorrência externa. Os autores referem que a principal medida tomada pelos governos é a promoção de criação de empresas em setores dependentes do exterior (importação).

De acordo com Gilpin (2001), a proteção criada pelas políticas comerciais visa criar vantagens e condições aos produtores internos de modo a concorrerem com os produtos vindos do mercado externo.

Segundo Geda (2009), as principais políticas comerciais adotadas pelos países visam a substituição de importações e promoção das exportações. Geda (2009) defende que a deterioração dos termos de trocas, a dualidade económica (setor agrícola e tradicional vs. setor exportador moderno) e o desemprego, são argumentos a favor dessa política.

Por outro lado, Krugman & Obstfeld (2003), referem que a proteção a alguns setores de atividade, pode gerar uma economia dualista. Como consequência dessa economia dualista, verifica-se um valor de produção por trabalhador maior no setor protegido e uma discrepância salarial entre setores, sendo mais elevado no setor protegido.

Os mesmos autores referem ainda que, a colocação de barreiras ao livre-comércio ocasiona uma perda de eficiência. Justificam essa perda de eficiência afirmando que as empresas protegidas não se desenvolvem nem têm a iniciativa de melhorar os seus produtos de modo a competir nos mercados externos.

Todaro & Smith (2012) concordam com Krugman & Obstfeld (2003), e referem que quando o comércio é livre, os consumidores conseguem obter o produto ao menor preço. Defendem ainda que, o comércio livre permite a concorrência leal e uma competição entre os produtores de modo a oferecer o melhor produto ao melhor preço.

Faustino (1997) aborda alguns argumentos contra a política comercial. Refere que ao subsidiarem-se setores exportadores, o mercado interno e os consumidores domésticos vão ser prejudicados. Por outro lado, refere que muitas vezes a política comercial cria no mercado concorrências imperfeitas, como por exemplo, oligopólios e monopólios, que criam distorções internas uma vez que em geral os preços são superiores aos custos de oportunidade.

Abertura Económica

Segundo Bhallan (2012), a abertura económica de um país é um fator fundamental para o seu desenvolvimento. Quanto mais uma economia relaciona-se com o exterior, mais rica ela se torna.

O investimento direto estrangeiro, segundo Velde (2007), tem vindo a tornar-se cada vez mais importante para o desenvolvimento dos países ao longo das últimas décadas. Refere ainda que, o investimento externo é um suplemento ao investimento público.

Segundo Diniz (2010), o comércio internacional é fundamental para o crescimento económico. Salienta ainda que, o comércio internacional e o desenvolvimento económico apresentam uma relação bi-direcional, isto é, o comércio internacional gera desenvolvimento económico e vice-versa.

Velde (2007) concorda com Christiansen, Goldstein & Bertrand (2007), relativamente ao desenvolvimento observado ao longo dos últimos anos. Segundo os autores, o crescimento macroeconómico sentido no Norte da América é sustentado pelo IDE. Salientam ainda que, fora da OECD, o desenvolvimento económico tem vindo a acontecer ainda mais rápido, como é o caso da economia Chinesa que apresenta uma taxa de crescimento anual perto de 10%.

Segundo Blomström (2002), não existe evidência de uma relação intrínseca entre os países de baixos padrões de mercado de trabalho e a atratividade em investimentos de capital estrangeiro. No entanto, para Velde (2007), as economias interessadas em atrair o IDE devem criar condições propícias e atrativas, de modo a fomentar o interesse dos investidores.

Para Oman (2000), uma boa conduta governamental por parte dos países recetores de IDE, é um fator fundamental para atrair investimentos externos. Salienta ainda que, para além de um boa conduta governamental, existem outros fatores que também são importantes para atrair e transmitir confiança aos investidores, nomeadamente, estabilidade macroeconómica, estabilidade política, acesso aos mercados, potencial crescimento a longo prazo, trabalhadores qualificados e infraestruturas. Segundo Oman (2000), os investidores dão mais importância a esses fatores do que aos incentivos fiscais.

Por outro lado Oman (2000), salienta que apesar dos esforços em cativar o IDE, existe a possibilidade dos governos não conseguirem captar investimentos externos. No entanto, defende que mesmo que isso aconteça, o governo estará a fortalecer a sua economia local,

melhorando a sua eficácia, criando um mercado mais produtivo e uma macroeconomia mais estável.

Moran (1998) refere ainda que as medidas e ações que uma nação deve executar de modo a atrair e utilizar o IDE nos seus programas de desenvolvimento, devem começar na sua própria economia, em particular, melhorando a performance das suas micro e macro economias e fortalecendo as instituições comerciais e judiciais, estabelecendo assim confiança e estabilidade a todos os investidores, domésticos e estrangeiros.

Apesar dos esforços e das medidas efetuadas pelos países interessados em receber IDE, segundo Blomström (2002), existem setores de atividade que são difíceis de atingir. O mesmo autor refere que verifica-se a existência de tendências que divergem consoante o setor de incidência. Normalmente as empresas afetas ao sector de serviços interessam-se por países com melhores condições de trabalho e mão-de-obra qualificada. Por outro lado, as empresas do sector industrial normalmente procuram países com padrões de mercados de trabalho mais baixos.

Segundo Lecraw, Mathew & Omar (2000), a premissa fundamental em atrair o IDE, é que os investimentos estrangeiros criam mais valor aos países recetores de IDE do que aos próprios investidores estrangeiros. Blomström (2002) corrobora com Lecraw, Mathew e Omar (2000), e salienta que o fator mais importante a favor do IDE é o conhecimento trazido por essas empresas.

Os resultados produzidos nos países recetores de IDE, têm também efeito na economia local. Esse efeito é abordado por diversos autores como “spillover effects”.

Para Oman (2000), os efeitos causados na economia local provenientes do “spillover effects” são benéficos para a economia. Refere ainda que, os benefícios estão relacionados com a aprendizagem adquirida pelas empresas locais, através da aproximação entre as empresas locais e as empresas estrangeiras. Essa aproximação, segundo Blomström (2002), pressiona as empresas locais a modernizarem e melhorarem a qualidade do produto, procurarem novas tecnologias, tornarem-se mais eficientes e reduzirem os preços.

Gorodnichenko, Svejnar & Terrell (2007), concordam com Oman (2000), e referem que o “spillover effects” também ocorre através da aquisição de práticas de gestão, método de produção e técnicas de marketing, por parte das empresas locais. Acrescentam ainda que, as empresas locais aprendem assim a imitar os novos processos, melhorar a qualidade dos seus produtos e a melhorar os seus serviços.

Para Lecraw, Mathew & Omar (2000), o IDE envolve mais do que fluxo de capital, envolve também a utilização interna de ativos intangíveis, tais como, conhecimentos tecnológicos e gestão. Assim, o maior efeito do IDE pode ser caracterizado pela transferência de tecnologia, aptidões, conhecimentos de gestão e outros ativos intangíveis de um país para outro.

Blomström (2002) refere ainda que, atrair investimento externo poderá resultar num aumento do nível tecnológico no país recetor do investimento, poderá ainda criar novos postos de trabalho e promover o crescimento económico. Salienta ainda que, esse crescimento económico contribuirá para um aumento de receitas de impostos.

Apesar dos esforços de vários governos em atrair IDE, segundo Oman (2000), para além do efeito positivo causado, é igualmente plausível a existência de efeitos negativos. O autor refere que os aspetos negativos são causados pelo efeito colateral provocado pelas competições entre governos por forma a tornarem-se mais atrativos, sendo refletido através de um incremento de custo em subsídios públicos – fiscais e incentivos financeiros – até a um nível que poderá não ser justificável numa perspetiva da sociedade.

Segundo o mesmo autor, outro aspeto negativo do IDE é a existência de custos relativos à aplicação de recursos para fazer cumprir/executar as regras fiscais. Esses custos são definidos como “custos com o cumprimento e aplicação de incentivos”.

Oman (2000) refere ainda que a existência de corrupção pode constituir a maior barreira ao IDE. De modo a ultrapassar tal problemática, os governos tentam contornar a situação efetuando determinadas ações. Essas ações vão desde fiscalizações, multas, criação de mais eficiência no sistema penal, etc.⁵ e são definidas como programas de monitoramento aos investimentos. A essas ações ficam associados os custos com a corrupção e a falta de transparência.

Para Moran (1998), o IDE pode ser muito prejudicial para o crescimento e bem-estar dos países em desenvolvimento que se encontram com economias em transição, quando o investidor é protegido da concorrência no mercado interno. Convidar empresas estrangeiras a investir sob determinadas condições tem um impacto negativo nas perspetivas de desenvolvimento dos países recetores de investimento, impacto esse suficientemente negativo, que a sociedade estaria por vezes melhor se não recebesse tais investimentos.

⁵ Informação proveniente do relatório da comissão ao conselho e ao parlamento europeu: relatório anticorrupção da UE

Exportação

Segundo Oliveira, Nóbrega & Medeiros (2012), a exportação é um fator chave para o desenvolvimento de uma região. Referem ainda que, a exportação tem um efeito multiplicador sobre a economia.

Os mesmos autores salientam ainda que as estruturas de produção de uma região vão progredindo em função do mercado externo e vão se moldando ao mercado interno. Salienta ainda que, à medida que a região se torna mais desenvolvida, a dependência da exportação, como variável de maior importância na explicação do nível de crescimento, vai diminuindo. Aspectos como investimento, gastos governamentais, e atividades locais, passam a assumir maior importância na composição do nível de renda.

Segundo Herzer, Nowak-Lehmann & Siliverstovs (2004), a abertura da economia para o exterior aumenta a dimensão do mercado. Os mesmos autores referem ainda que a abertura para o exterior permite superar a exaustão da procura interna.

Para Santos (2012, p.3), “abertura económica aumenta a dimensão de mercado e um aumento na produção. As vendas surgem como resultado de uma maior pressão na demanda”.

Segundo Smith (1776, edição de 2007), um país deve especializar-se em setores com mais produtividade e rentabilidade para a nação. Andraz & Rodrigues (2010) concordam com Smith, e referem que as exportações devem ser promovidas em setores com maior produtividade e vantagens comparativas face aos outros setores.

Segundo Akbar & Naqvi (2000, p.574), para além da exportação representar um crescimento económico, os autores referem que “a pressão da concorrência do mercado mundial podem levar a uma melhor qualidade dos produtos e forçar a produção nacional a reduzir as ineficiências”.

Para Carvalho (2015), o crescimento das exportações pode afetar a produtividade através da criação de spillovers na economia. Segundo Chuang (1998, cit. por Carvalho), os possíveis efeitos do spillover na economia são o aumento de competitividade, acesso a formas mais eficientes de gestão e de organização, a formação do fator trabalho, a aceleração do progresso tecnológico e o conhecimento dos mercados internacionais.

Intervenção governamental: Políticas Fiscais

O estado, segundo Diniz (2010), desempenha um papel de extrema importância na maior parte das economias do mundo. Esse papel não é, meramente, o de recolher e gastar parte dos

rendimentos gerados pela economia, mas o de manter instituições vitais para o estímulo do processo de crescimento económico, regulamentação, legislação e proteção da sociedade.

A intervenção governamental está de tal forma enraizada em Portugal que a mesma está expressa nos artigos 9º e 81º da constituição Portuguesa.⁶

Para Frasilho (2013), a política fiscal é um fator de destaque como vertente fundamental de competitividade e atratividade. O mesmo autor refere que, a tributação direta sobre as empresas é o instrumento fiscal mais importante em termos de competitividade e atratividade, de captação de investimento, de dinamização de atividade e de criação de emprego. Refere ainda que, a tributação direta sobre as famílias, é um fator que tem desempenhado um papel com crescente importância na atração de recursos humanos. Salienta ainda que, os impostos indiretos são menos importantes em termos de atratividade e competitividade.

A política favorita utilizada pelas economias desenvolvidas e em desenvolvimento, segundo Bhallan (2012), é a redução da carga fiscal. Através dessa redução fiscal, o rendimento disponível aumenta e estimula o consumo.

Segundo UNCTAD (1994, p.290), os incentivos são intervenções destinadas a “influenciar o tamanho, localização e ramos de um investimento, pela afetação dos seus custos relativos ou lucros potenciais, ou alterando os riscos relacionados com ele. Investimentos em incentivos visam a empresas estrangeiras e locais”.

Em complemento, UNCTAD (2010, p.46), refere que os incentivos promovem a atração de investimentos. O mesmo relatório refere ainda que, os incentivos são determinantes para atrair o investimento em determinadas regiões específicas ou em determinados setores.

Os incentivos fiscais, segundo Lecraw, Mathew & Omar (2000), têm diversos objetivos. Esses objetivos são delineados por cada país, consoante as suas necessidades e estratégia de desenvolvimento. Os mesmos autores referem que, os incentivos fiscais podem ser criados com o fim de desenvolver uma região específica de um país, desenvolver um determinado setor, melhoria de desempenho e transferência de tecnologia.

⁶ Ver: <http://www.parlamento.pt/parlamento/documents/crp1976.pdf>

Para Zolt (2015), os incentivos fiscais têm a finalidade de corrigir as deficiências e lacunas de determinados mercados. Para o mesmo autor, os incentivos fiscais são criados, muitas vezes, com o intuito de incidir em determinados mercados de modo a tentar suprir as suas falhas.

Segundo Morisset (2003), os incentivos fiscais tornaram-se um fenómeno global, esses incentivos vão desde as isenções fiscais aos subsídios de investimento e amortizações aceleradas.

Para Sequeira & Sá (2009), o objetivo dos incentivos fiscais é a redução da carga fiscal para um investidor. Os mesmos autores salientam que, os incentivos fiscais podem ser classificados das seguintes formas:

Tabela 1. Principais tipos de incentivos fiscais

Incentivos	Descrição
Baseados nos lucros	Redução da taxa fiscal standard de tributação do lucro; isenções fiscais; permissão para os prejuízos ocorridos durante o período de isenção poderem ser deduzidos <i>a posteriori</i> .
Baseados no investimento de capital	Isenções fiscais de acordo com o investimento; permissão de depreciação acelerada; isenções no reinvestimento; isenções relativas ao aumento de capital.
Baseados no trabalho	Redução nas taxas de contribuição para a segurança social; deduções aos ganhos tributáveis com base no número de empregados ou outras despesas relacionadas com o trabalho.
Baseados nas vendas	Redução dos impostos sobre o rendimento das empresas baseados nas vendas totais.
Baseados no valor acrescentado	Redução dos impostos sobre o rendimento das empresas baseados no conteúdo líquido local (o valor das vendas menos a depreciação do capital físico e o valor das matérias primas e fornecimentos importados); créditos fiscais ao rendimento baseados no valor líquido ganho

	(valor das vendas menos o custos de matérias primas e componentes, e depreciações do equipamento).
Baseados noutras despesas	Deduções fiscais ao rendimento empresarial, baseadas em outras despesas como, por exemplo, as relacionadas com as atividades de marketing e promocionais.
Baseados nas importações	Isenções de pagamento de direitos alfandegários em bens de capital, equipamentos ou matérias - primas, partes e inputs do processo produtivo.
Baseados nas exportações	a) Relacionados com o output - caso das isenções fiscais à exportação; tratamento fiscal preferencial do rendimento das exportações; redução fiscal do rendimento para ganhos de atividades especiais com o exterior ou para exportações industriais; créditos fiscais nas vendas domésticas como retorno do comportamento na atividade exportadora. b) Relacionadas com os inputs - devolução de direitos, créditos fiscais para direitos pagos sobre materiais ou fornecimentos importados; créditos fiscais para o conteúdo local das exportações; dedução de despesas de externas.

Fonte: Sequeira e Sá (2009, p.2431)

De acordo com Zolt (2015), os incentivos fiscais, bem implementados e corretamente projetados, são uma ferramenta útil para atrair investimentos que nunca seriam verificados caso não existissem esses benefícios fiscais. Tais investimentos são justificados caso eles corrijam as imperfeições do mercado ou gerem externalidades positivas.

Por seu turno, a UNCTAD (2015, p.176) refere ainda que “fiscal incentives have become a key policy tool to attract investors and promote investments”.

Para Blomström (2002), Sequeira & Sá (2009) e UNCTAD (2015), os incentivos fiscais são o motor principal para atrair investimentos estrangeiros. Blomström (2002) refere que existem diversas localizações utilizando os incentivos fiscais como estratégia de desenvolvimento. Refere ainda que, a decisão dos investidores estrangeiros é influenciada pela atratividade dos incentivos.

Blomström (2002) partilha da mesma opinião que Oman (2000), refere que os investidores quando procuram por uma jurisdição para investir, acabam por criar uma pequena lista de locais preferenciais. Salienta ainda que, diversas vezes, os investidores negociam condições e possíveis incentivos antes de fazerem a sua seleção final.

Oman (2000) refere que, as alterações dos incentivos de uma determinada localização/jurisdição, podem provocar uma corrente de insegurança aos investidores a nível de credibilidade e estabilidade das políticas governamentais da jurisdição.

Por outro lado, Morisset (2003) refere que, à primeira vista, o impacto dos incentivos fiscais parece ser ambíguo. Chega a esse desfecho através de inquéritos realizados a investidores internacionais, onde os mesmos afirmam que o incentivo fiscal não é o fator que mais influencia as multinacionais na seleção do local de investimento, sendo mais importantes, fatores tais como infraestruturas básicas, estabilidade política, custo e disponibilidade laboral.

Segundo Zolt (2015), existem custos associados aos incentivos fiscais. Zolt (2015), refere a existência de custos incorridos pelo governo ao fazer cumprir as regras fiscais.

Oman (2000), afirma que os fundos públicos utilizados pelos governos para pagar incentivos poderiam ser utilizados de uma forma mais produtiva – até mesmo para atrair IDE a longo prazo – investindo em bens públicos tais como formação em capital humano e infraestruturas.

1.6 Indicadores de desenvolvimento económico e social

O conceito desenvolvimento, abordado em subcapítulos anteriores, trouxe a necessidade e o desafio da sua mensuração. Segundo Siedenberg (2003), o PIB era usado como *proxy* do nível de desenvolvimento económico e social, no entanto, esse indicador quantitativo do desenvolvimento mostrou ser cada vez mais insuficiente em satisfazer as demais disciplinas, até porque, segundo Souza (2007) e Siedenberg (2003), nem sempre o crescimento económico de uma nação ou região implica automaticamente o desenvolvimento da mesma.

A Organização das Nações Unidas, no seu primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano, em 1990⁷, introduziu uma nova abordagem para o avanço do bem-estar da população, o desenvolvimento humano. É uma abordagem que está centrada nas pessoas, nas suas oportunidades e nas suas escolhas.

⁷ <http://hdr.undp.org/en/humandev>

Para Stiglitz, Sen, & Fitoussi, (2009), existe uma necessidade de atrelar ao PIB indicadores relacionados com a área da educação, saúde, ocupação e habitação para melhor definir o desenvolvimento de um país ou região.

Segundo Oliveira (2011), o nível desejado de desenvolvimento é atingido através de uma variação positiva do nível de crescimento económico, incrementos do PIB, redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade, melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte.

Antes de aprofundarmos este subcapítulo, é importante salientar o significado do PIB, os predomínios e controvérsias ao torno do mesmo.

No dicionário da Língua Portuguesa⁸, PIB significa “conjunto dos valores da produção global de um país”.

No dicionário de economia, PIB significa

“ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território económico de um país, independentemente da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras desses bens e serviços. Exclui as transações intermediárias, é medido a preços de mercado” (Sandroni, 1999, p. 459).

Segundo Siedenberg (2003), a supremacia do PIB como indicador de desenvolvimento económico ocorreu na época em que crescimento e desenvolvimento económico eram tidos como sinónimo.

Segundo Costa & Lustosa (2007), a controvérsia relativamente à utilização do PIB, deve-se ao fato desse indicador não exprimir todos os aspetos da economia no seu cálculo. Os autores referem ainda que aspetos tais como, atividades não declaradas, produção de bens e serviços sem valor de mercado, serviços domésticos não remunerados, produção de subsistência destinada ao autoconsumo, serviços ambientais, exaustão de recursos naturais não renováveis, constituem algumas das atividades não mensuradas pelo PIB.

Os mesmos autores salientam ainda que o PIB não constitui uma representação satisfatória do nível de qualidade de vida e de desenvolvimento de um país.

⁸ Dicionário de Língua Portuguesa online - Priberam

Nohlen & Nuschler (1993, cit. por Siedenberg, p.50), enumeram uma série de aspetos que fizeram com que o PIB passasse a ser questionado como indicador hegemónico de desenvolvimento. Esses aspetos estão relacionados com a falta de precisão que o PIB apresenta.

Os autores mencionam as seguintes considerações:

“é notório que muitas instituições internacionais (Banco Mundial, Fundo monetário Internacional, GATT/OMC, UNCTAD) fornecem ou publicam dados discrepantes sobre o PIB dos países, sem explicitar os motivos que justificam estas discrepâncias, que dificulta comparações; naqueles países onde o grau de subsistência é elevado, o PIB somente pode ser estimado (...); o cálculo do PIB desconsidera relações extra-mercado (...); a renda per capita das publicações oficiais não reflete o verdadeiro poder de compra (...); o cálculo do PIB valoriza sobretudo o custo dos bens e serviços e discrimina aquelas atividades e bens que atendem às necessidades da população carente (...); as estatísticas de crescimento económico baseadas no PIB desconsideram os elementos do bem-estar social (...)”

Apesar das discrepâncias acima enumeradas, segundo Siedenberg (2003, p. 52), “o PIB ainda é um indicador chave, fundamentalmente, porque representa o credo estratégico das agências e das políticas locais, regionais e nacionais de desenvolvimento.” O mesmo autor enfatiza ainda que, o PIB representa um parâmetro essencial, pois o objetivo geral da melhoria da qualidade de vida passa, necessariamente, pelo crescimento.

Para Diaz-Chavez (2014), os indicadores têm sido cada vez mais utilizados e têm ganho cada vez mais importância. São utilizados cada vez mais para monitorizar tendências e mudanças num particular processo. No entanto, a autora enfatiza que, os indicadores só são úteis para descrever ou ajudar a descrever uma dada situação, em vez de explicá-la.

Para a mesma autora, a função chave dos indicadores é simplificar a informação, de modo a que haja um equilíbrio entre precisão e concisão. Indica ainda que, os indicadores são úteis para demonstrar como as alterações na economia, no ambiente e na sociedade se relacionam. A aplicabilidade desses indicadores, a nível local, é crucial para ajudar a identificar e a resolver problemas relacionados com o desenvolvimento. Siedenberg (2003) refere que, os indicadores são úteis para diagnosticar as condições de desenvolvimento social ou sectorial, propiciar informações sobre problemas sociais ou crises potenciais, subsidiar planos e decisões políticas e avaliar metas e estratégias globais/setoriais.

O processo de crescimento e desenvolvimento económico moderno, de acordo com Nunes e Valério (1995), é representado em termos gerais por quatro aspetos basilares. O primeiro aspeto considerado por ambos é o nível de vida médio. O segundo aspeto considerado é a estrutura da economia no que respeita à composição sectorial da atividade económica. O outro aspeto considerado está inteiramente relacionado com a alteração profunda dos espaços económicos relevantes e por fim, o último aspeto considerado, é a modificação do modo de organização da economia.

A correlação entre os ritmos de crescimento económico e a melhoria de bem-estar individual não é perfeita, para Figueiredo, Pessoa & Silva (2008), existem medidas (indicadores) mais complexas de bem-estar individual, umas integrando no seu seio o produto per capita e outras mais radicais (índice físico de qualidade de vida) integrando a desigualdade, a pobreza absoluta, a satisfação de necessidades básicas, a preservação dos recursos naturais e a igualdade de oportunidades entre os sexos.

De acordo com Jannuzzi (2002), os indicadores sociais podem ser classificados segundo as diversas aplicações a que se destinam. A classificação mais comum é a divisão dos indicadores segundo a área temática da realidade social a que se referem.

De modo a mensurar o desenvolvimento social, o INE agrupa os indicadores sociais da seguinte forma: População; Famílias; Educação; Emprego, Salários e condições de trabalho; Sociedade da informação e do conhecimento; Condições de vida das famílias; Proteção social; Saúde; Ambiente; Justiça; e cultura e lazer.

Diaz-Chavez (2014) apresenta a seguinte classificação de indicadores sociais:

Tabela 2. Indicadores desenvolvimento social

Tipo	Indicador
Demografia e saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de natalidade • Taxa de crescimento demográfico • Taxa de mortalidade infantil • Expetativa de vida no nascimento • Taxa de mortalidade por causas • Morbilidade e atendimento de saúde • Subnutrição • Taxa de desnutrição

Educação e cultura	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de analfabetismo • Escolaridade média • Informação e acesso à cultura
Desemprego (mercado de trabalho)	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de desemprego • Rendimento médio
Rendimentos e pobreza	<ul style="list-style-type: none"> • RDB per capita • Taxa média rendimentos por família • Índice de Gini • Índice de Theil • Taxa de pobreza
Habitação e infraestruturas urbanas	<ul style="list-style-type: none"> • Condições de habitação • Acesso a serviços urbanos • Infraestruturas de transportes
Qualidade de vida e ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • Satisfação com a habitação, vizinhança, cidade e infraestruturas básicas • Crime e homicídio • Ambiente (ar condicionado, água, tratamento do lixo, separação de lixo)
Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Índice de desenvolvimento humano

Fonte: Diaz-Chavez (2014, p.22)

McGranahan, Scott & Richard (1990), abordam os problemas relativamente às variações dos indicadores. Para os autores, a utilização dos mesmos indicadores em diferentes partes do país gera imprecisão. Defendem que os indicadores não têm de ser os mesmos, e que por razões práticas e conceituais podem variar entre áreas, como por exemplo, entre urbano e rural.

De acordo com Jannuzzi (2002), o investigador para escolher os indicadores a utilizar numa investigação, deverá avaliar as vantagens e as limitações de cada indicador. Essa análise deverá ser efetuada de acordo com as seguintes propriedades: Relevância; Validade; Confiabilidade; Cobertura; Sensibilidade; Especificidade; Inteligibilidade; Atualizável periodicamente; Desagregabilidade em termos geográficos, sociodemográficos e socioeconómicos; e Historicidade.

Nesta investigação, utilizamos os seguintes indicadores:

- PIB per capita;

- % do PIB investido em I&D;
- Número de habitantes por médico;
- Taxa de natalidade;
- Taxa de mortalidade infantil;
- Rendimento per capita;
- Taxa de desemprego;
- FBCF;
- VAB;
- Índice sintético de desenvolvimento regional;
- Nível de escolaridade;
- Taxa de analfabetismo;
- Proporção da população por ensino;
- Índice de Desenvolvimento Humano;

1.7 Conceito Zona Franca

Atualmente, existem diversas Zonas Francas espalhadas pelo globo, e entre elas encontramos semelhanças e dissemelhanças. Segundo o relatório da KPMG, na sua avaliação comparativa entre Zonas Francas, em 2009, os principais benefícios para as empresas sediadas nas zonas francas são: diferimento de impostos, isenção de impostos e/ou redução de impostos. Enumeram ainda alguns exemplos de localizações com zonas francas, nomeadamente, Estados Unidos da América, Europa, México, Brasil e China.

Segundo Bost (2011), em 2010 existiam 1735 zonas francas em 133 países. Salienta ainda que, todos os países emergentes tinham uma zona franca e que só a China tinha 213 zonas francas em 9 diferentes regimes.

A definição de Zona Franca é encontrada em diversas literaturas. Segundo KCR (1999), uma zona franca é a parte de um território onde as mercadorias introduzidas são consideradas, para efeitos dos direitos e impostos de importação, como sendo fora do território aduaneiro.

Rasagam & Zeng (2014), definem zona franca como uma área livre de impostos e sem intervenção aduaneira, constituída por instalações comerciais, zona de armazenamento e de distribuição para fins de exportação.

Para Bost (2011), zona franca é definida como um perímetro, que o tamanho pode variar, onde existem empresas isentas do regime geral, em particular no que diz respeito aos campos de

tributação. Refere ainda que, o retorno esperado pelos governos, dessa concessão, é um impulsionador das exportações nacionais, criação de empregos e diversificação da economia.

Na Enciclopédia Britânica⁹, zona franca é definida como uma área na qual as mercadorias podem ser desembarcadas, manipuladas, reconfiguradas e reexportadas sem intervenção das autoridades aduaneiras. Apenas quando as mercadorias são transferidas para um consumidor no país em que a zona está localizada, a mesma passa a estar sujeita aos direitos aduaneiros em vigor.

Christiansen & Bohmer (2004), para além de irem ao encontro das definições anteriormente expostas, complementam o raciocínio caracterizando as zonas francas em três categorias:

- **Zona livre:** conhecidas por “free ports” e/ou zonas de exportação – normalmente são zonas acessíveis aos investidores, no entanto, não vai mais longe do que oferecer um sistema de regulamentação adaptado ao ambiente;
- **Zonas económicas especiais:** são zonas definidas como livre de impostos, com uma regulamentação criada especificamente para esse fim. São na sua maioria suportadas por uma legislação estabelecida pelo conselho de governo de cada ZEE e cuja legislação é aplicada a todos os investidores dentro dessa zona.
- **Zonas industriais:** São basicamente zonas livres, no entanto, o objectivo é atrair específicos sectores ou atividades económicas. As ZI podem restringir o acesso de empresas de setores não prioritários e normalmente as suas infraestruturas são criadas de acordo com os setores a atrair.

Segundo Valentine & Park (2005), as características comuns das zonas francas são: infraestruturas e serviços superiores às médias – comparando com os modelos *standard* dos próprios países, tais como:

- Escritórios, serviços logísticos, prestações de serviços entre outros;
- Maior flexibilidade na regulamentação dos negócios – sistema aduaneiro simplificado e pouca burocracia, normalmente apenas necessário a obtenção de uma licença e aplicação de investimentos;

⁹ <http://www.britannica.com/topic/free-trade-zone>

- Localização estratégica – normalmente localizada em zonas longe do mercado onde os produtos são vendidos, procurando localizar-se em zonas onde os custos de manufatura são baixos;
- Focado na exportação – as empresas são sediadas, principalmente, em zonas de produção normalmente exclusivas para os mercados estrangeiros;
- Atrativos pacotes de incentivos – o maior componente das zonas francas são os pacotes oferecidos aos investidores estrangeiros, nomeadamente, isenção fiscal nas matérias-primas usadas na produção de produtos a exportar, isenção ou redução do IRC relacionado com a atividade de exportação e isenção de IVA na exportação ou na aquisição de produtos adquiridos no mercado interno e usados na produção de produtos a exportar.

Capítulo II - Metodologia

Segundo Gil (2007, p. 8), “pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

Gewandsznajder (1999) caracteriza método como um conjunto de processos ou regras que se devem utilizar para tentar resolver um problema ou para conduzir uma investigação.

Grawitz (1993) refere que existe uma confusão entre os termos método e técnica. A autora define que a técnica representa a etapa de operações limitadas, ligadas a elementos práticos, bem definidos, adaptados ao tipo de problema e aos fenómenos em causa. Grawitz define método como um conjunto de ações efetuadas com o intuito de atingir um ou mais objetivos, um conjunto de princípios presentes em toda a investigação organizada, e por fim, um conjunto de normas que permitem selecionar e coordenar as técnicas.

Almeida & Pinto (1995), acrescentam que as técnicas são um combinado de procedimentos perfeitamente definidos, destinados a produzir certos resultados. Por seu lado, o método trata-se de uma conceção intelectual coordenando um conjunto de operações que são realizadas para atingir um ou mais objetivos, engloba o conjunto de estratégias e demonstra e verifica o conhecimento que a caracteriza. Nesta aceção, o método representa um conjunto de regras e procedimentos independentes das investigações.

2.1 Natureza do Estudo

Segundo Richardson (1999), a escolha do método a utilizar numa investigação científica está correlacionado com o fato que pretende-se estudar e com a forma como pretende-se analisar um problema. Não obstante, Teddlie & Tashakkori (2009, citados por Coutinho, 2014), defendem que o investigador deve centrar-se no problema em estudo e não dar relevância às ferramentas metodológicas, métodos e técnicas de recolha de dados, utilizadas para a recolha de informação seja de natureza descritiva ou numérica.

Este estudo é de natureza qualitativa, pois com esta investigação pretende-se analisar e descrever um fenómeno em profundidade. É de intuito estudar uma situação complexa em vez de explicá-la e, como referem Bogdan & Blikien (1994), pretende-se analisar os dados recolhidos de forma indutiva e não recolher dados ou provas com o objetivo de confirmar ou infirmar hipóteses construídas previamente.

Richardson (1999), Oliveira, Pereira e Santiago (2004), consideram que, a abordagem qualitativa de uma investigação ou estudo para além de ser uma opção do investigador, é justificada por ser a forma mais apropriada para entender a natureza de um determinado fenómeno e por ter, essencialmente, o propósito da construção de significados, a partir de uma gama muito variada de dados obtidos em contextos naturais.

Creswell (2009) aborda as características do método qualitativo. O autor refere que na análise qualitativa o investigador é considerado o instrumento chave, deverá ser efetuada através da observação de comportamentos e orientada para a descoberta.

Creswell (2009) salienta que o investigador deverá recolher as informações no local de ação dos participantes, examinar todos os documentos pertinentes e interpreta-los tendo em conta uma visão holística da situação. Refere ainda que a recolha de informação poderá ser através de múltiplas fontes, quer pelo método observação, entrevista ou análise documental.

Em complemento Creswell (2009), Bogdan & Blikien (1994), referem que a recolha de informações são em forma de palavras ou imagens e não em números. Defendem ainda que, na investigação qualitativa nada é trivial e tudo poderá constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora.

Segundo Chizzotti (2003), os estudos qualitativos estão cada vez mais presentes na área de ciências humanas e sociais. Neste âmbito, parece-nos ser a opção mais válida e adequada para esta investigação.

Nesta investigação foi utilizada a técnica de amostragem intencional, segundo Vieira & Zouain (2006), adequa-se a esta investigação, uma vez que o investigador está interessado na opinião de alguns elementos representativos da população.

2.2 Objetivos e questões de investigação

Esta investigação tem como objetivo estudar a contribuição da ZFM para o desenvolvimento económico e social da Região Autónoma da Madeira.

Segundo Richardson (1999), o investigador deverá basear a pergunta na observação de um fenómeno. Acrescenta ainda que a pergunta poderá ser escolhida com intuito de resolver um problema específico ou poderá surgir da curiosidade.

Frequentemente, no caso de uma investigação qualitativa só se conhece o foco do problema depois de começar a pesquisa ou trabalho em campo. Coutinho (2014), profere que “à medida

que se fazem observações e entrevistas vão sendo identificados os temas relevantes e padrões que se tornam a partir de então o foco da atividade do investigador e o alvo de observações mais intensas e sistematizadas”.

O mesmo autor defende que o problema começa por ser uma descrição do objetivo da pesquisa e que se vai refinando com a revisão de literatura e de recolha de dados.

A questão fulcral desta análise é “Qual o papel do Centro Internacional de Negócios da Madeira no desenvolvimento económico e social da Região Autónoma da Madeira?”.

Uma vez formulada a questão fulcral desta investigação, este trabalho basear-se-á em tentar responder a essa interrogação. Para isso, estabeleceu-se o seguinte objetivo geral:

- Verificar o contributo do CINM para o desenvolvimento da RAM;

Foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Compreender toda a estrutura da SDM e o seu propósito;
- Analisar a contribuição da ZFM para o desenvolvimento humano;
- Analisar a influência do capital humano no CINM;
- Analisar os indicadores de desenvolvimento mencionados no subcapítulo 1.6;

2.3 Objeto de estudo

Desde o final da década de 70, por razões de índole sociopolítico, económico e geoestratégico, os sucessivos governos reconheceram a necessidade de criar uma zona franca com o intuito de fomentar o aparecimento de novos setores industriais voltados para o desenvolvimento económico e social da RAM.¹⁰

Aprovada a sua criação em 1980, e a operar desde 1987, atualmente encontra-se no quarto regime de benefícios fiscais. Ter sido considerada fundamental para o desenvolvimento económico e social despertou o interesse em estudar esta praça, o que faz do CINM o objeto de estudo desta investigação.

¹⁰ Decreto-lei N° 500/80, de 20 de Outubro

Para estudar o efeito causado na RAM pelo CINM, pretende-se analisar os pontos de convergência e divergência entre a bibliografia utilizada, os dados documentais recolhidos e as entrevistas efetuadas.

2.3.1 Contexto

O arquipélago da Madeira é uma das regiões autónomas de Portugal. É uma região dotada de autonomia política e administrativa através do Estatuto Político e administrativo da Região Autónoma da Madeira previsto na Constituição da República Portuguesa.

Este arquipélago está situado no oceano Atlântico, a cerca de 978km a sudoeste de Lisboa, cerca de 700km oeste da costa africana e a 450km a norte do arquipélago espanhol das Canárias. É formado por oito ilhas, ilha a Madeira, Porto Santo, ilhas Desertas e ilhas Selvagens, sendo os últimos dois grupos de ilhas desabitadas.

Na principal ilha do arquipélago, ilha da Madeira, vivem atualmente cerca de 261 313 habitantes e tem como sua capital a cidade do Funchal com cerca de 108 053 habitantes.¹¹

O turismo assume uma importância estratégica para a RAM, sendo o único sector de atividade com uma influência sustentada sobre os indicadores-chave (receitas, valor acrescentado local e capacidade empregadora), de acordo com Neves (2004). No ano 2012, o turismo empregou cerca de 16% da população do setor terciário e representou cerca de 8% do VAB.

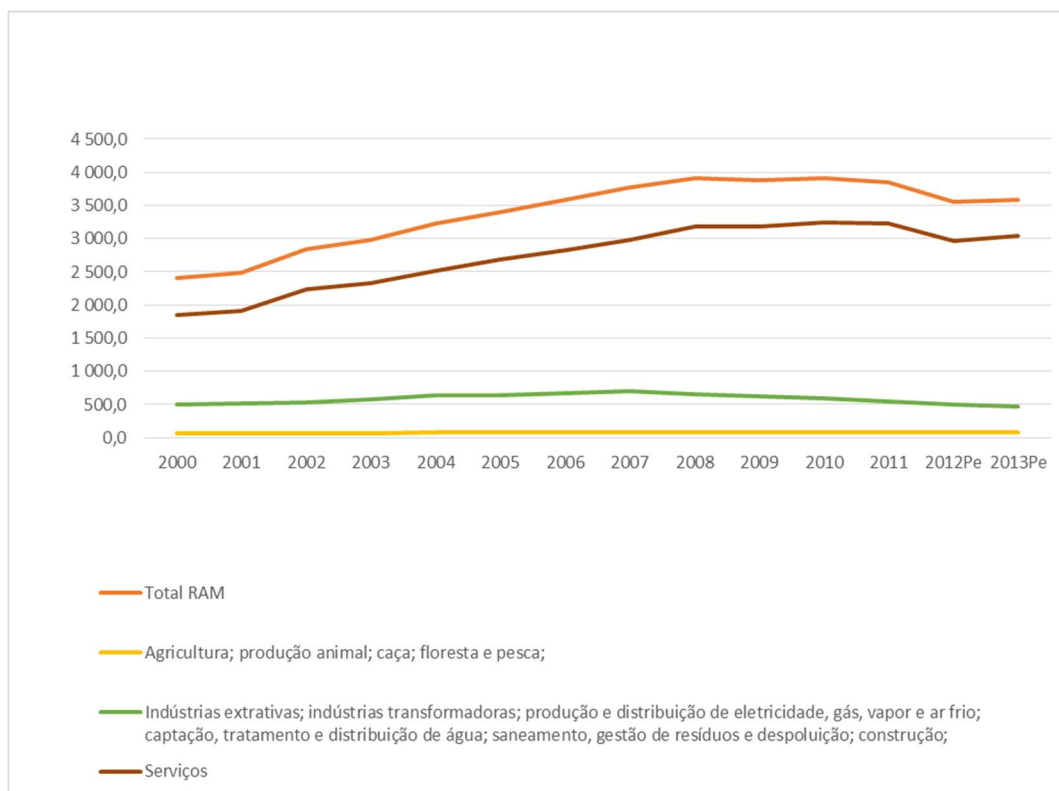
A situação geoestratégica da Madeira, conjugados com uma peculiar configuração sociopolítica, levou à criação da Zona Franca, cujo aspeto fulcral se projeta no aparecimento de novos sectores Industriais voltados para o desenvolvimento económico e social da Região.¹²

Relativamente à situação económica da RAM, é uma economia fortemente terciarizada. Atualmente, segundo os dados estatísticos do INE, o peso do VAB do setor dos serviços atinge 85% do valor total no ano de 2013.

¹¹ Dados do anuário estatístico da Região Autónoma da Madeira 2013

¹² Zona Franca da Madeira, Funchal: Secretaria regional do Planeamento e Finanças, 1982

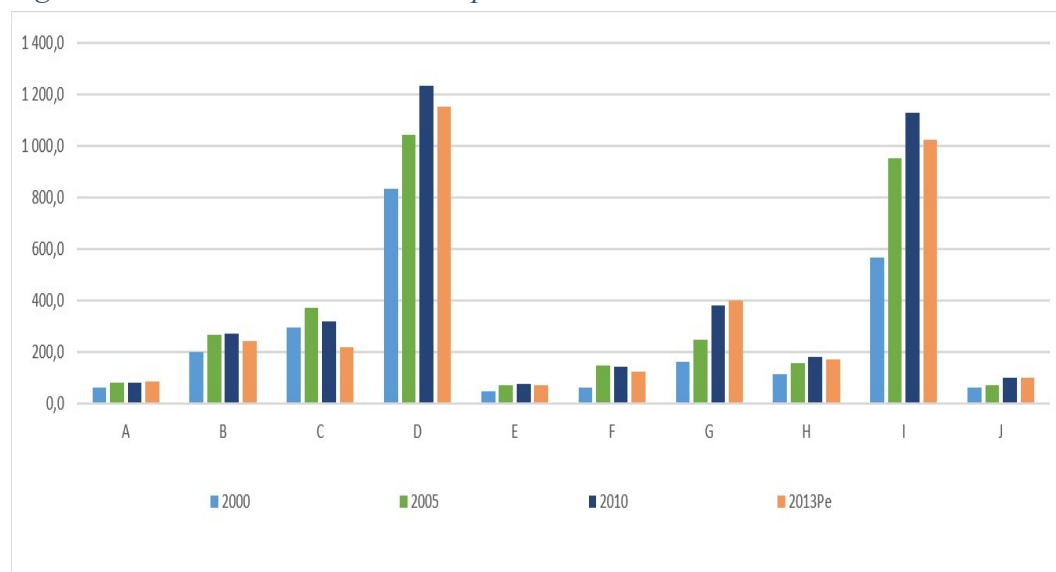
Figura 1. Valor acrescentado bruto RAM por atividade A3 (preços correntes) 10⁶ €



Fonte: INE (2015), base 2011

O Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motocicletas, transportes e armazenagem, atividades de alojamento e restauração, juntamente com administração pública e defesa, segurança social obrigatória, educação, saúde humana e ação social, assumem cerca de 59% do VAB da região. É notória a queda do setor da construção entre os anos 2005 e 2013, e o decréscimo na maioria dos outros setores entre 2010 e 2013.

Figura 2. Valor acrescentado bruto por ramo de atividade em 10⁶ €

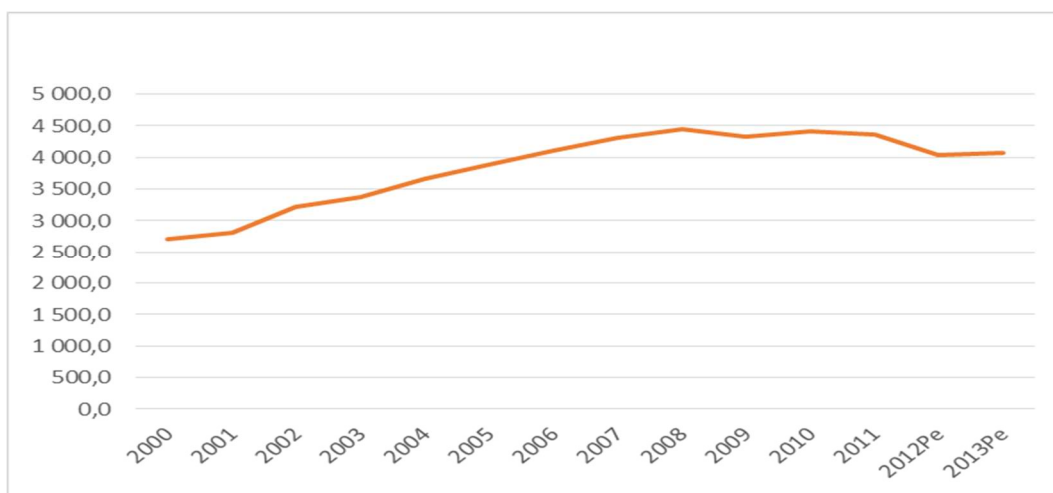


Fonte: INE (2015), base 2011

A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; **B** - Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de electricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; **C** - Construção; **D** - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração; **E** - Informação e comunicação; **F** - Atividades financeiras e de seguros; **G** - Atividades imobiliárias; **H** - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e dos serviços de apoio; **I** - Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social; **J** - Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços;

No ano 2012, o PIB da RAM ascendeu os 4.07 M€, o que correspondeu a cerca de 2.38% do PIB nacional.

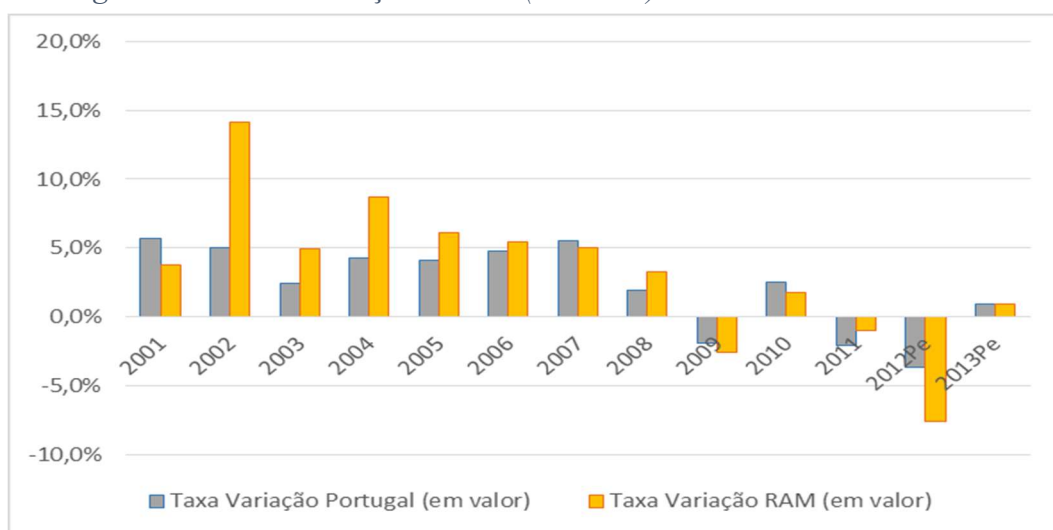
Figura 3. PIB RAM (preços correntes) em 10⁶ €



Fonte: INE (2015), base 2011

O PIB da RAM caracteriza-se pelo elevado crescimento no ano 2002 e 2004, crescimento moderado nos anos 2001, 2003, 2005 e 2006, fraco crescimento em 2008, 2010 e 2013, e um crescimento negativo em 2009, 2011 e 2012.

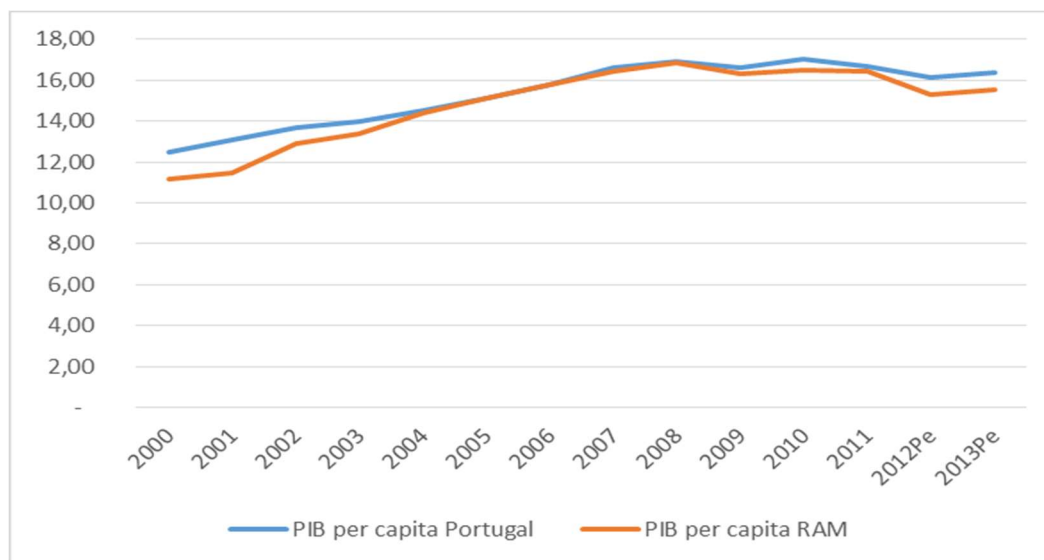
Figura 4. Taxa de variação do PIB (em valor)



Fonte: INE (2015), base 2011

Em 2013 o PIB per capita na RAM foi inferior ao PIB per capita do país em cerca de 5%. Entre 2000 e 2004 conseguiu crescer mais do que PIB per capita do país, tendo no ano 2005 conseguido atingir a média do país. Entre 2004 e 2009 acompanhou o crescimento do PIB per capita do país, tendo alcançado o seu valor mais elevado em 2008. Desde 2008, o PIB per capita da RAM tem decrescido e tem sido inferior ao PIB per capita do país.

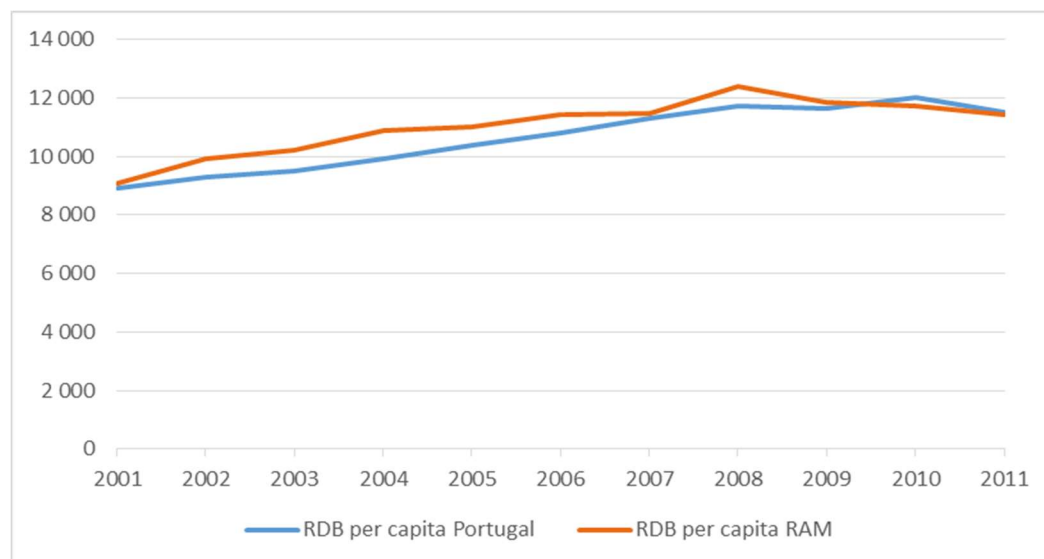
Figura 5. Produto Interno Bruto per capita (preços correntes) 10^3 €



Fonte: INE (2015), base 2011

O Rendimento disponível bruto per capita, foi superior ao do país entre os anos 2000 e 2009, tendo atingido o valor mais alto em 2008, cerca de 12.406 M€, cerca de 6% superior ao do país. Nos anos 2009 e 2011, houve um decrescimo do RDB per capita, sendo a partir de 2009 ligeiramente inferior ao RDB do país.

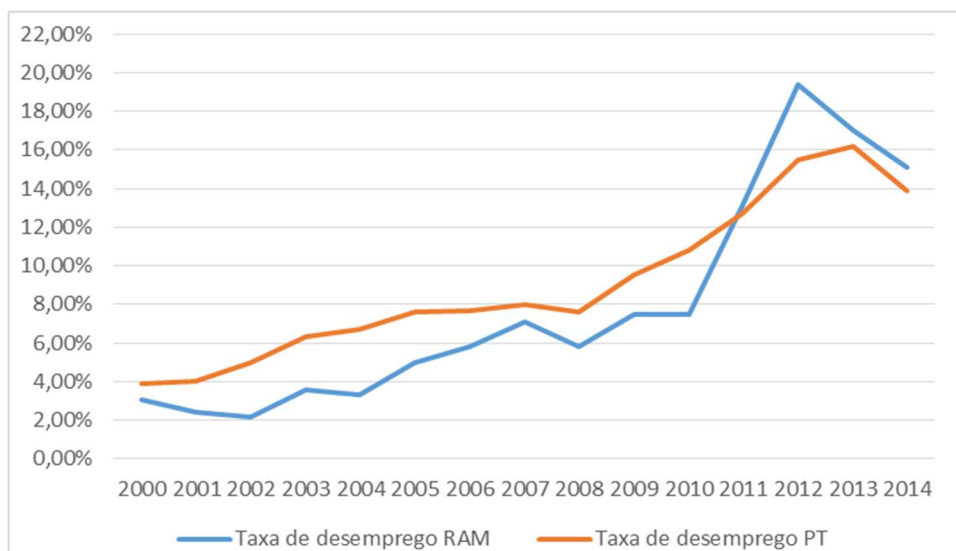
Figura 6. Rendimento disponível bruto per capita (preços correntes) em €



Fonte: INE (2015), base 2011

A nível de desemprego na RAM, entre 2000 e 2006, a taxa de desemprego apresentou valores relativamente baixos (inferior a 6%) e claramente inferior ao desemprego do registado no país. Com a crise económica mundial, no ano 2008, verifica-se um elevado aumento da taxa de desemprego na RAM e a nível nacional, tendo superado a taxa de desemprego nacional a partir de 2011. Em 2012 verifica-se um decréscimo da taxa de desemprego na RAM, e a nível nacional no ano seguinte.

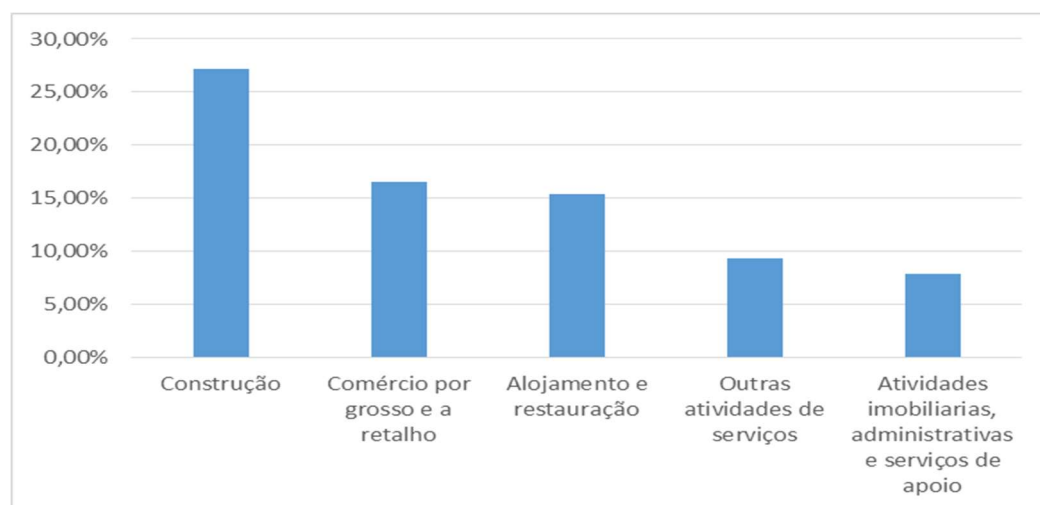
Figura 7. Taxa de desemprego - Médias anuais



Fonte: INE (2015), DREM (2015, 2016)

No ano 2012, segundo os dados do INE e da DREM, cerca de 27% da população desempregada era do setor da construção. A elevada taxa de desemprego nesse setor deve-se ao decréscimo na construção verifica entre 2010 e 2013, como verificamos no VAB na RAM. Os setores do comércio por grosso e a retalho, e alojamento e restauração representam cerca de 32% do desemprego na RAM.

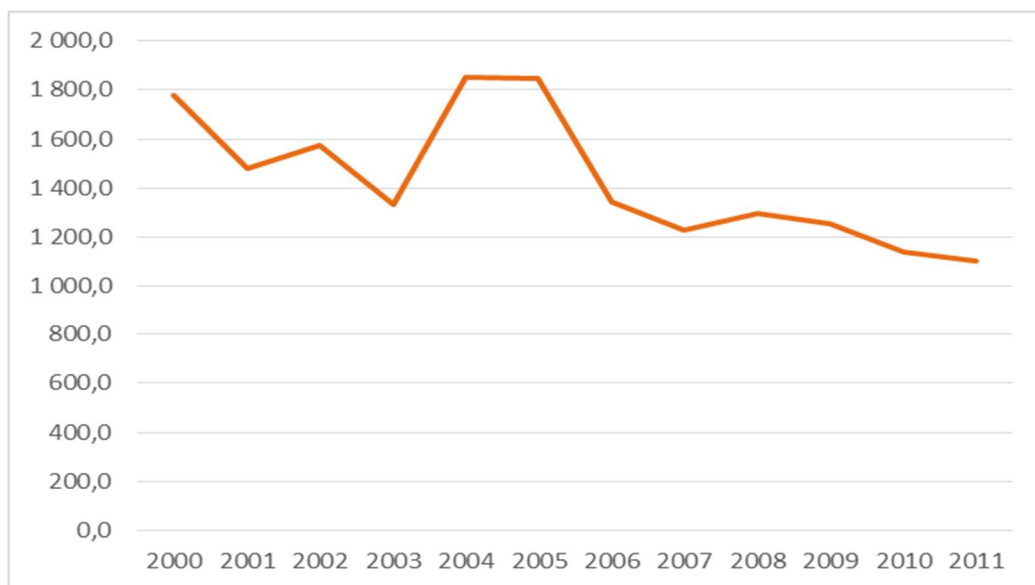
Figura 8. Taxa de desemprego na RAM por setor (TOP 5) em 2012



Fonte: INE (2015), DREM (2015)

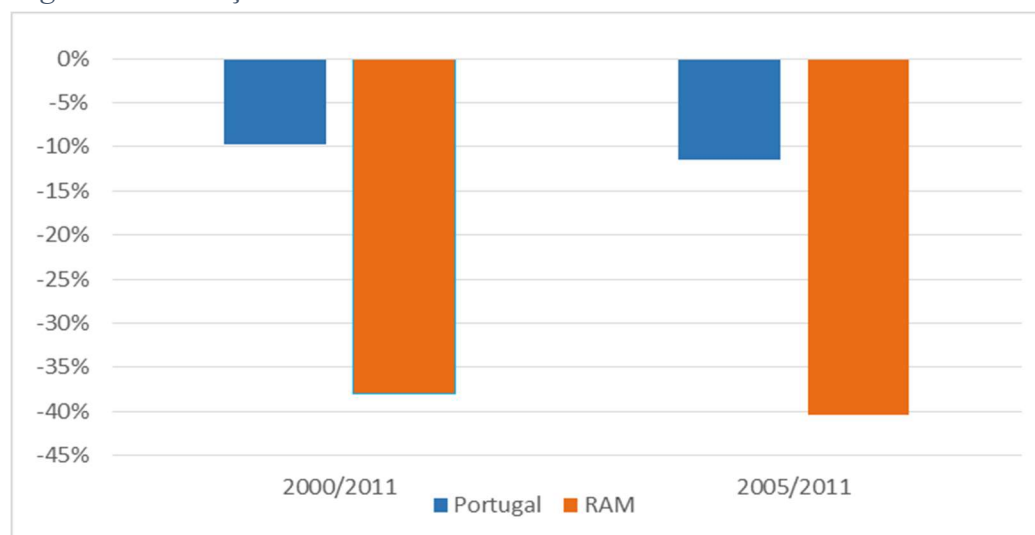
Relativamente ao investimento na RAM, segundo os dados do INE (2015), em 2004 e 2005 registou-se os máximos dos últimos 15 anos. O valor do investimento nesses anos ascendeu aos 1.848 milhões de euros. No ano 2011, o valor do investimento ascendeu os 1.101 milhões de euros, uma queda de 40% face ao valor de 2005.

Figura 9. Formação bruta de capital fixo na RAM (preços correntes) 10⁶ €



Fonte: INE (2015), base 2011

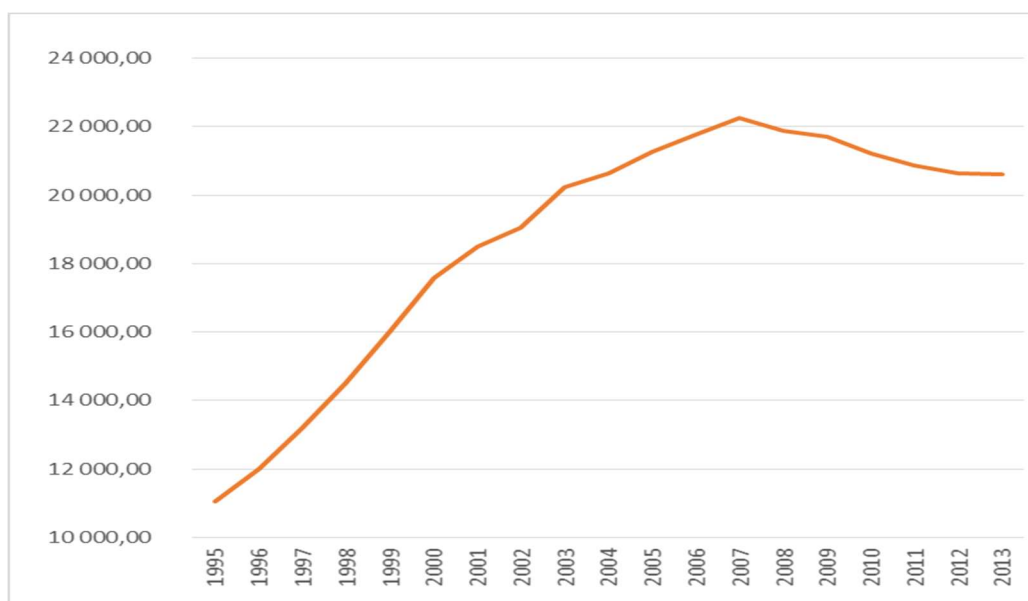
Figura 10. Variação de FBCF entre 2000/2011 e 2005/2011



Fonte: INE (2015), base 2011

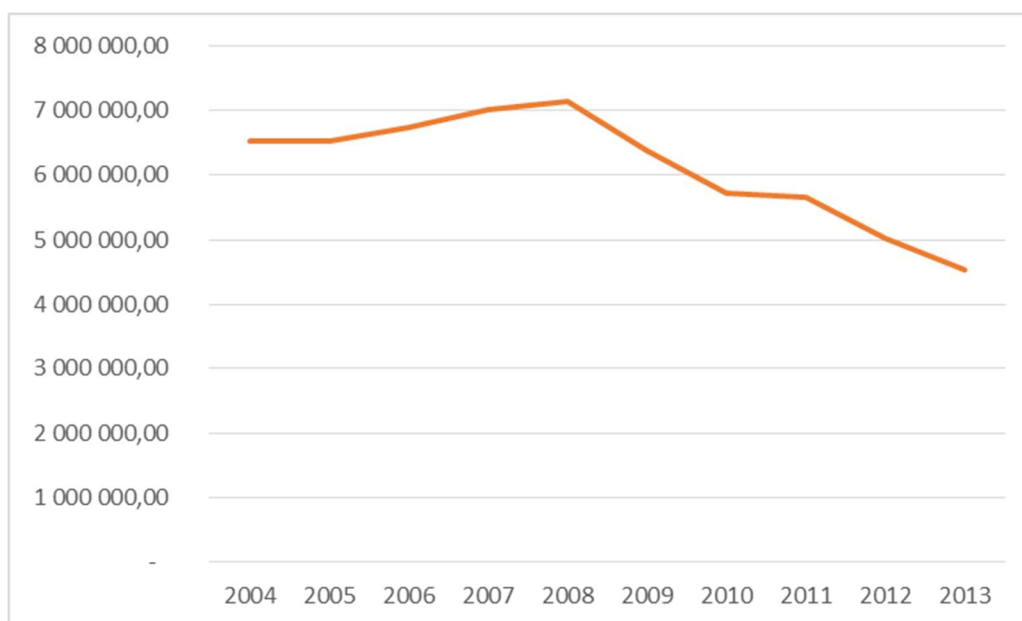
Relativamente à evolução do tecido empresarial, segundo os dados apresentados pela Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM) em 2015, o auge da atividade empresarial registada nos últimos anos foi registado em 2008 ascendendo as 22 mil empresas. Entre 1995 e 2008, a quantidade de empresas aumentou cerca de 121% e entre 2008 e 2014 decresceu cerca de 7%. Acompanhado com o decréscimo de número de empresas, presenciámos também um decréscimo no volume de negócios na região. Essa redução deve-se à crise registada em 2008 que criou repercussões negativas também a nível de emprego, Rendimento disponível e no produto interno bruto, como visto anteriormente.

Figura 11. Número de empresas na RAM



Fonte: DREM (2015)

Figura 12. Volume de negócios na RAM (milhares de euros)



Fonte: DREM (2015)

2.3.2 Centro Internacional de Negócios da Madeira

O Centro Internacional de Negócios da Madeira, também conhecido por Zona Franca de Madeira, foi criado após a autorização concedida pelo Governo da República pelo Decreto-Lei n.º 500/80, de 20 de Outubro.

Define-se como uma medida aplicada pelo Governo da República nos termos do Decreto-Lei n.º 165/86, de 26 de Junho, que visa a promoção e captação de novos investimentos para a região, voltados para o desenvolvimento económico e social da mesma. Assim, foi deliberado no Decreto Regulamentar n.º 53/82, de 23 de Agosto, a autorização de todas as atividades de natureza industrial, comercial ou financeira.¹³

Segundo Palma (2006), o contributo para o desenvolvimento económico e social realiza-se através da modernização e diversificação da estrutura produtiva de bens e serviços. Palma (2008), refere ainda que, devido às condicionantes da ilha da Madeira, tanto pela sua insularidade como pelo fato de ser zona ultraperiférica com condicionantes desfavoráveis, como é o caso de uma economia uni-setorial, o CINM veio contribuir para o desenvolvimento pretendido.

Através da autorização conferida pelo artigo 77º da Lei n.º 9/86, de 30 de Abril, o governo decreta, nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 201º da Constituição, os incentivos e benefícios fiscais com os seguintes objetivos:

- Promover a instalação de novos projetos de investimento;
- Atrair e fixar fatores de produção;
- Apoiar o arranque e a estabilização das empresas instaladas.

A mesma DL refere ainda quais os incentivos fiscais a conceder para promover e captar investimentos. Encontram-se nos seguintes artigos:

Artigo 6º. (Incentivos fiscais aos sócios)

Artigo 7º. (Incentivos fiscais às empresas)

Artigo 8º. (Incentivos fiscais às operações de capitais)

¹³ Zona Franca da Madeira, Funchal: Secretaria regional do Planeamento e Finanças, 1982

Artigo 9º. (Incentivos fiscais no âmbito da Segurança Social)

Artigo 10º. (Incentivos fiscais à transferência de tecnologia)

O Registo Internacional de Navios da Madeira é um sector diretamente relacionado com a marinha de comércio. Este sector faz parte da atividade do CINM e veio proporcionar à Madeira um papel importante no sector marítimo.

O Registo Internacional de Navios (MAR) apresenta-se como uma alternativa altamente competitiva e credível face a outros registos internacionais, permitindo uma redução dos custos operacionais na indústria marítima.

O Decreto-lei N.º 96/89, de 28 de Março, veio autorizar a criação do MAR, tendo em conta que o mesmo visa ajudar a solucionar os problemas da marinha de comércio nacional.

O Decreto-lei N.º 352-A/88, de 3 de Outubro, veio permitir a constituição e funcionamento de sociedades ou sucursais de trust off-shore na Zona Franca da Madeira.

Através do Decreto regional 22/86, de 2 de Outubro, foi permitida a atribuição da gestão do CINM a uma entidade privada. Atualmente essa gestão é realizada pela Sociedade de Desenvolvimento da Madeira.

2.3.3 Regimes do CINM

Em 1987, a Comissão Europeia autorizou, um regime de auxílios financeiros e fiscais na Zona Franca da Madeira, constituída por uma zona franca industrial, um centro de serviços financeiros, um centro de serviços internacionais e um registo marítimo internacional.¹⁴

A ZFM encontra-se sujeita exatamente às mesmas regras sobre troca de informações e supervisionamento de entidades oficiais, tais como o Banco de Portugal ou a Comissão de Mercado dos valores Mobiliários. Palma (2008), refere ainda que a ZFM configura-se como um regime fiscal preferencial e não como paraíso fiscal.

O CINM ao longo da sua existência tem vindo a ser renegociado com a Comissão Europeia, tendo então passado por diversos regimes de incentivos financeiros e fiscais.

¹⁴ Auxílio estatal N 222/A/2002

Todavia, é de salientar que as frequentes alterações ao regime fiscal da ZFM, de acordo com Xavier (2014), em nada têm contribuído para a solidificação da imagem ZFM como centro de negócio seguro e competitivo à escala internacional.

Neste subcapítulo é abordado o IV regime da ZFM (atual) e é feita uma comparação entre esse regime e os precedentes. O IV regime apresenta as seguintes características:

IV Regime da ZFM (atual)

O quarto e atual regime rege-se pelo art. 36º A do EBF, foi aprovado pela Lei Nº 65/2015, de 1 de julho. Este novo regime é aplicável às entidades licenciadas na ZFM a partir de 1 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2020 e tem como termo para produção de efeitos 31 de dezembro de 2027.

Este regime, à semelhança do anterior, apresenta muitas homogeneidades, sendo as alterações bastante ínfimas.

De acordo com os termos do quarto regime, tal como consensualizado pela Comissão Europeia, as sociedades licenciadas na ZFM ao abrigo deste regime beneficiarão de uma taxa reduzida em sede de IRC de 5%.

Tal como previsto nos regimes anteriores, existem condições que as entidades devem reunir de forma a beneficiar do presente regime. As condições citadas mantêm-se inalteráveis, logo as entidades devem atender um dos seguintes requisitos:

- Criação de um a cinco postos de trabalho nos primeiros seis meses de atividade e realizar um investimento mínimo de 75.000 euros na aquisição de ativos fixos, corpóreos ou incorpóreos, nos dois primeiros anos de atividade;
- Criar seis ou mais postos de trabalho nos primeiros seis meses de atividade;

Uma das alterações face ao antecedente regime é a introdução de limites máximos anuais aplicáveis aos benefícios fiscais nunca antes previsto no EBF. Com a aplicação desses limites as entidades ficam então sujeitas a um dos seguintes limites:

Tabela 3. Limites máximos aplicáveis - IV Regime

20,1% do valor acrescentado bruto obtido anualmente

30,1% dos custos anuais de mão de obra incorridos

15,1% do volume anual de negócios

Fonte: art. 36º A do EBF

Como verificado nos regimes anteriores, existe outra limitação, desta vez face à tributação em sede de imposto sobre os rendimentos das pessoas coletivas. A presença de plafonds máximos à matéria coletável face ao número de postos de trabalho criados e/ou mantidos nesse exercício, é aqui também considerado. Passo a enumerar:

Tabela 4. Plafonds máximos aplicados - IV Regime

Postos de trabalho criados	Matéria coletável
de 1 a 2	2,73 milhões de euros
de 3 a 5	3,55 milhões de euros
de 6 a 30	21,87 milhões de euros
de 31 a 50	35,54 milhões de euros
de 51 a 100	54,68 milhões de euros
mais de 100	205,50 milhões de euros

Fonte: art. 36º A do EBF

As entidades licenciadas para operar na Zona Franca Industrial podem ainda beneficiar de uma dedução de 50% à coleta do IRC, tal como previsto no regime precedente, caso preencham, pelo menos, duas das seguintes condições:

- Contribuição em inovações tecnológicas de produtos e de processo de fabrico ou de modelos de negócios;
- Exercício de novas atividades de valor acrescentado;
- Fixação de recursos humanos de elevado mérito e competência;
- Melhoria das condições ambientais;
- Criação de, pelo menos, 15 postos de trabalho, que deverão ser mantidos durante um período mínimo de cinco anos.

No atual regime também vigoram benefícios fiscais aos sócios ou acionistas das sociedades licenciadas para operar na ZFM. Os atuais sujeitos, de acordo com o novo regime, gozam de total isenção em sede IRS ou IRC, até 31 de dezembro de 2027, relativamente aos lucros

colocados à disposição por essas sociedades e aos rendimentos provenientes de juros e outras formas de remuneração de suprimentos, abonos ou adiantamentos de capital por si feitos à sociedade ou devidos pelo facto de não levantarem os lucros ou remunerações colocados à sua disposição.

É importante salientar que para os sócios ou acionistas beneficiarem de tal isenção deverão ser residentes fora do território português e não ter residência ou domicílio em países, territórios, ou regiões com tributação privilegiada constantes na lista aprovada pelo Estado Português para esse efeito, de acordo com as melhores práticas internacionais.

No quarto regime, contrariamente aos regimes anteriores, as sociedades deixam de estar integralmente isentas do imposto do selo, imposto municipal sobre imóveis, imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis, derramas regional e municipal e taxas, ficando sujeitos à limitação de 80 % relativamente a cada um destes tributos.

Relativamente às atividades económicas permitidas no âmbito do atual regime, as sociedades licenciadas na ZFM podem exercer as seguintes atividades:

Tabela 5. Atividades exercidas na ZFM – IV Regime

Atividade	NACE
Indústrias transformadoras	Rev.2, secção C
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	Rev. 2, secção D, divisão 35; Rev. 2, secção E, divisões 36, 37, 38 e 39;
Comércio por grosso	Rev. 2, secção G, divisões 45 e 46;
Transportes e comunicações	Rev. 2, secção H, divisões 49, 50, 51, 52 e 53; Rev. 2, secção N, divisão 79; Rev. 2, secção J, divisão 61;
Atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	Rev. 2, secção L, divisão 68; Rev. 2, secção N, divisão 77; Rev. 2, secção J, divisões 58, 59, 60, 62 e 63; Rev. 2, secção C, divisão 33; Rev. 2, secção S, divisão 95;

	<p>Rev. 2, secção M, divisões 69, 70, 71, 72, 73 e 74;</p> <p>Rev. 2, secção N, divisão 77, grupo 77.4;</p> <p>Rev. 2, secção N, divisões 78, 80, 81 e 82;</p> <p>Rev. 2, secção P, divisão 85, grupo 85.6, classe 8560;</p> <p>Rev. 2, secção K, divisão 64, grupo 64.2, classe 64.20;</p>
Ensino superior, ensino para adultos e outras atividades educativas	<p>Rev. 2, secção P, divisão 85, grupo 85.3, classe 85.32;</p> <p>Rev. 2, secção P, divisão 85, grupos 85.4, 85.5 e 85.6;</p>
Outras atividades de serviços coletivos	<p>Rev. 2, secção E, divisão 37;</p> <p>Rev. 2, secção J, divisões 59, 60 e 63;</p> <p>Rev. 2, secção R, divisões 90, 91, 92 e 93;</p> <p>Rev. 2, secção P, divisão 85, grupo 85.5, classe 85.51;</p> <p>Rev. 2, secção N, divisões 78 e 79;</p> <p>Rev. 2, secção S, divisão 96;</p> <p>Rev. 2, secção R, divisão 91, classe 91.04;</p> <p>Rev. 2, secção J, divisão 94, grupo 94.9, classe 94.99;</p>

Fonte: art. 36º A do EBF

Estão excluídas do presente regime:

Tabela 6. Atividades excluídas da ZFM – IV Regime

As entidades que exerçam atividades intragrupo e cuja atividade principal se insira nas subdivisões 70.10 «Atividades das sedes sociais» ou 70.22 «Atividades de consultoria para os negócios e outra consultoria para a gestão» da secção M da NACE Rev. 2, bem como as entidades cuja atividade principal se insira na secção K «Atividades financeiras e de seguros» da NACE Rev. 2, sem prejuízo do disposto na parte final da alínea e) do número anterior;

As entidades que exerçam atividade nos setores siderúrgico e das fibras sintéticas, tal como definidos nos parágrafos 43 e 44 do artigo 2.º do Regulamento (UE) n.º 651/2014, da Comissão, de 16 de junho de 2014, bem como nos setores do carvão e da construção naval, nos termos da alínea a) do artigo 13.º do mesmo Regulamento;

As entidades que exerçam atividade nos setores da agricultura, da silvicultura, da pesca, da aquicultura e da indústria extrativa, nos termos das subalíneas i) e ii) da alínea c) do artigo 13.º do Regulamento (UE) n.º 651/2014, da Comissão, de 16 de junho de 2014;

As entidades consideradas empresas em dificuldade nos termos do disposto no parágrafo 18 do artigo 2.º do Regulamento (UE) n.º 651/2014, da Comissão, de 16 de junho de 2014;

As entidades sujeitas a uma injunção de recuperação, ainda pendente, na sequência de uma decisão da Comissão Europeia que declare um auxílio ilegal e incompatível com o mercado interno.

Fonte: art. 36º A do EBF

Análise comparativa dos quatro regimes

Tabela 7. Análise comparativa dos quatro regimes

	I Regime	II Regime	III Regime	IV Regime
Período de vigência	1987 – 2000	2003 - 2006	2007 - 2014	2015 - 2020
Data limite de produção de efeitos	31-12-2011	31-12-2011	31-12-2020	31-12-2027
Áreas de investimento	<ul style="list-style-type: none">• Atividades Financeiras;• Serviços Internacionais;• Registo Internacional de navios;	<ul style="list-style-type: none">• Serviços Internacionais;• Registo Internacional de navios;• Zona Franca Industrial;	<ul style="list-style-type: none">• Serviços Internacionais;• Registo Internacional de navios;• Zona Franca Industrial;	<ul style="list-style-type: none">• Serviços Internacionais;• Registo Internacional de navios;• Zona Franca Industrial;

	• Zona Franca Industrial;						
Benefícios fiscais - IRC	Isenção taxa IRC (0%)	2003 – 2004: 1% 2005 – 2006: 2% 2007 – 2011: 3%	2007 – 2009: 3% 2010 – 2012: 4% 2013 – 2020: 5%	2015 – 2027: 5%			
Plafonds limitativos (postos trabalho vs matéria coletável)	N/A	1 – 2	1,5 M€	1 – 2	2,73 M€	1 - 2	2,73 M€
		3 - 5	2 M€	3 – 5	3,55 M€	3 - 5	3,55 M€
		6 - 30	12 M€	6 – 30	21,87 M€	6 - 30	21,87 M€
		31- 50	20 M€	31- 50	35,54 M€	31- 50	35,54 M€
		51 - 100	30 M€	51 – 100	54,68 M€	51 - 100	54,68 M€
		+100	125 M€	+100	205,5 M€	+100	205,5 M€
Limites máximos aplicáveis aos benefícios fiscais	N/A	N/A	N/A	N/A	<ul style="list-style-type: none"> • 20,1% do valor acrescentado bruto obtido anualmente; • 30,1% dos custos anuais de mão de obra incorridos; • 15,1% do volume anual de negócios 		
IS; IMT; IMI; Derrama regional e municipal; emolumentos notarias e de registo	Isento	Isento	Isento	Isento	Tributado com uma redução de 80%		

Tributação de juros e dividendos	Isento	Isento	Tributados	Isento (com requisitos)
----------------------------------	--------	--------	------------	-------------------------

Fonte: art. 33º, 35º, 36º e 36º A do EBF

Numa análise comparativa entre os diferentes regimes, verifica-se que a maior variação ocorre entre o I e o II regime. No II Regime, deixam de estar abrangidas as atividades financeiras, passa a haver tributação em sede de IRC e passa a haver plafonds limitativos relacionados com postos de trabalho e a matéria coletável.

Do II para o III Regime, passou a haver tributação de juros e dividendos, que deixa de existir no atual IV Regime, desde que respeitados os requisitos. No IV Regime, verifica-se ainda uma nova limitação aos benefícios e tributação a nível de IS, IMT, IMI, derrama regional e municipal e emolumentos notariais e de registo.

2.4 Sujeitos de estudo

A seleção de fontes de dados não pode ser deixada ao acaso. Segundo Stake (2007), o investigador deverá possuir a intuição de um conhecedor para selecionar as melhores pessoas, lugares e ocasiões.

Burgess (1997), acrescenta que para além de selecionar, com acerto, os informantes privilegiados, os lugares e ocasiões, cabe ainda ao investigador controlar e gerir da melhor maneira todo o seguimento. Acrescenta ainda que o investigador é o mais importante instrumento da investigação.

Num estudo qualitativo a amostra é sempre intencional. Para Coutinho (2014), não há qualquer razão para que seja uma amostra representativa da população.

Carmo e Ferreira (1998), referem que a escolha dos futuros entrevistados deve ser adequada aos objetivos da entrevista. Pode essa escolha ser personalizada, intencional ou feita aleatoriamente dentro do universo análogo à temática em estudo. Quivy & Campenhoudt (2005), acrescentam ainda que todos estes informadores são “testemunhas privilegiadas”.

Para realizar esta investigação os sujeitos imprescindíveis para fornecer todas as informações e dados genuínos são:

- Subdiretor e gestor da Sociedade de Desenvolvimento da Madeira (SDM);
- Diretores gerais das maiores managements a prestar serviços na ZFM, nomeadamente, Dixcart, BBridges e NewCo.

- Responsáveis de empresas prestadoras de serviços na RAM;

A seleção efetuada baseia-se em dois pontos fundamentais. O primeiro recaiu sobre sujeitos imprescindíveis para a recolha de dados sobre o impacto da ZFM, nomeadamente, o subdirector e gestor da SDM e os diretores das managements, uma vez que os mesmos são os promotores da ZFM, o primeiro contato e o mais próximo das empresas sediadas na ZFM e pelo fato de serem os diretores e gestores fiduciários dessas mesmas empresas. O segundo ponto baseia-se em sujeitos prestadores de serviços às empresas sediadas na ZFM, de modo a triangular, sempre que possível, as informações prestadas pelos primeiros sujeitos.

Para Tesch, 1997, cit por Morse, p.263, “As abordagens da investigação qualitativa que se tornaram predominantes nas ciências sociais (...) exigem encontros intensos entre o investigador e as fontes de conhecimento”.

A recolha de informação indispensável foi realizada na sede de cada management e na sede da SDM como evidencia Creswell (2009).

Foi elaborado previamente um conjunto de questões importantes sobre a temática, e foi solicitado alguns dados estatísticos às managements em questão.

2.5 Instrumentos e técnicas de recolha de dados

Denzin & Lincoln, (1994, cit. por Coutinho, 2014, p.328), defendem que

“ A investigação qualitativa utiliza uma multiplicidade de métodos para abordar uma problemática de forma naturalista e interpretativa, ou seja estuda-se o problema em ambiente natural, procurando interpretar os fenómenos em termos do que eles significam para os sujeitos (...) utiliza uma variedade de materiais empíricos – estudo caso, experiência pessoal, entrevista, histórias de vida, introspeção – que descrevem rotinas e significados nas vidas dos sujeitos”.

Para Yin (1994), o nível de sucesso num estudo caso e/ou investigação científica está relacionado com critérios de validade e fiabilidade adotados. Na mesma ordem de ideias, Carmo & Ferreira (1998) referem que para assegurarmos a validade podemos utilizar a triangulação, observando o fenómeno em estudo durante um longo período e discutindo os resultados com outros investigadores. Relativamente à fiabilidade, os mesmos autores referem que “pode ser garantida sobretudo através de uma descrição pormenorizada e rigorosa da forma como o estudo foi realizado (...)”.

Segundo Tuckman (2005), cada dado obtido ou verificado deverá fazer-se acompanhar de uma prova de validade. Stake (2007), concorda com Tuckman (2005) e acrescenta que as perguntas de investigação orientam-se geralmente para casos ou fenómenos, procurando padrões de relações imprevistas, mas também outras já esperadas.

A técnica de recolha de informação poderá variar, segundo Quivy & Campenhoudt (2005), do tipo de informação que é desejado recolher, qualitativa ou quantitativa.

Normalmente a técnica de entrevista é mais utilizada para recolha de dados qualitativos.

As técnicas utilizadas na recolha de dados para a investigação desta dissertação foram: entrevistas e análise documental.

Relativamente às entrevistas, recorreu-se à entrevista semi-estruturada, por ser a mais adequada, de acordo com Patton (1990) e Bogdan & Biklen (1994), uma vez que este tipo de entrevista permite uma maior abertura com os entrevistados, transmitindo assim maior segurança ao investigador. Outra vantagem deste tipo de entrevista, segundo Bogdan & Biklen (1994), é que o investigador tem a certeza que obtém dados comparáveis entre os sujeitos.

A utilização das entrevistas como técnica de recolha de dados, deve-se também ao fato de não encontrar-se documentação disponível para responder às questões fulcrais da temática em estudo (Carmo & Ferreira, 1998) e deve-se também ao fato das entrevistas explanarem o ponto de vista dos participantes, como pensam, interpretam ou explicam o seu comportamento no contexto natural em estudo (Coutinho, 2014).

Além disso, pretende-se utilizar as entrevistas uma vez que têm como função principal revelar determinados aspetos do fenómeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo e, assim, complementar as pistas de trabalho sugeridas pelas suas leituras (Quivy & Campenhoudt, 2005).

Como orientação às entrevistas, efetuaram-se quatro guiões de entrevista (ver anexo I, II, III e IV), como sugerido por Quivy & Campenhoudt (2005) e Stake (2007). Um guião para as entrevistas realizadas às management, outro para a entrevista realizada à SDM e dois para as empresas prestadoras de serviços.

Ambos os guiões foram estruturados e definidos pelo investigador, como sugerido por Bogdan & Biklen (1994), são perguntas de respostas relativamente abertas uma vez que espera-se uma descrição de um episódio, uma ligação de fatos e/ou uma explicação (Stake, 2007).

Coutinho (2014) considera que “as entrevistas exploratórias servem para encontrar pistas de reflexão, ideias e hipóteses de trabalho e não para verificar hipóteses preestabelecidas”, recomenda então que as entrevistas deverão ser “de uma forma muito aberta e flexível e que o investigador evite fazer perguntas demasiado numerosas e precisas”.

Pretende-se, através das entrevistas, verificar possíveis triangulações, como sugerido por Carmo & Ferreira (1998) e Coutinho (2014), que não seriam possíveis através da observação.

Coutinho (2014) aborda as ameaças às entrevistas. Desmistifica duas ameaças, os desvios do observador e o efeito observador. Os desvios do observador ocorrem quando a perspetiva ou opiniões do investigador relativamente aquilo que vê ou escuta influenciam na recolha de dados. A segunda ameaça acontece quando a presença do investigador leva os participantes a comportarem-se de forma diferente.

A interação direta é uma questão chave da técnica de entrevista. Para Carmo e Ferreira (1998), a interação direta faz com que no ato de entrevistar se tenha de gerir três problemas, designadamente a influência do entrevistador no entrevistado, as diferenças que entre eles existem (de género, de idade, sociais e culturais) e a sobreposição de canais de comunicação.

Um dos maiores obstáculos, segundo Burgess (1997), reside na distância social perceptível entre o investigador e o investigado. Salienta ainda que o investigador detém o polo do poder.

Relativamente à análise documental, procedeu-se à utilização desta técnica uma vez que serve como substituto de registos de atividade que o investigador não poderia observar diretamente (Stake, 2007).

Através desta análise, pretende-se adquirir informações e dados que auxiliam na compreensão de fatos e possibilitam a criação de relações, ou seja, facilitam a reconstrução de fatos e seus precedentes (Pimentel, 2001).

Com a análise documental, pretende-se complementar os dados recolhidos através das entrevistas e criar possíveis relações, como refere Moreira (2005).

Ludke & André (2013) também concordam com a utilização da análise documental como complemento de outras técnicas. Os autores defendem que, a análise documental é uma técnica valiosa de abordagem de dados que complementa as informações obtidas por outras técnicas, que poderá desvendar novos aspetos ou solidificar as informações já recolhidas.

A análise documentada, para Santos (2000), apreende os documentos como base para o desenvolvimento do estudo. Santos (2000) e Laville & Dionne (1999), apresentam alguns

exemplos de documentação, nomeadamente relatório, ofícios, tabelas estatísticas, notas, diários, documentos informativos, arquivos pessoais, publicações administrativas, fotografias, publicações administrativas, entre outros.

Stake (2007), afirma que “quase todos os estudos verificam alguma necessidade de examinar jornais, relatórios anuais, correspondência, atas de reuniões e coisas do género”.

No que respeita à análise de dados, pretende-se nesta investigação consultar os dados disponibilizados pela SDM relativamente à evolução dos postos de trabalho e dos registos de empresas, bem como consultar informação disponível no INE relativamente ao contributo das empresas sediadas na ZFM para o PIB da RAM, e os relatórios de contas da RAM. A análise a estes documentos irá permitir confrontar a informação recolhida nas entrevistas com a pesquisa documental. Como afirma Saint-Georges (1999), “a pesquisa documental apresenta-se como um método de recolha e de verificação de dados: visa o acesso às fontes pertinentes, escritas ou não, e, a esse título, faz parte integrante da heurística da investigação”.

Bardin (1977), salienta que a análise documental é muito importante e que devemos interpretar os dados, pois os mesmos constituem indicadores para o trabalho a desenvolver.

Segundo Richardson (1999), existem duas fontes para transmitir os fenómenos sociais, a primeira é a comunicação oral, que permite observar os fenómenos e comunica-los. Não obstante, tais comunicações poderão sofrer alterações perdendo assim a sua fiabilidade. A segunda é a comunicação escrita que regista os fatos sociais que ocorrem diariamente. Esta segunda fonte permite obter dados com confiabilidade e sem distorção ao longo do tempo.

Gil (2008) aborda positivamente o uso da análise documental e corrobora da mesma opinião de Stake (2007), defendendo que esta técnica serve para comprovar evidências ou identificar ocorrências que não estariam ao alcance do observador. Salientam ainda que, o uso desta técnica é ainda justificada pelo baixo custo uma vez que a sua consulta normalmente é gratuita e pela estabilidade das informações uma vez que se tratam de “fontes fixas”.

Contudo, a análise documental apresenta determinadas limitações. O mesmo autor aborda essas limitações que são frequentemente criticadas. Uma primeira limitação prende-se ao fato da existência de possibilidade dos dados serem manipulados, tornando-se assim fontes sem fiabilidade. Salienta ainda o fato de muitas vezes os dados apresentados serem amostras não representativas.

2.6 Técnica de análise de dados

Segundo Wolcott (1994), a análise de dados deve ser dividida em três fases: descrição, análise e interpretação. A primeira fase compreende selecionar e redigir os dados originais obtidos e registados pelo investigador. Na segunda fase, são organizados os dados registados na fase anterior onde se devem identificar e destacar os fatores chave do estudo. Por fim, a última fase respeita à obtenção de significados e conclusões.

Miles e Huberman (1994), salientam que as conclusões alcançadas estão dependentes do método utilizado, da quantidade e qualidade das notas tiradas e da experiência do investigador.

Nesta investigação, a técnica de análise de dados utilizada foi a análise de conteúdo. Essa foi a técnica escolhida por ser a utilizada com mais frequência, segundo Campos (2004), em estudos qualitativos.

A análise de conteúdo, segundo Bardin (1977), consiste num conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utilizam procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

O processo de análise de conteúdo envolve três etapas. Bardin (1977) organizou essas etapas da seguinte forma: i) Pré-análise; ii) Exploração do material; iii) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A primeira etapa consiste em organizar toda a informação a ser analisada. O objetivo desta etapa é tornar toda a informação operacional e pronta a ser trabalhada na etapa seguinte.

Nesta etapa começou-se por efetuar uma leitura “flutuante” por todos os documentos, dados recolhidos e pelas respostas obtidas na entrevista. Logo de seguida, foram selecionados os documentos e dados pertinentes a serem analisados. A fase seguinte desta primeira etapa consistiu na formulação de hipóteses e objetivos.

A segunda etapa da análise de conteúdo consiste na exploração do material. Esta etapa é uma etapa importante, pois possibilita ou não a riqueza das interpretações e inferências.

O objetivo desta segunda fase prende-se na implementação de categorias, classificações e codificações. Nesta fase os dados recolhidos passaram a estar dispostos de uma forma organizada e agrupada que facilitam as interpretações e inferências.

A terceira e última etapa, contempla o tratamento dos resultados obtidos, inferência e a interpretação. Esta etapa foi realizada tendo em conta os objetivos propostos.

Merriam (2007) concorda com Bardin (1977), e defende a utilização do método comparativo constante de modo a selecionar de forma estratégica os dados obtidos. Assim, é possível construir categorias de dados utilizando-as como ponto de partida na análise interpretativa dos dados.

Capítulo III – Apresentação e análise de dados

A presente dissertação propôs-se a investigar a influência do CINM para o desenvolvimento regional. Para tal, e de modo a prosseguir com a investigação, procedeu-se através da análise de dados a uma análise interpretativa aos dados recolhidos e observados utilizando as técnicas abordadas no subcapítulo anterior.

Assim, e de acordo com a análise de conteúdo, são expostos neste capítulo os resultados, as interpretações e as inferências desta investigação.

Optou-se por dividir este capítulo em seis subcapítulos. No primeiro subcapítulo é feita uma apresentação das empresas entrevistadas. Os restantes subcapítulos são referentes às entrevistas e à análise de documental.

Decidiu-se organizar a sua análise em cinco blocos: Formação dos entrevistados, Ligação à ZFM, contributo da ZFM às empresas locais, População ativa na ZFM e por fim o contributo da ZFM para o desenvolvimento regional.

O bloco referente à formação dos entrevistados contempla o percurso académico dos mesmos. Também é abordada neste subcapítulo a importância que as formações têm para os próprios, assim como, qual a mais-valia do capital humano para os entrevistados.

No subcapítulo seguinte são abordadas algumas informações sobre a ZFM. Nesse sentido, obtiveram-se informações nas entrevistas sobre as empresas sediadas na ZFM, regimes de benefícios fiscais e perfil do investidor.

No terceiro bloco é feita uma abordagem do contributo das empresas sediadas na ZFM para as restantes empresas locais. Neste subcapítulo a opinião dos entrevistados foi fulcral uma vez que é muito difícil encontrar ou cruzar indicadores de modo a chegar a uma conclusão.

No quarto subcapítulo é abordada a população ativa na ZFM. Nesse sentido, obtiveram-se informações sobre o número de funcionários nas empresas, a sua escolaridade, o seu salário médio e a importância da formação contínua no percurso profissional dos mesmos.

Por fim, no último bloco, é abordado o contributo da ZFM para o desenvolvimento regional. Neste subcapítulo, sempre que possível, confrontamos as opiniões dos entrevistados com os indicadores de desenvolvimento abordados no subcapítulo 1.6. Posto isto, neste subcapítulo, são abordados os investimentos provenientes das empresas sediadas na ZFM, a contribuição

das mesmas para o PIB regional, o contributo da ZFM para o bem-estar, qualidade de vida e rendimento da população, e por último, os objetivos da ZFM.

3.1 Apresentação das empresas entrevistadas

A **Dixcart Management (Madeira), Lda** foi fundada em 1988 e está localizada na Rua dos Ilhéus, 6, 9000-176 Funchal, Madeira, Portugal.

A Dixcart Management (Madeira), Lda é uma sociedade limitada registada com número de identificação fiscal 511031513. A sua classificação de atividade económica é (69200) – Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal e está registada na ZFM com a licença 00060/90.05/11. Esta empresa pertence ao grupo Dixcart, já com mais de 40 anos de existência, atualmente presente em inúmeras jurisdições e contam com dez escritórios espalhados pelo globo, nomeadamente em, Chipre, Jersey, Ilha de Man, Madeira, Malta, Névis, Portugal, África do Sul, Suíça e Reino Unido.

Os serviços prestados pela Dixcart incluem serviços na área marítima e aérea, prestação de serviços às empresas e prestação de serviços a particulares.

A **Newco Corporate Services, S.A.** foi fundada em 1990 e encontra-se localizada na Rua Doutor Brito Câmara, 20, 1º andar, 9000-039 Funchal, Madeira, Portugal.

A Newco é uma sociedade anónima registada com o número de identificação fiscal 511037570 e a sua classificação de atividade económica é (82990) – Outras atividade de serviços de apoio prestados às empresas, n.e. Esta empresa é um Corporate Services Provider independente, sob a sua anterior marca New Madeira, conta com mais de 25 anos de experiência, está atualmente em duas jurisdições e tem quatro escritórios, nomeadamente em, Lisboa, Madrid, Malta e Madeira.

Esta empresa presta serviço na área marítima e prestação de serviços às empresas.

A **BBridges Business Services, Lda** foi fundada em 2014 e está sediada na Rua da Alfândega, 78, 3º andar, 9000-059 Funchal.

A Bbridges é uma sociedade limitada registada com o número de identificação fiscal 513169920 e a sua classificação de atividade económica é (70220) – Outras atividades de consultoria para negócios e gestão. Apesar de ter sido constituída há relativamente pouco tempo, esta empresa conta com profissionais com mais de 10 anos de experiência nessa área.

Esta empresa presta serviços de consultoria económica e de gestão, serviços de apoio à gestão de empresas, prestação de serviços de marketing, apoio à gestão de recursos humanos, análise de projetos de investimento e serviços conexos.

A **Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, S.A.** foi criada em 1984 e está localizada na Rua da Mouraria, 9, 1º andar, 9000-047 Funchal, Madeira, Portugal.

A SDM é uma sociedade anónima registada com o número de identificação fiscal 511025971. A sua classificação de atividade económica é (82990) - Outras atividade de serviços de apoio prestados às empresas, n.e.

Esta empresa atualmente é a responsável pela exploração da ZFM em regime de serviço público. Faz parte das suas responsabilidades receber e emitir licenças de instalação e funcionamento no CINM, proceder à cobrança das taxas de instalação e anuais devidas à RAM pelas empresas instaladas e embarcações registadas, que constituem receita pública. A SDM é ainda responsável por desenvolver eficazmente o programa do CINM, dando cumprimento aos objetivos para os quais este foi criado.

A **Casa Legal - Mediação Imobiliária, Unipessoal Lda** foi criada em 2004 e está sediada na Rua das Virtudes, 40, bloco B, loja Q, 9000-645 Funchal, Madeira, Portugal.

A Casa Legal é uma sociedade limitada registada com o número de identificação fiscal 511244312. A sua classificação de atividade económica é (68311) – Atividade de mediação imobiliária.

Esta empresa presta serviços imobiliários na RAM à sociedade Portuguesa e estrangeira. A Casa Legal presta igualmente serviços às empresas locais, sediadas ou não, na ZFM.

A **A. Jacinto & Pereira da Silva Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda**, foi criada em 2003 e está sediada no Campo Grande, 28, 1700-162, Lisboa, Portugal.

A A.Jacinto & Pereira da Silva, SROC, Lda é uma sociedade limitada registada com o número de identificação fiscal 506388557. A sua classificação de atividade económica é (69200) – Atividade de Contabilidade e Auditoria; Consultoria Fiscal. Encontra-se inscrita na Lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 182.

Esta empresa presta serviços de auditoria financeira, consultoria fiscal, consultoria financeira, serviços para negócios internacionais e formação a empresas Portuguesas, inclusive, empresas sediadas na ZFM.

3.2 Percurso académico e profissional dos entrevistados

De modo a conhecer os entrevistados e investigar a importância da formação no seu percurso, começou-se por conhecer o nível académico e o percurso profissional dos mesmos.

Relativamente ao percurso académico, o entrevistado A disse: “Sou licenciada em Direito, terminei a minha licenciatura em 1996”, o entrevistado B afirmou: “Sou licenciado em Economia, terminei a licenciatura em 1996. Possuo uma pós-graduação na área de Fiscalidade, tirei no ano 2000”. O terceiro entrevistado, o C, é formado em Direito e pós-graduado em Fiscalidade, conforme a seguinte afirmação: “Sou licenciado em Direito, concluí a licenciatura em 1994 e no ano 2004 tirei uma pós-graduação em Fiscalidade”. O entrevistado D afirmou: “Sim, em Gestão de Empresas, terminei em 1999. Tenho também um MBA em Gestão de Negócios Internacionais”. O entrevistado E disse: “Tenho o ensino secundário”. Por fim o entrevistado F disse: “Sou licenciado em Economia pela Universidade Nova de Lisboa.”

Nas entrevistas, analisou-se também, qual a postura dos entrevistados relativamente à procura de formação, qual a importância dada às formações e qual é a sua influência no percurso profissional.

O entrevistado A, D, E e F demonstraram ter uma procura ativa em formações, salientando que procuram formações diversas vezes ao ano. O entrevistado A disse: “Sim, procuro e bastante, várias vezes ao ano. Normalmente na área de direito laboral e contencioso tributário”. Por sua vez, o entrevistado D afirmou: “Tenho procura ativa, procuro na área de economia, na área de fiscalidade internacional e na área política também. Procuro conforme sentir necessidade, no entanto normalmente 2 a 3 vezes ao ano com certeza”. O entrevistado E disse: “Tenho procura ativa, normalmente de 6 em 6 meses. São nas áreas de mediação e angariação imobiliária, gestão de empresas imobiliárias, avaliação de imóveis, comercialização e marketing imobiliário.” Por fim, o entrevistado F disse: “Tenho procura ativa (...) procuro diversas vezes ao ano consoante as necessidades (...) na área de fiscalidade e auditoria.”

Comparativamente, os entrevistados B e C demonstraram uma procura passiva em formações. O entrevistado B, refere que a procura de formações está relacionada com as suas necessidades, como podemos ler na seguinte afirmação: “Hoje em dia não faço formação anual, a última formação que fiz foi há três anos em Harvard. A procura é conforme as minhas necessidades. Normalmente são na área fiscal e de gestão de empresas”. Por outro lado o entrevistado C, afirma que a falta de disponibilidade impede-o de ter uma procura ativa, no entanto demonstrou interesse em atender uma formação a curto prazo, como consta na seguinte afirmação: “Não

tenho tido disponibilidade para tirar formações, espero no futuro próximo conseguir arranjar algum tempo para dedicar-me à formação. Faz parte dos meus planos”.

Relativamente à importância da formação para o capital humano, todos os entrevistados afirmam que a formação é importante e imprescindível para a sua carreira. Para o entrevistado A, existe uma necessidade de atualizar-se, principalmente na área de Direito, como podemos constatar na seguinte afirmação: “Acho que a formação é importantíssima em especial na nossa área [direito], trabalhando numa área que é muito fiscal temos de estar sempre atualizados, ainda por cima a nossa legislação é muito complexa e sempre a sofrer alterações”.

Por outro lado, o entrevistado B, considera que a concorrência existente nos mercados cria a necessidade das pessoas procurarem mais formação de maneira a vencerem nos mercados. Essa interpretação é sustentada pelo seguinte discurso: “Obviamente que sim, hoje em dia o mundo é muito concorrencial, as coisas são cada vez mais específicas e, portanto, sem formação geral e específica é muito difícil de vencer nos mercados”.

O entrevistado C, refere que as formações, são essenciais para adquirir competências, desenvolver capacidades e iniciativas, como podemos constatar na seguinte afirmação: “Considero importante, a formação bem direcionada pode dar um contributo determinante para o bom desempenho organizacional”.

Para o entrevistado D, a formação é fundamental para encarar os desafios profissionais de uma forma mais organizada. Relativamente ao exposto, o entrevistado D disse: “Absolutamente. A formação académica permite termos uma base científica para podermos desenvolver as atividades a nível prático, também permite-nos encarar a nível profissional todos os desafios de uma forma mais organizada”.

O entrevistado E afirma que a formação é importante para criar ou melhorar as bases existentes. Refere que, através das formações conseguimos mais facilmente ultrapassar as barreiras existentes no mercado. O entrevistado E disse “as formações são importantíssimas para preparar os profissionais para ultrapassar as barreiras existentes no mercado de trabalho. Serve também para criarmos bases mais consistentes.”

Por sua vez, o entrevistado F, considera que o papel fundamental das formações é preparar os profissionais para responderem às exigências do mercado. O entrevistado F referiu: “Sim [a formação é fundamental], a constante mudança da atividade económica faz com que só através de uma constante e permanente formação se consiga responder às exigências que são impostas.”

No que respeita à importância do Capital Humano (CH) para as empresas, as opiniões dos entrevistados vão ao encontro às ideias de diversos autores, tais como Barro & Sala-i-Martin (2004), Ruggeri (1998), Schultz (1960) e Zafalon, Duarte & Rodrigues (2006). Os entrevistados consideram que o CH é um fator fundamental para o crescimento económico, evolução e sustentabilidade das empresas. O entrevistado A, refere que as empresas que trabalham com o estrangeiro dependem de uma estrutura rica em CH. Esta interpretação é baseada pela seguinte afirmação: “sim [considera o capital humano uma mais valia para as empresas], em especial na ZFM, trabalhando com empresas estrangeiras e algumas trabalhando em áreas mais complexas do que é normal [mercado regional], acho que o capital humano é importantíssimo”.

O entrevistado B, reforça a importância do CH, afirmando aquilo que faz diferença numa empresa são as pessoas. Salienta ainda que, os conhecimentos linguísticos são de extrema importância principalmente dentro do CINM. O entrevistado B fez o seguinte discurso: “Dentro do CINM diria que as línguas são de extrema importância (...) olhando para a nossa empresa, que é uma empresa prestadora de serviços, o que faz a diferença são as pessoas, são elas que se dedicam a todas as áreas funcionais da empresa”.

Para o entrevistado C, o CH é o motor da empresa. Considera que no mercado bastante competitivo, o CH é o que faz a diferença. O entrevistado C fez a seguinte afirmação: “considero fundamental o capital humano, é o motor do desenvolvimento das empresas. Nos dias de hoje, temos um mercado bastante competitivo, o capital humano faz toda a diferença”.

Relativamente a este assunto, o entrevistado D disse: “considero o capital humano o fator mais valioso dentro de uma organização”.

Para o entrevistado E, o CH é importante. Considera que o CH irá trazer mais valor agregado à empresa, o que permitirá que a empresa alcance os seus objetivos. Este entrevistado disse: “O CH fará com que a empresa alcance os seus objetivos, o CH é quem traz mais valor à empresa”.

Por fim, o entrevistado F afirmou que, é o CH que faz a diferença dentro das organizações. Considera que as decisões são concebidas pelas pessoas e que é das ideias que as organizações dependem.

No que respeita ao percurso profissional dos entrevistados, procurou-se saber qual o seu perfil de mobilidade de empregos e qual o seu percurso profissional. Por um lado, estamos perante os entrevistados C e F, que apresentam um perfil de mobilidade baseado na rotatividade.

O entrevistado C já fez parte de quatro sociedades de advogados e de quatro managements. No decurso da sua atividade profissional passou por diversos cargos, como podemos constatar no seguinte discurso:

“Ao longo dos meus vinte e cinco anos no mercado de trabalho passei por quatro sociedades de advogados e por quatro managements (...) comecei como estagiário, depois associado júnior, associado sénior, fui sócio de três sociedades de advogados, e gerente de duas sociedades de gestão de ativos de fundos de investimento. Atualmente ocupo o cargo de gerente nesta management”.

Por outro lado, o entrevistado E já foi gestor de stock, gerente de supermercado, técnico de redes informáticas e de telecomunicações, comercial no ramo imobiliário e atualmente é sócio gerente da Casa Legal.

Relativamente aos entrevistados B, C, D e F, apresentam um perfil de mobilidade baseado na longevidade. No decorrer dos seus percursos profissionais, os entrevistados B e C apenas tiveram uma experiência profissional antes de ingressarem na atual empresa. O entrevistado B disse:

“Praticamente logo que terminei o meu curso, em 1996, vim trabalhar na ZFM, antes de vir para esta empresa trabalhei num escritório de advogados que trabalhava para a ZFM (...) a minha mudança de empresa deve-se ao fato do escritório de advogados para o qual trabalhava ter vendido a sua carteira de clientes da ZFM à esta empresa (...) atualmente ocupo o cargo de gerente, até há dois anos ocupava o cargo de advogada da empresa”.

O entrevistado C afirmou:

“Eu não tive grande mobilidade, tive uma experiência no governo regional, fui administrador de um fundo comunitário, todo o meu restante percurso foi aqui, entrei nesta empresa em 1996, comecei como assistente de contabilidade, fui subindo e já há dez anos que sou Managing Partner nesta empresa”.

Relativamente ao entrevistado D, entrou para o mercado de trabalho no ano 1999 e desde então tem trabalhado sempre na mesma empresa, como consta na seguinte afirmação: “Tenho mantido o mesmo emprego desde que entrei no mercado de trabalho, comecei por assistente, depois passei a gerente e ocupo o cargo de subdirector há 4 anos”.

Por fim, o entrevistado F, afirmou: “Iniciei a minha carreira profissional no ano 1985 (...) comecei por economista, depois fui técnico da Autoridade Tributária e nos últimos 15 anos sou consultor fiscal e auditor”.

3.3 Ligação das empresas entrevistadas à ZFM

De maneira a investigar a ligação das empresas entrevistadas à ZFM e apresentar o seu contributo nesta investigação, começou-se por questionar os entrevistados sobre o universo de jurisdições onde atuam. Verificou-se que, todas as managements entrevistadas atuam em diversas jurisdições, e que a procura da ZFM tem vindo a diminuir.

A empresa do entrevistado A é a empresa mais antiga, a que dispõe de mais escritórios e a que trabalha com mais jurisdições. O entrevistado A disse:

“Trabalhamos com muitas, numa management trabalhamos com tudo o que é país, é difícil de quantificar. Temos atualmente 10 escritórios nas principais jurisdições, nomeadamente Madeira, Portugal, Chipre, Malta, Jersey, Suíça, Reino Unido, África do Sul, Ilha de Man e em Névis (...) a maioria está sediada em Portugal”

Os entrevistados B e C, afirmam que, atualmente, Malta é a praça com mais procura. Justificam que essa procura deve-se ao fato do regime fiscal em Malta ser mais abrangente que o regime da ZFM. Nesse sentido o entrevistado B afirmou: “Estamos em duas, na ZFM e em Malta (...) neste momento em Malta a procura é maior, uma vez que o regime lá aplica-se a muitas mais situações do que a ZFM”. Por sua vez o entrevistado C disse: “Estamos a trabalhar em cinco jurisdições, estamos em Malta, ZFM, Panama, BVI e Chipre (...) a maioria das empresas com que trabalhamos estão sediadas em Malta, o regime é mais abrangente”.

Procurou-se saber qual foi o número máximo de empresas que geriram e em que ano atingiram tal valor, e qual o número de empresas atual. É notória a redução de empresas em todas as managements, como consequência das mudanças de regimes. Todos os entrevistados consideram que o pico mais alto deu-se no ano 2000, ano em que terminaram as licenças do I regime.

Nesse sentido, o entrevistado A referiu: “Neste momento ronda as duzentas empresas (...) no máximo foram cerca de dois mil (empresas) no ano 2000, quando terminaram as licenças do primeiro regime.” O entrevistado B afirmou: “Temos duzentas e muitas empresas (...) foram cerca de quinhentas no ano 2000”. Por fim, o entrevistado C disse: “Atualmente estamos a

trabalhar com cerca de cento e vinte empresas (...) o máximo [de empresas com que trabalharam] foi de quatrocentas e vinte no ano 2000”.

Por sua vez, o entrevistado D, que trabalha na SDM, confirmou que o pico mais alto de empresas sediadas verificou-se no ano 2000, ano que findaram as licenças do primeiro regime, como consta na seguinte afirmação: “Atualmente temos aproximadamente mil e novecentas empresas sediadas (...) de memória diria que o máximo foram cerca de seis mil empresas no ano 2000”.

Os entrevistados também referiram que a atividade predominante dessas empresas é a prestação de serviços. No entanto, tanto o entrevistado B como o C referem ainda a existência de atividades de holding, como podemos contatar nos seguintes discursos: O entrevistado B disse: “As principais atividades são de serviços internacionais, atividades de holding e gestão de propriedade intelectual”; o entrevistado C afirmou: “A maioria das atividades são de serviços, trading e de investimentos”.

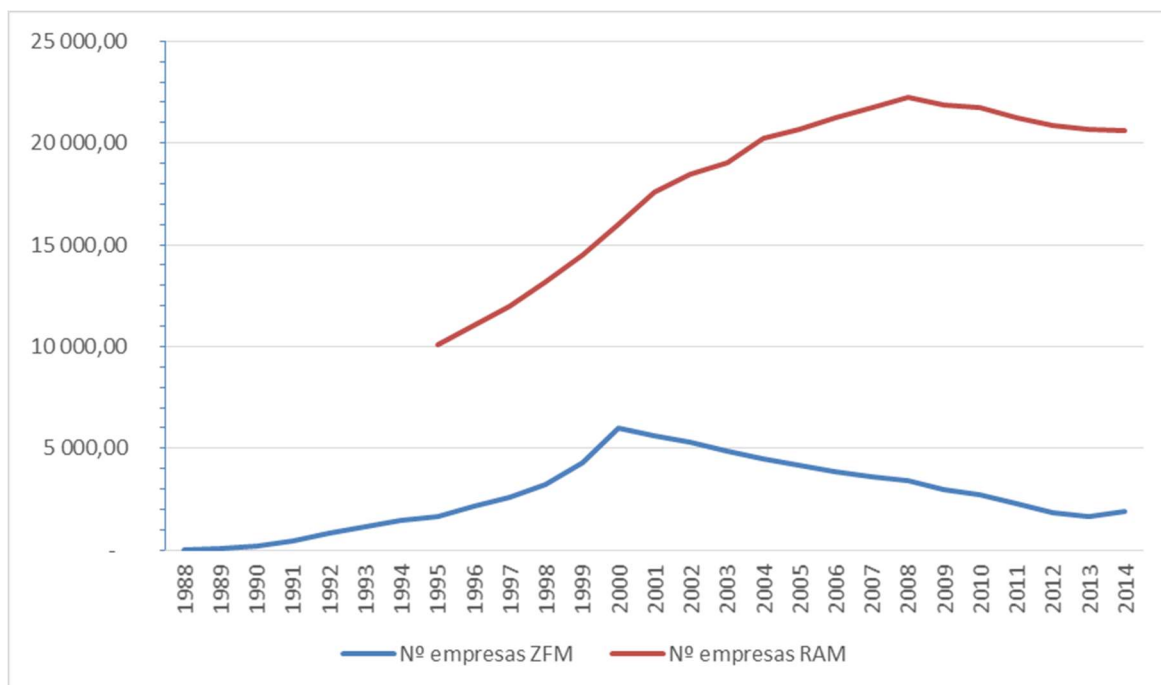
O entrevistado D afirmou: “São principalmente empresas prestadoras de serviços, trading, SGPS e o shipping”.

Por fim, o entrevistado F, afirmou que as empresas sediadas na ZFM a que presta serviços de auditoria e consultoria fiscal são ligadas à área de shipping e trading. O entrevistado disse: “são empresas de trading e de shipping, nomeadamente transporte marítimo no mercado do óleo e gás natural (...) também já prestamos serviços esporádicos a empresas industriais”.

De modo a entender o trajeto e o trabalho realizado na ZFM ao longo dos seus 28 anos de existência, questionou-se aos entrevistados qual foi o regime em que houve mais adesão e confiança por parte dos investidores, e quais foram as consequências das mudanças de regime.

Todos os entrevistados afirmaram que o regime onde verificou-se maior adesão foi o primeiro, até ao ano 2000. Segundo os dados apurados na SDM (2015), nesse ano verificou-se 5.978 empresas sediadas na ZFM, o que representou 37% das empresas na RAM.

Figura 13. Sociedades na RAM vs Sociedades no CINM



Fonte: SDM (2015) e DREM (2015)

Nota: Não foi possível obter o número de sociedades na RAM entre 1988 e 1995.

Relativamente ao regime que transmitiu maior confiança aos investidores, as opiniões divergem-se. Para o entrevistado B, o regime que transmitiu maior confiança foi o primeiro, justificando-se pelo fato de haver maior procura nesse regime, como podemos constatar na seguinte declaração: “O primeiro regime, a maior adesão foi nesse regime, foi aquele isento de imposto. Até ao ano 2000 tivemos muitos investidores.”

O entrevistado A, considera que a maior adesão verificou-se no I regime, no entanto, considera que o II regime foi aquele que transmitiu mais confiança. O entrevistado refere que o fato de ser obrigatório as empresas terem substância despertou interesse nos investidores. Nesse sentido, o entrevistado A disse:

“Maior adesão eu diria que foi o primeiro regime (...) se definirmos confiança o fato de se ter vendido muito, foi o primeiro regime [que transmitiu mais confiança], mas na verdade o mundo mudou muito e o fato de termos agora um regime que obriga a ter substância, também dá alguma confiança aos investidores, significa que eles conseguem

comprovar que tem algum tipo de substância cá e que não são empresas fantasmas. Diria que o regime que transmitiu mais confiança foi o segundo”

O entrevistado C partilha da mesma opinião do A, afirmando que o regime que transmitiu mais confiança foi o segundo, como podemos constatar na seguinte afirmação: “Foi o primeiro regime, foi o único regime isento de impostos, daí a adesão, no entanto penso que o regime que transmitiu mais confiança aos investidores foi o segundo regime”.

Para o entrevistado D, a confiança dos investidores foi a mesma em todos os regimes. O entrevistado justifica a sua opinião dizendo que todos os regimes passaram pelos mesmos mecanismos de autorização. A seguinte ilação é baseada no seguinte discurso:

“O primeiro regime, por várias razões, primeiro porque era um regime bastante favorável, tinha 0% de imposto, depois porque não tinha muitas obrigações em termos de requisitos, substância. Era um regime que era facilmente utilizado pelas empresas sem limites, nem restrições (...) Relativamente à confiança, eu diria que, no que diz respeito aos regimes propriamente ditos, a confiança é a mesma uma vez que todos os regimes passam sempre pelos mesmos mecanismos de autorização na comissão europeia”.

Através das entrevistas realizadas, verificou-se que as alterações de regimes trouxeram consequências negativas à ZFM. Para os entrevistados, as principais consequências foram a saída de investidores para outras jurisdições e a insegurança passada para o exterior.

Os entrevistados, à semelhança de Oman (2000), consideram ainda que, a estabilidade política é um fator determinante para atrair a confiança dos investidores. Nessa ordem de ideias, os entrevistados consideram que a instabilidade política na região foi determinante para a mobilização de investidores. Nesse sentido, o entrevistado A disse: “Negativas, levando à saída em massa de empresas (...) as mudanças de regimes fazem com que exista mobilidade dos investidores para outras jurisdições. As razões são sempre fiscais. O problema da ZFM é a instabilidade política”.

Para o entrevistado B, os regimes foram desmelhorando ao longo do tempo. Além disso, refere que os investidores estão constantemente à procura de melhores condições e oportunidades para as suas estruturas, permitindo assim uma mobilização entre jurisdições consoante as suas necessidades. Esta inferência é baseada pelo seguinte discurso:

“Em geral negativas. As alterações de regimes foram negativas porque os regimes foram piorando ao longo do tempo o que trouxe alguma insegurança. A instabilidade política

é determinante, para além de terem havido promessas para algumas alterações de regime que não aconteceram (...) o capital é móvel, e as pessoas estão sempre à procura de melhores oportunidades, por isso existe a mobilidade de investidores, andam sempre de um lado para o outro.”

O entrevistado C, acrescenta ainda que, a mobilização de empresas para outras jurisdições representou um prejuízo à região. Justificou tal afirmação salientando que essas empresas representavam receita fiscal para o estado e contribuía para o aumento de empregabilidade. Esta ilação é perceptível na seguinte afirmação:

“Sem dúvida negativas (...) o efeito imediato foi a saída significativa de empresas que cá estavam e muitas delas representavam um grande contributo para a RAM, tanto através da receita fiscal, como pela empregabilidade. Para além disso a imagem que passou para o exterior foi de instabilidade fiscal o que é um fator de grande perturbação para os investidores”.

O entrevistado D considera que, a saída das empresas sediadas na ZFM é a consequência de medidas aplicadas que fizeram com que a ZFM se tornasse menos competitiva. Medidas essas que nenhuma outra praça europeia apresentava. Relativamente a este assunto, o entrevistado D afirmou:

“Essas medidas foram, sobretudo numa primeira fase em consequência de um regime menos competitivo que foi aprovado pela comissão europeia, quem impôs um conjunto de limitações em termos de benefícios fiscais às empresas numa altura em que a Madeira foi praticamente a única jurisdição que se viu obrigada a implementar esse tipo de limitações. E numa segunda fase, esta agora já mais recente, em 2012, medidas introduzidas pelo governo da república que penalizaram o conjunto de empresas que aqui estavam, nomeadamente, abdicou de uma negociação que estava em curso para aumentar os plafonds, que deu um péssimo sinal ao mercado. A instabilidade política teve uma consequência muito grave neste tipo de setor de atividade”.

Uma vez verificada a existência de mobilidade dos investidores entre jurisdições, questionou-se aos entrevistados quais os fatores determinantes, para os investidores, na escolha da jurisdição.

Em concordância com Lecraw, Mathew & Omar (2000) e Bhallan (2012), os entrevistados consideram que um sistema fiscal atrativo é um fator importante para atrair IDE.

Nesse âmbito, o entrevistado A, em discordância com Morisset (2003), referiu que o fator predominante é o incentivo fiscal, ao invés de outros fatores, tais como, infraestruturas básicas, estabilidade política, custo e disponibilidade laboral.

Por outro lado, o entrevistado A vai ao encontro de Blomström (2002), Sequeira & Sá (2009) e UNCTAD (2015), referindo que, os incentivos fiscais são o motor principal para atrair investimentos estrangeiros. Neste sentido, o entrevistado A afirmou: “Normalmente o que eles procuram é otimizar em termos fiscais a estrutura que têm. Normalmente é por questões fiscais”.

Os entrevistados B, C e D referem ainda que a transparência é também determinante na escolha de uma jurisdição. O entrevistado B vai mais longe, e à semelhança das ideias de Oman (2000) e Blomström (2002), refere que, existem outros fatores importantes na seleção de uma jurisdição, nomeadamente, segurança jurídica, credibilidade, recursos humanos válidos, telecomunicações e infraestruturas. O entrevistado B fez a seguinte afirmação:

“Hoje em dia os clientes procuram muitas coisas diferentes, procuram não só um regime fiscal atrativo, mas também jurisdições com segurança jurídica, países com credibilidade, que tenham recursos humanos válidos, que tenham redes de telecomunicações, no fundo todas aquelas infraestruturas necessárias para estabelecerem o negócio internacional”.

Por sua vez, o entrevistado C disse: “Pela minha experiência, o que os investidores procuram [quando analisam as diferentes jurisdições] é transparência e regulação, para além dos incentivos fiscais”.

O entrevistado D afirma que depende muito do perfil do investidor, e acrescenta que regulamentação, supervisão, serviços de apoio de qualidade e uma praça credível são fatores essenciais, como consta na seguinte afirmação:

“Depende muito do perfil de investidor e da área em que atua, mas fundamentalmente o que eles procuram, pelo menos aquele que é um cliente tipo da Madeira, é transparência, supervisão, regulamentação, uma praça que seja credível e que seja reconhecida pelas organizações internacionais. Procuram um regime fiscal favorável, e procuram serviços de apoio de qualidade”.

Diversos autores, tais como Schultz (1960), Ablo (1995), Zafalon, Duarte & Rodrigues (2006) e Duarte Diniz (2010), salientam a importância do capital humano para o desenvolvimento económico e social de um país e também o seu contributo para as empresas.

Com o intuito de verificar qual a importância dada ao capital humano pelos investidores da ZFM, questionou-se aos entrevistados quais os benefícios que a ZFM e a região têm para oferecer e qual desses benefícios é predominante na decisão dos investidores.

Verificou-se que o fator fiscal é o mais importante e que apenas alguns clientes têm o fator capital humano em consideração.

Relativamente a esta temática, os entrevistados A e D, em concordância com Blomström (2002) afirmaram que no setor dos serviços o capital humano é importante. Nesse sentido, o entrevistado A disse:

“Diria que o fator fiscal é fundamental (...) o capital humano pode ser determinante para um tipo de clientes, aqueles que procuram mão-de-obra qualificada a preços competitivos. Temos clientes com estruturas grandes que ficaram positivamente surpreendidos com os trabalhadores que tiveram cá a trabalhar com eles”.

Por sua vez, o entrevistado D considera que os recursos humanos poderão ser importantes para os investidores, no entanto, salienta que, a escolha da ZFM pelos investidores se deve ao fato da ZFM ser uma praça com *know-how* e com preços mais competitivos face às outras praças europeias. Relativamente a este assunto, o entrevistado D afirmou:

“Somos uma praça reconhecida, com transparência, com supervisão e regulamentação (...) temos experiência e a praça é relativamente barata comparativamente com outras praças europeias. Temos também recursos humanos qualificados que podem ser recrutados a um preço muito competitivo face à união europeia”.

O entrevistado B, tal como o A, refere que, o capital humano poderá ser importante na escolha. No entanto, considera que no caso da ZFM o CH só será relevante caso os investidores sejam de países lusófonos. Justifica-se, afirmando que, estruturas interessadas em CH têm outras opções, porventura, mais atrativas que a ZFM, como é o caso de Malta, que apresenta um bom regime fiscal e mão-de-obra mais barata. Esta inferência é apoiada pela seguinte afirmação:

“O regime fiscal é muito bom, dentro do nicho onde se insere, o regime fiscal é muito bom, simples e seguro (...) o capital humano pode ser importante para a escolha, se for, por exemplo, uma empresa Angolana, porque vão encontrar pessoas que falam Português. Em termos gerais, não posso dizer que os clientes vêm para a Madeira porque temos melhores profissionais ou bons profissionais mais baratos, nas outras jurisdições também encontram pessoas formadas e mão-de-obra barata, como o caso de Malta”.

Para o entrevistado C, à semelhança dos restantes entrevistados, o capital humano também não será o fator fundamental, refere que só para algumas estruturas poderá ser importante. O entrevistado refere a transparência como o fator mais importante, como podemos ler na seguinte afirmação:

“As razões são variadas, diria que a transparência é a mais importante. No entanto, as razões fiscais e o fato de ser uma praça reconhecida não estando na “lista negra” são também fatores importantes (...) o capital humano poderá ser fundamental para algumas estruturas, mas não todas”.

3.4 Contributo para as empresas locais

A premissa fundamental em atrair o IDE é a criação de mais valor nos países recetores desses investimentos. De modo a verificar no IDE a existência de “spillovers effects” provenientes da abertura económica, conforme abordado por diversos autores, nomeadamente Lecraw, Mathew & Omar (2000) e Blomström (2002), decidiu-se analisar qual é o contributo das empresas sediadas na ZFM para com as outras empresas locais.

Começou-se por questionar aos entrevistados se existe alguma relação entre as empresas locais e as empresas sediadas na ZFM. Todos os entrevistados das managements afirmaram que existem relações profissionais entre ambas as partes, e que essas relações são importantes para a dinamização do mercado local.

De modo a triangular tais afirmações, foram entrevistadas duas empresas prestadoras de serviços no mercado local, uma imobiliária e uma empresa prestadora de serviços na área consultoria e auditoria, entrevistados E e F. Através desta triangulação, verificou-se que existem relações comerciais entre as empresas sediadas na ZFM e as outras empresas locais.

Nesse sentido o entrevistado A disse: “Sim, existe uma relação. Existem N empresas na RAM que são prestadoras de serviços às empresas da ZFM, nomeadamente empresas de fornecimento de material de escritório, imobiliárias, hotéis, agências de viagens, restauração, entre muitas outras.”

O entrevistado B referiu, igualmente, que existem relações, e, além disso, salientou que as empresas sediadas na ZFM são empresas iguais às empresas locais e que nesse sentido têm obrigatoriamente de se relacionarem, como consta na seguinte afirmação: “Claro que existe, além do mais as empresas da ZFM são iguais às outras empresas locais, têm de se relacionar,

têm de comprar computadores, comprar mesas, as pessoas têm de almoçar, é tudo igual, não tenho dúvidas que existe relacionamento”.

Por sua vez, o entrevistado C, refere que as empresas sediadas na ZFM têm contribuído para a dinamização do mercado local. O entrevistado C fez a seguinte afirmação:

“Esse é um fator importante [tipo de relação entre as empresas sediadas na ZFM e as outras empresas locais], sem dúvida as empresas sediadas na ZFM têm contribuído para a dinamização do mercado local. O relacionamento que existe é essencialmente prestações de serviços por parte das empresas locais às empresas da ZFM, porém, no caso da ZFI existem algumas parcerias com empresas locais. Os fornecimentos são variados, por exemplo, de construção, contabilidade e consultadoria, serviços jurídicos, alojamentos, restauração etc”.

Por fim, o entrevistado D, refere que existe um impacto enorme em todos os setores de atividade, principalmente no setor imobiliário, como consta no seguinte discurso:

“Absolutamente, digo inclusive que o impacto da atividade das empresas na ZFM nos restantes setores da atividade é muito grande. Temos, por exemplo, turismo de negócios para além do impacto nos setores dos serviços, serviços de segurança, escritórios que são alugados e necessitam de segurança, serviços de limpeza, serviços de transporte, serviços de telecomunicações, o próprio setor imobiliário beneficia muitíssimo com estas empresas, enfim, há um impacto em todos os setores de atividade da Madeira”.

Através da triangulação realizada com o entrevistado E, confirmou-se que efetivamente existe um impacto positivo no setor imobiliário. O entrevistado E confirmou que já prestou serviços a diversas empresas sediadas na ZFM, nomeadamente, aluguer de escritórios e apartamentos. Relativamente a este assunto o entrevistado E disse: “Sim, já prestamos diversos serviços a empresas sediadas na ZFM (...) normalmente é aluguer de escritórios no centro do Funchal (...) por vezes também alugamos apartamentos a funcionários estrangeiros dessas empresas, mas é mais raro.”

Para o entrevistado F, existe uma contribuição das empresas sediadas na ZFM para o mercado local, principalmente através da criação dos postos de trabalho e das prestações de serviços fornecidas pelas empresas regionais. O entrevistado afirmou que existe um aproveitamento da existência da ZFM por parte das outras empresas locais para crescerem. O entrevistado F afirmou:

“Sim, tem contribuído para a dinamização do mercado local (...) é notável principalmente na criação de postos de trabalho e prestação de serviços, nomeadamente serviços jurídicos, fiscal, contabilidade e auditoria (...) as empresas prestadoras de serviços têm aproveitado esse nicho. Como já referenciei, são diversos os serviços prestados e essas empresas têm aproveitado para crescerem”.

Uma vez verificada a existência de relações entre as empresas locais e as sediadas na ZFM, procurou-se saber se existe algum contributo da parte das empresas sediadas na ZFM para com as restantes empresas, e se as empresas sediadas na ZFM afetam de alguma maneira as restantes empresas.

Todos os entrevistados das managements estavam em sintonia ao afirmar que, nas suas opiniões, não existem consequências negativas da existência da ZFM relativamente ao mercado local.

O entrevistado A, salienta que, na sua opinião, o mercado local não conseguiu perceber o que é a ZFM e teve sempre um pouco de receio da mesma, não conseguindo assim beneficiar daquilo que a ZFM pode trazer para o mercado local. Essa interpretação é sustentada pelo seguinte discurso:

“No meu ponto de vista não prejudicam em nada (...) não [acha que as empresas da ZFM contribuem para o desenvolvimento/aprendizagem das empresas locais] com muita pena minha, acho que nunca se conseguiu, acho que o mercado local nunca conseguiu perceber o que é a ZFM e sempre teve um pouco de receio sobre a ZFM. Portanto acho que nunca conseguiu [mercado local] beneficiar daquilo que a ZFM podia trazer para eles, nomeadamente em termos de experiências e novos procedimentos”.

O entrevistado E acha que, na sua área de negócios, as empresas sediadas na ZFM em nada prejudicam as outras empresas locais, salienta ainda que, caso não fosse a ZFM muito provavelmente não teria tido esses clientes. Por outro lado acha que as empresas têm aproveitado a existência da ZFM, refere que atualmente têm vindo a ser criadas estruturas, por diversas sociedades, de modo a angariar clientes da ZFM, nomeadamente, adaptação de *coworks* como é do cowork Funchal ou do Madeira Business Center. O entrevistado E referiu:

“Não, pelo menos na minha área de negócios [as empresas sediadas na ZFM não prejudicam as outras empresas locais] até pelo contrário, se essas empresas não estivessem na Madeira nunca seriam nossas clientes (...) acho que têm aproveitado, da mesma maneira que eu presto serviços a essas empresas com certeza muitas outras

empresas fazem o mesmo na sua área de negócios, além disso são visíveis adaptações realizadas por empresas como o cowork Funchal e o Madeira Business Center, ao fazerem pacotes de vendas específicos para a ZFM.”

Por sua vez, o entrevistado F, afirmou que na sua opinião muito dificilmente as empresas sediadas na ZFM prejudicam as outras empresas locais. Salienta ainda, que os agentes económicos na região beneficiam, diretamente e indiretamente, pelo acréscimo de atividade proveniente da ZFM. Acrescenta ainda que, a melhoria técnica dos recursos afetos à ZFM são uma mais-valia para a região, uma vez que serão utilizados por todos os agentes económicos. O entrevistado F disse: “De maneira geral penso que não [não prejudicam as outras empresas sediadas na RAM]. (...) o acréscimo de atividade que a ZFM trouxe para a região acaba por beneficiar diretamente e indiretamente todos os agentes económicos. Além disso a melhoria técnica dos recursos afetos à RAM serão aproveitados por todos os agentes económicos.”

Por outro lado, o entrevistado B, à semelhança de Oman (2000), acha que os efeitos causados pelos “spillovers effects” são benéficos para as empresas locais. O entrevistado considera que as empresas locais beneficiam de forma indirecta dos conhecimentos transmitidos pelas empresas sediadas na ZFM aos seus funcionários. O entrevistado vai mais longe ainda, afirmando que considera que as empresas locais beneficiam caso contratem funcionários que já trabalharam na ZFM, como podemos constatar na seguinte afirmação: “De modo indireto, as pessoas que trabalharam em empresas da ZFM, trabalharam em áreas internacionais, aprenderam uma serie de coisas que no caso de passarem a trabalhar em empresas que não são da ZFM, essas empresas vão beneficiar dessa aprendizagem”.

Para o entrevistado C, as empresas que têm relações comerciais com empresas sediadas na ZFM beneficiam de uma aprendizagem através da troca de experiências entre os recursos humanos. Segundo Gorodnichenko, Svejnar & Terrell (2007), tais trocas de experiências permitem às empresas locais aprenderem novos processos, melhorar a qualidade dos seus produtos e melhorar os seus serviços. O entrevistado C, relativamente ao descrito, fez a seguinte afirmação:

“Sim [acha que as empresas da ZFM contribuem para o desenvolvimento/aprendizagem das empresas locais] na medida em que o contato com operações internacionais abre novas perspetivas para as empresas locais bem como permite a troca de experiências organizacionais entre os recursos humanos”.

Por sua vez, o entrevistado D, refere que, as empresas sediadas na ZFM são importantes para a dinamização do mercado local, tendo assim um impacto positivo no tecido empresarial. O

mesmo entrevistado, à semelhança das ideias de Blomström (2002), refere que, a aproximação entre as empresas, pressiona as empresas locais a evoluírem e a tornarem-se mais eficientes. Esta ilação é baseada na seguinte afirmação:

“Absolutamente, [acha que as empresas da ZFM contribuem para o desenvolvimento/aprendizagem das empresas locais] as empresas da ZFM têm *standards* internacionais, portanto a nível de exigências é elevado e obriga os prestadores de serviços regionais a irem de encontro a esse nível de exigências. Portanto eu diria que sim, há um impacto muito grande e até indiretamente, pois muitos quadros que trabalharam na ZFM e que por uma razão ou por outra saem e vão trabalhar para o tecido económico regional levam consigo esses conhecimentos”.

O entrevistado E, no âmbito da sua atividade profissional, não concorda com os entrevistados C e D. Este entrevistado refere que as empresas sediadas na ZFM não têm contribuído para a aprendizagem ou evolução da sua empresa, no entanto, não descarta essa possibilidade noutras atividades. Este entrevistado referiu:

“Na minha atividade não [não têm contribuído para o desenvolvimento/aprendizagem] talvez em outras atividades. Repare que o ramo imobiliário na RAM presta muitos serviços aos estrangeiros, aluguer ou vendas de casas, como já estamos habituados a prestar serviços aos estrangeiros torna-se fácil prestar serviços às empresas sediadas na ZFM (...) normalmente quem procura escritórios para a ZFM são os próprios funcionários dessas empresas que são maioritariamente Portugueses, portanto a prestação de serviços para empresas na ZFM ou para as outras [outras empresas locais] é igual.”

Por sua vez, o entrevistado F, concorda com os entrevistados C e D. O mesmo confirma a existência de padrões internacionais e refere que houve uma necessidade de adaptação das empresas locais, afirmando que as empresas prestadoras de serviços na região normalmente prestavam serviços a empresas de pequenas e médias dimensões, enquanto que, normalmente as empresas sediadas na ZFM são empresas com grande dimensão e com grandes estruturas. Isto leva a um nível de exigências superior ao que estavam habituadas. De modo a que as empresas locais correspondam com as necessidades criadas pelas empresas da ZFM, verificou-se um aumento a nível de capital humano, nomeadamente através de formações relacionadas com os negócios internacionais. O entrevistado F disse:

“sim, normalmente as empresas instaladas na ZFM são empresas multinacionais de grande dimensão, com um nível de exigências elevado e com padrões internacionais

(...) muitas empresas prestadoras de serviços para entrarem nesse mercado tiveram eventualmente de adaptarem-se e de criarem condições para irem de encontro com esse nível de exigências (...) verificou-se uma necessidade de formações específicas, como por exemplo formações a nível de negócios internacionais.”

3.5 População ativa na ZFM

Procurou-se analisar qual o impacto da população ativa da ZFM na RAM, verificar quais as suas qualificações, formações e salário médio das mesmas. Esses elementos, segundo Vieira & Santos (2012), são fundamentais para o desenvolvimento económico e social.

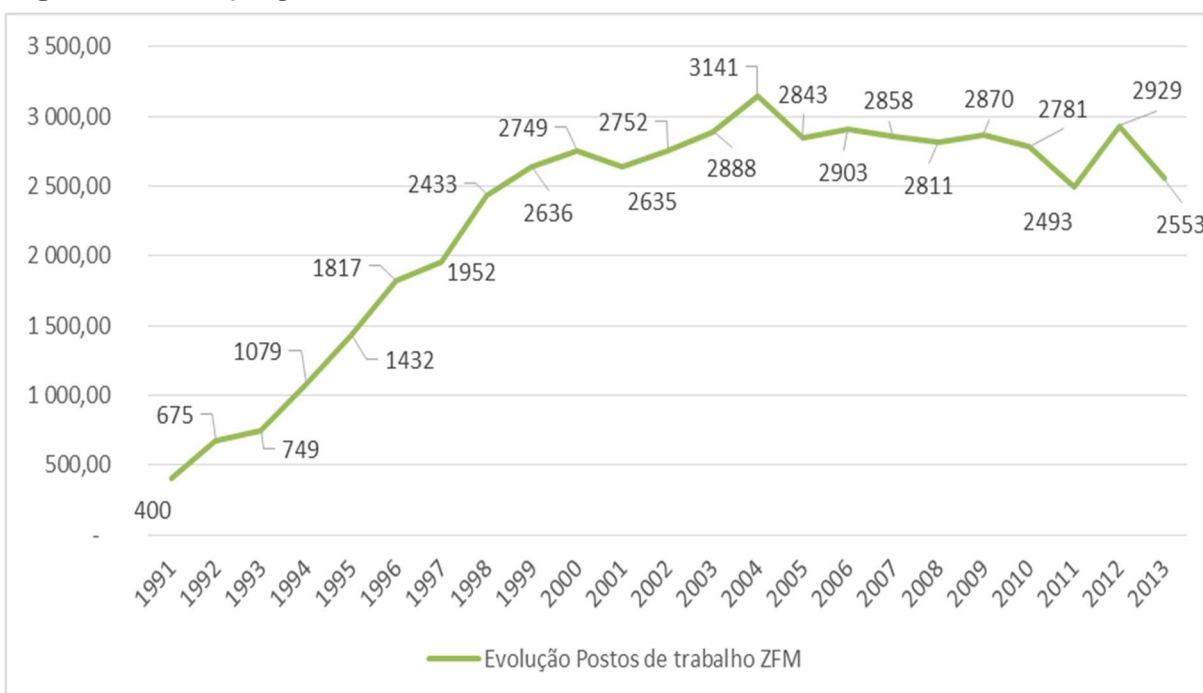
Nesse sentido, começou-se por questionar os entrevistados acerca das empresas sediadas na ZFM e de seguida questionou-se sobre as suas próprias empresas.

Verificou-se que, todas as empresas sediadas na ZFM contratam funcionários e que contratação está relacionada com os plafonds, conforme mencionado no sub-capítulo 2.3.3. A empresa do entrevistado B, é aquela que gere empresas com maior número de funcionários. O entrevistado B disse “Eu diria uns 400 (funcionários), mas não são todos residentes na Madeira”.

Os entrevistados A e C, atualmente, gerem empresas com menos funcionários, as empresas do entrevistado A têm cerca de 70 funcionários e do entrevistado C cerca de 100 funcionários, como podemos constatar nas seguintes afirmações: “São cerca de 70 funcionários.”; “Atualmente as nossas empresas têm cerca de 100 funcionários”.

Relativamente ao número total de postos de trabalho gerados na RAM pela ZFM, o entrevistado D afirmou que atualmente deverá rondar os 3000 postos de trabalho. Mais informou que, a ZFM deverá encontrar-se atualmente no seu pico mais alto, como consta na seguinte declaração: “Nós fazemos um levantamento todos os anos, estimamos cerca de 3.000 postos de trabalho diretos criados pelas empresas (...) diria que estamos no pico mais elevado e sem considerar os tripulantes dos navios. Apenas falando de postos de trabalho que estão a cargo das empresas”.

Figura 14. Evolução postos de trabalho diretos na ZFM



Fonte: SDM (2015)

Na figura nº 14, cujos dados foram fornecidos pela SDM, verificamos a evolução de postos de trabalho ao longo dos diversos regimes. Facilmente detetamos que, desde 1999 até 2013 o número de postos de trabalho situa-se entre os 2500 e 3000 postos. O pico mais alto está situado no II regime, no ano 2004, com 3141 postos de trabalho.

Segundo a SDM, estima-se cerca de 3000 postos de trabalho direto criados pelas empresas sediadas na ZFM no ano de 2015. Essa estimativa exclui os postos criados por tripulação de navios.

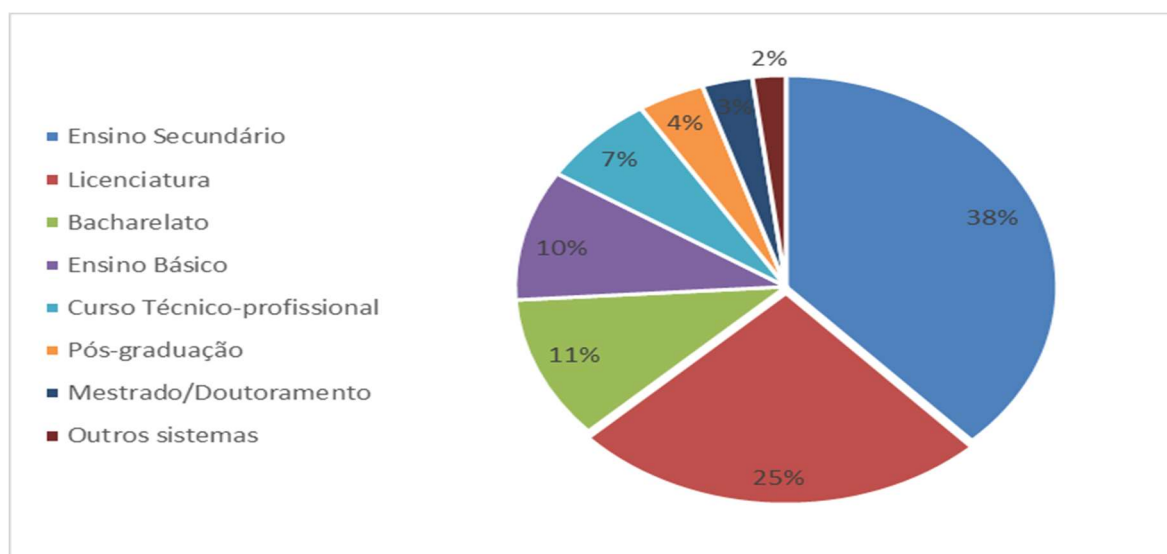
No que diz respeito às qualificações dos indivíduos que trabalham na ZFM, os entrevistados afirmaram que a maioria desses indivíduos, têm a escolaridade mínima obrigatória. Salientam ainda que a sua grande maioria é licenciada. Por outro lado, os entrevistados afirmaram que essas empresas cumprem com a obrigatoriedade relativamente às horas de formação. Nesse sentido, o entrevistado A referiu: “Normalmente são todos licenciados (...) sim [as empresas têm cumprido com a obrigatoriedade em formações], normalmente é na área da contabilidade e fiscalidade”.

O entrevistado B referiu: “Têm pelo menos o 12º ano, a maioria é licenciada (...) penso que sim [as empresas têm cumprido com a obrigatoriedade em formações], são empresas cumpridoras da lei”.

O entrevistado C disse: “Eles são majoritariamente licenciados, sinceramente não sei se possuem algum tipo de formação complementar (...) sim [as empresas têm cumprido com a obrigatoriedade em formações], mas não consigo precisar as áreas”.

O estudo da SDM, relativamente às qualificações dos funcionários que exercem a sua profissão na ZFM, foi realizado no ano 2006, no entanto, a SDM estima que atualmente cerca de 80% dos profissionais nesta praça são considerados qualificados.

Figura 15. *Habilitações Profissionais – CINM (%)*



Fonte: SDM – Inquérito às empresas do CINM (2006)

A figura acima exposta, cuja fonte é a SDM, demonstra que no ano 2006 a maioria da população a exercer atividades profissionais nesta praça tinham no mínimo o ensino secundário.

A melhoria da qualidade de vida, segundo Garcia & Vasconcelos (2011) e Cypher (2014), está relacionada com a melhoria do bem-estar da população.

De acordo com Vieira & Santos (2012), um dos fatores relacionados com a melhoria da qualidade de vida é o salário auferido pelos indivíduos. De modo a se verificar qual a participação das empresas sediadas na ZFM para a melhoria da qualidade de vida da população a exercer funções nessa praça, procurou-se saber qual a remuneração desses funcionários.

O entrevistado B e D, não conseguiram precisar qual o salário desses indivíduos, no entanto o entrevistado D, à semelhança do A e C, afirma que, para além do salário base existem outras regalias/prémios usufruídas pelos funcionários.

O entrevistado D, apesar de não conseguir atribuir um valor às remunerações, refere que existem outros benefícios aos funcionários, como consta na seguinte afirmação:

“Não conheço todas as empresas, mas para além do salário base, em princípio superior ao praticado a nível regional, existe um conjunto de benefícios nomeadamente a nível de PPR que é norma estas empresas oferecerem aos seus trabalhadores”.

Os restantes entrevistados apresentaram os salários dos funcionários, e pode-se constatar que, os funcionários possuem salários acima da remuneração média regional, sem contabilizar os pagamentos em espécie. Nesse âmbito, o entrevistado A disse: “Rondará no mínimo os 1.000 euros líquidos (...) sim, por exemplo parques de estacionamento e plano poupança reforma. Normalmente as regalias são as mesmas nas restantes estruturas.” Por sua vez, o entrevistado C afirmou:

“É muito variável, depende dos cargos e da carga horária, deve rondar a média 1.500 euros (...) muitas empresas aplicam as mesmas regalias em vigor nas organizações empresariais internacionais em que estão inseridos, as regalias mais comuns são seguros de saúde, prémios de produtividade e ofertas de parque de estacionamento aos funcionários”.

Tabela 8. Comparação entre salários médios da População

	RAM	Portugal
Salário médio mensal líquido	768€	829€
Salário médio mensal líquido população ativa na ZFM	1300€	
Diferença percentual	69%	57%

Fonte: INE (2015) e Entrevistas realizadas (2015)

A tabela anteriormente exposta, visa comparar as remunerações da população ativa nesta praça com a restante população ativa na região. Para tal, confrontaram-se os dados obtidos pelos entrevistados das managements com os dados disponíveis no INE (2015).

Através dessa comparação, verifica-se que a população empregue na ZFM tem em média salário superior à média regional e nacional.

No entanto, esta comparação deixa algumas dúvidas. Uma vez que desconhecemos as proporções, por categoria/atividade profissional, utilizadas para o cálculo dos salários médios,

torna-se incerto afirmar que os salários da população ativa, numa determinada categoria, são superiores à média regional ou nacional da mesma categoria. Certamente, as proporções utilizadas para o cálculo do salário médio nacional, regional e da população ativa na ZFM diferem.

De modo a atenuar a possível discrepância proveniente das proporções utilizadas nos cálculos dos salários médios, procurou-se efetuar uma comparação por categorias profissionais, no entanto, não foi possível efetuar essa comparação uma vez que, segundo a SDM, não existem dados disponíveis para esse fim.

Assim, e de modo a realizar uma comparação mais homóloga possível, e conseqüentemente, triangular os dados, procedeu-se a uma comparação entre os salários médios na região por nível de habilitações com os salários médios da população empregue na ZFM. Para esse fim utilizou-se os dados disponibilizados pela SDM (2006) relativamente às habilitações profissionais da população a trabalhar na ZFM e os dados disponibilizados pela DREM (2013) relativamente aos ganhos médios mensais da população a trabalhar por conta de outrem por nível de habilitações.

Tabela 9. Salário Médio Líquido na RAM por habilitações e cálculo salário médio

Habilitações	Percentagem de população a trabalhar na ZFM por habilitações	Salário médio líquido na RAM por habilitações (€) – 2013	Calculo salário médio líquido na RAM por proporção de habilitações na ZFM (€)
Ensino Básico	10.20 %	698.65	71.29
Ensino Secundário	45.92%	812.22	372.96
Bacharelato	11.22%	1229.31	137.98
Licenciatura	29.59%	1267.26	375.01
Mestrado/Doutoramento	3.06%	1212.70	37.12
Salário médio líquido na RAM por proporção habilitações ZFM €			994.36

Fonte: DREM (2013) e SDM (2006)

Tabela 10. Comparação entre salários médios utilizando proporções de habilitações

	Salário médio líquido (€)
Na RAM por proporção de habilitações na ZFM	994.36
Na ZFM	1300
Diferença percentual	31%

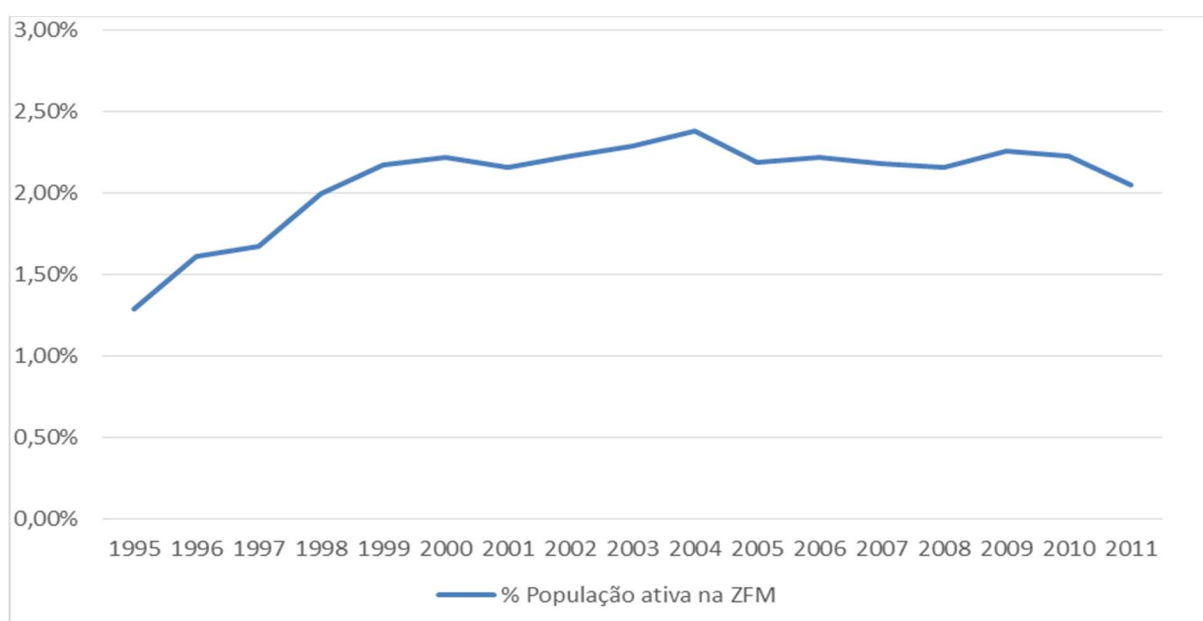
Fonte: DREM (2013), SDM (2006) e Entrevistas realizadas (2015)

Através da comparação efetuada na tabela nº10, entre os salários médios na RAM por proporção de habilitações da população empregue na ZFM e os salários médios praticados na ZFM, verifica-se que os salários praticados na ZFM são superiores aos praticados na RAM.

Apesar de esta comparação ser homóloga, existem dúvidas que as mesmas representem a situação atual. Isto, devido ao fato dos últimos dados disponíveis relativamente às proporções de habilitações da população empregue na ZFM serem do ano 2006 e os salários médios na RAM por habilitações serem de 2013.

Ainda, e de modo a confrontar essas informações, procurou-se verificar se realmente os salários auferidos pela população ativa na ZFM são, em média, superiores ao salário médio regional. Com essa finalidade, comparou-se a percentagem de população ativa na RAM (a trabalhar por conta de outrem) com a contribuição dessa população em de sede de IRS.

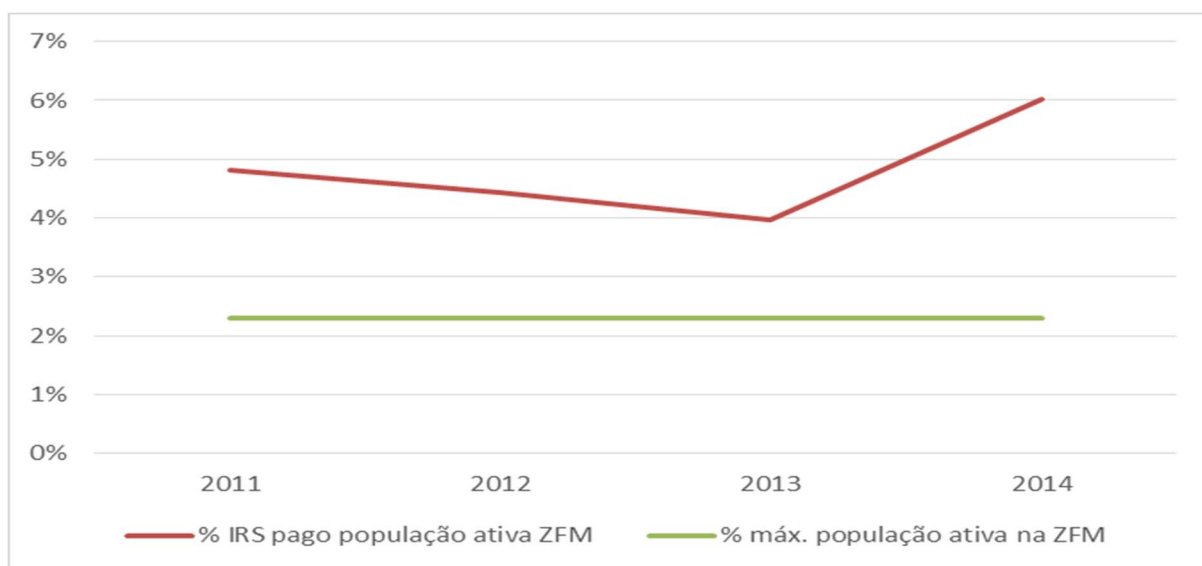
Figura 16. Percentagem de população ativa na ZFM



Fonte: INE (2013) e SDM (2015)

Verificou-se através dos dados disponibilizados pelo INE (2013) e pela SDM (2015) que a percentagem da população da RAM a exercer funções em empresas licenciadas na ZFM é superior a 2% da população. Constatou-se ainda que a percentagem mais alta foi de 2.38% no ano 2004, o que vai ao encontro da figura 14, que indica que o número máximo de trabalhadores na ZFM foi de 3141 no mesmo ano.

Figura 17. Comparação entre % das contribuições de IRS com a % de população ativa a trabalhar na ZFM



Fonte: INE (2013) e SDM (2013, 2014)

Nota: Foi considerado o período compreendido entre 2011 e 2014, uma vez que são os únicos anos onde é possível apurar a percentagem de IRS paga pela população ativa na ZFM.

Através da comparação realizada na figura nº 17, verifica-se que, a contribuição em sede de IRS da população empregue na ZFM é superior à percentagem de população empregue na praça. No entanto, e como referido anteriormente, uma vez que não é possível confirmar que os salários médios da população desta praça são superiores aos da média regional, esta diferença percentual para além de poder estar relacionada com os salários superiores à média, poderá também estar relacionada com as categorias profissionais dos trabalhadores da ZFM.

Relativamente às informações sobre as suas próprias empresas, constatou-se que, as empresas dos entrevistados A, B e D, são aquelas que empregam mais funcionários. Por outro lado, a empresa C afirmou que, contrata serviços externos para execução de determinadas tarefas, como consta na seguinte afirmação: “Temos 6 funcionários, no entanto contratamos serviços externos como por exemplo de contabilidade.” O entrevistado A disse: “Atualmente temos 30 funcionários.”, o entrevistado B afirmou: “São 25 funcionários”, e o entrevistado D:

“Aproximadamente 30 funcionários (...) conforme aumenta o número de empresas, aumenta o número de exigências no que respeita à atuação da SDM e é preciso reforçar os quadros”.

No que diz respeito às formações dos seus funcionários, todas as empresas afirmaram que, contratam maioritariamente mão-de-obra licenciada. Procurou-se também saber qual a importância dada aos investimentos em educação, nomeadamente em formações.

Segundo diversos autores, tais como, Ruggeri (1998), Zamora (2007) e Diniz (2010), o investimento na área educacional é fundamental para o desenvolvimento económico e social, e importante para o aumento de produtividade e distribuição de riqueza.

Os entrevistados concordam com a ideia anteriormente exposta, e referem que existe um interesse por parte das suas empresas em proporcionar formações contínuas aos seus funcionários.

Constatou-se que normalmente as formações são na área fiscal e na área contabilística. As empresas dos entrevistados A e B, inclusivé, mencionaram que há um défice na região relativamente à oferta de formações específicas, como podemos constatar nos seguintes discursos:

O entrevistado A referiu:

“É muito variado, temos funcionários com a quarta classe e funcionários licenciados (a maioria) (...) sim, [cumprido com a obrigatoriedade de formação], normalmente na área de contabilidade e fiscalidade. Atualmente é muito difícil encontrar outras formações específicas na região”.

O entrevistado B disse:

“No mínimo têm o 12º ano, os restantes são licenciados e pós-graduados (...) Nós temos um plano de formação interno, portanto a procura é ativa. No entanto a Madeira tem pouca oferta, portanto temos de analisar o que nos é apresentado, ver se é de acordo com as nossas necessidades ou não”.

Por sua vez, o entrevistado C, para além de afirmar que todos os funcionários são licenciados, reforçou a importância da formação, afirmando que, é importante estarmos sempre atualizados, como consta na seguinte afirmação: “Os nossos funcionários são todos licenciados (...) sim [cumprido com a obrigatoriedade de formação] é normalmente a nível fiscal, na área que atuamos, é fundamental estarmos sempre atualizados”.

O entrevistado D, afirma que, os funcionários da sua empresa normalmente são licenciados e afirma que, a empresa tem cumprido com a obrigatoriedade a nível de formação, como consta na seguinte afirmação: “São normalmente licenciados ou outro nível superior (...) sim [cumprido com a obrigatoriedade de formação], sobretudo fiscalidade, higiene e segurança no trabalho para os colegas da ZFI e na área administrativa”.

Relativamente aos salários pagos à população ativa na ZFM que trabalham nas managements, verificou-se, também, que os salários médios pagos aos seus funcionários são superiores à média regional, como consta nos seguintes discursos: “Deverá rondar os 2.000 euros em média” – Entrevistado A; “Rondará os 1.400, 1.500 euros” – Entrevistado B; “Em média são 1.400 euros” – Entrevistado C; “Não lhe sei dizer, penso que é equivalente a qualquer empresa cujos quadros sejam maioritariamente licenciados” – Entrevistado D

3.6 Contributo para o desenvolvimento da RAM

Neste subcapítulo, pretende-se analisar o contributo da ZFM para o desenvolvimento da RAM. Para esse fim, realizou-se um conjunto de questões aos entrevistados que visa a recolha de informações sobre esse contributo. Por outro lado, recolheram-se também dados estatísticos no INE e na SDM, de modo a procurar padrões e triangular as diversas informações.

A partir do II regime, como podemos verificar no anexo VII, as empresas sediadas na ZFM tiveram de satisfazer um dos seguintes requisitos: Criação de um a cinco postos de trabalho e realizar um investimento mínimo de 75.000 euros; ou criação de seis ou mais postos de trabalho. Nesse sentido, verificou-se que muitas das empresas optam pela opção II, a criação de seis ou mais postos de trabalho.

De acordo com Chenery (1981) e Garcia & Vasconcelos (2011), a criação de postos de trabalho corresponde a uma melhoria de qualidade. Por sua vez, essa melhoria irá conduzir a um desenvolvimento económico e social. Assim, verificou-se que a segunda opção representa um contributo para o desenvolvimento da RAM, uma contribuição para a empregabilidade, por sua vez, redução de desemprego. Por outro lado, essa opção representa uma baixa contribuição para a FBCF na região.

Nesse sentido, o entrevistado A afirmou:

“Os investimentos são variados, por exemplo, temos um cliente que adquiriu um prédio, outros que adquirem apartamentos, motos (no âmbito da atividade), no entanto temos

muitos clientes que escolhem a obrigatoriedade em contratar funcionários em vez de efetuarem investimento (...) é pelo mínimo [valor dos investimentos]”.

Os entrevistados B e C, referiram que as empresas que decidem realizar investimentos, normalmente o fazem no âmbito da sua atividade, e normalmente ultrapassa o limite mínimo obrigatório de 75.000 euros. O entrevistado B disse:

“Aqueles que investem cá, que não são a maioria, investem em imóveis, muitas investem em ativos que estão relacionados com as próprias atividades. Por vezes são fornecidos por empresas da região, as que investem em imóveis cá têm impacto na região (...) 75.000 euros [valor dos investimentos] exatos nunca é, é sempre superior”.

A este respeito, o entrevistado C afirmou:

“Normalmente são investimentos na constituição da sede social, são normalmente em infraestruturas e em meios tecnológicos (...) diria que ultrapassam [valor dos investimentos] em média 25% do valor estipulado nos EBF, no entanto muitas delas optam pela contratação de funcionários”.

Relativamente a este assunto, o entrevistado D disse:

“É muito diversificado, depende de empresa para empresa, mas, sobretudo edifícios, patentes, marcas, equipamento de escritório, enfim, é bastante diversificado (...) diria que cerca de 50% das empresas sediadas na ZFM realizam o investimento”.

Relativamente ao investimento realizado na RAM pelas empresas sediadas na ZFM, os entrevistados afirmaram que normalmente as empresas contratam empresas locais para execução dos investimentos. Posto isto, verificou-se que para além das empresas realizarem investimentos na RAM contribuindo assim para o desenvolvimento da região, conforme abordado por Velde (2007) e Bhallan (2012), produzem um efeito positivo na economia da região através da contratação de serviços a empresas locais.

Por outro lado, o entrevistado B referiu que, nem sempre os investimentos são efetuados na região. Segundo este entrevistado, as empresas sediadas na ZFM por vezes efetuam os seus investimentos fora da região. Assim, nota-se que, nem todos os investimentos obrigatórios no âmbito dos regimes da ZFM contribuem efetivamente para o desenvolvimento da RAM. Estas ilações são baseadas na seguinte afirmação: “Normalmente sim. [as empresas sediadas na ZFM contratam empresas locais para execução dos investimentos na RAM] (...) quando são ativos

relacionados com a própria atividade é que normalmente não [investimentos na atividade da empresa fora da RAM]”.

Uma vez verificada a existência de investimentos realizados fora da região, surge a dúvida se os mesmos não poderiam ter sido realizados por empresas regionais, ou nacionais, mesmo estando esses investimentos relacionados com a atividade da empresa realizada no exterior. Como não é possível apurar que tipos de investimentos são realizados no exterior não foi possível verificar se em Portugal existem empresas com capacidade de realização desses investimentos. Caso existam, podemos estar perante uma legislação que não está a conseguir promover o desenvolvimento económico e social na sua plenitude.

Por outro lado, os entrevistados A e C referem que, os investimentos executados e efetuados na região normalmente estão relacionados com trabalhos de montagem de estruturas das empresas na região. Nesse sentido, o entrevistado A disse: “Sim, tanto para adaptação de escritórios como na aquisição de bens uma vez que são realizados cá”.

Relativamente ao mesmo assunto o entrevistado C mencionou:

“Sim, são normalmente executados por empresas locais. A obrigatoriedade em realizar investimentos foi uma medida, na minha opinião, que veio ajudar a dinamizar as empresas locais, repare que os investimentos vão desde a adaptação de escritórios à aquisição de mobiliários entre outros”.

Por sua vez, o entrevistado D referiu: “Acredito que sim, por exemplo, ao nível de investimento imobiliário penso que sim, ao nível de angariação de emprego também recorrem a agências de recursos humanos, diria que uma grande percentagem deve ter recorrido a empresas locais”.

Com a finalidade de monitorizar tendências e diagnosticar as condições de desenvolvimento social, decidiu-se, conforme exposto por Jannuzzi (2002), Siedenberg (2003) e Diaz-Chavez (2014), analisar indicadores de desenvolvimento económico e social.

Procurou-se saber qual o contributo das empresas sediadas na ZFM para a FBCF. Utilizou-se tal indicador de modo a verificar a contribuição a capacidade produtiva da região e o grau de confiança por parte dos investidores.

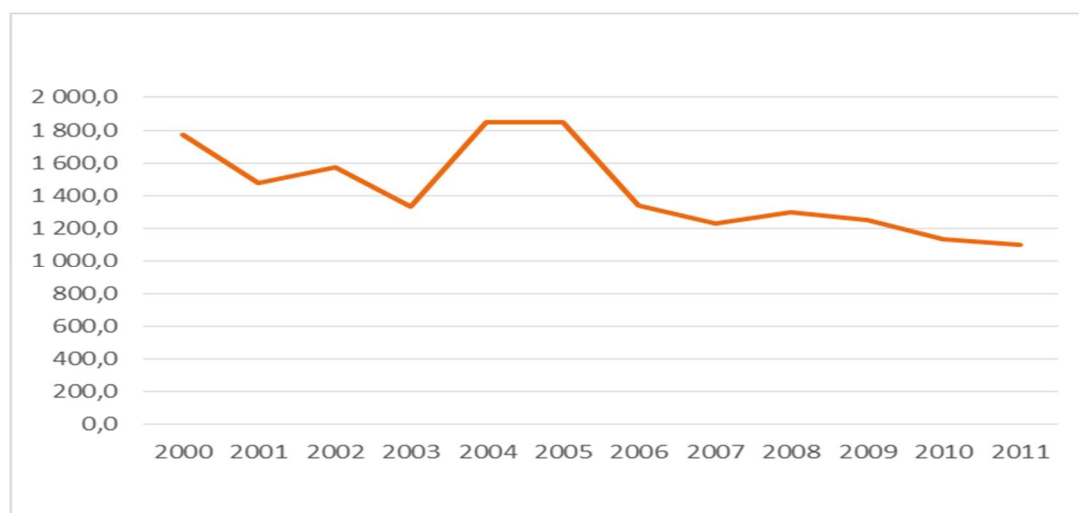
Todos os entrevistados, e à semelhança do que anteriormente verificado, acham que a contribuição das empresas sediadas na ZFM não é determinante para a FBCF. Todos concordam que contribui, devido aos investimentos que realizam na RAM, no entanto, acham que esses investimentos não serão determinantes para exponenciar a capacidade produtiva da

RAM. O entrevistado A afirmou: “Não sei se são determinantes, contribuíram, mas não sei até que ponto são determinantes”. Relativamente ao mesmo assunto o entrevistado B disse: “Não tenho noção se será determinante, não sei responder com certeza, mas alguma coisa há-de contribuir”. Por sua vez, o entrevistado D afirmou: “Penso que sim, deverá contribuir, no entanto não sei responder se é determinante”.

O entrevistado C acha que os investimentos não são determinantes e reforça essa ideia afirmando que a maior parte dos investimentos são realizados fora da região, como consta na seguinte afirmação:

“Penso que não [se foram determinantes para a FBCF], contibuem, mas penso que não são determinantes. Do investimento realizado na RAM pelas nossas empresas, só cerca de 20% é efetuado cá [o investimento feito pelas empresas pode ser realizado fora da RAM] o restante é no estrangeiro”.

Figura 18. FBCF na RAM a preços correntes em M€



Fonte: INE (2013), base 2011

Na figura 18, temos a série cronológica da FBCF na RAM obtida no INE (2013). Verificamos que entre 2003 e 2005 houve um aumento da FBCF que poderá estar relacionado com o início do II regime na ZFM. Uma vez que no II regime começou a haver a obrigatoriedade das empresas investirem 75.000 euros ou contratarem no mínimo 6 funcionários, procurou-se saber qual o possível contributo das empresas sediadas na ZFM para a FBCF.

Tabela 11. Estimativa da contribuição para FBCF na RAM pelas empresas

Ano	Nº de empresas na RAM	Nº de licenças emitidas ZFM	FBCF na RAM	FBCF na RAM / empresa	Estimativa FBCF na RAM pelas empresas ZFM
			Milhões de euros	Milhões de euros	Milhões de euros
2000	16.030,00	2.001,00	1.776,40	9,02	N/A
2001	17.587,00	-	1.477,20	11,91	N/A
2002	18.488,00	-	1.572,40	11,76	N/A
2003	19.048,00	47,00	1.331,60	14,30	1,06
2004	20.237,00	40,00	1.848,80	10,95	0,90
2005	20.640,00	31,00	1.848,50	11,17	0,70
2006	21.262,00	27,00	1.343,70	15,82	0,61
2007	21.770,00	10,00	1.229,90	17,70	0,23
2008	22.267,00	61,00	1.297,00	17,17	1,37
2009	21.882,00	56,00	1.254,40	17,44	1,26
2010	21.715,00	95,00	1.137,20	19,10	2,14
2011	21.221,00	116,00	1.101,40	19,27	2,61

Fonte: INE (2013), SDM (2015) e entrevistados

De modo a verificar-se o possível contributo das empresas sediadas na ZFM para a FBCF, compararam-se os dados da coluna “FBCF na RAM / empresa” com os dados da coluna “Estimativa FBCF na RAM pelas empresas ZFM” apresentados na tabela nº 11.

Através dessa análise, cujos dados foram obtidos no INE (2013), na SDM (2015) e através das entrevistas, apurou-se que as empresas sediadas na ZFM contribuem para a FBCF na RAM, no entanto nota-se que a sua contribuição é claramente inferior à média das empresas na RAM. Demonstrou-se assim, à semelhança do anteriormente exposto pelos entrevistados, que a contribuição das empresas sediadas na ZFM não são determinantes para a constituição da FBCF.

De modo a verificar-se o contributo da ZFM para o crescimento da RAM, utilizou-se o indicador de crescimento mais utilizado, o PIB. Segundo Sandroni (1999), é importante analisar-se o crescimento económico uma vez que o mesmo representa qual a produção de bens e serviços de uma determinada região.

Todos os entrevistados estão de acordo que a ZFM tem contribuído e tem sido determinante para o PIB da região. Acrescentam ainda que, a sua contribuição tem sido importante para a subsistência da região.

Os entrevistados A, C e D, referem que, a percentagem dessa contribuição deverá rondar os 20% do PIB. Por outro lado, o entrevistado B refere que, atualmente a sua contribuição deverá ser inferior a 20%, como consta na seguinte afirmação:

“Claro, no entanto penso que um pouco menos que em anos anteriores, mas claro que determinante, as empresas da ZFM contribuem como todas outras na região e com maior incidência (...) sim, é determinante para a subsistência, além disso, os impostos deixados na RAM são elevados”.

O entrevistado A, para além de afirmar que, na sua opinião, a contribuição é importante, reforçou a ideia afirmando que o imposto pago em sede IRC rondará os 50% do IRC total na RAM. Essa inferência é baseada no seguinte discurso:

“Sim, claro que sim, os estudos indicam que ronda os 21% do PIB (...) em termos de PIB não sei [PIB proveniente da ZFM se é ou não importante para a subsistência da RAM], o que posso dizer é que a nível de impostos, a contribuição da ZFM em IRC (5%) é muito relevante, rondará os 50%.”

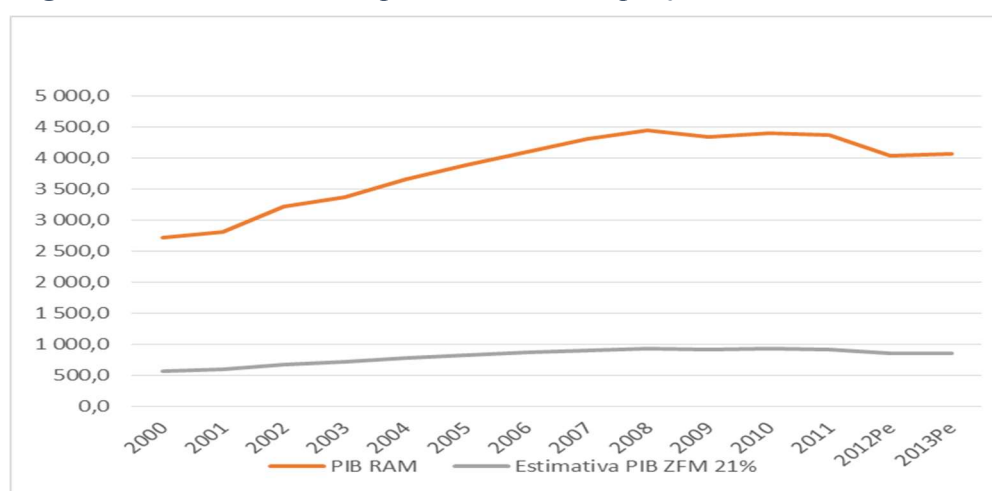
Por sua vez, o entrevistado C referiu que, atualmente a ZFM e o Turismo são as principais contribuições para a economia da RAM, atribuindo assim relevância à ZFM para a subsistência da RAM, como consta na seguinte afirmação:

“Sim, sem dúvida alguma. Atualmente contribui para cerca de 20% do PIB a par com a maior indústria local, o turismo (...) considero a contribuição [PIB proveniente da ZFM] importante, veja que a RAM tem um mercado muito pequeno e a ZFM para além de gerar receita fiscal também gera consumo e trabalho para as empresas locais”.

Por outro lado, para o entrevistado D, o mais importante é criar riqueza, diversificação e modernização económica e emprego. No entanto, refere que a ZFM teve um impacto fundamental na composição do PIB nos últimos anos de crise económica. Esta inferência é baseada no seguinte discurso:

“O que eu acho é que, sobretudo, interessa é que se crie riqueza a partir desde programa, pois o intuito é de fato atrair empresas e criar riqueza, diversificar e modernizar a economia, criar emprego qualificado. Eu acho que o fato de nós contarmos para uma grande parte do PIB regional é positivo (...) estimou-se há uns anos atrás por volta dos 21%, eu diria que se mantem ou porventura ultrapassa. Infelizmente, atravessamos uma crise económica muito grande, e só de fato este ano o turismo teve um desempenho muito favorável, no entanto, até há 2 anos atrás nem por isso, portanto é normal que sobressaísse o impacto da ZFM em termos de PIB”.

Figura 19. PIB RAM vs PIB proveniente ZFM, preços correntes em M€



Fonte: INE (2015), base 2011; SDM – estudo sobre o impacto da ZFM no PIB da RAM (2002)

A figura nº 19, apresenta a série cronológica do PIB da região. Verifica-se que o PIB foi crescente até o ano 2008, com pouca variação entre 2008 e 2010, e decrescente entre 2010 e 2012.

De modo a confrontar as opiniões dos entrevistados, e verificar se o contributo da ZFM era determinante para a constituição do PIB na RAM, procurou-se o estudo elaborado pelo Prof. Augusto Mateus, disponível no INE (2002), e dados relevantes na Série Retrospectiva das Contas Regionais 2000-2014.

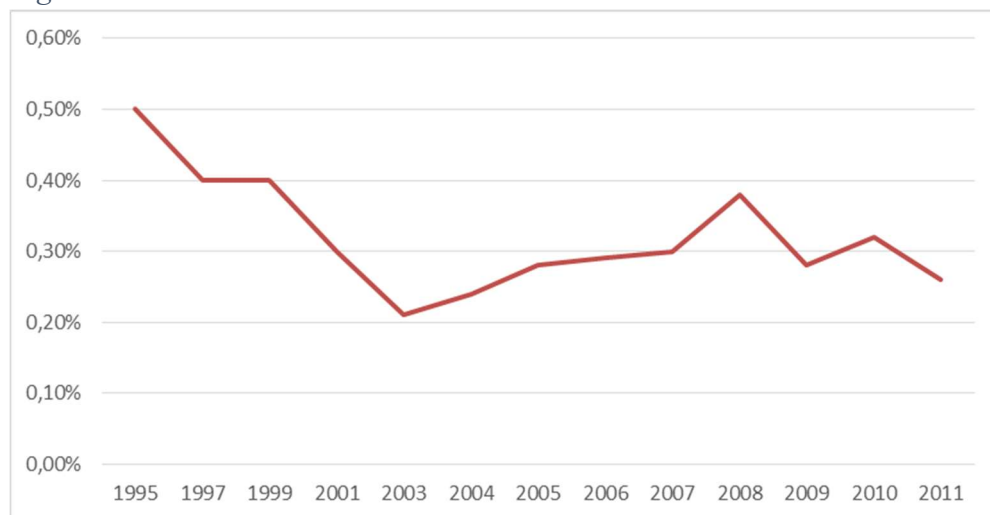
Segundo esse estudo, realizado em 2002, verifica-se que, entre os anos 2000 e 2002, o contributo da ZFM para o PIB regional rondava os 21%. Tal contribuição aconteceu, segundo os dados disponibilizados pela SDM (2015), no período onde verificou-se mais empresas sediadas na ZFM, isto é, entre o final do I regime e o início do II regime.

A contribuição da ZFM para a constituição do PIB regional a partir de 2002 é uma incógnita. Não existem, atualmente, dados disponibilizados com esse fim. Por outro lado, e como abordado anteriormente, a partir de 2003 (II regime em diante) as empresas sediadas na ZFM passaram a ser taxadas em sede de IRC, o que indica que, apesar de a partir de 2003 termos

assistido a uma redução de empresas sediadas na ZFM, a região passou a ter receita em sede de IRC.

Apesar de não haver dados relativamente à contribuição da ZFM para o PIB da região, constata-se no relatório de contas regionais 2000-2014 que a ZFM foi importante para o aumento do PIB verificado na região a partir de 2012. Segundo a DREM (2015), o crescimento verificado de 0.4% deve-se a ZFM. No mesmo relatório lê-se ainda que, caso não existisse o contributo do CINM o PIB regional teria recuado 0.3% em volume.

Figura 20. % do PIB RAM investido em I&D



Fonte: INE (2013)

De acordo com Stiglitz, Sem & Fitoussi (2009) e Oliveira (2011), para verificarmos o nível de desenvolvimento de uma região, existe a necessidade de atrelarmos ao PIB outros indicadores relacionados com educação, saúde, desemprego e tecnologia.

Através da figura 20, cuja a fonte é o INE (2013), constata-se que o investimento em I&D é bastante reduzido. Nota-se assim que a possível contribuição da ZFM é bastante reduzida. Verificou-se também que, o investimento realizado na RAM para I&D é claramente inferior ao valor praticado a nível nacional, que ronda atualmente os 1.34% do PIB.

A realização de investimentos em diversas áreas é fundamental para o desenvolvimento de uma região. À semelhança de Khan & Kumar (1997), os entrevistados consideram que os investimentos em diversos setores são benéficos para a economia da RAM.

Todos os entrevistados consideram que a ZFM foi relevante para a diversificação setorial na RAM. O entrevistado B, confirmou as ideias de Zolt (2015), salientando que, a ZFM atraiu diversos investimentos que não se verificariam caso não existisse a ZFM. Neste âmbito, o entrevistado B mencionou: “Não tenho dúvidas nenhuma que sim, vieram muitas empresas

internacionais de alto valor acrescentado, se não fosse a ZFM elas nunca cá estariam, não teríamos essa experiência de negócios internacionais aqui na Madeira”.

Por sua vez, o entrevistado A, limitou-se a afirmar que: “Sim, porque as empresas que se registam na ZFM são do mais variado que existe”.

O entrevistado C enfatizou, também, a ZFI como um polo de atração de indústrias, contribuindo assim para a diversificação da região. Nesse sentido referiu: “Sim, antes da ZFM o turismo era considerado o principal setor da RAM, hoje, já não, devido à ZFM (...) a ZFM trouxe mais indústrias [ZFI] e muitas empresas prestadoras de serviços”.

O entrevistado D, salienta o fato da RAM ter sido pioneira na produção da energia eólica e de outras empresas relacionadas com energias alternativas estarem localizadas na região, como consta na seguinte afirmação:

“Nós temos aqui atividades de telecomunicações, desenvolvimento de software, de produção de energia alternativa que não haviam na Madeira, e se não fosse a ZFM não estariam cá. Nós fomos pioneiros na produção de energia eólica e que depois houveram projetos adicionais que se foram desenvolvendo, mas os primeiros projetos foram via ZFI”.

Para Vieira & Santos (2012), o aumento salarial conduz a uma melhoria de qualidade de vida, o que traduz-se em desenvolvimento económico e social.

Procurou-se saber qual o impacto do emprego direto registado na ZFM no desenvolvimento regional. Com esse fim, questionou-se aos entrevistados se a ZFM tem contribuído para o aumento do rendimento per capita na região. Todos os entrevistados estavam em sintonia afirmando que a ZFM contribui para o aumento do rendimento per capita e, conseqüentemente, para o desenvolvimento regional.

Os entrevistados referem que, uma vez que existe criação de postos de trabalho, com salários acima da média regional, faz com que exista um contributo tanto no aumento do rendimento per capita, como na redução do desemprego.

O entrevistado A reforçou, uma vez mais, que a criação de emprego gerado na ZFM é principalmente qualificado, como consta na seguinte afirmação:

“Tem contribuído no rendimento per capita, uma vez que cria emprego, principalmente qualificado, e os funcionários auferem, em média, salários superiores à média regional.

Nesse sentido também contribui para a redução do desemprego na RAM e em especial o qualificado”.

Por outro lado, nenhum dos entrevistados conseguiu determinar qual o impacto na RAM da empregabilidade na ZFM. O entrevistado B mencionou: “Sim, contribui. A ZFM cria emprego e só por isso já contribui, não consigo dizer-lhe em que proporções. Uma vez que cria emprego também reduz o desemprego, principalmente o qualificado, no entanto não consigo determinar o impacto”.

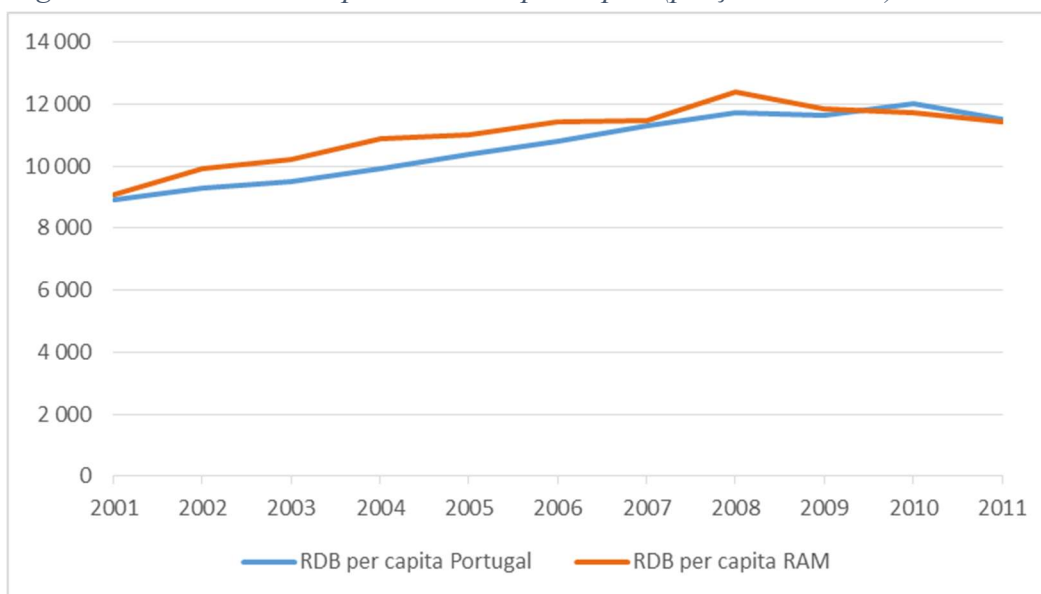
Nesse sentido o entrevistado C afirmou:

“Não consigo dar-lhe uma percentagem da contribuição para o decréscimo de desemprego, mas claro que a ZFM tem contribuído para isso. Existe a obrigatoriedade na contratação de empregados para beneficiar da redução de pagamento de impostos (...) o rendimento per capita terá seguramente aumentado, além disso os trabalhadores da ZFM têm salários acima da média local”.

Relativamente a este assunto, o entrevistado D enfatiza a importância da empregabilidade que a ZFM oferece. Nesse âmbito, o entrevistado D disse:

“O contributo é enorme, repare que atualmente somos aproximadamente 3000 funcionários, e maioritariamente qualificados e com salários superiores à média. Assim sendo, existe um contributo para o rendimento per capita (...) absolutamente, se não estivessem cá empregados poderiam estar no desemprego ou então terem saído do país”.

Figura 21. Rendimento disponível bruto per capita (preços correntes) em €



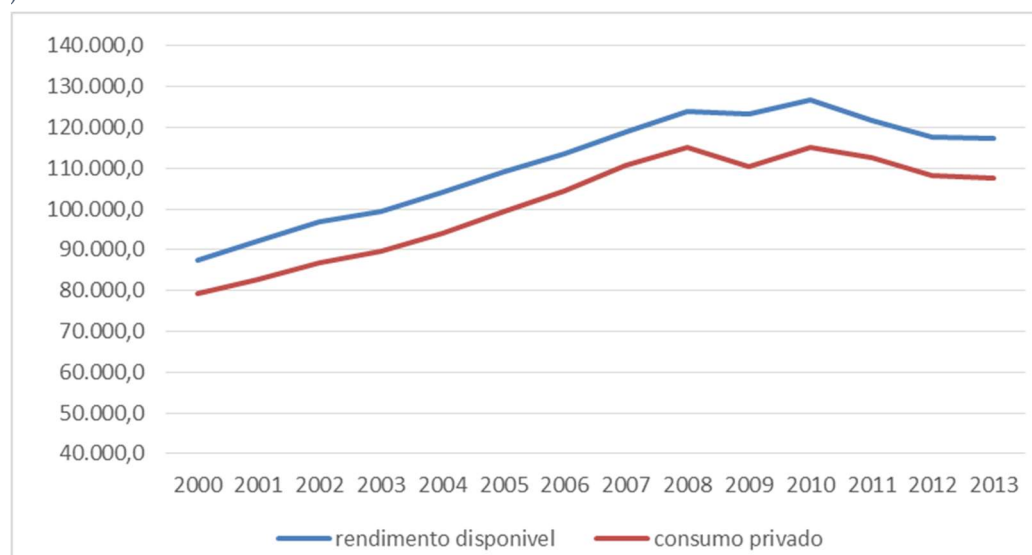
Fonte: INE (2015), base 2011

Verifica-se que o rendimento disponível bruto per capita da região tem acompanhado a tendência nacional, tendo sido mesmo ligeiramente superior ao nacional até 2009. Como visto anteriormente, cerca de 2% da população ativa na RAM encontra-se a trabalhar na ZFM, e como verificado no subcapítulo 3.5, com salários médios superiores à média regional.

Por outro lado, uma vez que rendimento disponível anual provém de todas as fontes de rendimento, onde inclui os salários¹⁵, é possível relacionar melhores salários com maior contributo para o rendimento disponível. Assim, podemos relacionar as entidades que melhores salários pagam, como aquelas que mais contribuem para o rendimento disponível.

Procurou-se verificar qual o efeito do aumento do rendimento disponível da população no consumo privado. Uma vez que não foi possível obter consumo privado da RAM utilizaram-se os dados nacionais.

Figura 22. Rendimento disponível bruto vs Consumo privado em Portugal, das famílias em €

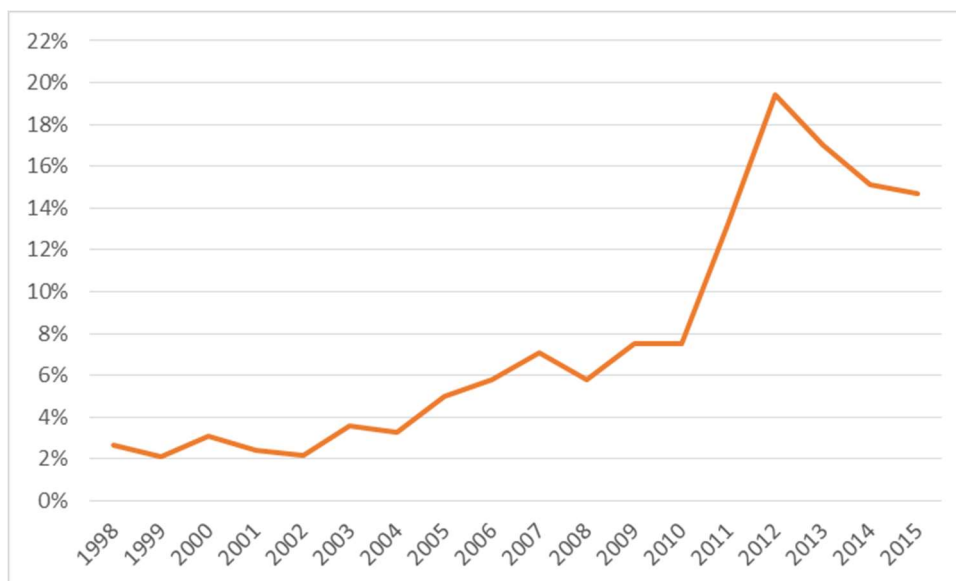


Fonte: INE (2015)

Apurou-se, que quanto maior o rendimento da população, maior é o consumo privado. Consequentemente, quanto maior o consumo privado, maior o crescimento económico e maior o PIB.

¹⁵<http://ec.europa.eu/eurostat/ramon/nomenclatures>

Figura 23. Taxa de desemprego na RAM



Fonte: DREM (2014, 2016)

A figura anteriormente exposta representa a taxa de desemprego entre 1998 e 2015. Verifica-se que, entre 2004 e 2012 a taxa de desemprego apresentou uma tendência crescente, atingindo o seu valor mais alto em 2012, cerca de 19,4%. Uma vez que a população ativa é constituída por toda a população que encontra-se empregada e desempregada à procura de trabalho, a ZFM estando a empregar população ativa está a contribuir com um aumento da população empregue e, conseqüentemente, a contribuir para a redução da taxa de desemprego. Uma vez que a taxa de população empregue na ZFM é cerca de 2%, a sua contribuição para a redução da taxa de desemprego será possivelmente a mesma, pois caso essa população ativa não estivesse a trabalhar para empresas da ZFM, estaria eventualmente à procura de trabalho em Portugal.

Relativamente ao impacto da ZFM nas infraestruturas urbanas, os entrevistados consideram que a ZFM tem contribuído através dos investimentos realizados pelas empresas. Por outro lado, os entrevistados consideram que, as receitas geradas pelas empresas sediadas na ZFM poderão ser utilizadas para esse fim. No entanto, essas afirmações são apenas especulativas, uma vez que as mesmas não são possíveis de comprovar.

No que concerne a esta temática, o entrevistado A afirmou: “Sim, para além dos investimentos realizados na região pelas empresas (sediadas na ZFM), os impostos deixados na região serão fundamentais para desenvolvimento da região, nomeadamente no que diz respeito às infraestruturas”.

O entrevistado B considera que, a contribuição das empresas sediadas na ZFM para as infraestruturas urbanas deverão ser equiparadas com a contribuição das restantes empresas locais, nesse sentido o entrevistado B disse: “Têm contribuído como todas as outras empresas.

Não sei se os impostos pagos pela RAM são utilizados para esse fim, mas lá que têm influência grande no orçamento regional, têm”.

Por outro lado, o entrevistado C e D referem a ZFI, no porto do Caniçal, como bom exemplo de uma infraestrutura urbana construída na RAM, nesse âmbito o entrevistado C referiu:

“Estou convencido que sim, as empresas [ZFM] deixam cá na região muitos milhões de euros em impostos que poderão ser aplicados em investimentos de infraestruturas (...) as empresas cá na região estão instaladas em escritórios e o porto do Caniçal é um bom exemplo de infraestrutura construída”.

Por sua vez, o entrevistado D referiu que, a deslocação das indústrias localizadas no centro do Funchal para a ZFI foi essencial para o reaproveitamento dessas infraestruturas localizadas no centro, como permitiu o desenvolvimento tecnológico dessas mesmas empresas. Nesse sentido o entrevistado D referiu:

“Repare que a própria existência da ZFI e a deslocação de empresas do centro do Funchal, nomeadamente a empresa de Tabacos da Madeira e a empresa Insular de Moinhos, não só libertaram esses espaços para projectos imobiliários que faziam muito mais sentido na cidade do que a indústria, como também permitiram às empresas adoptar novas instalações, novas tecnologias, e aumentar a sua produtividade. Depois também, beneficiaram de todo o conjunto de infraestruturas que lá estão, nomeadamente a proximidade com o porto comercial, a via rápida, o aeroporto, enfim houve um impacto claro nesse aspeto também (...) por outro lado, as receitas fiscais poderão ser aplicadas noutras infraestruturas urbanas, conforme a necessidade, no entanto, não estamos numa posição de garantir tal aplicabilidade, isso diz respeito ao governo regional”.

O bem-estar, qualidade de vida e o ambiente, são essenciais no quotidiano da população. Oliveria (2002), acrescenta ainda que as mudanças e transformações de ordem humana e social, permitem a evolução da sociedade.

Nesse sentido, procurou-se verificar qual o contributo da ZFM para promoção desses elementos.

Os entrevistados consideram que o impacto no bem-estar e qualidade de vida, é mais evidente na população ativa na ZFM. À semelhança de Vieira & Santos (2012), os entrevistados afirmam que o bem-estar e a qualidade de vida podem estar relacionados com os salários e com as condições de trabalho. Consideram ainda que, para além dos postos de trabalho diretos na ZFM,

os postos de trabalho indiretos criados, também beneficiam desse bem-estar e qualidade vida. Neste sentido, o entrevistado A afirmou:

“O contributo é mais evidente para a população ativa nesta praça, uma vez que têm melhores salários e normalmente melhores condições de trabalho, no entanto, contribui indiretamente para a restante da população ativa porque contratam serviços ao mercado local, acabando assim também por contribuir indiretamente dessa forma”.

Por outro lado, o entrevistado A considera que, não sendo necessário investimento por parte do governo na promoção da ZFM, parte das verbas provenientes desta praça podem ser aplicadas em áreas relacionadas com o bem-estar, qualidade de vida e ambiente. Relativamente ao exposto, o entrevistado A mencionou:

“A ZFM praticamente não necessita de investimento (por parte do governo), o investimento feito na promoção da ZFM é feito pela SDM, por isso com certeza que tudo o que são proveitos com a ZFM, em termos de impostos, com certeza ficam cá e são distribuídos internamente, podendo ser aplicados nessas áreas”.

Por sua vez, o entrevistado B disse:

“Ao criar emprego especializado, salários acima da média, a contribuição também para a criação de emprego indireto, tudo isto cria riqueza, o que por sua vez cria mais condições de vida. Se os impostos pagos foram aplicados nessas áreas com certeza a contribuição será ainda maior”.

Para o entrevistado C, a ZFM é um importante contributo para a melhoria da saúde e da educação da população. Esta ilação é fundamentada pelo seguinte discurso:

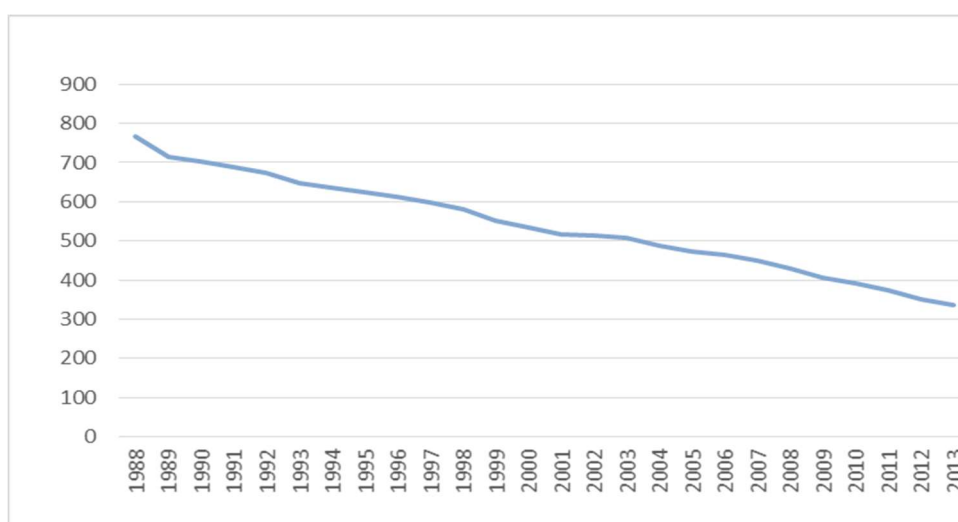
“A ZFM é fundamental, com certeza parte dos impostos pagos à região são aplicados na saúde e na educação. Além disso, a ZFM cria postos de trabalho diretos e indiretos, e existem diversas empresas na RAM que sobrevivem devido à prestação de serviços às empresas [sediadas na ZFM]. Esses fatores também contribuem”.

De acordo com o entrevistado D, para além da qualidade de vida na população ativa empregue nesta praça, o entrevistado considera que os impostos pagos são fundamentais para o desenvolvimento social da região, salienta ainda que, caso não se tivesse verificado as políticas erróneas por parte do governo no ano 2012, hoje em dia o impacto positivo seria ainda maior. Esta inferência é baseada na seguinte afirmação:

“É fundamental, relativamente às condições de vida já falamos no emprego qualificado, que tem impacto na economia, sobretudo em receitas e em termos de salários que se derramam sobre os outros setores de atividade. Por outro lado, temos as receitas em impostos que poderão ser aplicadas em diferentes áreas relacionadas com a qualidade de vida, ambiente, etc. Alíás, se não tivessem sido tomadas as medidas prejudiciais por parte do governo em 2012, que levou a saída de mais de 1000 empresas, hoje em dia o impacto seria maior”.

De modo a entendermos qual a evolução a nível de desenvolvimento social na RAM, decidiu-se analisar a evolução dos seguintes indicadores sociais.

Figura 24. Número de habitantes por médico



Fonte: DREM (2015)

Ao longo da série cronológica acima exposta, cujos dados foram disponibilizados pela DREM (2015), verifica-se que o número de habitantes por médico tem vindo a diminuir ao longo dos anos, o que representa uma evolução positiva no desenvolvimento social. Por outro lado, segundo o observatório de desigualdades¹⁶, a RAM tem vindo a evoluir com uma taxa inferior à verificada em Portugal. A evolução do número de médicos por 1.000 habitantes em Portugal situa-se nos 3.9 e na RAM 2.8.

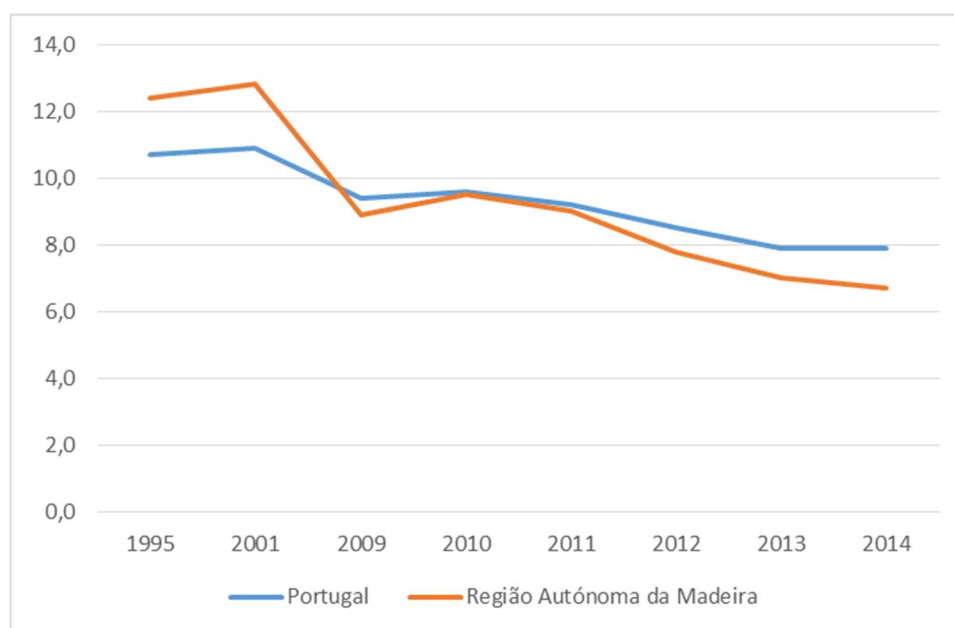
Por fim, procurou-se comparar o mesmo indicador com os restantes países da EU-27. Apurou-se que Portugal no ano 2010 situava-se na quinta posição dos países com menos médicos por habitantes. A Grécia, era o país que encontrava-se mais bem posicionado com 499 médicos por

¹⁶ <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=indicators&id=33>

cada 100.000 habitantes e a Polónia o país mais mal posicionado com 218 médicos por cada 100.000 habitantes. No mesmo ano, Portugal tinha 268 médicos por cada 100.000 habitantes.

Apesar deste indicador social ser utilizado para medir o desenvolvimento social, segundo Diaz-Chavez (2014), verifica-se que apenas este indicador não será suficiente para averiguar o desenvolvimento de um país. Esta ilação é feita tendo em conta a Grécia encontrava-se na primeira posição do ranking estando a ultrapassar uma grave crise económica.

Figura 25. Taxa de natalidade Bruta na RAM (%)



Fonte: PORDATA (2016)

A figura nº 25, cuja fonte é a PORDATA (2016), representa a série cronológica relativamente à taxa de natalidade bruta na RAM. Verifica-se que entre 1995 e 2001 a taxa de natalidade cresceu ligeiramente, estando situada entre os 12% e os 13%, localizando-se acima da taxa de Portugal, e que a partir de 2001 tem apresentado uma tendência decrescente. Tendência essa verificada também a nível nacional.

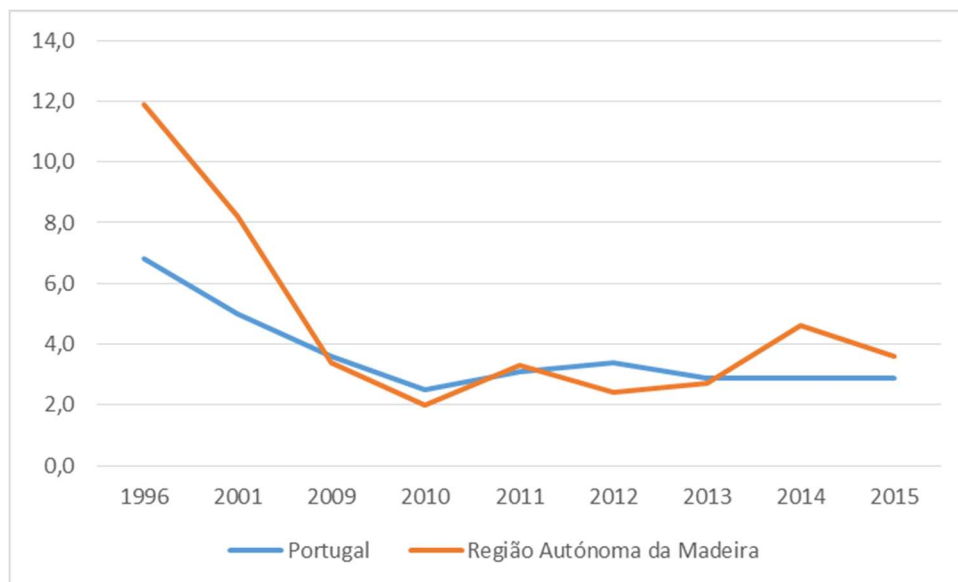
Apesar deste indicador mostrar o número de nados-vivos por cada 1.000 habitantes, o mesmo não deverá ser comparado com outras nações uma vez que outras nações poderão apresentar grandes diferenças etárias, o que incide diretamente na taxa de natalidade.

Por outro lado, segundo Bhallan (2012), o crescimento populacional é muito importante, uma vez que está linearmente relacionado com a oferta de população ativa no futuro.

O crescimento da população tem um impacto positivo no crescimento económico, no entanto, para Lee (1980) e Simon (1996), numa fase inicial esse impacto pode gerar efeitos negativos sobre o rendimento per capita, tendo em consideração que os recursos mantêm-se.

Assim, comparando o impacto causado pelo rendimento disponível bruto e o impacto causado pela taxa de natalidade bruta, verifica-se que o desenvolvimento económico e social no momento atual, é mais influenciado pelos rendimentos disponíveis, e assim, porventura, pelos salários praticados nesse mesmo momento, do que com o aumento da natalidade.

Figura 26. Taxa de mortalidade infantil (%)



Fonte: PORDATA (2016)

A figura nº 26, cujos dados foram disponibilizados pelo PORDATA (2016), representa a taxa de mortalidade infantil. Podemos verificar que entre 1996 e 2010 é evidente um acentuado decréscimo da mortalidade infantil, de 10 pontos percentuais. Nos anos seguintes a taxa manteve a tendência do nível nacional, entre os 2% e os 4%, tendo sido ultrapassada ligeiramente no ano 2014.

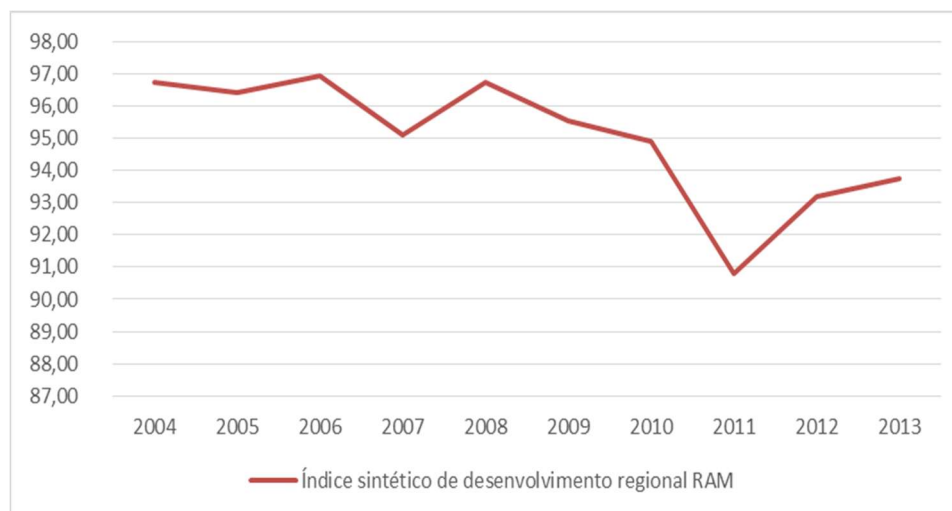
Sendo este um indicador bastante sensível às condições de vida e saúde da população, espera-se que a taxa seja a mais baixa possível. Assim, quanto mais baixa, melhores são as condições de vida e saúde da população.

Verificou-se, através dos dados disponibilizados pela PORDATA (2015) que Portugal encontra-se, atualmente, com a taxa de mortalidade infantil inferior à média Europeia. Atualmente, a taxa de mortalidade infantil média na Europa é 3.7% enquanto que a média em Portugal é 2.9%. Relativamente à RAM, esta apresenta uma taxa similar à Europeia, o que representa o mesmo nível de desenvolvimento.

Analisou-se também o índice sintético de desenvolvimento regional. Através deste índice conseguimos obter uma visão multidimensional do desenvolvimento regional, uma vez que o mesmo é estruturado em três componentes: competitividade, coesão e qualidade ambiental. O

valor de referência utilizado é 100 (média nacional). Todas as zonas com índice superior a 100 encontram-se assim acima da média nacional e com índice inferior a 100, abaixo da média nacional.

Figura 27. Índice Sintético de Desenvolvimento Regional: Base 100



Fonte: INE (2014, 2015)

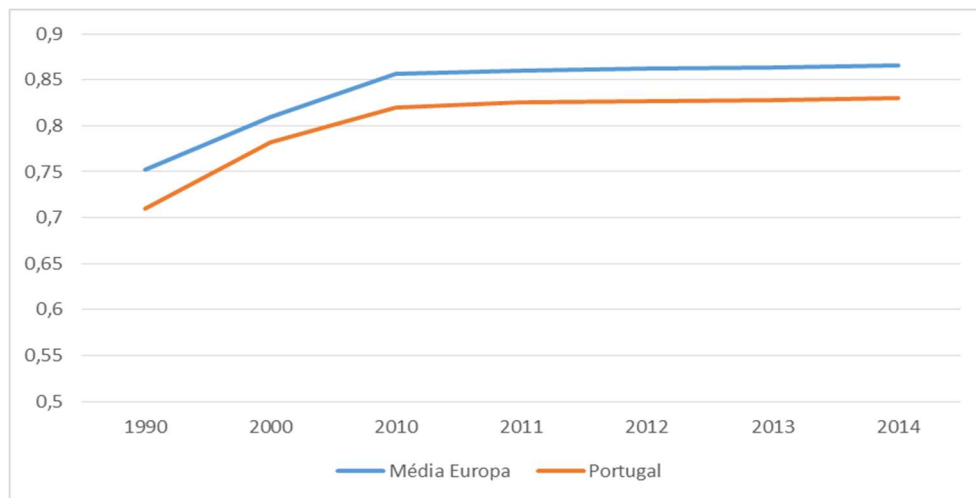
A figura nº 27, cujos dados foram disponibilizados pelo INE (2014, 2015), representa a série cronológica do índice sintético de desenvolvimento regional. Verifica-se que a RAM encontra-se a um nível inferior à base de referência 100, estando, no ano 2013, 6 pontos abaixo do valor de referência. Atualmente, o índice sintético de desenvolvimento regional em Portugal Continental é de 100,42.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), é outro indicador bastante utilizado para analisar o desenvolvimento social de um país e região, e também tem sido utilizado para comparar a situação entre diversos países. Este indicador, tal como o índice sintético de desenvolvimento, representa a conjugação de três dimensões, saúde, educação e padrões de vida.

Relativamente à saúde, é utilizado o indicador “esperança média de vida”, quando à educação são utilizados os indicadores de “média de anos de escolaridade” e “anos de escolaridade esperados”, por fim o padrão de vida, é utilizado o “rendimento nacional bruto per capita”.

Verificou-se qual o IDH em Portugal, uma vez que foi possível obter dados relativamente à RAM e foram feitas três comparações. A primeira foi comparar o IDH de Portugal com a média Europeia, a segunda foi comparar a o IDH de Portugal com outras regiões com zonas francas ou com regimes fiscais preferenciais na Europa, por fim, comparou-se o IDH entre ilhas com zonas francas e sem zonas francas.

Figura 28. Índice Desenvolvimento Humano, Portugal vs Europa

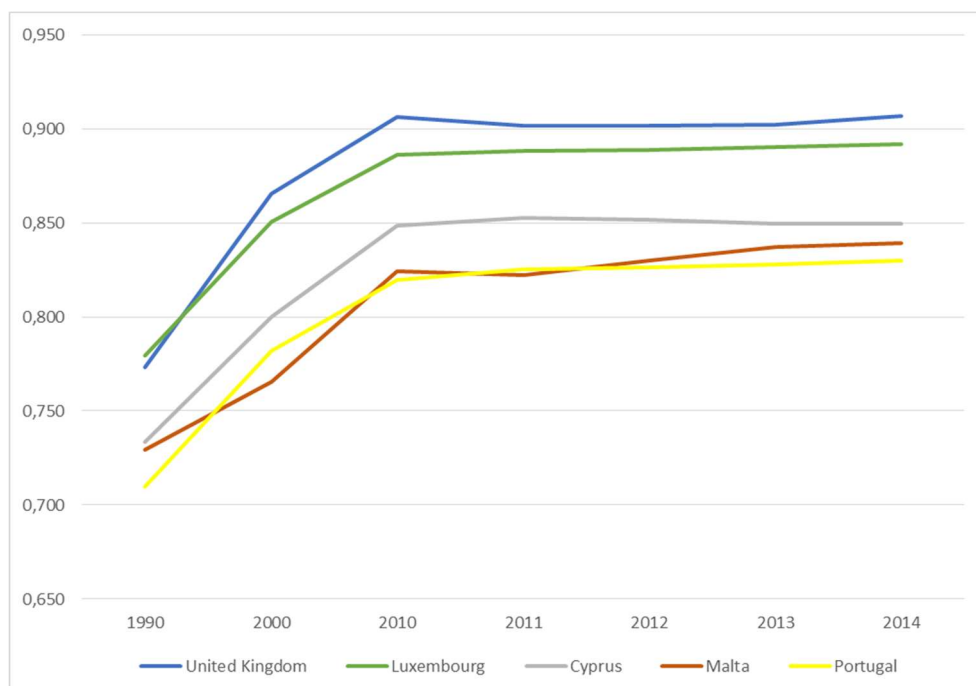


Fonte: PNUD (2015)

A figura acima representada, cujos dados estão disponíveis na PNUD (2015), apresenta a série cronológica do IDH. Verificou-se que Portugal tem vindo a seguir a tendência Europeia, porém encontra-se abaixo da média Europeia.

Por outro lado, verificou-se que Portugal encontra-se na posição 43 do ranking mundial e na posição 23 do ranking Europeu, pertencendo ao grupo de países com IDH muito elevado.

Figura 29. Comparação IDH entre Portugal e outros países Europeus com zonas francas na Europa

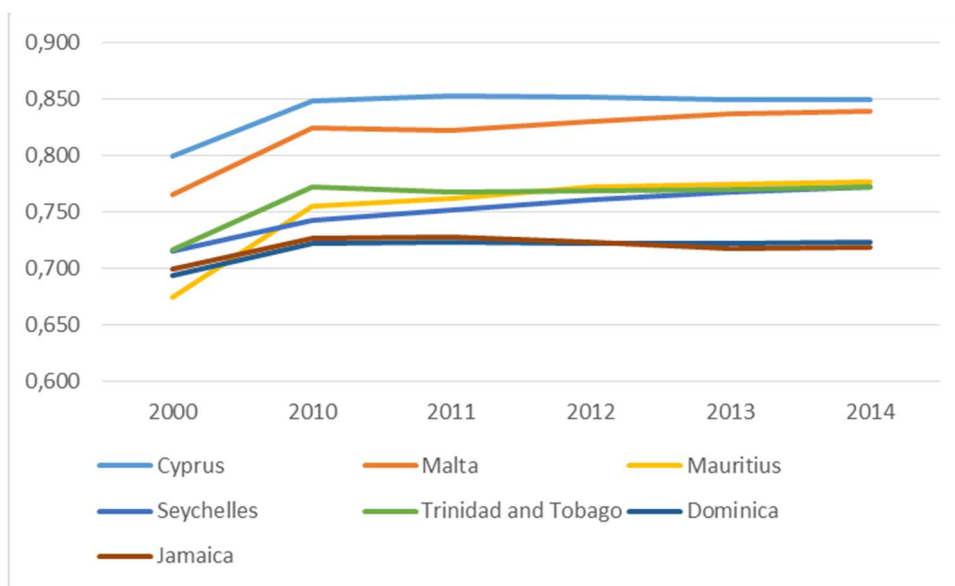


Fonte: PNUD (2015)

Na figura acima exposta verifica-se que os principais países com zonas francas ou com regimes fiscais preferenciais apresentam um elevado IDH. Todos os países encontram-se na lista dos países com mais elevado IDH a nível mundial.

De modo a perceber se existe algum possível efeito da criação de zonas francas ou regimes fiscais preferenciais no IDH, compararam-se ilhas com zonas francas ou regimes preferenciais com ilhas sem zonas francas ou regimes preferenciais.

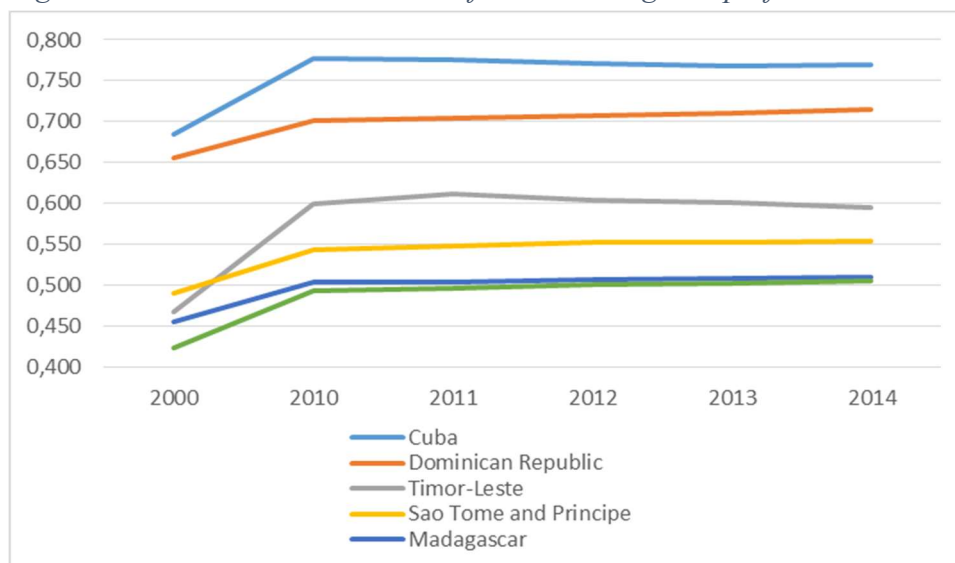
Figura 30. IDH em ilhas com zonas francas ou regimes preferenciais



Fonte: PNUD (2015)

A figura 30, cuja série cronológica foi disponibilizada pela PNUD (2015), indica o IDH de conjunto de ilhas com zonas francas ou regimes preferenciais. Verificamos que todas as ilhas apresentam um IDH elevado ou muito elevado.

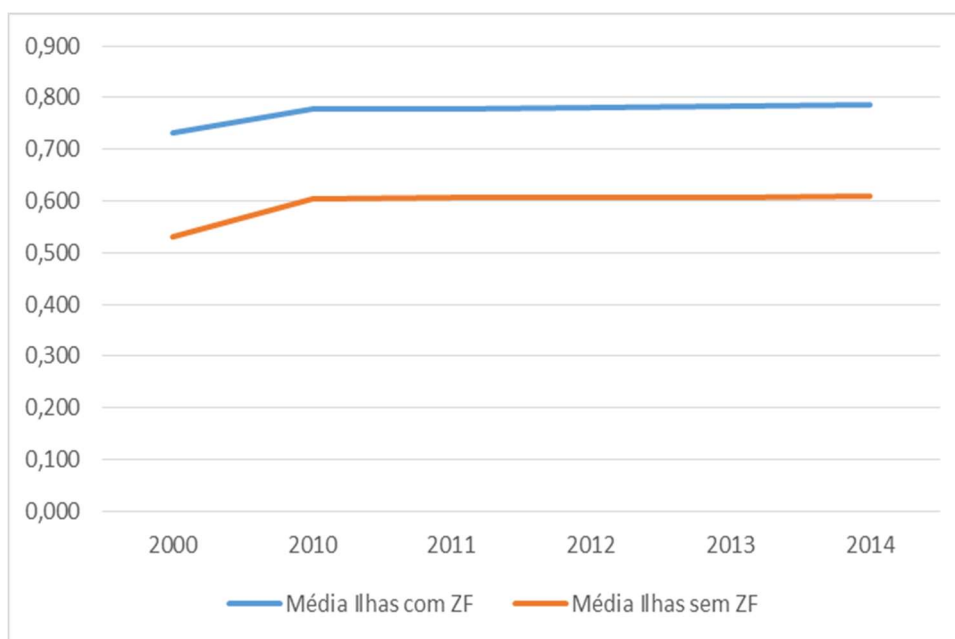
Figura 31. IDH em ilhas sem zonas francas ou regimes preferenciais



Fonte: PNUD (2015)

A figura anteriormente exposta, cuja fonte é o PNUD (2015), mostra o IDH de ilhas sem regimes preferenciais ou zonas francas. Verifica-se que apenas Cuba e República Dominicana apresentam IDH considerado elevado. Todas as outras ilhas apresentam um IDH médio e baixo.

Figura 32. Comparação entre ilhas com e sem zonas francas ou regimes fiscais preferênciais



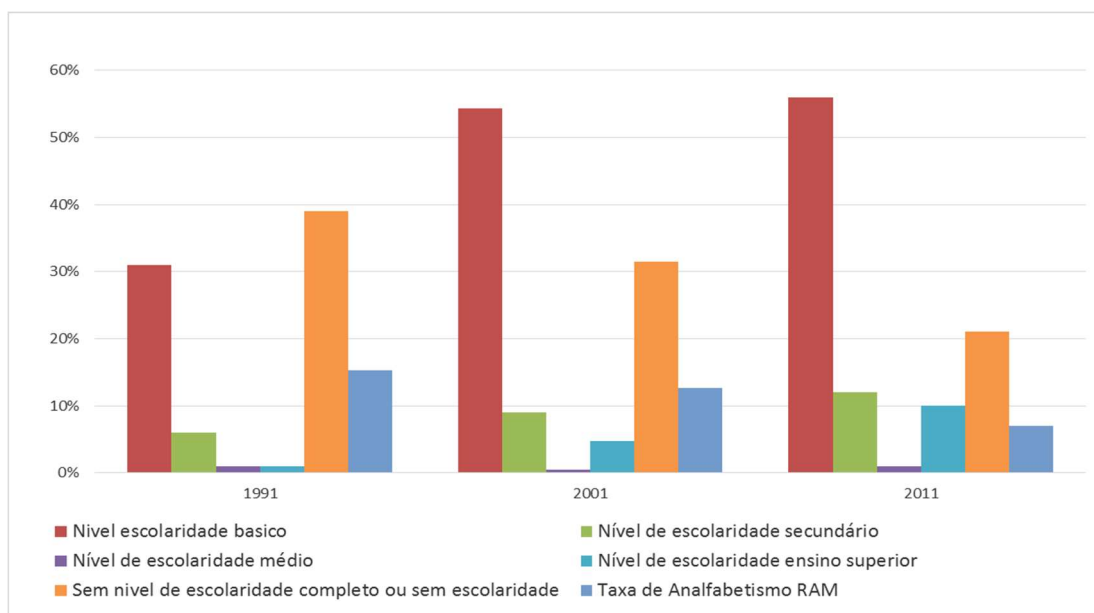
Fonte: PNUD (2015)

Através da comparação entre as ilhas, com e sem zonas francas ou regimes fiscais preferenciais, podemos apurar que as ilhas que têm zonas francas ou regimes fiscais preferenciais apresentam um IDH superior. Esta comparação entre ilhas, indica que as zonas francas ou regimes fiscais preferênciais poderão ser importantes para o desenvolvimento económico e social de uma região. No entanto, poderão existir, eventualmente, outros fatores que contribuam para o aumento do IDH .

A educação, segundo Bloom, Canning & Chan (2005), é um fator importante para o desenvolvimento humano, e conseqüentemente, para o desenvolvimento económico e social. Assim, e de modo a verificar-se o nível de educação na região, analisou-se a evolução na RAM no que diz respeito à escolaridade e analfabetismo.

Para Bhallan (2012), é evidente o aumento do contributo para o desenvolvimento, por cada ano extra em educação. Assim, decidiu-se verificar qual a distribuição da população por nível de ensino.

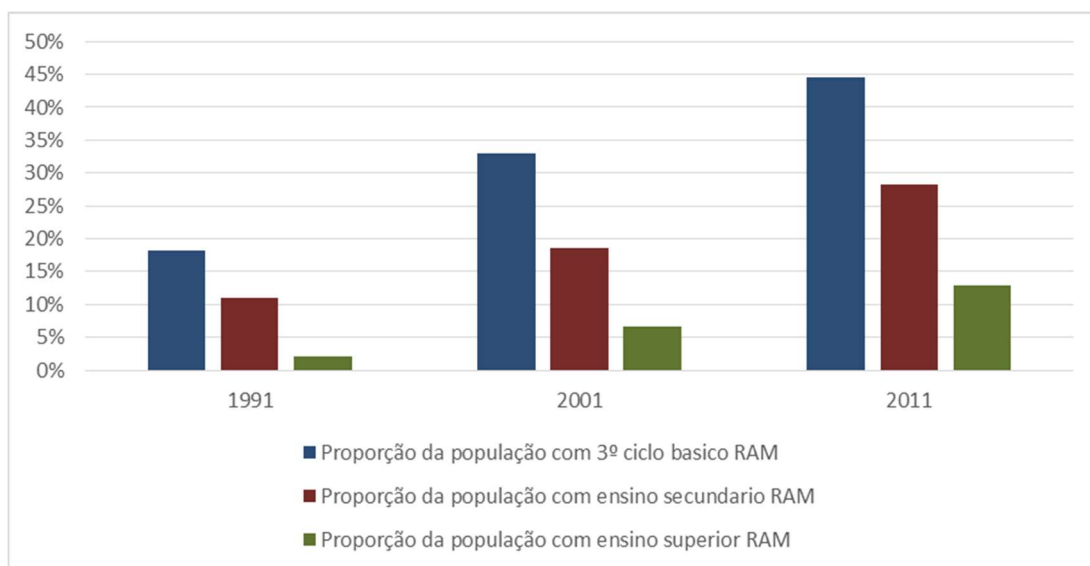
Figura 33. Nível de escolaridade e analfabetismo na RAM (%)



Fonte: INE (1993, 2002, 2012)

A figura nº33, cuja fonte são os censos de 1991, 2001 e 2011, disponibilizados pelo INE, indica o nível de escolaridade e analfabetismo na RAM. Verifica-se que, ao longo do tempo o nível de escolaridade tem vindo a aumentar e a taxa de analfabetismo tem vindo a diminuir. Este cenário indica um desenvolvimento positivo na RAM, uma vez que a população tem vindo a instruir-se mais ao longo do tempo, aumentando assim o capital humano na região.

Figura 34. Proporção da população por ensino (%)



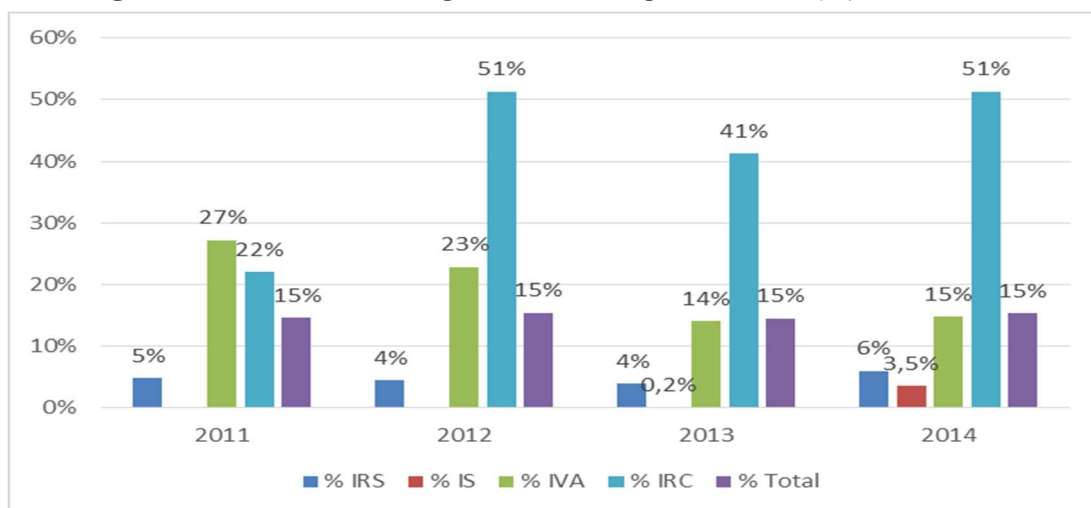
Fonte: INE (1993, 2002, 2012)

Na figura 34, cujos dados são dos censos de 1991, 2001 e 2011, disponibilizados pelo INE, verifica-se que a distribuição da população por nível de ensino tem vindo a aumentar ao longo das últimas duas décadas. Segundo Caleiro (2011), esse aumento de educação permite assegurar a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento de um país.

O efeito da abertura económica de um país é um fator fundamental para o seu desenvolvimento. Para Bhallan (2012), sendo a ligação com o exterior essencial para o crescimento económico, é importante criar incentivos à atração de IDE.

De modo a verificar-se o efeito da política fiscal presente na ZFM, decidiu-se verificar qual o contributo desta praça para a RAM ao nível dos impostos.

Figura 35. Contributo de impostos da ZFM para a RAM (%)



Fonte:SDM (2013, 2014)

Verificou-se um grande contributo da ZFM a nível fiscal. O principal contributo é em sede de IRC que atualmente representa cerca de 51% do total da receita regional, isto é 65M€, por outro lado, temos o IVA que apesar de corresponder a apenas 15% do total do IVA coletado, representa 52M€. No entanto, o entrevistado D referiu que, até ao ano 2011 a contribuição em sede IRC não era tão relevante como a partir de 2011, uma vez que até essa data ainda encontrava-se em vigor muitas empresas ao abrigo do I regime.

Promover o desenvolvimento humano, para Kulkarni & Rajam (1991) e Diniz (2010), é fundamental para combater as desigualdades de oportunidades, melhorar o nível de vida e assegurar um processo de desenvolvimento sustentável tanto a nível económico como ambiental.

De modo a verificar-se qual o contributo da ZFM para o incremento e desenvolvimento do capital humano, interrogamos os entrevistados acerca do potencial contributo da ZFM para o incremento do capital humano.

Todos os entrevistados consideram que a ZFM tem um contributo importante nesta matéria. Referem ainda que as exigências por parte das empresas sediadas na ZFM são bastante altas,

fazendo com que as pessoas fiquem bem preparadas, com uma visão diferente e mais abrangente, com outros métodos de trabalho e mais produtivos.

Nesse sentido, o entrevistado A disse:

“Acho que quem trabalha na ZFM acaba por ter uma experiência de trabalho diferente de quem trabalha no mercado local, penso que está mais preparado, não só pela visão, mas acaba por ter outro método de trabalho. O fato de trabalhar com o estrangeiro obriga a trabalhar de uma determinada forma, mais eficiente, mais produtiva (...) provavelmente saindo da ZFM e indo trabalhar para o mercado local, serão pessoas mais produtivas do que o comum das pessoas (no mercado local)”.

O entrevistado B considera que quem trabalha na ZFM poderá ter mais facilidade em mudar de trabalho, salienta ainda que, anunciar que trabalhou na ZFM é um bom cartão-de-visita. Estas ilações são baseadas no seguinte discurso:

“Não tenho dúvidas nenhuma, primeiro pela criação de emprego especializado, pela formação dada pelas empresas da ZFM. Além disso, as empresas locais que trabalham para a ZFM têm um nível de exigência muito maior, porque a concorrência é internacional, e portanto todos nós crescemos do ponto de vista profissional e humano também. Portanto não tenho dúvidas absolutamente nenhuma (...) acho que (as pessoas que trabalham para a ZFM) têm uma visão mais abrangente e internacional, se calhar têm mais facilidade em sair, e podem ter mais facilidades em procurar emprego, eu acho que é um bom cartão-de-visita dizer que trabalhou na ZFM, acho que aqui localmente as pessoas têm mais oportunidades futuras.”

O discurso do entrevistado C vai ao encontro do dos outros entrevistados, no entanto, salienta que, a ZFM pode ser um ponto de partida para uma carreira internacional. Refere ainda que, o nível de exigência por parte das empresas obriga os profissionais a terem uma procura ativa em formações, contribuindo assim para um aumento do capital humano. Estas inferências são baseadas na seguinte afirmação:

“Os conhecimentos [dos trabalhadores em empresas sediadas na ZFM] são bastante mais abrangentes [em comparação com os trabalhadores fora da ZFM], a maior parte das empresas são grandes multinacionais o que permite uma aprendizagem mais ampla (...) alguns dos funcionários são destacados para outros países, para as organizações onde estão inseridos, permitindo uma evolução a nível de carreira que dificilmente conseguiriam num mercado pequeno como o nosso (...) contribui [incremento capital

humano], os profissionais tendem a procurar mais formações e mais direcionadas (...) contribui para o aumento do rendimento per capita e redução de desemprego, principalmente qualificado, no entanto não consigo quantificar o contributo”.

O entrevistado D acrescenta que, a oportunidade de crescimento profissional, porventura internacional, é o reflexo do trabalho de desenvolvimento em CH que tem vindo a ser realizado. Por outro lado, enfatiza o contributo dos quadros que se deslocaram para a RAM e contribuíram para o desenvolvimento do CH. Neste âmbito, o entrevistado D referiu:

“Normalmente é estabelecido uma confiança entre a entidade patronal e os trabalhadores. Já assistimos a empresas, que por razões que nos são alheias, saíram da ZFM e acharam que deviam recompensar os seus quadros convidando-os a irem com eles. Acho que é um reflexo da importância e do trabalho feito ao nível de desenvolvimento de capital humano (...) sim, absolutamente [incremento capital humano], a vários níveis, não só reteve os quadros qualificados na Madeira, que não se viu a obrigação de sair da Madeira ou ir por ventura para Portugal para poder trabalhar nas suas áreas de formação, como também atraiu quadro qualificados de pessoas que vieram cá implementar o projeto e ficaram por cá e que transmitiram conhecimentos e formaram profissionais”.

Procurou-se saber qual a opinião dos entrevistados relativamente ao cumprimento dos objetivos para os quais a ZFM foi criada. As opiniões foram unânimes, os entrevistados consideram que parte dos objetivos foram cumpridos, e afirmam que, não atingiram a totalidade dos objetivos propostos devido à instabilidade política verificada ao longo da sua existência.

Neste sentido, o entrevistado A disse:

“Penso que não atingiu em pleno, a política fiscal também não contribuiu para isso, no entanto, a nível económico é evidente que tem contribuído e bastante, a nível social penso que é mais evidente para a população ativa nesta praça, apesar de contribuir para a restante população a nível indireto (referenciado anteriormente, postos de trabalho indiretos e impostos)”.

O entrevistado B afirmou:

“A ZFM foi criada com o objetivo de desenvolver, internacionalizar, e diversificar a economia da região, penso que nesses aspetos conseguiu atingir os seus objetivos, contribuindo então para o desenvolvimento da RAM. Criam emprego, geram economia

e pagam impostos. Acho, no entanto, que uma maior contribuição só será possível se conseguirmos estabilidade a nível fiscal.”

Por sua vez, o entrevistado C referiu que a ZFM permitiu que a Madeira se libertasse dos setores tradicionais. O entrevistado C disse: “Sim, terá atingido alguns dos objetivos, hoje a Madeira tem uma economia mais diversificada e menos dependente dos setores tradicionais, embora, na minha opinião, ainda não tenha atingido o nível desejado. Para atingir o nível desejado precisamos de mais estabilidade fiscal”.

Por fim, o entrevistado D refere que, devido às medidas erróneas praticadas, foi necessário retroceder para criar e aplicar novas estratégias de modo a conseguir transmitir confiança e trazer novos investidores. Estas ilações são fundamentadas pelo seguinte discurso:

“Absolutamente, não tenho dúvida nenhuma disso, não só diversificou a economia como reforçou as receitas. Se não fomos mais longe foi porque não nos deixaram. Os objetivos foram cumpridos, os resultados é que poderiam ter sido superiores se não fossem os problemas que atravessamos. A instabilidade política não permitiu que fossemos mais além, como consequência das medidas mal tomadas foi preciso dar uns passos atrás, ganhar novamente a velocidade cruzeiro e trazer novas empresas, porque as que vão embora já não voltam, se não fosse isso teríamos muito mais empresas e empresas grandes, de renome internacional”.

Conclusão

Neste capítulo, e último desta dissertação, são apresentadas as conclusões da investigação, são identificadas as barreiras com que nos deparamos, e por fim, sugestões para futuras investigações.

O desenvolvimento de um país é um assunto muito discutido ao longo das últimas décadas. Através da investigação teórica sobre essa temática, verificou-se que as opiniões são muitas vezes divergentes, e que, ao longo das décadas as perspectivas e os conceitos foram-se alterando.

A Região Autónoma da Madeira, de modo a combater a sua insularidade e promover o desenvolvimento económico e social da região, tem vindo a aplicar diversas estratégias com essa finalidade. A criação do CINM é o resultado de uma dessas estratégias e visa a atração de investimentos e/ou atividades internacionais que poderão ser efetuados por investidores Portugueses ou estrangeiros.

O objetivo geral e os específicos desta investigação foram criados com o intuito de analisar o efeito do CINM na RAM, e apurar se, o CINM tem atingido os objetivos para o qual foi criado. De modo a analisar esse efeito, realizaram-se entrevistas aos gestores e diretores de managements de empresas sediadas na ZFM, uma entrevista ao subdiretor da SDM e duas entrevistas a representantes de empresas prestadoras de serviços na RAM. Por fim, e de maneira a complementar e triangular essas informações, procedeu-se ainda, a uma análise documental.

Ao longo do estudo, verificou-se, de fato, que os entrevistados têm a mesma opinião na maioria dos temas e questões abordadas. Por outro lado, as conclusões aqui expressas, podem não representar realmente a realidade, em virtude da inexistência de dados que possa utilizar.

Neste estudo, verificou-se que o efeito causado pelas alterações de regimes, pela instabilidade política no país, veio a retrainir o crescimento da ZFM. De fato, e de acordo com Oman (2000), uma boa conduta governamental, estabilidade macroeconómica e estabilidade política são fatores essenciais para atrair IDE e potenciar o crescimento de um país.

Posto isto, e uma vez verificado o decréscimo acentuado de empresas registadas na ZFM no ano 2000, concluiu-se que a ZFM poderá ter sido prejudicada pelas medidas impostas, fazendo com que não atingisse a sua plenitude.

Relativamente ao papel do CINM para o desenvolvimento da RAM, procurou-se primeiramente verificar qual o “spillovers effects” proveniente da abertura económica. Nesse âmbito, os sujeitos de estudo, à semelhança de Lecraw, Mathew & Omar (2000) e Oman (2000), afirmam

que existem relações comerciais entre as empresas e que estas relações comerciais permitem a troca de conhecimentos entre as mesmas.

No que diz respeito às relações comerciais, verificou-se que a primeira ligação comercial é entre as managements e as empresas sediadas na ZFM. Essa ligação comercial baseia-se na prestação de serviços da primeira para com a segunda. Verificou-se também a existência de estruturas montadas para satisfazer primeiramente as necessidades de empresas sediadas na ZFM, como é o caso da empresa de arquivos “arquivodoc”.

Os entrevistados, também disponibilizaram algumas faturas, para servirem de exemplo, de outras prestações de serviços às empresas sediadas na ZFM. Essas prestações de serviços vão desde os serviços de limpeza a prestação de serviços de contabilidade.

Por outro lado, procurou-se saber se as empresas sediadas na ZFM prejudicam de alguma forma as outras empresas locais, que por sua vez, segundo Moran (1998), tem um impacto negativo nas perspectivas de desenvolvimento dos países recetores de investimentos. Verificou-se que as empresas registadas no CINM, são empresas que realizam operações internacionais, e que os benefícios fiscais apenas são válidos para operações internacionais. Também verificou-se através das entrevistas às empresas do mercado local que muito dificilmente existe concorrência entre as empresas da ZFM e as locais. Conclui-se assim que não é evidente que as empresas da ZFM prejudiquem de alguma maneira as restantes empresas do tecido regional.

No que diz respeito ao contributo do CINM para o desenvolvimento económico e social da região, numa primeira fase, verificou-se qual o contributo do capital humano para esta praça, e, verificou-se se esta praça contribui para o desenvolvimento do capital humano.

Neste sentido, concluiu-se que o capital humano nesta praça é essencial para alguns tipos de estruturas. Verificou-se que, ao contrário do exposto por Morisset (2003), não é dos fatores mais tidos em conta pelos investidores quando analisam as diferentes jurisdições. Concluiu-se que, à semelhança das ideias de Blomström (2002), Sequeira & Sá (2009) e UNCTAD (2015), o incentivo fiscal é o fator fundamental e o mais apreciado pelos investidores.

No entanto, verificou-se que as empresas sediadas na ZFM contratam mão-de-obra, sendo a maioria mão-de-obra com formação. O contributo na empregabilidade de mão-de-obra na ZFM para a região é cerca de 2.15 % da população ativa.

Estando o desenvolvimento humano relacionado com as oportunidades oferecidas aos indivíduos, segundo Diniz (2010), concluiu-se que, a ZFM através da sua empregabilidade tem contribuído para o desenvolvimento do capital humano dos trabalhadores dessas empresas.

Os entrevistados afirmam que as empresas têm um nível elevado de exigências, uma vez que exercem trabalhos a nível internacional, o que permite um crescimento e desenvolvimento bastante acentuado do capital humano. Estas afirmações vão ao encontro dos pensamentos de Oman (2000). Assim, existe uma contribuição no capital humano proveniente da aproximação entre as empresas.

Numa segunda fase, verificou-se qual o contributo desta praça para o desenvolvimento da região. Começou-se por analisar qual o impacto dos investimentos realizados pelas empresas sediadas na ZFM na região. Concluiu-se que apenas cerca de 50% das empresas optam por realizar investimentos, de acordo com EBF. No entanto, verificou-se que grande parte desses investimentos são realizados no estrangeiro.

Concluiu-se assim, que a ZFM não tem um grande contributo a nível regional no que respeita à FBCF.

Relativamente à contribuição da ZFM para a PIB regional, concluiu-se que a mesma é relevante. As estimativas indicam uma contribuição de cerca de 21% do PIB regional. Essa estimativa torna-se interessante se compararmos o contributo do PIB com a percentagem de empresas sediadas na ZFM. Atualmente, o tecido empresarial na ZFM ronda os 9% do total de empresas sediadas na RAM, logo, esses 9% apontam para uma contribuição de cerca de 21% do PIB, a par com a maior atividade local, o turismo, com um contributo de cerca de 28% do PIB.

De maneira a percebermos a importância do contributo para o PIB, conforme abordado por Sem & Fitoussi (2009) e Oliveira (2011), decidiu-se verificar qual a ligação existente entre o PIB regional e a despesa em investigação e desenvolvimento.

Relativamente às despesas relacionadas com o I&D, verificou-se que a contribuição do PIB para esse fim é bastante reduzida, atualmente inferior a 0.3%, muito aquém do contributo praticado a nível nacional de 1.34%. Concluiu-se assim que, a contribuição da ZFM para esse fim deverá ser quase nula.

A diversificação setorial na RAM teve o contributo da ZFM. Verificou-se que a atração de IDE tem um impacto a nível setorial, conforme abordado por Blomström (2002) e Zolt (2015). Concluiu-se assim que, a ZFM foi essencial para essa diversificação, no entanto, uma vez que as ligações comerciais existentes, segundo apurado com os entrevistados, são das empresas locais para com as sediadas na ZFM, não é evidente a criação de bases que geram valor

agregado para o mercado interno, apenas para o externo. Por outro lado, é evidente a sua dinamização na criação de emprego.

Todos os entrevistados consideram que a abertura económica permitiu a deslocação para a região de diversas empresas de vários setores, que antes não existiam. Os entrevistados B e D reforçaram a ideia afirmando que caso não fosse a ZFM essas empresas nunca estariam sediadas na região. Por outro lado, concluiu-se que esta diversificação setorial foi fulcral para libertar a RAM da dependência exclusiva do setor do turismo para a economia regional.

Relativamente ao seu contributo para a empregabilidade na região, conclui-se que a ZFM tem um papel positivo. Atualmente, estima-se cerca de 3.000 postos de trabalho, e segundo as estimativas da SDM cerca de 80% dessa população é considerada como qualificada.

De modo a verificar qual o impacto dessa empregabilidade na região, procurou-se analisar o contributo da população empregue no que concerne ao rendimento per capita da região e qual o seu contributo para a redução da taxa de desemprego.

Verificou-se que, os funcionários de empresas sediadas na ZFM têm em média um salário superior, comparativamente à média regional. Segundo as estatísticas, o salário deverá ser 31% superior à média regional.

Por outro lado, triangulou-se essa informação com a contribuição em sede de IRS por parte dessa população ativa, e concluiu-se que os 2.15% da população ativa na ZFM contribuem em cerca de 5% da receita de IRS. Assim, podemos concluir que, as estimativas enunciadas no parágrafo anterior são conservadoras, havendo assim uma contribuição significativa desses salários acima da média para o rendimento per capita da região.

Procurou-se verificar a relação existente entre o rendimento disponível das famílias e o consumo privado. Verificou-se que a relação existente é: quanto maior o rendimento disponível, maior o consumo privado. Assim, torna-se evidente a importância do rendimento das famílias para o desenvolvimento e crescimento económico e social da região.

Sendo o IDH, um dos indicadores mais importantes atualmente, analisou-se qual a evolução ao longo dos últimos anos. Verificou-se que Portugal faz parte dos países que pertencem ao grupo com maior IDH a nível mundial. Atualmente encontra-se na posição número 43 do *ranking*.

Através de uma análise comparativa entre regiões, verificou-se que as regiões que têm zonas francas ou regimes fiscais preferenciais têm IDH mais elevado, no entanto, não é possível concluir que este seja um/único fator predominante para essa matéria.

Estando o desenvolvimento social bastante relacionado com a qualidade de vida e bem-estar, procurou-se verificar qual o contributo da ZFM para esse fim. Concluiu-se esse contributo é mais evidente para a população ativa na ZFM. Esta ilação é baseada nos tópicos abordados anteriormente, nomeadamente a criação de emprego, salários acima da média, boas condições de trabalho e perspetiva de carreira. Por outro lado, verificou-se um contributo indireto, desta vez relacionado com a ligação existente entre as empresas sediadas na ZFM e as outras empresas locais, através da prestação de serviços.

Por outro lado, a abertura económica e o IDE, segundo Blomström (2002), Diniz (2010) e Bhallan (2012) têm um papel fundamental para o desenvolvimento económico e social. Uma vez que a estratégia utilizada na ZFM é a redução fiscal, procurou-se saber qual o impacto a nível de impostos para a região. Todos os entrevistados referiram que os impostos pagos à região têm um impacto bastante grande nas contas regionais, e que, com certeza, esses montantes pagos à região deverão ser aplicados em áreas relacionadas com a qualidade de vida, bem-estar e ambiente, tendo assim um impacto na restante população regional.

Através da análise documental realizada com as informações disponibilizadas pela SDM, concluiu-se efetivamente que o contributo da ZFM para a região a nível de impostos é bastante elevada. Destaca-se o contributo em sede de IRC, em que, no último ano, 2014, representou 51% da receita de IRC da RAM. Este valor é muito interessante, e principalmente tendo em consideração que as empresas sediadas na ZFM representam apenas 9% das empresas sediadas na RAM. Verificou-se também, que o contributo total a nível de impostos para a RAM é aproximadamente 15% das receitas de impostos da RAM, o que representa 134M€ em impostos.

Por outro lado, constatou-se que, o contributo em sede de IRC para a RAM passou a ser mais representativo a partir de 2011, ano que findou a vigência do I regime, até então o imposto mais representativo foi em sede de IVA, por volta de 15% do total coletado.

Deste modo, concluiu-se que existe uma contribuição da ZFM para o desenvolvimento social e económico da RAM e que essa contribuição poderá ser dividida em dois contributos principais. Um primeiro contributo diretamente relacionado com a população ativa na ZFM, e um segundo contributo para a população da RAM através dos impostos pagos pelas empresas sediadas na RAM.

No decorrer desta investigação deparamo-nos com algumas barreiras. Essas barreiras estão relacionadas com as dificuldades em obter dados representativos do desenvolvimento regional desde o ano 1987 até a data, nomeadamente séries longas relacionadas com a evolução do tecido

empresarial na RAM, séries longas relacionadas com a empregabilidade da RAM e por fim, séries longas com os principais indicadores de desenvolvimento social estudados nesta investigação.

Por outro lado, não foi possível apurar a aplicabilidade dos impostos da RAM com o intuito de analisar qual o contributo/aplicação dos mesmos nas áreas relacionadas com o desenvolvimento e bem-estar social.

Por fim, e a título de sugestões para trabalhos de investigação futuros, recomenda-se estudos relacionados com o impacto indirecto da ZFM na sociedade e no mercado local. Esta sugestão baseia-se na importância dada ao conhecimento fornecido pelas empresas investidoras ao mercado local, conforme abordado por Lecraw, Mathew e Omar (2000). Sugere-se assim um possível estudo, nomeadamente, qual o impacto da ZFM no tecido empresarial local.

Referências

- Ablo, E. (1995). *Advancing Social Development – A world Bank Contribution to the Social Summit*. Acedido em Novembro, 14, 2015 em http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/1995/03/01/000009265_3970716143624/Rendered/PDF/multi_page.pdf
- Akbar, M. & Naqvi, Z. (2000). *Export diversification and the structural dynamics in the growth process: the case of Pakistan*. In *The Pakistan Development Review* (2000), pp. 573 – 589, Acedido em Novembro, 22, 2015 em <http://www.pide.org.pk/pdf/PDR/2000/Volume4/573-589.pdf>
- Almeida, J. & Pinto, J. (1995). *A investigação nas Ciências Sociais. (5ª Edição)*. Lisboa: Editorial Presença.
- Alvim, C. (2009). A produtividade dos fatores em alguns países. In Mafra, O., Alvim, C. & Goldemberg, J. (2009). *As perspectivas brasileiras no controle de materiais nucleares*. Acedido em Novembro, 22, 2015 em http://ecen.com/eee73/eee73p/a_produtividade_dos_fatores_em%20alguns_paises.htm
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa, LX: Edições 70.
- Barro, R. & Sala-i-Martin, X. (2004). *Economic Growth*. Acedido em Novembro, 14, 2015 em <http://down.cenet.org.cn/upfile/8/200751171644184.pdf>
- Bartelsman, E., Scarpetta, S. & Schivardi, F. (2005). *Comparative analysis of firm demographics and survival: evidence from micro-level source in OECD countries*. pp. 365 – 391, Acedido em Novembro, 20, 2015 em <http://didattica.unibocconi.it/mypage/dwload.php?nomefile=ICC-2005-Bartelsman-365-9120141105112824.pdf>
- Becker, G. (1962). Investment in Human Capital: A Theoretical Analysis. In *Journal of Political Economy*, Vº.70, pp. 9 – 49, Acedido em Novembro, 14, 2015 em http://hbanaszak.mjr.uw.edu.pl/TempTxt/Becker_1962_Investment%20in%20Human%20Capita%20A%20Theoretical%20Analysis.pdf
- Bhalla, S. (2012). Devaluing to Prosperity: Misaligned Currencies and Their Growth Consequences. *Capítulo II: Determinants of Economic Growth*, pp. 11 – 32. Acedido em

Novembro, 10, 2015 em
http://www.piie.com/publications/chapters_preview/6239/02iie6239.pdf

Bloom, D., Canning, D. & Chan, K. (2005). *Higher Education and Economic Development in Africa*. Acedido em Novembro, 18, 2015 em
http://siteresources.worldbank.org/EDUCATION/Resources/278200-1099079877269/547664-1099079956815/HigherEd_Econ_Growth_Africa.pdf

Blomström, M.(2002). *The economics of internacional investment incentives*. In OECD (2002). *Internacional Investment Perspectives*. pp. 165 – 206. Acedido em Agosto 4, 2013 em
http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/finance-and-investment/international-investment-perspectives-2002_iip-2002-en#page165

Bresser-Pereira, L. (1981). *Classes e estratos sociais no capitalismo contemporâneo*. Acedido em Novembro, 14, 2015 em
http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/02/Bresser-Perreira.pdf&gws_rd=cr&ei=UtFHVrL2Doaua4nb1OgN

Bresser-Pereira, L. (2008). *O conceito histórico de desenvolvimento económico*. Acedido em Novembro, 11, 2015 em
<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.18.ConceitoHist%C3%B3ricoDesenvolvimento.31.5.pdf>

Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

Bohmer, A. & Christianser, H. (2004). *Mena – OECD Investment Programme*. Acedido em Maio, 06, 2015 em <https://www.oecd.org/mena/competitiveness/36086747.pdf>

Bost, F (2011). *Are Economic Free Zones good for development?* Revista WAC, 4. Acedido em Maio, 03, 2015 em <http://www.oecd.org/swac/publications/49814045.pdf>

Burgess, R. (1997). *A pesquisa de terreno: Uma introdução*. Oeiras: Celta Editora.

Caleiro, A. (2011). *Educação e Desenvolvimento: que tipo de relação existe?* Acedido em Novembro, 18, 2015 em
http://www.ela.uevora.pt/download/ELA_ensino_investigacao_cooperacao_04.pdf

Campos, C. (2004). *Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde*. Acedido em Novembro, 24, 2015 em <http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>

Carmo, H. & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da investigação: Guia para Auto-Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

Carvalho, G. (2015). *A relação entre as exportações e o crescimento económico: Análise do caso Português*. Acedido em Novembro, 22, 2015 em https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/28500/1/Trabalho%20de%20Projeto_Gon%C3%A7alo%20Carvalho.pdf

Costa, M. & Lustosa, M. (2007). *Mensuração do desenvolvimento socioeconómico e ambiental*. Acedido em Novembro, 15, 2015 em http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/vii_en/mesa2/trabalhos/mensuracao_do_desenvolvimento.pdf

Coutinho, C. (2014). *Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e prática*. Coimbra: Almedina.

Chizzotti, A. (2003). *A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: Evolução e desafios*. Acedido em Novembro, 23, 2015 em http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/1350495029.pdf

Christiansen, H. & Bertrand, A. (2006). Trends and recent developments in foreign direct investment. In OECD (2006). *International investments perspectives: 2006 Edition*. pp. 13 – 45. Acedido em Novembro, 19, 2015 em <http://www.oecd.org/daf/inv/investmentstatisticsandanalysis/37010986.pdf>

Christiansen, H., Goldstein, A. & Bertrand, A. (2007). Trends and recent developments in foreign direct investment. In OECD (2007). *International investments perspectives: 2007 Edition*. pp. 13 – 49. Acedido em Novembro, 19, 2015 em <http://www.oecd.org/daf/inv/investmentstatisticsandanalysis/38818788.pdf>

Creswell, W. J. (2009). *Research Design: Qualitative, quantitative and mixed methods approaches*. New York: Edition Sage.

Cypher, J. (2014). *The Process of Economic Development*. (4ª edição). New York: Routledge.

Decreto-Lei nº 96/89 de 28 de Março. *Diário da República nº 72 – I Série*. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Lisboa

Decreto-Lei nº 108/2008 de 26 de Junho. *Diário da República nº 122 – I Série*. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Lisboa

Decreto-Lei nº 165/86 de 26 de Junho. *Diário da República nº 144 – I Série*. Ministério das Finanças - Secretaria de Estado do Tesouro. Lisboa

Decreto-Lei nº 352-A/88 de 3 de Outubro. *Diário da República nº 229 – I Série*. Ministério da Justiça, Transportes e Comunicações. Lisboa

Decreto-Lei nº 500/80 de 20 de Outubro. *Diário da República nº 243 – I Série*. Ministério das Finanças e do Plano. Lisboa

Decreto Legislativo Regional nº22/86/M de 2 de Outubro. *Diário da República nº 227 – I Série*. Região Autónoma da Madeira – Assembleia Regional. Lisboa

Decreto Regulamentar nº 53/82 de 23 de Agosto. *Diário da República nº 194 – I Série*. Ministério das Finanças e do Plano - Secretaria de Estado do Orçamento. Lisboa

Diaz-Chavez, R. (2014). Indicators for Socio-Economic Sustainability Assessment. In Rutz, D. & Janssen, R. (2014). *Socio-Economic Impacts of Bioenergy Production*. pp. 17 – 26. Acedido em Novembro, 15, 2015 em http://www.springer.com/cda/content/document/cda_downloadaddocument/9783319038285-c1.pdf?SGWID=0-0-45-1443304-p176396540

Diniz, F. (2010). *Crescimento e Desenvolvimento Económico: Modelos e Agentes do Processo*. Lisboa: Edições Silabo.

Direção Regional de Estatística. (2013). *Série Retrospectiva das Estatísticas dos Quadros de Pessoal 1995-2013*. Funchal: Autor

Direção Regional de Estatística. (2014). *Estatísticas do Emprego da Região Autónoma da Madeira Série Retrospectiva 1998-2010*. Funchal: Autor

Direção Regional de Estatística. (2015). *Série Retrospectiva das Contas Regionais 2000-2014*. Funchal: Autor

Direção Regional de Estatística. (2015). *Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira Série Retrospectiva 2004-2013*. Funchal: Autor

Direção Regional de Estatística. (2016). *Estatísticas do Emprego da Região Autónoma da Madeira Série Retrospectiva 2011-2015*. Funchal: Autor

Direção Regional de Estatística. (2016). *Série Retrospectiva das Estatísticas da Saúde da Região Autónoma da Madeira*. Funchal: Autor

DSAERI/DRI (2013). *Política comercial europeia: Principais orientações*. Acedido em Novembro, 20, 2015 em <http://www.gpp.pt/GlobalAgriMar/acesso/docs/PComercialUE/2013S1PolcomUE.pdf>

Escobar, A. (2005). El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In Mato, D. (2005). *Políticas de Economía, Ambient y Sociedad en tempos de globalización*. Acedido em Novembro, 11, 2015 em <http://www.globalcult.org.ve/pub/Rocky/Libro3/Escobar.pdf>

Faustino. H. (1997). *A política comercial estratégica e a globalização da concorrência*. Acedido em Novembro, 21, 2015 em <http://pascal.iseg.ulisboa.pt/~faustino/textos/art96eg.pdf>

Frasquilho, M. (2013). *Portugal, Política Fiscal & Competitividade*. Acedido em Novembro, 20, 2015 em <http://www.crescimentosustentavel.org/documents/MiguelFrasquilhoPCSNovembro092013.pdf>

Frigotto, G. (2006). *A produtividade da escola improdutiva. (8ª edição)*. Acedido em Novembro, 14, 2015 em <http://docslide.com.br/documents/frigotto-gaudenciao-a-produtividade-da-escola-improdutiva.html>

Garcia, M. & Vasconcelos, M. (2011). *Fundamentos da Economia*. São Paulo: Saraiva.

Gaspar, P. (2014). O IRC como instrumento de competitividade: Reforma num contexto de crise. In: Glória, T. (2014). *IV Congresso de Direito Fiscal*. Porto: Vida Económica – Editorial, SA.

Geda, A. (2009). *Fundamentals of International Economics for developing countries: A focus in Africa*. Acedido em Novembro, 21, 2015 em <http://www.alemayehu.com/AA%20Recent%20Publication/TradeBookAll%20excpt%20Cover1.pdf>

Gewandsznajder, A. (1999). *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. (2 edição)*. Acedido em Julho 21, 2015 em <https://pt.scribd.com/doc/83504322/O-metodo-nas-ciencias-naturais-e-sociais>

- Ghai, D. (1988). *Participatory Development: Some Perspectives from Grass-Roots Experiences*. Acedido em Novembro, 13, 2015 em [http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/\(httpAuxPages\)/232B7E6996F9EEE280256B67005B6596/\\$file/dp5.pdf](http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/(httpAuxPages)/232B7E6996F9EEE280256B67005B6596/$file/dp5.pdf)
- Gil, A. (2007). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6ª edição). Acedido em Julho 20, 2015 em <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>
- Gilpin, R. (2001). *Global Political Economy: Understanding the International Economic Order*. Acedido em Novembro, 21, 2015 em http://dl1.cuni.cz/pluginfile.php/264754/mod_resource/content/1/Gilpin_Global%20Political%20Economz.pdf
- Gorodnichenko, Y., Svejnar, J & Terrell, K. (2007). *When does FDI have positive spillovers? Evidence from 17 emerging market economies*. Acedido em Novembro, 19, 2015 em <http://ftp.iza.org/dp3079.pdf>
- Grawitz, M. (1993). *Méthodes des Sciences Sociales*. (9ª edição). Paris: Éditions Dalloz.
- Haltiwanger, J., Scarpetta, S. & Schweiger, H. (2010). *Cross country differences in job reallocation: the role of industry, firm size and regulations*. Acedido em Novembro, 20, 2015 em <http://www.ebrd.com/downloads/research/economics/workingpapers/wp0116.pdf>
- Herzer, D., Nowak-Lehmann, F. & Siliverstovs, B. (2004). *Export-Led Growth in Chile: Assessing the role of export*. Acedido em Novembro, 23, 2015 em http://www2.vwl.wiso.uni-goettingen.de/ibero/working_paper_neu/DB103.pdf
- Heyuan, W. (2008). *A importância do capital humano na atracção do IDE: uma aplicação ao caso Chinês*. Acedido em Novembro, 22, 2015 em http://www.fep.up.pt/cursos/mestrados/megi/Tese_Wei%20Heyuan_final.pdf
- Hunt, E. & Sherman, H. (2000). *História do Pensamento Económico*. (19ª edição). Acedido em Novembro, 11, 2015 em <https://pt.scribd.com/doc/235935307/LIVRO-HISTORIA-DA-ECONOMIA-pdf>
- Instituto Nacional de Estatística. (1993). *Censos Região Autónoma da Madeira - 1991*. Acedido em Dezembro, 15, 2015 em <http://censos.ine.pt/>

Instituto Nacional de Estatística. (2002). *Censos Região Autónoma da Madeira - 2001*. Acedido em Dezembro, 15, 2015 em <http://censos.ine.pt/>

Instituto Nacional de Estatística. (2012). *Censos Região Autónoma da Madeira - 2011*. Acedido em Dezembro, 15, 2015 em <http://censos.ine.pt/>

Instituto Nacional de Estatística. (2013). *Formação Bruta de Capital Fixo por Nuts II*. Acedido em Novembro, 08, 2015 em <https://www.ine.pt/>

Instituto Nacional de Estatística. (2013). *Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (%) por Localização geográfica*. Acedido em Dezembro, 12, 2015 em <https://www.ine.pt/>

Instituto Nacional de Estatística. (2013). *Emprego - indivíduos remunerados por NUTS II*. Acedido em Dezembro, 19, 2015 em <https://www.ine.pt/>

Instituto Nacional de Estatística. (2014). *Índice sintético de desenvolvimento regional (Índice global) por Localização geográfica*. Acedido em Novembro, 22, 2015 em <https://www.ine.pt/>

Instituto Nacional de Estatística. (2015). *Valor Acrescentado Bruto por Nuts II*. Acedido em Novembro, 08, 2015 em <https://www.ine.pt/>

Instituto Nacional de Estatística. (2015). *Produto Interno Bruto por Nuts III*. Acedido em Novembro, 08, 2015 em <https://www.ine.pt/>

Instituto Nacional de Estatística. (2015). *Rendimento Disponível Bruto das Famílias por Habitantes e Nuts II*. Acedido em Novembro, 08, 2015 em <https://www.ine.pt/>

Instituto Nacional de Estatística. (2015). *Rendimento médio mensal líquido (Série 2011 - €) da população empregada por conta de outrem por Local de residência (NUTS - 2013) e Profissão*. Acedido em Novembro, 09, 2015 em <https://www.ine.pt/>

Instituto Nacional de Estatística. (2015). *Taxa de desemprego (%) da população ativa com idade entre 15 e 74 anos por Grupo etário*. Acedido em Novembro, 11, 2015 em <https://www.ine.pt/>

Jannuzzi, P. (2002). *Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas*. Acedido em Novembro, 16, 2015 em <http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2011/02/INDICADORES-SOCIAIS-JANUZZI.pdf>

Jelili, R, & Goiaied, M. (2009). *Entry, exit, resource reallocation and productivity growth in the Tunisian private manufacturing industries*. Acedido em Novembro, 20, 2015 em <https://www.mysciencework.com/publication/read/5413172/entry-exit-resource-reallocation-and-productivity-growth-in-the-tunisian-private-manufacturing-industries#page-null>

KCR (1999). *International Convention on the simplification and harmonization of customs procedures*. Acedido em Maio, 03, 2016 em http://www.wcoomd.org/en/topics/facilitation/instrument-and-tools/conventions/pf_revised_kyoto_conv/~/_/media/A7D0E487847940AD94DD10E3FDD39D60.ashx

Khan, M. & Kumar, M. (1997). *Public and private investment and the growth process in developing countries*. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics* N° 59: 69 - 88. Acedido em Novembro, 17, 2015 em <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1468-0084.00050/abstract>

Krugman, P. & Obstfeld, M. (2003). *Internacional Economics: Theory and Policy*. Acedido em Novembro, 20, 2015 em http://course.sdu.edu.cn/G2S/eWebEditor/uploadfile/20120417191243_590081573385.pdf

KPMG (2009). *Comparative Review of Select Free Trade Zones around the World*. Acedido em Maio, 03, 2016 em http://www.integrationpoint.com/documents/KPMG_FTZ_ComparativeReview_FactSheet.pdf

Laville, C. & Dionne, J. (1999). *A construção do Saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Acedido em Julho 20, 2015 em <http://www.ebah.pt/content/ABAAAFu8AL/a-construcao-saber-laville-dionne?part=2#>

Lee, R. (1980). *A historical perspective on economic aspects of population explosion: the case of preindustrial England*. In Easterlin, R. (1980). *Population and economic change in developing countries*. Acedido em Novembro, 22, 2015 em <http://core.ac.uk/download/pdf/6870990.pdf>

Lei nº 9/86 de 30 de Abril. *Diário da República nº 99 – I Série*. Assembleia da República. Lisboa

Lei nº 64/2015 de 1 de Julho. *Diário da República nº 126 – I Série*. Assembleia da República. Lisboa

Lewis, A. (1954). *Economic Development with Unlimited Supplies of Labour*. *The Manchester School*. Vol.12, N°2:139 - 191. Acedido em Novembro, 10, 2015 em <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9957.1954.tb00021.x/abstract;jsessionid=846B8F6D130D03B13078800B80A087DD.f04t02>

Lüdke, M. & André, M. (2013). *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. (2ª edição). São Paulo: EPU.

Marouani, M. & Mouelhi, R. (2014). *Employment growth, productivity and jobs reallocations in Tunisia: A microdata analysis*. Acedido em Novembro, 20, 2015 em <http://en.dial.ird.fr/content/download/91708/697775/version/3/file/DT+2014-13+Marouani+-+Mouelhi.pdf>.

Marx, K. (1996). *O capital*. Acedido em Novembro, 12, 2015 em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf

Mateus, A. (2002). *Estudo sobre o PIB Regional: Região Autónoma da Madeira, 2000-2002*. Acedido em Novembro, 17, 2015, no Web site do: Instituto Nacional de Estatística: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=107013&att_display=n&att_download=y

Merriam, S. (2007). *Qualitative Research and Case Studies Applications in Education: Revised and Expanded from Case Study Research in Education*. (2ª edição) San Francisco: Jossey-Bass.

Miles, M. & Huberman, A. (1994). *Qualitative Data Analysis*. Thousand Oaks: Sage

Moran, T. 1998. *Foreign Direct Investment and Development*. Washington, D.C.: Institute for Economics.

Moreira, S. (2005). Análise documental como método e como técnica. In: Duarte, J. e Barros, A. (2005). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas

Morisset, J. (2003). *Public Policy for the Private Sector. Tax Incentives*. 253, Washington, DC 20433. Acedido em Agosto 4, 2013, em <http://rru.worldbank.org/documents/publicpolicyjournal/253moris-020603.pdf>

Morse, J (2007). *Aspectos essenciais de metodologia de investigação qualitativa*. Coimbra: FORMASAU.

Nunes, A. & Valério, N. (1995). *O Crescimento Económico Moderno: Introdução a uma História da Economia Mundial Contemporânea*. Lisboa: Editorial Presença.

Nunes, A. & Valério, N. (1997). *História da economia mundial contemporânea*. Lisboa: Editorial Presença.

OECD (2001). *Corporate Tax Incentives for foreign direct investment*. Acedido em

Agosto 4, 2013 em [http://www.keepeek.com/Digital-Asset-](http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/taxation/corporate-tax-incentives-for-foreign-directinvestment_9789264188402-en)

[Management/oecd/taxation/corporate-tax-incentives-for-foreign-directinvestment_9789264188402-en](http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/taxation/corporate-tax-incentives-for-foreign-directinvestment_9789264188402-en)

Oliveira, G. (2002). Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. In revista FAE, p.37 - 48. Acedido em Novembro, 12, 2015 em http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/uma_discussao_sobre.pdf

Oliveira, G. (2011). *Desenvolvimento económico mundial: Notas essenciais para estimular a reflexão e o debate*, Acedido em Agosto, 1, 2013 em <http://pt.scribd.com/doc/156032594/Desenvolvimento-Economico-Mundial>

Oliveira, L., Pereira, A. & Santiago, R. (2004). *Investigação em educação: Abordagens conceptuais e práticas*. Porto: Porto Editora.

Oliveira, N., Nóbrega, A & Medeiros, M. (2012). *Desenvolvimento Económico e regional Segundo a Teoria da Base de Exportação*. Acedido em Novembro, 17, 2015 em <http://revista.uft.edu.br/index.php/geografia/article/viewFile/517/pdf04>

Oman, C. P. (2000). *Development center studies: Policy Competition for foreign direct investment*. Acedido em Agosto 4, 2013 em <http://www.oecd.org/mena/investment/35275189.pdf>

Palma, C. (2006). *O regime do Centro Internacional de Negócios da Madeira – Um instrumento de competitividade fiscal?*, *Jornal de Contabilidade*, APOTEC, 351.

Palma, C. (2003). *Novo Regime Fiscal do Centro Internacional de Negócios da Madeira*. *Revista TOC*, 42.

Palma, C. (2008). *Novo Regime do Centro Internacional de Negócios da Madeira – características fundamentais*. Revista TOC, 99

Palma, C. (2008). *Algumas reflexões sobre o novo regime do Centro Internacional de Negócios da Madeira*. Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal, 1.

Patton, M. (1990). *Qualitative evaluation and research methods*. (2ª edição). Beverly Hills: Sage Publications.

Pimentel, A. (2001). *O método da análise documental: Seu uso numa pesquisa histográfica*. São Paulo. Acedido em Setembro 8, 2015 em <http://pt.scribd.com/doc/57231250/O-metodo-da-analise-documental-seu-uso-numa-pesquisa-historiografica#scribd>

PORDATA. (2016). *Taxa Bruta de Natalidade*. Acedido em Dezembro, 05, 2015 em <http://www.pordata.pt/>

PORDATA. (2016). *Taxa Bruta de Mortalidade*. Acedido em Dezembro, 05, 2015 em <http://www.pordata.pt/>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2015). *Relatório Desenvolvimento Humano 2014*. Acedido em Maio, 13, 2016 em <http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/hdr/2014-human-development-report.html>

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais*. (4ª edição). Lisboa, LX: Gradiva .

Rasagam, G. & Zeng, D. (2014). *Free Trade Zones – Learning from global experiences*. Acedido em Maio, 04, 2015 em https://www.jointokyo.org/files/cms/news/pdf/Mr._Rasagam_WB.pdf

Richardson, R. (1999). *Pesquisa social: Métodos e técnicas*. São Paulo. Acedido em Julho 20, 2015 em <http://pt.scribd.com/doc/226198537/01-Richardson-Pesquisa-Social-MCtodos-e-TCcnicas-pdf-PdfCompressor-643562#scribd>

Ruggeri, M (1998). *On the concept and dimensions of human capital in a knowledge-based economy context*. Acedido em Novembro, 15, 2015 em <http://www.fin.gc.ca/pub/pdfs/wp98-01e.pdf>

Samuelson, P. & Nordhaus, W. (2004). *Economia*. 18ª edição. Acedido em Novembro, 22, 2015 em <http://www.forestal.ufro.cl/wp-content/uploads/2010/10/SamuelsonNordhaus-Economiapdf1.pdf>

Sandroni, P. (1999). *Novíssimo Dicionário de Economia*. Acedido em Novembro, 11, 2015 em <http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/FMI.BMNovissimo-Dicionário-de-Economia.pdf>

Santos, P. (2012). *Destination and product structure of exports: Impact on the economic growth of Europe*. Acedido em Novembro, 22, 2015 em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/66867/2/13407.pdf>

Sequeira, T & Sá, F. (2009). *Benefícios fiscais ao serviço do desenvolvimento regional? O caso do distrito de Vila Real, no norte interior Português*. Acedido em Novembro, 21, 2015 em <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2024/221A.pdf>

Schultz, T. (1960). Capital Formation by Education. In *Journal of Political Economy*. Vol.68. Nº6, pp. 571 – 583. Acedido em Novembro, 14, 2015 em https://www.jstor.org/stable/1829945?seq=3#page_scan_tab_contents

Sen, A. (2003). *Desenvolvimento como liberdade*. Lisboa: Gradiva

Siedenberg, D. (2003). *Indicadores de desenvolvimento socioeconómico: uma síntese*. Acedido em Novembro, 15, 2015 em <https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CCEQFjAAahUKEwibu97my5PJAhWLXBoKHQ2jBRA&url=http%3A%2F%2Fwww.spell.org.br%2Fdocumentos%2Fdownload%2F20209&usg=AFQjCNGFruRLEhncdmumgoXuHq405UIGg>

Silva, C. (2005). *Hélio Jaguaribe e a reforma política para o desenvolvimento*. Acedido em Novembro, 12, 2015 em <https://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2012/06/hc3a9lio-jaguaribe-e-a-reforma-polc3adtica-para-o-desenvolvimento-clc3a1udi-arac3bajo-de-souza-e-silva.pdf>

Simon, J. (1996). *The ultimate resource II: people, materials, and environment*. Acedido em Novembro, 22, 2015 em http://www.juliansimon.com/writings/Ultimate_Resource/

- Smith, A. (1776). *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. Acedido em Novembro, 12, 2015 em http://www.ibiblio.org/ml/libri/s/SmithA_WealthNations_p.pdf
- Soares, R. (2003). *Mortality Reductions, Educational Attainment, and Fertility Choice*. Acedido em Novembro, 21, 2015 em <http://econwpa.repec.org/eps/dev/papers/0312/0312006.pdf>
- Souza, N. (2007). *Desenvolvimento económico. (5ª edição)*. Acedido em Agosto, 1, 2013 em <http://pt.scribd.com/doc/86189692/Desenvolvimento-Economico>
- Stake, R. (2007). *A Arte da Investigação com Estudos de Casos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Stiglitz, J. (1998). *Towards a New Paradigm for Development: Strategies, Policies, and Processes*. Acedido em Novembro, 13, 2015 em <http://siteresources.worldbank.org/NEWS/Resources/prebisch98.pdf>
- Stiglitz, J., Sen, A. & Fitoussi, J. (2009). *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*. Acedido em Novembro, 15, 2015 em http://www.insee.fr/fr/publications-et-services/dossiers_web/stiglitz/doc-commission/RAPPORT_anglais.pdf
- Todaro, M. & Smith, S. (2012). *Economic Development. (11ª Edição)*. Acedido em Novembro, 14, 2015 em <http://eco.eco.basu.ac.ir/BasuContentFiles/57/57304a77-1269-4081-bd5b-4c66b84b06a4.pdf>
- Torres, A. (1995). *Demografia e desenvolvimento: elementos básicos*. Acedido em Novembro, 21, 2015 em <http://www.adelinotorres.com/trabalhos/demografia%20e%20desenvolvimento.pdf>
- Tuckman, B. (2005). *Manual de Investigação em Educação: como conceber e realizar o processo de investigação em educação (3ª edição)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). (2000). *Tax Incentives and Foreign Direct Investment, A Global Survey*. Genova, Acedido em Outubro, 13, 2015 em http://unctad.org/en/Docs/iteipcmisc3_en.pdf
- UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). (1990). *Qualitative Indicators of Development*. Acedido em Novembro, 15, 2015 em

[http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/\(httpAuxPages\)/C622AB1A1D7AE2F780256B67005B60B6/\\$file/DP15.pdf](http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/(httpAuxPages)/C622AB1A1D7AE2F780256B67005B60B6/$file/DP15.pdf)

UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). (1994). *World investment report 1994: transnational corporations, employment and the workplace*. Acedido em Novembro, 20, 2015 em http://unctad.org/en/Docs/wir1994_en.pdf

UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). (2010). *World investment report 2010: Investing in a low-carbon economy*. Acedido em Novembro, 20, 2015 em http://unctad.org/en/Docs/wir2010_en.pdf

UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). (2015). *World investment report 2015: reforming international investment governance*. Acedido em Novembro, 20, 2015 em http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2015_en.pdf

Valentine, V. & Park, J. (2005). *Free Trade Zone and Port Hinterland Development*. Acedido em Maio, 06, 2016 em http://www.unescap.org/sites/default/files/pub_2377_fulltext.pdf

Vieira, E. & Santos, M. (2012). *Desenvolvimento Econômico Regional – uma revisão histórica e teórica*. Acedido em Novembro, 10, 2015 em <http://rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/viewFile/679/296>

Vieira, M. & Zouain, D. (2006). *Pesquisa qualitativa em administração*. Acedido em Novembro, 23, 2015 em <https://books.google.pt/books?id=yejAHGvPKWoC&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>

Wolcott, H. (1994). *Transforming Qualitative Data: Descriptions, analysis and interpretation*. London: Sage.

Xavier, A. (2014). *Direito Tributário Internacional*. Coimbra: Edições Almedina, S.A.

Yin, R. (1994). *Case study research: Design and Methods* (2ª edição). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

Zolt, E. (2015). *Tax Incentives: Protecting the tax base*. Acedido em Outubro, 20, 2015 em http://www.un.org/esa/ffd/wp-content/uploads/2015/04/2015TIBP_PaperZolt.pdf

Zafalon, A., Duarte, M. & Rodrigues, A. (2006). *A importância do capital humano nas empresas*. Acedido em Novembro, 23, 2015 em http://www.dcc.uem.br/semana2006/anais2006/Anais_2006_arquivo_03.pdf

Zamora, B. (2007). *A new discussion of the human capital theory in the methodology of scientific research programmes*. Acedido em Novembro, 14, 2015 em <http://www.ivie.es/downloads/docs/wpasad/wpasad-2007-26.pdf>

Anexos

6.1 ANEXO I – Guião das Entrevistas: Managements

Bloco	Categoria	Questões
Apresentação	Apresentação do entrevistador e o propósito da entrevista.	<ul style="list-style-type: none"> • Nome: Tomé Correia; • Idade: 30 anos; • Percurso académico: <ul style="list-style-type: none"> - Licenciaturas: - Economia; <li style="padding-left: 40px;">- Gestão; - Pós-graduação: - Gestão Financeira; - Mestrando: - Gestão Financeira; • Percurso profissional: <ul style="list-style-type: none"> - 2009 - Estágio profissional em Itália; <li style="padding-left: 40px;">Empresa: Dekmatis; - 2010 até à data – Empresa: Bourbon Offshore; • Cargos: 2009 – Estagiário; <li style="padding-left: 40px;">2010 – Junior Accountant; <li style="padding-left: 40px;">2012 – Senior Accountant; <li style="padding-left: 40px;">2015 – Business Analyst; • Propósito da entrevista: <ul style="list-style-type: none"> - Recolher informações/opiniões sobre o contributo do CINM para o desenvolvimento regional; - Dissertação visa a conclusão do segundo ano de mestrado; • Tempo previsto: 20 a 30 min;
	Conhecer o entrevistado.	<ul style="list-style-type: none"> • Qual o seu nome? • Qual a sua idade?

Formação	Conhecer o percurso acadêmico do entrevistado.	<ul style="list-style-type: none"> • É licenciado? Em que curso(s)? • Quando concluiu a(s) sua(s) licenciatura(s)? • Possui alguma pós-graduação? Em que área(s)? • Quando concluiu a(s) sua(s) pós-graduação(ões); • Possui algum mestrado? Em que área(s)? • Quando concluiu o(s) seu(s) mestrado(s); • Possui algum doutoramento? Em que área(s)? • Quando concluiu o(s) seu(s) doutoramento(s); • Já lecionou? Se sim, em que instituição e áreas?
	Conhecer importância da formação para percurso profissional.	<ul style="list-style-type: none"> • Considera a formação um fator essencial para o desempenho profissional? Porquê? • Considera o capital humano uma mais-valia para as empresas? Porquê? • Tem procura ativa ou passiva em formações? • Com que frequência? • Em que áreas procura formação?
Percurso profissional	Conhecer o percurso profissional do entrevistado.	<ul style="list-style-type: none"> • Em que ano entrou para o mercado de trabalho? • Qual o seu perfil a nível de mobilidade de empregos? • Qual o seu percurso profissional? • Qual(is) cargo(s) já desempenhou?

		<ul style="list-style-type: none"> • Qual(is) a(s) razão(ões) que o levaram a mudar de empresa? • Qual(is) o(s) cargo(s) que ocupa(ou) na atual empresa? • Há quanto tempo ocupa o seu cargo atual? • Faz parte do quadro acionista da empresa? • Passou pelos quatro regimes da ZFM? • Há quanto tempo trabalha para empresas sediadas na ZFM?
Ligação à ZFM	Compreender a ligação da empresa e do entrevistado à ZFM.	<ul style="list-style-type: none"> • Com quantas jurisdições trabalham? • Qual a jurisdição com mais procura? E quais as atividades relacionadas? • Com quantas empresas trabalham na ZFM? • Quais as atividades predominantes? • Qual foi o número máximo de empresas com que trabalharam? Em que ano? • Qual foi o regime que verificou-se maior adesão e confiança por parte dos investidores? Em que anos? • O que é que os investidores procuram quando analisam as diferentes jurisdições? Qual o fator predominante? • Quais as razões que levam o investidor a escolher a ZFM? O

		<p>capital humano é um fator determinante na escolha?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existe mobilidade de investidores entre jurisdições? Se sim, quais as principais razões? • As alterações de regimes tiveram influências positivas ou negativas para os investidores? Quais?
Relacionamento local	Compreender qual a ligação entre as empresas sediadas na ZFM e as outras empresas locais.	<ul style="list-style-type: none"> • Existe algum tipo de relação entre as empresas sediadas na ZFM e as outras empresas locais? Se sim, qual o tipo de relacionamento? • Acha que as empresas sediadas na ZFM contribuem para o desenvolvimento/aprendizagem das empresas locais? Se sim, em que sentido? • Acha que as empresas sediadas na ZFM prejudicam de alguma forma as outras empresas locais? Se sim, em que sentido?
População ativa na ZFM	Compreender o contributo para a população ativa nesta praça.	<ul style="list-style-type: none"> • Quantos funcionários têm as empresas com que trabalham? • Qual o grau académico desses funcionários? • Qual o salário médio pago aos funcionários? • As empresas têm contribuído, e cumprido com a obrigatoriedade, de formação dos seus funcionários? Em que áreas de formação?

		<ul style="list-style-type: none"> • Essas empresas oferecem algum tipo de regalias extras aos seus funcionários? • Quantos funcionários tem a sua empresa? • Qual o grau académico dos seus funcionários? • Qual o salário médio dos seus funcionários? • A sua empresa tem contribuído, e cumprido com a obrigatoriedade, na aprendizagem dos seus funcionários? Em que áreas de formação? • A população ativa nesta praça normalmente permanece cá ou é futuramente destacada para outros países? • Acha que a população ativa nesta praça tem mais oportunidades futuras que o resto da população ativa? Se sim, em que sentido, se não, porquê? • Acha que essas empresas devem servir de exemplo para as empresas locais? Se sim, em que sentido, se não, porquê?
Desenvolvimento da RAM	Entender os contributos das empresas sediadas na ZFM para o Desenvolvimento socioeconómico da RAM	<ul style="list-style-type: none"> • Que tipo de investimento as empresas sediadas na ZFM realizam? • Para a realização desses investimentos foram contratadas empresas locais?

		<ul style="list-style-type: none"> • O montante desse investimento é o mínimo proposto pelo EBF ou é em média superior? Se superior em que valores? • Na sua opinião, esses investimentos foram determinantes para a formação bruta de capital fixo na RAM? Porquê? • Na sua opinião o contributo da ZFM é fundamental para a determinação do PIB na RAM? Porquê? • Na sua opinião, a percentagem do PIB proveniente da ZFM é determinante para a subsistência da economia da RAM durante os últimos anos de dificuldades económicas? Porquê? De que forma contribui? • Na sua opinião, a ZFM foi essencial para a diversificação setorial na RAM? Porquê? • Na sua opinião, a ZFM tem contribuído para o incremento das infraestruturas urbanas? Porquê? • Qual a sua opinião sobre a contribuição da ZFM para o bem-estar, condições de vida e ambientais para a RAM? Qual a importância que dá a estes fatores? Acha que as políticas criadas na ZFM têm em conta esses fatores?
--	--	--

		<ul style="list-style-type: none"> • Relativamente ao mercado de trabalho, na sua opinião, qual o contributo da ZFM para o rendimento per capita e qual a sua contribuição para a redução de desemprego na RAM? • Acha que a ZFM tem contribuído para o incremento de capital humano? Porquê? • Acha que a ZFM tem atingido os objetivos, para os quais foi criada? Nomeadamente, contribuir para o desenvolvimento económico e social da RAM? Porquê?
Agradecimentos	Agradecer a colaboração	<ul style="list-style-type: none"> • Agradecimentos ao entrevistado pela colaboração e tempo despendido para esta entrevista.

6.2 ANEXO II – Guião das Entrevistas: SDM

Bloco	Categoria	Questões
Apresentação	Apresentação do entrevistador e o propósito da entrevista.	<ul style="list-style-type: none"> • Nome: Tomé Correia; • Idade: 30 anos; • Percurso académico: <ul style="list-style-type: none"> - Licenciaturas: - Economia; <li style="padding-left: 40px;">- Gestão; - Pós-graduação: - Gestão Financeira; - Mestrando: - Gestão Financeira; • Percurso profissional: <ul style="list-style-type: none"> - 2009 - Estágio profissional em Itália; <li style="padding-left: 40px;">Empresa: Dekmatis; - 2010 até à data – Empresa: Bourbon Offshore; • Cargos: 2009 – Estagiário; <li style="padding-left: 40px;">2010 – Junior Accountant; <li style="padding-left: 40px;">2012 – Senior Accountant; <li style="padding-left: 40px;">2015 – Business Analyst; • Propósito da entrevista: <ul style="list-style-type: none"> - Recolher informações/opiniões sobre o contributo do CINM para o desenvolvimento regional; - Dissertação visa a conclusão do segundo ano de mestrado; • Tempo previsto: 20 a 30 min;
	Conhecer o entrevistado.	<ul style="list-style-type: none"> • Qual o seu nome? • Qual a sua idade?

Formação	Conhecer o percurso acadêmico do entrevistado.	<ul style="list-style-type: none"> • É licenciado? Em que curso(s)? • Quando concluiu a(s) sua(s) licenciatura(s)? • Possui alguma pós-graduação? Em que área(s)? • Quando concluiu a(s) sua(s) pós-graduação(ões); • Possui algum mestrado? Em que área(s)? • Quando concluiu o(s) seu(s) mestrado(s); • Possui algum doutoramento? Em que área(s)? • Quando concluiu o(s) seu(s) doutoramento(s); • Já lecionou? Se sim, em que instituição e áreas?
	Conhecer importância da formação para percurso profissional.	<ul style="list-style-type: none"> • Considera a formação um fator essencial para o desempenho profissional? Porquê? • Considera o capital humano uma mais-valia para as empresas? Porquê? • Tem procura ativa ou passiva em formações? • Com que frequência? • Em que áreas procura formação?
Percurso profissional	Conhecer o percurso profissional do entrevistado.	<ul style="list-style-type: none"> • Em que ano entrou para o mercado de trabalho? • Qual o seu perfil a nível de mobilidade de empregos? • Qual o seu percurso profissional? • Qual(is) o(s) cargo(s) que desempenhou?

		<ul style="list-style-type: none"> • Qual(is) a(s) razão(ões) que o levaram a mudar de empresa? • Qual(is) o(s) cargo(s) que ocupa(ou) na SDM? • Há quanto tempo ocupa esse cargo? • Passou pelos quatro regimes da ZFM? • Há quanto tempo trabalha para empresas sediadas na ZFM?
Ligação à ZFM	Compreender a ligação da empresa e do entrevistado à ZFM.	<ul style="list-style-type: none"> • O que é que os investidores procuram quando analisam as diferentes jurisdições? Qual o fator predominante? • Qual a principal razão para a mobilidade de investidores entre jurisdições? • Quais as razões que levam o investidor a escolher a ZFM? O capital humano é um fator determinante na escolha? • As alterações de regimes tiveram influências positivas ou negativas para os investidores? Quais? • Qual foi o regime que verificou-se maior adesão e confiança por parte dos investidores? Em que anos? • Em que ano verificou-se mais empresas sediadas na ZFM? • Quantas empresas estão atualmente sediadas na ZFM? • Quais as atividades predominantes?

<p>Relacionamento local</p>	<p>Compreender qual a ligação entre as empresas sediadas na ZFM e as outras empresas locais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existe algum tipo de relação entre as empresas sediadas na ZFM e as outras empresas locais? Se sim, qual o tipo de relacionamento? • Acha que as empresas sediadas na ZFM contribuem para o desenvolvimento/aprendizagem das empresas locais? Se sim, em que sentido? • Acha que as empresas sediadas na ZFM prejudicam de alguma forma as outras empresas locais? Se sim, em que sentido?
<p>População ativa na ZFM</p>	<p>Compreender o contributo para a população ativa nesta praça.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quantos funcionários têm as empresas sediadas na ZFM? • Qual o grau académico desses funcionários? • Qual foi o número máximo de funcionários a trabalhar na ZFM? Em que ano? • Qual o salário médio pago aos funcionários? • As empresas têm contribuído, e cumprido com a obrigatoriedade, na formação dos seus funcionários? Em que áreas de formação? • Essas empresas oferecem algum tipo de regalias extras aos seus funcionários? • Quantos funcionários tem a SDM? • Qual a ligação entre o número de funcionários da SDM com o

		<p>número de empresas sediadas na ZFM?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qual o grau académico dos funcionários? • Qual o salário médio dos funcionários? • A SDM tem contribuído, e cumprido com a obrigatoriedade, na aprendizagem dos seus funcionários? Em que áreas de formação? • A população ativa nesta praça normalmente permanece cá ou é futuramente destacada para outros países? • Acha que a população ativa nesta praça tem mais oportunidades futuras que o resto da população ativa? Se sim, em que sentido, se não, porquê? • Acha que essas empresas devem servir de exemplo para as empresas locais? Se sim, em que sentido, se não, porquê?
Desenvolvimento da RAM	Entender os contributos das empresas sediadas na ZFM para o Desenvolvimento socioeconómico da RAM	<ul style="list-style-type: none"> • Que tipo de investimento as empresas sediadas na ZFM realizam? • Para a realização desses investimentos foram contratadas empresas locais? • O montante desse investimento é o mínimo proposto pelo EBF ou é em média superior? Se superior em que valores?

		<ul style="list-style-type: none"> • Na sua opinião, esses investimentos foram determinantes para a formação bruta de capital fixo na RAM? Porquê? • Na sua opinião o contributo da ZFM é fundamental para a determinação do PIB na RAM? Porquê? • Na sua opinião, a percentagem do PIB proveniente da ZFM é determinante para a subsistência da economia da RAM durante os últimos anos de dificuldades económicas? Porquê? De que forma contribui? • Na sua opinião, a ZFM foi essencial para a diversificação setorial na RAM? Porquê? • Na sua opinião, a ZFM tem contribuído para o incremento das infraestruturas urbanas? Porquê? • Qual a sua opinião sobre a contribuição da ZFM para o bem-estar, condições de vida e ambientais para a RAM? Qual a importância que dá a estes fatores? Acha que as políticas criadas na ZFM têm em conta esses fatores? • Relativamente ao mercado de trabalho, na sua opinião, qual o contributo da ZFM para o rendimento per capita e qual a sua
--	--	--

		<p>contribuição para a redução de desemprego na RAM?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acha que a ZFM tem contribuído para o incremento de capital humano? Porquê? • Acha que a ZFM tem atingido os objetivos, para os quais foi criada? Nomeadamente, contribuir para o desenvolvimento económico e social da RAM? Porquê?
Agradecimentos	Agradecer a colaboração	<ul style="list-style-type: none"> • Agradecimentos ao entrevistado pela colaboração e tempo despendido para esta entrevista.

6.3 ANEXO III – Guião das Entrevistas: Imobiliária

Bloco	Categoria	Questões
Apresentação	Apresentação do entrevistador e o propósito da entrevista.	<ul style="list-style-type: none"> • Nome: Tomé Correia; • Idade: 30 anos; • Percurso académico: <ul style="list-style-type: none"> - Licenciaturas: - Economia; <li style="padding-left: 40px;">- Gestão; - Pós-graduação: - Gestão Financeira; - Mestrando: - Gestão Financeira; • Percurso profissional: <ul style="list-style-type: none"> - 2009 - Estágio profissional em Itália; <li style="padding-left: 40px;">Empresa: Dekmatis; - 2010 até à data – Empresa: Bourbon Offshore; • Cargos: 2009 – Estagiário; <li style="padding-left: 40px;">2010 – Junior Accountant; <li style="padding-left: 40px;">2012 – Senior Accountant; <li style="padding-left: 40px;">2015 – Business Analyst; • Propósito da entrevista: <ul style="list-style-type: none"> - Recolher informações/opiniões sobre o contributo do CINM para o desenvolvimento regional; - Dissertação visa a conclusão do segundo ano de mestrado; • Tempo previsto: 20 a 30 min;
	Conhecer o entrevistado.	<ul style="list-style-type: none"> • Nome: • Idade:
		<ul style="list-style-type: none"> • É licenciado? Em que curso(s)?

Formação	Conhecer o percurso acadêmico do entrevistado.	<ul style="list-style-type: none"> • Quando concluiu a(s) sua(s) licenciatura(s)? • Possui alguma pós-graduação? Em que área(s)? • Quando concluiu a(s) sua(s) pós-graduação(ões); • Possui algum mestrado? Em que área(s)? • Quando concluiu o(s) seu(s) mestrado(s); • Possui algum doutoramento? Em que área(s)? • Quando concluiu o(s) seu(s) doutoramento(s);
	Conhecer importância da formação para percurso profissional.	<ul style="list-style-type: none"> • Considera a formação um fator essencial para o desempenho profissional? Porquê? • Considera o capital humano uma mais-valia para as empresas? Porquê? • Tem procura ativa ou passiva em formações? • Com que frequência? • Em que áreas procura formação?
Percurso profissional	Conhecer o percurso profissional do entrevistado.	<ul style="list-style-type: none"> • Em que ano entrou para o mercado de trabalho? • Qual o seu perfil a nível de mobilidade de empregos? • Qual o seu percurso profissional? • Qual(is) cargo(s) já desempenhou? • Qual(is) a(s) razão(ões) que o levaram a mudar de empresa? • Qual(is) o(s) cargo(s) que ocupa(ou) na atual empresa?

		<ul style="list-style-type: none"> • Há quanto tempo ocupa o seu cargo atual?
Ligação à ZFM	Verificar se existe algum tipo de relação entre o entrevistado e a ZFM	<ul style="list-style-type: none"> • Tem algum tipo de ligação a ZFM? Nomeadamente, exercer algum tipo de trabalho para a SDM ou a alguma empresa sediada na ZFM?
Desenvolvimento da RAM	Entender os contributos das empresas sediadas na ZFM para o Desenvolvimento socioeconómico da RAM	<ul style="list-style-type: none"> • Qual a sua opinião sobre a ZFM? • De que modo as empresas sediadas na ZFM têm contribuído para a dinamização do mercado local? • Acha que as “empresas locais” têm conseguido aproveitar esse mercado para crescerem? E a sua empresa? • Acha que as empresas da ZFM prejudicam de alguma forma as outras empresas locais? • Acha que as empresas da ZFM têm contribuído para o desenvolvimento/aprendizagem das empresas locais? Porquê? Em que sentido? Qual foi a contribuição para a sua empresa? • Acha que as empresas da ZFM têm um nível de exigência mais elevado que as restantes locais? • Foi necessário uma adaptação das empresas locais com o intuito de irem de encontro com as necessidades das empresas da ZFM?
Agradecimentos	Agradecer a colaboração	<ul style="list-style-type: none"> • Agradecimentos ao entrevistado pela colaboração e tempo despendido para esta entrevista.

6.4

ANEXO IV – Guião das Entrevistas: SROC

Bloco	Categoria	Questões
Apresentação	Apresentação do entrevistador e o propósito da entrevista.	<ul style="list-style-type: none"> • Nome: Tomé Correia; • Idade: 30 anos; • Percurso académico: <ul style="list-style-type: none"> - Licenciaturas: - Economia; <li style="padding-left: 40px;">- Gestão; - Pós-graduação: - Gestão <li style="padding-left: 40px;">Financeira; - Mestrando: - Gestão <li style="padding-left: 40px;">Financeira; • Percurso profissional: <ul style="list-style-type: none"> - 2009 - Estágio profissional em Itália; <li style="padding-left: 40px;">Empresa: Dekmatis; - 2010 até à data – Empresa: Bourbon Offshore; • Cargos: 2009 – Estagiário; <li style="padding-left: 40px;">2010 – Junior Accountant; <li style="padding-left: 40px;">2012 – Senior Accountant; <li style="padding-left: 40px;">2015 – Business Analyst; • Propósito da entrevista: <ul style="list-style-type: none"> - Recolher informações/opiniões sobre o contributo do CINM para o desenvolvimento regional; - Dissertação visa a conclusão do segundo ano de mestrado; • Tempo previsto: 20 a 30 min;

	Conhecer o entrevistado.	<ul style="list-style-type: none"> • Nome: • Idade:
Formação	Conhecer o percurso acadêmico do entrevistado.	<ul style="list-style-type: none"> • É licenciado? Em que curso(s)? • Quando concluiu a(s) sua(s) licenciatura(s)? • Possui alguma pós-graduação? Em que área(s)? • Quando concluiu a(s) sua(s) pós-graduação(ões); • Possui algum mestrado? Em que área(s)? • Quando concluiu o(s) seu(s) mestrado(s); • Possui algum doutoramento? Em que área(s)? • Quando concluiu o(s) seu(s) doutoramento(s);
	Conhecer importância da formação para percurso profissional.	<ul style="list-style-type: none"> • Considera a formação um fator essencial para o desempenho profissional? Porquê? • Considera o capital humano uma mais-valia para as empresas? Porquê? • Tem procura ativa ou passiva em formações? • Com que frequência? • Em que áreas procura formação?
Percurso profissional	Conhecer o percurso profissional do entrevistado.	<ul style="list-style-type: none"> • Em que ano entrou para o mercado de trabalho? • Qual o seu perfil a nível de mobilidade de empregos? • Qual o seu percurso profissional? • Qual(is) cargo(s) já desempenhou?

		<ul style="list-style-type: none"> • Qual(is) a(s) razão(ões) que o levaram a mudar de empresa? • Qual(is) o(s) cargo(s) que ocupa(ou) na atual empresa? • Há quanto tempo ocupa o seu cargo atual?
Ligação à ZFM	Verificar se existe algum tipo de relação entre o entrevistado e a ZFM	<ul style="list-style-type: none"> • Tem algum tipo de ligação a ZFM? Nomeadamente, exercer algum tipo de trabalho para a SDM ou a alguma empresa sediada na ZFM? • Quais os setores de atividade das empresas sediadas na ZFM para as quais presta serviços?
Desenvolvimento da RAM	Entender os contributos das empresas sediadas na ZFM para o Desenvolvimento socioeconómico da RAM	<ul style="list-style-type: none"> • Qual a sua opinião sobre a ZFM? • De que modo as empresas sediadas na ZFM têm contribuído para a dinamização do mercado local? • Acha que as “empresas locais” têm conseguido aproveitar esse mercado para crescerem? E a sua empresa? • Acha que as empresas da ZFM prejudicam de alguma forma as outras empresas locais? • Acha que as empresas da ZFM têm contribuído para o desenvolvimento/aprendizagem das empresas locais? Porquê? Em que sentido? Qual foi a contribuição para a sua empresa? • Acha que as empresas da ZFM têm um nível de exigência mais elevado que as restantes locais?

		<ul style="list-style-type: none"> • Foi necessário uma adaptação das empresas locais com o intuito de irem de encontro com as necessidades das empresas da ZFM?
Agradecimentos	Agradecer a colaboração	<ul style="list-style-type: none"> • Agradecimentos ao entrevistado pela colaboração e tempo despendido para esta entrevista.

6.5 ANEXO V – Análise de conteúdo

Bloco	Categoria	Subcategoria	Indicadores	Observações
Formação	Percurso académico	Ensino secundário	“Tenho o ensino secundário” – Entrevistado E	Normalmente os diretores das managements são licenciados em Direito. Nenhum deles estendeu muito a sua formação académica, no entanto o entrevistado B tem uma formação em Harvard, e o D um MBA em Gestão de Negócios Internacionais.
		Apenas Licenciado	“Sou licenciada em Direito, terminei a minha licenciatura em 1996” – Entrevistado A “Sou licenciado em Economia pela Universidade Nova de Lisboa.” – Entrevistado F	
		Licenciado e Pós-graduado	“Sou licenciado em Economia, terminei a licenciatura em 1996. Possuo uma pós-graduação na área de Fiscalidade, tirei no ano 2000.” – Entrevistado B	

			<p>“Sou licenciado em Direito, concluí a licenciatura em 1994 e no ano 2004 tirei uma pós-graduação em Fiscalidade” – Entrevistado C</p>	
		Licenciado, Pós-graduado e com MBA	<p>“Sim, em Gestão de Empresas, terminei em 1999. Tenho também um MBA em Gestão de Negócios Internacionais – Entrevistado D</p>	
	Procura de Formação	Ativa	<p>“Sim, procuro e bastante, varias vezes ao ano. Normalmente na área de direito laboral e contencioso tributário.” – Entrevistado A</p> <p>“Tenho procura ativa, procuro na área de economia, na área de fiscalidade internacional e na área política também. Procuro conforme sentir necessidade, no entanto normalmente 2 a 3 vezes ao ano com certeza.” – Entrevistado D</p>	<p>Os entrevistados A, D, E e F apresentam um procura ativa em formações. Procuram formações várias vezes ao ano. Em contraste, os entrevistados B e C têm procura passiva.</p> <p>O entrevistado B, apesar de atualmente ter procura passiva, salientou que procura formações</p>

			<p>“Tenho procura ativa, normalmente de 6 em 6 meses. São nas áreas de mediação e angariação imobiliária, gestão de empresas imobiliárias, avaliação de imóveis, comercialização e marketing imobiliário.” – Entrevistado E</p> <p>“Tenho procura ativa, acho muito importante estar constantemente a atualizar e a ganhar novos conhecimentos. Procuro diversas vezes ao ano consoante as necessidades, normalmente são na área de fiscalidade e auditoria.” – Entrevistado F</p>	<p>consoante as suas necessidades, tendo realizado a última formação há três anos em Harvard.</p> <p>O entrevistado C evidenciou interesse em adquirir formação a curto prazo.</p>
		Passiva	<p>“Hoje em dia não faço formação anual, a última formação que fiz foi há três anos em Harvard. A procura é conforme as minhas necessidades. Normalmente são na área fiscal e de gestão de empresas” – Entrevistado B</p>	

			<p>“Não tenho tido disponibilidade para tirar formações, espero no futuro próximo conseguir arranjar algum tempo para dedicar-me à formação. Faz parte dos meus planos” – Entrevistado C</p>	
--	--	--	--	--

	Mais- valia da formação	Importante	<p>“Acho que a formação é importantíssima em especial na nossa área [direito], trabalhando numa área que é muito fiscal temos de estar sempre atualizados, ainda por cima a nossa legislação é muito complexa e sempre a sofrer alterações (...) sim [considera o capital humano uma mais valia para as empresas], em especial na ZFM, trabalhando com empresas estrangeiras e algumas trabalhando em áreas mais complexas do que é normal [mercado regional], acho que o capital humano é importantíssimo”- Entrevistado A</p> <p>“Obviamente que sim, hoje em dia o mundo é muito concorrencial, as coisas são cada vez mais específicas e, portanto, sem formação geral e específica é muito difícil de vencer nos mercados (...) dentro do CINM diria que as línguas são de extrema importância (...)</p>	<p>Todos os entrevistados afirmam que a formação é importante e imprescindível para a carreira e progressão da mesma.</p> <p>É notório o interesse por parte do entrevistado A, D E e F. Procuram diversas vezes formações ao ano e consideram indispensável para a realização das suas tarefas. O entrevistado A, salienta ainda que, a nossa legislação é muito complexa e sempre a sofrer alterações.</p> <p>Os entrevistados B e C consideram importante, principalmente se forem bem direcionadas e específicas. O entrevistado B, considera ainda que, o conhecimento/formação em línguas é</p>
--	-------------------------	------------	---	---

			<p>claro, olhando para a nossa empresa, que é uma empresa prestadora de serviços, o que faz a diferença são as pessoas, são elas que se dedicam a todas as áreas funcionais da empresa.” – Entrevistado B</p> <p>“Considero importante [formação como fator essencial para o desempenho profissional], a formação bem direcionada pode dar um contributo determinante para o bom desempenho organizacional (...) permite adquirir competências, desenvolver capacidades e iniciativas (...) considero fundamental o capital humano, é o motor do desenvolvimento das empresas. Nos dias de hoje, temos um mercado bastante competitivo, o capital humano faz toda a diferença.” – Entrevistado C</p> <p>“Absolutamente. A formação académica permite termos uma base científica para</p>	<p>importante, principalmente para quem trabalha na ZFM.</p> <p>Todos os entrevistados afirmam que é indispensável o capital humano. Consideram que é o motor da empresa e é o que faz toda a diferença principalmente no mundo atual.</p>
--	--	--	--	--

			<p>podemos desenvolver as atividades a nível prático, também permite-nos encarar a nível profissional todos os desafios de uma forma mais organizada (...) considero o capital humano o fator mais valioso dentro de uma organização” – Entrevistado D</p> <p>“Sem dúvida. As formações são importantíssimas para preparar os profissionais para ultrapassar as barreiras existentes no mercado de trabalho. Serve também para criarmos bases mais consistentes (...) O CH fará com que a empresa alcance os seus objetivos, o CH é quem traz mais valor à empresa”. – Entrevistado E</p> <p>“Sim [a formação é fundamental], a constante mudança da atividade económica faz com que só através de uma constante e permanente formação se consiga responder</p>	
--	--	--	---	--

			<p>às exigências que são impostas (...) o CH é muito importante. As decisões são concebidas pelas pessoas. É das ideias que as organizações dependem, por isso o capital humano é fundamental nas organizações” – Entrevistado F</p>	
--	--	--	--	--

<p>Percurso profissional</p>	<p>Mobilidade de empregos</p>	<p>Baseada na rotatividade</p>	<p>“Ao longo dos meus vinte e cinco anos no mercado de trabalho passei por quatro sociedades de advogados e por quatro managements (...) comecei como estagiário, depois associado júnior, associado sénior, fui sócio de três sociedades de advogados, e gerente de duas sociedades de gestão de ativos de fundos de investimento. Atualmente ocupo o cargo de gerente nesta management” – Entrevistado C</p> <p>“Já passei por diversas áreas. Quando estava na África do Sul trabalhei como gestor de stock numa empresa de wholesale de bebidas alcoólicas, depois fui gerente de supermercado. No ano 2000, quando vim para a Madeira comecei a trabalhar como técnico de redes informáticas e telecomunicações. Depois, em 2002, comecei a trabalhar no ramo imobiliário.</p>	<p>Os entrevistados A, B C e D passaram praticamente todo o seu percurso profissional a trabalhar na ZFM. Portanto, esses entrevistados têm uma vasta experiência nesta área de negócio.</p> <p>O entrevistado C tem uma postura de mobilidade de empregos, assim como de cargos desempenhados no seu percurso. Foi sócio de três sociedades de advogados e gerente de três empresas.</p> <p>Os entrevistados A e B entraram no mercado de trabalho em 1996, no entanto, em áreas diferentes. O entrevistado A iniciou a sua carreira num escritório de advogados e o entrevistado B iniciou a sua carreira</p>
------------------------------	-------------------------------	--------------------------------	---	---

			Atualmente sou sócio gerente da Casa Legal.” – Entrevistado E	como administrador de um fundo comunitário. Após essa experiência,
--	--	--	---	--

		Baseada na longevidade	<p>“Praticamente logo que terminei o meu curso, em 1996, vim trabalhar na ZFM, antes de vir para esta empresa trabalhei num escritório de advogados que trabalhava para a ZFM (...) a minha mudança de empresa deve-se ao fato do escritório de advogados para o qual trabalhava ter vendido a sua carteira de clientes da ZFM à esta empresa (...) atualmente ocupo o cargo de gerente, até há dois anos ocupava o cargo de advogada da empresa” – Entrevistado A</p> <p>“Eu não tive grande mobilidade, tive uma experiência no governo regional, fui administrador de um fundo comunitário, todo o meu restante percurso foi aqui, entrei nesta empresa em 1996, comecei como assistente de contabilidade, fui subindo e já há dez anos que sou Managing Partner nesta empresa.” – Entrevistado B</p>	<p>ambos foram trabalhar para a empresa que trabalham atualmente e ao longo do tempo foram progredindo na carreira até ao cargo que ocupam atualmente.</p> <p>O entrevistado D entrou no mercado de trabalho em 1999 e desde então tem vindo a trabalhar na SDM.</p> <p>O entrevistado E começou a trabalhar na RAM no ano 2000, e desde então tem vindo a trabalhar como prestador de serviços.</p> <p>O entrevistado F tem uma vasta experiência como técnico de inspeção tributária e como consultor financeiro.</p>
--	--	---------------------------	--	---

			<p>“Entrei no mercado de trabalho em 1999 (...) é nula, tenho mantido o mesmo emprego desde que entrei no mercado de trabalho, comecei por assistente, depois passei a gerente e ocupo o cargo de subdirector há 4 anos” – Entrevistado D</p> <p>“ Comecei a exercer a minha profissão como economista em 1985. Depois trabalhei como técnico de inspeção na Autoridade Tributária, atualmente sou consultor fiscal e sócio de SROC.” – Entrevistado F</p>	
--	--	--	--	--

Ligação à ZFM	Jurisdições	Jurisdições onde atuam	<p>“Trabalhamos com muitas, numa management trabalhamos com tudo o que é país, é difícil de quantificar. Temos atualmente 10 escritórios nas principais jurisdições, nomeadamente Madeira, Portugal, Chipre, Malta, Jersey, Suíça, Reino Unido, Africa do Sul, Ilha de Man e em Nevis (...) a maioria está sediada em Portugal” – Entrevistado A</p> <p>“Estamos em duas, na ZFM e em Malta (...) neste momento em Malta a procura é maior, uma vez que o regime lá aplica-se a muitas mais situações do que a ZFM” – Entrevistado B</p> <p>“Estamos a trabalhar em cinco jurisdições, estamos em Malta, ZFM, Panamá, BVI e Chipre (...) a maioria das empresas com que</p>	<p>É evidente que as management entrevistadas trabalham com diferentes jurisdições e que a ZFM atualmente não é o regime preferido pelos investidores.</p> <p>A empresa do entrevistado A é a mais antiga, a que dispõe de mais escritórios pelas jurisdições e a que trabalha com mais jurisdições. No entanto, é visível a progressão das outras empresas e o crescimento que estão a ter no estrangeiro.</p>
---------------	-------------	------------------------	---	---

			trabalhamos estão sediadas em Malta, o regime é mais abrangente” – Entrevistado C	
		Atividades	<p>“As atividades são muito variadas, numa management temos um leque muito variado, temos construtoras, temos transportadoras, prestadoras de serviços, companhias aéreas, empresas de compra e venda de mercadorias” – Entrevistado A</p> <p>“As principais atividades são de serviços internacionais, atividades de holding e gestão de propriedade intelectual.” – Entrevistado B</p> <p>“As atividades são basicamente holding & trading (...) as razões são variadas, mas as principais são: operativas, logísticas e fiscais” – Entrevistado C</p>	As atividades são muito variadas.

	Empresas	Nº de empresas	<p>“Neste momento ronda as duzentas empresas (...) no máximo foram cerca de duas mil no ano 2000, quando terminaram as licenças do primeiro regime.” – Entrevistado A</p> <p>“Temos duzentas e muitas empresas (...) foram cerca de quinhentas no ano 2000.” – Entrevistado B</p> <p>“Atualmente estamos a trabalhar com cerca de cento e vinte empresas (...) o máximo [de empresas com que trabalham] foi de quatrocentas e vinte no ano 2000 ” – Entrevistado C</p> <p>“Atualmente temos aproximadamente mil e novecentas empresas sediadas (...) de memória diria que o máximo foram cerca de seis mil empresas no ano 2000” – Entrevistado D</p>	<p>É notória a redução de empresas em todas as managements, como consequência das mudanças nos regimes. Todos os entrevistados consideram que o pico mais alto deu-se no ano 2000, ano em que terminaram as licenças do I regime.</p>
--	----------	----------------	---	---

		<p>Atividades</p>	<p>“São na grande maioria empresas prestadoras de serviços” – Entrevistado A</p> <p>“São as mesmas que enumerei anteriormente (serviços internacionais, atividades de holding e gestão de propriedade intelectual).” – Entrevistado B</p> <p>“A maioria das atividades são de serviços, trading e de investimentos” – Entrevistado C</p> <p>“São principalmente empresas prestadoras de serviços, trading, SGPS e shipping” – Entrevistado D</p> <p>“As empresas que prestamos serviços de auditoria e consultoria fiscal, são empresas de trading e de shipping, nomeadamente transporte marítimo no mercado do óleo e gás natural. No entanto também já prestamos</p>	<p>A atividade predominante é a prestação de serviços. No entanto, tanto o entrevistado B e C referem ainda a existência de atividades de holding.</p> <p>Verifica-se ainda a existência de atividades de gestão de propriedades intelectual e investimentos.</p>
--	--	-------------------	---	---

			serviços esporádicos a empresas industriais”. – Entrevistado F	
	Regimes	Regime com maior adesão	<p>“Maior adesão eu diria que foi o primeiro regime (...) se definirmos confiança o fato de se ter vendido muito, foi o primeiro regime [que transmitiu mais confiança], mas na verdade o mundo mudou muito e o fato de termos agora um regime que obriga a ter substância, também dá alguma confiança aos investidores, significa que eles conseguem comprovar que tem algum tipo de substância cá e que não são empresas fantasmas. Diria que o regime que transmitiu mais confiança foi o segundo” – Entrevistado A</p> <p>“O primeiro regime, a maior adesão foi nesse regime, foi aquele isento de imposto. Até ao ano 2000 tivemos muitos investidores.” – Entrevistado B</p>	<p>Todos os entrevistados afirmam que o regime com maior adesão foi o primeiro.</p> <p>Os entrevistados A e C consideram, no entanto, que o segundo regime foi o que transmitiu mais confiança aos investidores. O entrevistado A refere que o fato de ser necessário substância, trouxe confiança aos investidores.</p> <p>Por outro lado, o entrevistado B considera que foi o primeiro regime que trouxe mais confiança, uma vez que nos seguintes regimes a ZFM nunca conseguiu atingir o mesmo número de investidores.</p>

			<p>“Foi o primeiro regime, foi o único regime isento de impostos, daí a adesão, no entanto penso que o regime que transmitiu mais confiança aos investidores foi o segundo regime” – Entrevistado C</p> <p>“O primeiro regime, por várias razões, primeiro porque era um regime bastante favorável, tinha 0% de imposto, depois porque não tinha muitas obrigações em termos de requisitos, substância. Era um regime que era facilmente utilizado pelas empresas sem limites nem restrições (...) Relativamente à confiança, eu diria que, no que diz respeito aos regimes propriamente ditos, a confiança é a mesma uma vez que todos os regimes passam sempre pelos mesmos mecanismos de autorização na comissão europeia” - Entrevistado D</p>	<p>O entrevistado D considera que a confiança por parte dos investidores foi sempre a mesma, uma vez que todos os regimes passaram pelos mesmos mecanismos de autorização.</p>
--	--	--	--	--

		<p>Alterações de regimes</p>	<p>“Negativas, levando à saída em massa de empresas (...) as mudanças de regimes fazem com que exista mobilidade dos investidores para outras jurisdições. As razões são sempre fiscais. O problema da ZFM é a instabilidade política” – Entrevistado A</p> <p>“Em geral negativas. As alterações de regimes foram negativas porque os regimes foram piorando ao longo do tempo o que trouxe alguma insegurança. A instabilidade política é determinante, para além de terem havido promessas para algumas alterações de regime que não aconteceram (...) o capital é móvel, e as pessoas estão sempre à procura de melhores oportunidades, por isso existe a mobilidade de investidores, andam sempre de um lado para o outro.” – Entrevistado B</p>	<p>Verificou-se que as alterações de regimes trouxeram consequências negativas à ZFM. Todos os entrevistados referem que as principais consequências foram a saída de investidores para outras jurisdições e a insegurança passada para o exterior. Consideram que a instabilidade política foi a principal razão.</p> <p>O entrevistado B, refere ainda que os regimes foram piorando ao longo do tempo.</p> <p>O entrevistado C, refere que algumas empresas que saíram desta praça representavam um grande contributo, tanto a nível de receitas fiscais como a nível de empregabilidade.</p>
--	--	------------------------------	---	--

			<p>“Sem dúvida negativas (...) o efeito imediato foi a saída significativa de empresas que cá estavam e muitas delas representavam um grande contributo para a RAM, tanto através da receita fiscal, como pela empregabilidade. Para além disso a imagem que passou para o exterior foi de instabilidade fiscal o que é um fator de grande perturbação para os investidores” – Entrevistado C</p> <p>“Infelizmente, eu diria que, a maior parte das alterações que sofremos nos últimos anos teve impactos negativos que levaram à saída de um conjunto de empresas. Essas medidas foram, sobretudo numa primeira fase em consequência de um regime menos competitivo que foi aprovado pela comissão europeia, quem impôs um conjunto de limitações em termos de benefícios fiscais às</p>	<p>O entrevistado D refere que a ZFM tornou-se menos competitiva quando foi obrigada a implementar medidas e limitações que não constavam nas restantes praças europeias.</p>
--	--	--	--	---

			<p>empresas numa altura em que a Madeira foi praticamente a única jurisdição que se viu obrigada a implementar esse tipo de limitações. E numa segunda fase, esta agora já mais recente, em 2012, medidas introduzidas pelo governo da república que penalizaram o conjunto de empresas que aqui estavam, nomeadamente, abdicou de uma negociação que estava em curso para aumentar os plafonds, que deu um péssimo sinal ao mercado. A instabilidade política teve uma consequência muito grave neste tipo de setor de atividade, e se nós queremos atrair empresas temos de garantir que as medidas de uma determinada altura permanecem ao longo do tempo” – Entrevistado D</p>	
--	--	--	--	--

	Investidores	O que procuram	<p>“Normalmente o que eles procuram é otimizar em termos fiscais a estrutura que têm. Normalmente é por questões fiscais.” – Entrevistado A</p> <p>“Hoje em dia os clientes procuram muitas coisas diferentes, procuram não só um regime fiscal atrativo, mas também jurisdições com segurança jurídica, países com credibilidade, que tenham recursos humanos válidos, que tenham redes de telecomunicações, no fundo todas aquelas infraestruturas necessárias para estabelecerem o negócio internacional.” – Entrevistado B</p> <p>“Pela minha experiência, o que os investidores procuram [quando analisam as diferentes jurisdições] é a transparência e</p>	<p>Verificou-se que um regime fiscal atrativo é fundamental e para muitos investidores o principal fator.</p> <p>Os entrevistados B, C e D referem ainda que transparência é também determinante na escolha de uma jurisdição. O entrevistado B vai mais longe e refere que jurisdições com segurança jurídica, países com credibilidade, recursos humanos válidos, telecomunicações e infraestruturas são importantes para alguns investidores.</p> <p>O entrevistado D refere ainda que a qualidade do serviço prestado também é um fator tido em consideração.</p>
--	--------------	----------------	---	---

			<p>regulação, para além dos incentivos fiscais” – Entrevistado C</p> <p>“Depende muito do perfil de investidor e da área em que atua, mas fundamentalmente o que eles procuram, pelo menos aquele que é um cliente tipo da Madeira, é transparência, supervisão, regulamentação, uma praça que seja credível e que seja reconhecida pelas organizações internacionais. Procuram um regime fiscal favorável, e procuram serviços de apoio de qualidade (...) o fator predominante diria que é a eficiência do regime fiscal” – Entrevistado D</p>	
		Razões a favor da ZFM	<p>“Diria que o fator fiscal é fundamental (...) o capital humano pode ser determinante para um tipo de clientes, aqueles que procuram mão-de-obra qualificada a preços competitivos. Temos clientes com estruturas grandes que ficaram positivamente</p>	<p>A este nível, verificou-se que o fator fiscal é muito importante, no entanto, os entrevistados C e D referem que transparência é fundamental.</p>

			<p>surpreendidos com os trabalhadores que tiveram cá a trabalhar com eles”. – Entrevistado A</p> <p>“O regime fiscal é muito bom, dentro do nicho onde se insere, o regime fiscal é muito bom, simples e seguro (...) o capital humano pode ser importante para a escolha, se for, por exemplo, uma empresa Angolana, porque vão encontrar pessoas que falam Português. Em termos gerais, não posso dizer que os clientes vêm para a Madeira porque temos melhores profissionais ou bons profissionais mais baratos, nas outras jurisdições também encontram pessoas formadas e mão-de-obra barata, como o caso de Malta.” – Entrevistado B</p> <p>“As razões são variadas, diria que a transparência é a mais importante. No entanto, as razões fiscais e o fato de ser uma</p>	<p>Todos os entrevistados consideram que o capital humano poderá ser importante para algumas estruturas, mas regra geral não será determinante.</p> <p>O entrevistado B, refere que outras jurisdições, como Malta, têm um sistema fiscal atrativo e mão-de-obra qualificada barata.</p> <p>O entrevistado D refere ainda que a ZFM é uma praça com experiência e com preços mais competitivos face a outras praças europeias.</p>
--	--	--	--	--

			<p>praça reconhecida não estando na “lista negra” são também fatores importantes (...) o capital humano poderá ser fundamental para algumas estruturas, mas não todas” – Entrevistado C</p> <p>“Somos uma praça reconhecida, com transparência, com supervisão e regulamentação (...) temos experiência e a praça é relativamente barata comparativamente com outras praças europeias. Temos também recursos humanos qualificados que podem ser recrutados a um preço muito competitivo face à união europeia” – Entrevistado D</p>	
Contributo da ZFM às empresas locais	Relação entre as empresas	Relação entre as empresas locais e as sediadas na ZFM	<p>“Sim, existe uma relação. Existem N empresas na RAM que são prestadoras de serviços às empresas da ZFM, nomeadamente empresas de fornecimento de material de escritório, imobiliárias,</p>	<p>Verificou-se a existência de relações profissionais entre as empresas sediadas na ZFM e as outras empresas locais. É possível constatar que há várias empresas locais a prestarem</p>

			<p>hotéis, agências de viagens, restauração, entre muitas outras.” – Entrevistado A</p> <p>“Claro que existe, além do mais as empresas da ZFM são iguais às outras empresas locais, têm de se relacionar, têm de comprar computadores, comprar mesas, as pessoas têm de almoçar, é tudo igual, não tenho dúvidas que existe relacionamento” – Entrevistado B</p> <p>“Esse é um fator importante [tipo de relação entre as empresas sediadas na ZFM e as outras empresas locais], sem dúvida as empresas sediadas na ZFM têm contribuído para a dinamização do mercado local. O relacionamento que existe é essencialmente prestações de serviços por parte das empresas locais às empresas da ZFM, porém, no caso da ZFI existem algumas parcerias com empresas locais. Os</p>	<p>serviços às empresas da ZFM. Os serviços são variados: consumíveis, restauração, hotelaria, construção, serviços jurídicos, etc.</p>
--	--	--	--	---

			<p>fornecimentos são variados, por exemplo, de construção, contabilidade e consultadoria, serviços jurídicos, alojamentos, restauração etc.” – Entrevistado C</p> <p>“Absolutamente, digo inclusive que o impacto da atividade das empresas na ZFM nos restantes setores da atividade é muito grande. Temos, por exemplo, turismo de negócios para além do impacto nos setores dos serviços, serviços de segurança, escritórios que são alugados e necessitam de segurança, serviços de limpeza, serviços de transporte, serviços de telecomunicações, o próprio setor imobiliário beneficia muitíssimo com estas empresas, enfim, há um impacto em todos os setores de atividade da Madeira” – Entrevistado D</p> <p>“Sim, já prestamos diversos serviços a empresas sediadas na ZFM, mas claro que é</p>	
--	--	--	--	--

			<p>um mercado limitado, trata-se de um serviço que não ocorre todos os dias. Normalmente é aluguer de escritórios no centro do Funchal, mas por vezes também alugamos apartamentos a funcionários estrangeiros dessas empresas, mas é mais raro.” – Entrevistado E</p> <p>“Sim, tem contribuído para a dinamização do mercado local, essa dinamização é notável principalmente na criação de postos de trabalho e prestação de serviços, nomeadamente serviços jurídicos, fiscal, contabilidade e auditoria (...) Sim, acho que as empresas prestadoras de serviços têm aproveitado esse nicho. Como já referenciei, são diversos os serviços prestados e essas empresas têm aproveitado para crescerem”. – Entrevistado F</p>	
--	--	--	--	--

	Efeitos locais	Efeitos negativos	<p>“No meu ponto de vista não prejudicam em nada (...) não [acha que as empresas da ZFM contribuem para o desenvolvimento/aprendizagem das empresas locais] com muita pena minha, acho que nunca se conseguiu, acho que o mercado local nunca conseguiu perceber o que é a ZFM e sempre teve um pouco de receio sobre a ZFM. Portanto acho que nunca conseguiu [mercado local] beneficiar daquilo que a ZFM podia trazer para eles, nomeadamente em termos de experiências e novos procedimentos” – Entrevistado A</p> <p>“Não sei como, não.” – Entrevistado B</p> <p>“Sinceramente não acho que as empresas sediadas na ZFM prejudiquem as empresas locais, até pelo contrário” – Entrevistado C</p> <p>“Pelo contrário, como se viu, aumentam o mercado dessas empresas. Nós temos um</p>	<p>Nenhum dos entrevistados consegue apontar consequências negativas da existência da ZFM. O entrevistado A, salienta ainda que, na sua opinião o mercado local não conseguiu perceber o que é a ZFM e teve sempre um pouco de receio da mesma. Não conseguindo assim beneficiar daquilo que a ZFM podia trazer para o mercado local.</p> <p>O entrevistado D refere ainda que não existe concorrência entre as empresas sediadas na ZFM e as outras empresas locais.</p>
--	----------------	-------------------	--	---

			<p>mercado diminuto, temos muito poucos recursos endógenos, e, portanto, ao virem mais empresas o <i>business to business</i> cresce. Há um impacto muito grande e nem concorrem com o mercado local, estamos a falar de empresas com operações internacionais, regime fiscal provém de atividades internacionais e, portanto não há uma concorrência a nível internacional” _</p> <p>Entrevistado D</p> <p>“Não, pelo menos na minha área de negócios [as empresas sediadas na ZFM não prejudicam as outras empresas locais] até pelo contrário, se essas empresas não estivessem na Madeira nunca seriam nossas clientes, só por aí já acho que têm aproveitado, da mesma maneira que eu presto serviços a essas empresas com certeza muitas outras empresas fazem o mesmo na sua área de negócios, além disso são visíveis</p>	
--	--	--	---	--

			<p>adaptações realizadas por empresas como o cowork Funchal e o Madeira Business Center, ao fazerem pacotes de vendas específicos para a ZFM.” – Entrevistado E</p> <p>“De maneira geral penso que não [não prejudicam as outras empresas sediadas na RAM]. Até pelo contrário, o acréscimo de atividade que a ZFM trouxe para a região acaba por beneficiar diretamente e indiretamente todos os agentes económicos. Além disso a melhoria técnica dos recursos afetos à RAM serão aproveitados por todos os agentes económicos.” – Entrevistado F</p>	
--	--	--	---	--

		Efeitos positivos	<p>“De modo indireto, as pessoas que trabalharam em empresas da ZFM, trabalharam em áreas internacionais, aprenderam uma serie de coisas que no caso de passarem a trabalhar em empresas que não são da ZFM, essas empresas vão beneficiar dessa aprendizagem.” – Entrevistado B</p> <p>“Sim [acha que as empresas da ZFM contribuem para o desenvolvimento/aprendizagem das empresas locais] na medida em que o contato com operações internacionais abre novas perspectivas para as empresas locais bem como, permite a troca de experiências organizacionais entre os recursos humanos.” - Entrevistado C</p> <p>“Absolutamente, [acha que as empresas da ZFM contribuem para o</p>	<p>Os entrevistados B, C e D, consideram que existem efeitos positivos no mercado local.</p> <p>Os entrevistados B e D consideram que esse efeito é indireto, e que acontece através da transmissão de conhecimentos quando anteriores funcionários da ZFM passam a trabalhar no mercado local.</p> <p>Por outro lado, o entrevistado C considera que a transmissão de conhecimentos acontece através da troca de experiências entre os recursos humanos.</p> <p>O entrevistado D refere também que o nível de exigências das empresas da ZFM são elevados, forçando assim as</p>
--	--	-------------------	--	---

			<p>desenvolvimento/aprendizagem das empresas locais] as empresas da ZFM têm <i>standards</i> internacionais, portanto a nível de exigências é elevado e obriga os prestadores de serviços regionais a irem de encontro a esse nível de exigências. Portanto eu diria que sim, há um impacto muito grande e até indiretamente, pois muitos quadros que trabalharam na ZFM e que por uma razão ou por outra saem e vão trabalhar para o tecido económico regional levam consigo esses conhecimentos” – Entrevistado D</p> <p>“Na minha atividade não [não têm contribuído para o desenvolvimento/aprendizagem] talvez em outras atividades. Repare que o ramo imobiliário na RAM presta muitos serviços aos estrangeiros, aluguer ou vendas de casas, como já estamos habituados a prestar</p>	<p>empresas locais a adquirem tais práticas.</p> <p>O entrevistado E considera que não existe contributo, na sua atividade, na aprendizagem proveniente das empresas sediadas na ZFM</p> <p>O entrevistado F confirmou a existência de contributos provenientes das empresas sediadas na ZFM.</p>
--	--	--	--	---

			<p>serviços aos estrangeiros tornasse fácil prestar serviços às empresas sediadas na ZFM. Qualquer das formas, normalmente quem procura escritórios para a ZFM são os próprios funcionários dessas empresas que são maioritariamente Portugueses, portanto a prestação de serviços para empresas na ZFM ou para as outras [outras empresas locais] é igual.”- Entrevistado E</p> <p>“sim, normalmente as empresas instaladas na ZFM são empresas multinacionais de grande dimensão, com um nível de exigências elevado e com padrões internacionais. Sim, nota-se uma adaptação de muitas empresas prestadoras de serviços para entrarem nesse mercado, tiveram eventualmente de adaptarem-se e de criarem condições para irem de encontro com esse nível de exigências (...) verificou-se uma</p>	
--	--	--	--	--

			necessidade de formações específicas, como por exemplo formações a nível de negócios internacionais.” – Entrevista F	
População ativa na RAM	Empresas ZFM	Nº funcionários	<p>“São cerca de 70 funcionários.” – Entrevistado A</p> <p>“Eu diria uns 400 (funcionários), mas não são todos residentes na Madeira.” – Entrevistado B</p> <p>“Atualmente as nossas empresas têm cerca de 100 funcionários.” – Entrevistado C</p> <p>“Nós fazemos um levantamento todos os anos, estimamos cerca de 3.000 postos de trabalho diretos criados pelas empresas (...) diria que estamos no pico mais elevado e sem considerar os tripulantes dos navios. Apenas falando de postos de trabalho que</p>	<p>Todas as empresas sediadas na ZFM contratam funcionários. O número de funcionários contratados está relacionado com os plafonds e com o resultado líquido das empresas.</p> <p>Verificou-se que a empresa do entrevistado B é aquela que gere sociedades com maior contratação de funcionários.</p> <p>O entrevistado D refere que atualmente existem 3000 funcionários na ZFM.</p>

			estão a cargo das empresas” - Entrevistado D	
		Formação	<p>“Normalmente são todos licenciados (...) sim [as empresas têm cumprido com a obrigatoriedade em formações], normalmente é na área da contabilidade e fiscalidade.” – Entrevistado A</p> <p>“Têm pelo menos o 12º ano, a maioria é licenciada (...) penso que sim [as empresas têm cumprido com a obrigatoriedade em formações], são empresas cumpridoras da lei.” – Entrevistado B</p> <p>“Eles são maioritariamente licenciados, sinceramente não sei se possuem algum tipo de formação complementar (...) sim [as empresas têm cumprido com a obrigatoriedade em formações], mas não consigo precisar as áreas.” – Entrevistado C</p>	<p>Os postos de trabalhos criados na ZFM são maioritariamente qualificados.</p> <p>Verificou-se que têm no mínimo o 12º ano e que a maioria tem curso superior.</p> <p>Verificou-se também que existe o cumprimento com a obrigatoriedade em formações e que normalmente são realizadas nas áreas de contabilidade e fiscalidade.</p> <p>Nota-se que há um grande interesse nessas áreas uma vez que a maioria da população ativa na ZFM está a desempenhar funções relacionadas.</p>

			<p>“Os nossos estudos indicam que são 80% qualificados (...) têm cumprido [as empresas têm cumprido com a obrigatoriedade em formações], haverá sempre casos que não, serão casos excecionais, mais isso também acontece no regime geral (...) As áreas de formação que se destacam no caso da ZFM é na área de gestão, área administrativa, na área de fiscalidade, área de relações internacionais e na área das engenharias” – Entrevistado D</p>	
		Salários	<p>“Rondará no mínimo os mil euros líquidos (...) sim, por exemplo, parques de estacionamento e plano poupança reforma. Normalmente as regalias são as mesmas nas restantes estruturas.” – Entrevistado A</p>	<p>Verificou-se que os salários pagos aos funcionários que trabalham na ZFM são superiores à média regional, contribuindo para um maior rendimento da população ativa nesta praça.</p> <p>Além da remuneração monetária, os entrevistados A, C e D afirmam a</p>

			<p>“Não sei responder [qual o salário médio ou se possuem outras regalias]” – Entrevistado B</p> <p>“É muito variável, depende dos cargos e da carga horária, deve rondar a média dos mil e quinhentos euros (...) muitas empresas aplicam as mesmas regalias em vigor nas organizações empresariais internacionais em que estão inseridos, as regalias mais comuns são seguros de saúde, prémios de produtividade e ofertas de parque de estacionamento aos funcionários” – Entrevistado C</p> <p>Estudo (...) sim, presumo que sim, não conheço todas as empresas, mas para além do salário base, em princípio superior ao praticado a nível regional, existe um conjunto de benefícios nomeadamente a nível de PPR que é norma estas empresas</p>	<p>existência de outros tipos de regalias tais como PPR, seguros de saúde e pagamento de parque de estacionamento aos funcionários.</p>
--	--	--	--	---

			ofereceram aos seus trabalhadores” - Entrevistado D	
	Management / SDM	Nº funcionários	<p>“Atualmente temos 30 funcionários” – Entrevistado A</p> <p>“São 25 funcionários” – Entrevistado B</p> <p>“Temos 6 funcionários, no entanto contratamos serviços externos como por exemplo de contabilidade” – Entrevistado C</p> <p>“Aproximadamente 30 funcionários (...) conforme aumenta o número de empresas, aumenta o número de exigências no que respeita à atuação da SDM e é preciso reforçar os quadros” – Entrevistado D</p>	As empresas dos entrevistados A, B e D são as que têm mais trabalhadores, no entanto a empresa do entrevistado C recorre a serviços externos.
		Formação	“É muito variado, temos funcionários com a quarta classe e funcionários licenciados, a maioria (...) sim, [cumprido com a obrigatoriedade de formação], normalmente	As managements também recorrem a mão-de-obra qualificada. Na grande maioria são funcionários com cursos superiores.

			<p>na área de contabilidade e fiscalidade. Atualmente é muito difícil encontrar outras formações específicas na região” – Entrevistado A</p> <p>“No mínimo têm o 12º ano, os restantes são licenciados e pós-graduados (...) Nós temos um plano de formação interno, portanto a procura é ativa. No entanto a Madeira tem pouca oferta, portanto temos de analisar o que nos é apresentado, ver se é de acordo com as nossas necessidades ou não.” – Entrevistado B</p> <p>“Os nossos funcionários são todos licenciados (...) sim [cumprido com a obrigatoriedade de formação] é normalmente a nível fiscal, na área que atuamos, é fundamental estarmos sempre atualizados” – Entrevistado C</p>	<p>As empresas têm cumprido com a obrigatoriedade de formações. Normalmente as formações são na área contabilística, fiscal, administrativa e de higiene e segurança no trabalho.</p> <p>Os entrevistados A e B referem que existe um défice na região em formações mais específicas.</p>
--	--	--	--	---

			<p>“São normalmente licenciados ou outro nível superior (...) sim [cumprido com a obrigatoriedade de formação], sobretudo fiscalidade, higiene e segurança no trabalho para os colegas da ZFI e na área administrativa” – Entrevistado D</p>	
		Salários	<p>“Deverá rondar os 2.000 euros em média” – Entrevistado A</p> <p>“Rondará os 1.400, 1.500 euros” – Entrevistado B</p> <p>“Em média são 1.400 euros” – Entrevistado C</p> <p>“Não lhe sei dizer, penso que é equivalente a qualquer empresas cujos quadros sejam maioritariamente licenciados” – Licenciado D</p>	<p>Verificamos que em todas as empresas os salários são em média superiores à média da RAM, contribuindo para um maior rendimento da população ativa nesta praça.</p>

<p>Contributo da ZFM para o desenvolvimento regional</p>	<p>Investimentos</p>	<p>Realizados pelas empresas</p>	<p>“Os investimentos são variados, por exemplo, temos um cliente que adquiriu um prédio, outros que adquirem apartamentos, motos (no âmbito da atividade), no entanto, temos muitos clientes que escolhem a obrigatoriedade em contratar funcionários em vez de efetuarem investimento (...) é pelo mínimo [valor dos investimentos] ” – Entrevistado A</p> <p>“Aqueles que investem cá, que não são a maioria, investem em imóveis, muitas investem em ativos que estão relacionados com as próprias atividades. Por vezes são fornecidos por empresas da região, as que investem em imóveis cá têm impacto na região (...) 75.000 euros [valor dos investimentos] exatos nunca é, é sempre superior” – Entrevistado B.</p>	<p>A realização de investimentos por parte das empresas sediadas na ZFM é facultativo. Em vez de realizarem investimento podem optar pela contratação de funcionários.</p> <p>As que optam por efetuar investimento, normalmente em imóveis, em ativos relacionados com a sua atividade e em meios tecnológicos.</p> <p>O entrevistado A refere que, os clientes que optam por efetuar investimento normalmente o fazem pelo mínimo obrigatório.</p> <p>Por outro lado os entrevistados B e C referem que normalmente são investimentos superiores. O entrevistado C refere ainda que é em</p>
--	----------------------	----------------------------------	--	--

			<p>“Normalmente são investimentos na constituição da sede social, são normalmente em infraestruturas e em meios tecnológicos (...) diria que ultrapassam [valor dos investimentos] em média 25% do valor estipulado nos EBF, no entanto muitas delas optam pela contratação de funcionários” – Entrevistado C.</p> <p>“É muito diversificado, depende de empresa para empresa, mas, sobretudo edifícios, patentes, marcas, equipamento de escritório, enfim, é bastante diversificado (...) diria que cerca de 50% das empresas sediadas na ZFM realizam o investimento” – Entrevistado D</p>	<p>média 25% superior ao mínimo obrigatório.</p> <p>O entrevistado D estima que cerca de 50% das empresas realizam o investimento.</p>
		Execução dos investimentos	<p>“Sim, tanto para adaptação de escritórios como na aquisição de bens uma vez que são realizados cá” – Entrevistado A</p>	<p>Verificamos que normalmente as empresas contratam empresas locais para execução dos investimentos.</p>

			<p>“Normalmente sim, quando são ativos relacionados com a própria atividade é que normalmente não.” – Entrevistado B</p> <p>“Sim, são normalmente executados por empresas locais. A obrigatoriedade em realizar investimentos foi uma medida, na minha opinião, que veio ajudar a dinamizar as empresas locais, repare que os investimentos vão desde a adaptação de escritórios à aquisição de mobiliários entre outros” – Entrevistado C</p> <p>“Acredito que sim, por exemplo, ao nível de investimento imobiliário penso que sim, ao nível de angariação de emprego também recorrem a agências de recursos humanos, diria que uma grande percentagem deve ter recorrido a empresas locais” – Entrevistado D</p>	<p>O entrevistado B refere que os investimentos não são efetuados cá quando estão relacionados com as suas atividades.</p> <p>Os entrevistados A e C referem que os investimentos efetuados normalmente estão relacionados com trabalhos de montagem de estruturas na região.</p>
--	--	--	---	---

		FBCF	<p>“Não sei se são determinantes, contribuíram, mas não sei até que ponto são determinantes” – Entrevistado A</p> <p>“Não tenho noção se será determinante, não sei responder com certeza, mas alguma coisa há-de contribuir” – Entrevistado B</p> <p>“Penso que não [se foram determinantes para a FBCF], contribuem, mas penso que não são determinantes. Do investimento realizado na RAM pelas nossas empresas, só cerca de 20% é efetuado cá [o investimento feito pelas empresas pode ser realizado fora da RAM] o restante é no estrangeiro” – Entrevistado C</p> <p>“Penso que sim, deverá contribuir, no entanto não sei responder se é determinante” – Entrevistado D</p>	<p>Relativamente à contribuição para a FBCF, nenhum dos entrevistados acha que seja determinante. Todos concordam que contribui, mas não conseguem responder até que ponto será determinante.</p> <p>O entrevistado C acrescenta ainda que apenas cerca de 20% do investimento é realizado na região, o restante é realizado no estrangeiro.</p>
--	--	------	---	--

	Desenvolvimento económico e social	Importância para o PIB da região	<p>“Sim, claro que sim, os estudos indicam que ronda os 21% do PIB (...) em termos de PIB não sei [PIB proveniente da ZFM se é ou não importante para a subsistência da RAM], o que posso dizer é que a nível de impostos, a contribuição da ZFM em IRC (5%) é muito relevante, rondará os 50%.” – Entrevistado A</p> <p>“Claro, no entanto penso que um pouco menos que em anos anteriores, mas claro que determinante, as empresas da ZFM contribuem como todas outras na região e com maior incidência (...) sim, é determinante para a subsistência, além disso, os impostos deixados na RAM são elevados.” – Entrevistado B</p> <p>“Sim, sem dúvida alguma. Atualmente contribui para cerca de 20% do PIB a par com a maior indústria local, o turismo (...)</p>	<p>Relativamente a este ponto, todos os entrevistados estão de acordo que a ZFM tem contribuído e muito para o PIB na RAM.</p> <p>Os entrevistados A, C e D, referem uma percentagem a rondar os 20% do PIB, no entanto, o entrevistado B refere que nos dias de hoje deverá ser inferior a 20%.</p> <p>Todos os entrevistados consideram que a contribuição para a RAM é enorme. Referem ainda que os impostos cá deixados têm impacto nas contas da RAM. O entrevistado A refere ainda que a contribuição em sede de IRC para a RAM ronda os 50%.</p>
--	------------------------------------	----------------------------------	---	---

			<p>considero a contribuição [PIB proveniente da ZFM] importante, veja que a RAM tem um mercado muito pequeno e a ZFM para além de gerar receita fiscal também gera consumo e trabalho para as empresas locais” – Entrevistado C</p> <p>“O que eu acho é que, sobretudo, interessa é que se crie riqueza a partir desde programa, pois o intuito é de fato atrair empresas e criar riqueza, diversificar e modernizar a economia, criar emprego qualificado. Eu acho que o fato de nós contarmos para uma grande parte do PIB regional é positivo (...) estimou-se há uns anos atrás por volta dos 21%, eu diria que se mantem ou porventura ultrapassa. Infelizmente, atravessamos uma crise económica muito grande, e só de fato este ano o turismo teve um desempenho muito favorável, no entanto, até há 2 anos atrás nem por isso, portanto é normal que</p>	<p>Para o entrevistado D, o mais importante é a riqueza criada, a diversificação, a modernização económica e o emprego qualificado criado.</p>
--	--	--	--	--

			sobressaísse o impacto da ZFM em termos de PIB.” – Entrevistado D	
		Diversificação setorial	<p>“Sim, porque as empresas que se registam na ZFM são do mais variado que existe.” – Entrevistado A</p> <p>“Não tenho dúvidas nenhuma que sim, vieram muitas empresas internacionais de alto valor acrescentado, se não fosse a ZFM elas nunca cá estariam, não teríamos essa experiência de negócios internacionais aqui na Madeira.” – Entrevistado B</p> <p>“Sim, antes da ZFM o turismo era considerado o principal setor da RAM, hoje, já não, devido à ZFM (...) a ZFM trouxe mais indústrias [ZFI] e muitas empresas prestadoras de serviços” – Entrevistado C</p> <p>“Sim, absolutamente, nós temos aqui atividades de telecomunicações,</p>	<p>Para os entrevistados, a ZFM foi essencial para a diversificação setorial na RAM. Eles salientam que a ZFM atraiu diversos investimentos estrangeiros e que caso não fosse a ZFM esses investimentos não se localizariam na RAM.</p> <p>O entrevistado C refere que antigamente o turismo era considerado o principal setor da RAM e que nos dias de hoje a ZFM é outro grande contributo para a economia regional.</p>

			desenvolvimento de software, de produção de energia alternativa que não haviam na Madeira, e se não fosse a ZFM não estariam cá. Nós fomos pioneiros na produção de energia eólica, depois houveram projetos adicionais que se foram desenvolvendo, mas os primeiros projetos foram via ZFI” – Entrevistado D	
		Emprego	<p>“Tem contribuído no rendimento per capita, uma vez que cria emprego, principalmente qualificado, e os funcionários auferem, em média, salários superiores à média regional. Nesse sentido também contribui para a redução do desemprego na RAM e em especial o qualificado” Entrevistado A</p> <p>“Sim, contribui. A ZFM cria emprego e só por isso já contribui, não consigo dizer-lhe em que proporções. Uma vez que cria emprego também reduz o desemprego,</p>	Relativamente ao emprego, todos os entrevistados afirmam que a ZFM tem contribuído para a aumento do rendimento per capita. Referem que uma vez que existe criação de postos de trabalho, e acima da média regional, faz com que exista um contributo tanto no aumento do rendimento per capita, como na redução do desemprego.

			<p>principalmente o qualificado, no entanto não consigo determinar o impacto.” – Entrevistado B</p> <p>“Não consigo dar-lhe uma percentagem da contribuição para o decréscimo de desemprego, mas claro que a ZFM tem contribuído para isso. Existe a obrigatoriedade na contratação de empregados para beneficiar da redução de pagamento de impostos (...) o rendimento per capita terá seguramente aumentado, além disso os trabalhadores da ZFM têm salários acima da média local” – Entrevistado C</p> <p>“O contributo é enorme, repare que atualmente somos aproximadamente 3000 funcionários, e maioritariamente qualificados e com salários superiores à média. Assim sendo, existe um contributo</p>	<p>No entanto, nenhum dos entrevistados consegue atribuir uma estimativa desse contributo.</p>
--	--	--	---	--

			para o rendimento per capita (...) absolutamente, se não estivessem cá empregados poderiam estar no desemprego ou então terem saído do país” – Entrevistado D	
		Infraestruturas urbanas	<p>“Sim, para além dos investimentos realizados na região pelas empresas (sediadas na ZFM), os impostos deixados na região serão fundamentais para desenvolvimento da região, nomeadamente no que diz respeito às infraestruturas.” – Entrevistado A</p> <p>“Têm contribuído como todas as outras empresas. Não sei se os impostos pagos à RAM são utilizados para esse fim, mas lá que têm influência grande no orçamento regional, têm.” – Entrevistado B</p>	<p>Para os entrevistados, os investimentos realizados na região pelas empresas sediadas na ZFM contribuíram para o desenvolvimento de infraestruturas na RAM.</p> <p>Por outro lado, os entrevistados afirmam que os impostos deixados cá na região poderão ser aplicados em infraestruturas urbanas, no entanto, não podem garantir que esse investimento seja realizado ou não.</p> <p>O entrevistado B, salienta ainda que os impostos deixados na RAM têm</p>

			<p>“Estou convencido que sim, as empresas [ZFM] deixam cá na região muitos milhões de euros em impostos que poderão ser aplicados em investimentos de infraestruturas (...) as empresas cá na região estão instaladas em escritórios e o porto do Caniçal é um bom exemplo de infraestruturas construída” – Entrevistado C</p> <p>“Sim, repare que a própria existência da ZFI e a deslocação de empresas do centro do Funchal, nomeadamente a empresa de tabacos da madeira e a empresa insular de moinhos, não só libertaram esses espaços para projectos imobiliários que faziam muito mais sentido na cidade do que a indústria, como também permitiram às empresas adoptar novas estações, novas tecnologias, e aumentar a sua produtividade, através da oportunidade que tiveram em se deslocarem para a ZFI. E depois, também beneficiarem</p>	<p>um grande peso no orçamento regional, pelo que poderão ser aplicados em infraestruturas.</p> <p>Os entrevistados C e D referem ainda que o porto do caniçal é um bom exemplo de infraestruturas criada que permitiu desenvolver as atividades na região.</p>
--	--	--	---	---

			<p>de todo o conjunto de infraestruturas que lá estão, nomeadamente a proximidade com o porto comercial, a via rápida, o aeroporto, enfim, houve um impacto claro nesse aspeto também (...) por outro lado, as receitas fiscais poderão ser aplicadas noutras infraestruturas urbanas, conforme a necessidade, no entanto, não estamos numa posição de garantir tal aplicabilidade, isso diz respeito ao governo regional”</p> <p>Entrevistado D</p>	
		<p>Contributo para o bem-estar, qualidade de vida e para o ambiente</p>	<p>“O contributo é mais evidente para a população ativa nesta praça, uma vez que têm melhores salários e normalmente melhores condições de trabalho, no entanto, contribui indiretamente para a restante população ativa porque contratam serviços ao mercado local, acabando assim também por contribuir indiretamente dessa forma (...) a ZFM praticamente não necessita de</p>	<p>Os entrevistados consideram que o maior impacto no bem-estar, qualidade de vida, é mais evidente na população ativa na ZFM. Relacionam o bem-estar e qualidade de vida com os salários acima da média.</p> <p>Consideram ainda que os postos de trabalho indiretos criados também</p>

			<p>investimento (por parte do governo), o investimento feito na promoção da ZFM é feito pela SDM, por isso com certeza que tudo o que são proveitos com a ZFM, em termos de impostos, com certeza ficam cá e são distribuídos internamente, podendo ser aplicados nessas áreas” – Entrevistado A</p> <p>“Ao criar emprego especializado, salários acima da média, a contribuição também para a criação de emprego indireto, tudo isto cria riqueza, o que por sua vez cria mais condições de vida. Se os impostos pagos foram aplicados nessas áreas com certeza a contribuição será ainda maior.” – Entrevistado B</p> <p>“A ZFM é fundamental, com certeza parte dos impostos pagos à região são aplicados na saúde e na educação. Além disso, a ZFM cria postos de trabalho diretos e indiretos, e</p>	<p>beneficiam desse bem-estar e qualidade vida.</p> <p>O entrevistado A considera que o investimento feito na ZFM é realizado pela SDM, por isso considera que as receitas provenientes da ZFM, uma vez que não serão aplicados nesta praça, poderão ser aplicados nas áreas de bem-estar, qualidade de vida e ambientais.</p> <p>O entrevistado D refere que caso não tivessem sido tomadas medidas errôneas o contributo seria claramente superior.</p>
--	--	--	---	---

			<p>existem diversas empresas na RAM que sobrevivem devido à prestação de serviços às empresas [sediadas na ZFM]. Esses fatores também contribuem” – Entrevistado C</p> <p>É fundamental, relativamente às condições de vida já falamos no emprego qualificado, que tem impacto na economia, sobretudo em receitas e em termos de salários que se derramam sobre os outros setores de atividade. Por outro lado, temos as receitas em impostos que poderão ser aplicadas em diferentes áreas relacionadas com a qualidade de vida, ambiente, etc. Aliás, se não tivessem sido tomadas as medidas prejudiciais por parte do governo em 2012, que levou a saída de mais de 1000 empresas, hoje em dia o impacto seria maior” – Entrevistado D</p>	
--	--	--	--	--

		<p>Capital Humano</p>	<p>“Acho que quem trabalha na ZFM acaba por ter uma experiência de trabalho diferente de quem trabalha no mercado local, penso que está mais preparado, não só pela visão, mas acaba por ter outro método de trabalho. O fato de trabalhar com o estrangeiro obriga a trabalhar de uma determinada forma, mais eficiente, mais produtiva (...) provavelmente saindo da ZFM e indo trabalhar para o mercado local, serão pessoas mais produtivas do que o comum das pessoas (no mercado local) (...) normalmente permanecem cá (funcionários), mas quando as empresas saem normalmente levam com eles as pessoas que tinham cá contratadas” – Entrevistado A</p> <p>“Não tenho dúvidas nenhuma, primeiro pela criação de emprego especializado, pela formação dada pelas empresas da ZFM.</p>	<p>Os entrevistados consideram que a ZFM contribui para o incremento do capital humano. Referem que as exigências por parte das empresas sediadas na ZFM são bastante altas, fazendo com que as pessoas fiquem bem preparadas, com uma visão diferente e mais abrangente, com outros métodos de trabalho e mais produtivos. O entrevistado C considera que essas exigências fazem com que a população ativa nesta praça interesse-se em procurar mais formações e mais direcionadas.</p> <p>O entrevistado B considera que quem trabalha na ZFM poderá ter futuramente mais facilidade em arranjar trabalho e que dizer que</p>
--	--	-----------------------	--	---

			<p>Além disso, as empresas locais que trabalham para a ZFM têm um nível de exigência muito maior, porque a concorrência é internacional, e portanto todos nós crescemos do ponto de vista profissional e humano também. Portanto não tenho dúvidas absolutamente nenhuma (...) acho que (as pessoas que trabalham para a ZFM) têm uma visão mais abrangente e internacional, se calhar têm mais facilidade em sair, e podem ter mais facilidades em procurar emprego, eu acho que é um bom cartão-de-visita dizer que trabalhou na ZFM, acho que aqui localmente as pessoas têm mais oportunidades futuras.” – Entrevistado B</p> <p>“Os conhecimentos [dos trabalhadores em empresas sediadas na ZFM] são bastante mais abrangentes [em comparação com os trabalhadores fora da ZFM], a maior parte</p>	<p>trabalhou na ZFM é um bom cartão-de-visita.</p> <p>O entrevistado D considera que os quadros que deslocaram-se para a Madeira, para implementar determinadas estruturas na RAM, também foram fundamentais para aprendizagem do capital humano da região.</p> <p>Os entrevistados referem ainda que existe a possibilidade dos funcionários que trabalhem na ZFM serem mobilizados para o exterior (na mesma organização), permitindo assim a expansão dos horizontes.</p>
--	--	--	--	--

			<p>das empresas são grandes multinacionais o que permite uma aprendizagem mais ampla (...) alguns dos funcionários são destacados para outros países, para as organizações onde estão inseridos, permitindo uma evolução a nível de carreira que dificilmente conseguiriam num mercado pequeno como o nosso (...) contribui [incremento capital humano], os profissionais tendem a procurar mais formações e mais direccionadas (...) contribui para o aumento do rendimento per capita e redução de desemprego, principalmente qualificado, no entanto não consigo quantificar o contributo.” – Entrevistado C</p> <p>“Acho é que as experiências ao nível da ZFM abrem portas profissionais muito interessantes em termos de desenvolvimento pessoal e profissional, porque são práticas de</p>	
--	--	--	---	--

			<p>gestão internacionais, porque são atividades diversificadas que não existiam na região e que em termos de experiência profissional e currículo é muito interessante (...) normalmente é estabelecido uma confiança entre a entidade patronal e os trabalhadores. Já assistimos a empresas, que por razões que nos são alheias, saíram da ZFM e acharam que deviam recompensar os seus quadros convidando-os a irem com eles. Acho que é um reflexo da importância e do trabalho feito ao nível de desenvolvimento de capital humano (...) sim, absolutamente [incremento capital humano], a vários níveis, não só reteve os quadros qualificados na Madeira, que não se viu a obrigação de sair da Madeira ou ir por ventura para Portugal para poder trabalhar nas suas áreas de formação, como também atraiu quadro qualificados de pessoas que vieram cá</p>	
--	--	--	--	--

			implementar o projeto e ficaram por cá e que transmitiram conhecimentos e formaram profissionais” – Entrevistado D	
	Objetivos ZFM	Cumprimento dos objetivos	<p>“Penso que não atingiu em pleno, a política fiscal também não contribuiu para isso, no entanto, a nível económico é evidente que tem contribuído e bastante, a nível social penso que é mais evidente para a população ativa nesta praça, apesar de contribuir para a restante população a nível indireto (referenciado anteriormente, postos de trabalho indiretos e impostos) ” – Entrevistado A</p> <p>“A ZFM foi criada com o objetivo de desenvolver, internacionalizar, e diversificar a economia da região, penso que nesses aspetos conseguiu atingir os seus objetivos, contribuindo então para o desenvolvimento da RAM. Criam emprego, geram economia</p>	<p>Os entrevistados consideram que alguns dos objetivos foram atingidos.</p> <p>O entrevistado A considera que a nível económico é bem evidente, e que a nível social é mais evidente para a população ativa na praça.</p> <p>O entrevistado B considera que a ZFM conseguiu atingir os objetivos relacionados com a diversificação setorial e criação de emprego.</p> <p>O entrevistado C considera que a RAM, hoje, é menos dependente dos setores tradicionais, e tem uma economia mais diversificada.</p>

			<p>e pagam impostos. Acho, no entanto, que uma maior contribuição só será possível se conseguirmos estabilidade a nível fiscal.” – Entrevistado B</p> <p>“Sim, terá atingido alguns dos objetivos, hoje a Madeira tem uma economia mais diversificada e menos dependente dos setores tradicionais, embora, na minha opinião, ainda não tenha atingido o nível desejado. Para atingir o nível desejado precisamos de mais estabilidade fiscal.” – Entrevistado C</p> <p>“Absolutamente, não tenho dúvida nenhuma disso, não só diversificou a economia como reforçou as receitas. Se não fomos mais longe foi porque não nos deixaram. Os objetivos foram cumpridos, os resultados é que poderiam ter sido superiores se não fossem os problemas que atravessamos. A</p>	<p>Para o entrevistado D, os objetivos foram cumpridos, no entanto, acha que o resultado teria sido superior caso determinadas medidas (abordadas anteriormente) não tivessem sido tomadas.</p> <p>Todos os entrevistados consideram que o principal problema da ZFM, e a razão pela qual não foram atingidos todos os objetivos para a qual foi criada, devem-se à instabilidade política e fiscal.</p>
--	--	--	---	--

			<p>instabilidade política não permitiu que fossemos mais além, como consequência das medidas mal tomadas foi preciso dar uns passos atrás, ganhar novamente a velocidade cruzeiro e trazer novas empresas, porque as que vão embora já não voltam, se não fosse isso teríamos muito mais empresas e empresas grandes, de renome internacional”</p> <p>– Entrevistado D</p>	
--	--	--	--	--

6.6 ANEXO VI – I Regime da ZFM

A primeira negociação com a Comissão Europeia consta atualmente no art. 33º do EBF e aprovado pelo DL N° 215/89, de 1 de julho.

O primeiro regime incidiu em quatro setores de atividade distintos: a) atividades financeiras; b) serviços internacionais; c) registo internacional de navios; e d) zona franca industrial (Palma, 2008).

Este regime de benefícios fiscais enquadrou-se na estratégia de dinamização da RAM, como pode ler-se no preambulo do DL N°500/80, de 20 de outubro, cujo aspeto fulcral se projetou no aparecimento de novos setores industriais voltados para o desenvolvimento económico e social da Região.

Os benefícios fiscais então apresentados eram os seguintes:

- Isenção de IRC os juros de empréstimos contraídos por entidades instaladas na zona franca;
- Isenção de IRS ou de IRC os rendimentos resultantes da concessão ou cedência temporária, por entidades não residentes em território português, provenientes de assistência técnica, propriedade industrial e know-how;
- Isenção de IRS e IRC os rendimentos pagos pelas sociedades e sucursais de trust offshore instaladas nas zonas francas a utentes dos seus serviços, desde que estes fossem entidades instaladas nas zonas francas ou não residentes no território português;
- Isenção de IRS os tripulantes dos navios registados no MAR;
- Exclusão das isenções de IRC e IRS os rendimentos obtidos em território português, excetuadas as zona francas;
- Isenção de imposto selo os documentos, livros, papéis, contratos, operações, atos e produtos previstos na tabela geral do imposto do selo respeitantes a entidades licenciadas na zona franca;

As isenções IRS e IRC dispostas anteriormente vigoraram até dia 31 de Dezembro de 2011, fazendo-se notar que a admissão de entidades neste regime ocorreu até 31 de Dezembro de 2000.

6.7 ANEXO VII – II Regime da ZFM

Este regime regeu-se pelo art. 34º e posteriormente pelo art. 35º do EBF, foi autorizado pela Comissão Europeia através do auxílio estatal N 222/A/2002 e N 222/B/02 e aprovado pelo DL Nº. 163/2003, de 24 de Julho.

A Comissão Europeia regista que a partir deste regime a ZFM passa a comportar uma zona franca industrial, um centro de serviços internacionais e um registo marítimo internacional. A Comissão exclui no âmbito de aplicação deste novo regime os Serviços Financeiros, todavia, a data de termo de efeitos foi respeitada.¹⁷

Xavier (2014), refere que as grandes inovações do segundo regime consistiram na delimitação das atividades a exercer excluindo-se os serviços financeiros e “intragrupos”.

O 2º regime vigorou entre 2003 e 2006 tendo como prazo dos efeitos estabelecidos até 31 de Dezembro de 2011. Este novo regime, contrariamente ao anterior disposto, passou assim a tributar as novas sociedades estabelecidas nesse período.

Porém, tais tributações não foram constantes ao longo do tempo. De acordo com o art. 35º do EBF, os rendimentos das entidades licenciadas durante o período vigente, para o exercício de atividades industriais, comerciais, de transportes marítimos e de outros serviços não excluídos do presente regime, foram tributados em IRC, até 31 de Dezembro de 2011, nos seguintes termos:

Tabela 12. Taxa de IRC - II Regime

2003 a 2004	1%
2005 a 2006	2%
2007 a 2011	3%

Fonte: art. 35º do EBF

¹⁷ Auxílio estatal N 222/A/2002

As entidades sediadas na ZFM que pretenderam beneficiar do atual regime tiveram de satisfazer um dos seguintes requisitos: Criação de um a cinco postos de trabalho e realizar um investimento mínimo de 75.000 euros ou criação de seis ou mais postos de trabalho.

Embora a Madeira estivesse numa situação de pleno emprego, segundo Xavier (2014) e Palma (2003), os serviços da Comissão, entenderam que, necessariamente, os benefícios fiscais deveriam ser modulados em função dos postos de trabalho criados. Essa imposição, por parte da Comissão, veio distanciar este regime do anterior e a se aproximar do regime de ZEC de Canárias, provocando assim uma perda de competitividade face a essa praça.

Nesse sentido, no novo regime verificou-se uma limitação aos benefícios fiscais, sendo estes concedidos até um teto máximo afixado através de aplicação de plafonds à matéria coletável objeto do benefício fiscal em sede de IRC, nos seguintes termos:

Tabela 13. Plafonds máximos aplicados - II Regime

Postos de trabalho criados	Matéria coletável
de 1 a 2	1.500.000 euros
de 3 a 5	2.000.000 euros
de 6 a 30	12.000.000 euros
de 31 a 50	20.000.000 euros
de 51 a 100	30.000.000 euros
mais de 100	125.000.000 euros

Fonte: art. 35º do EBF

As entidades que exercessem atividades industriais podiam ainda beneficiar de uma dedução de 50% à coleta de IRC desde que satisfizessem, pelo menos, duas das seguintes condições:

- Contribuição em inovações tecnológicas de produtos e de processo de fabrico ou de modelos de negócios;
- Exercício de novas atividades de valor acrescentado;
- Fixação de recursos humanos de elevado mérito e competência;
- Melhoria das condições ambientais;
- Criação de, pelo menos, 15 postos de trabalho, que deveriam ser mantidos durante um período mínimo de cinco anos.

No regime apresentado, as entidades licenciadas na ZFM a partir de 1 de janeiro de 2003 até 31 de dezembro de 2006 podiam exercer as seguintes atividades económicas:

Tabela 14. Atividades exercidas na ZFM – II Regime

Atividade	NACE
Agricultura e produção animal, exceto serviços de veterinária e serviços relacionados com a silvicultura e a exploração florestal	Rev.1.1, secção A, códigos 01.4 e 02.02
Pesca, aquicultura e serviços relacionados	Rev.1.1, secção B, código 05
Indústrias transformadoras	Rev.1.1, secção D
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	Rev.1.1, secção E, código 40
Comércio por grosso	Rev.1.1, secção G, códigos 50 e 51
Transportes, armazenagem e comunicações	Rev.1.1, secção I, códigos 60, 61, 62, 63 e 64
Atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	Rev.1.1, secção K, códigos 70, 71, 72, 73 e 74
Ensino superior, ensino para adultos e outras atividades educativas	Rev.1.1, secção M, códigos 80.3 e 80.4
Outras atividades de serviços coletivos	Rev.1.1, secção O, códigos 90, 92 e 93.01

Fonte: art. 35º do EBF

Os rendimentos das sociedades gestoras de participações sociais, licenciadas a partir de 1 de Janeiro de 2003 e até 31 de Dezembro de 2006, foram tributados em IRC, salvo os obtidos no território português, excetuadas as zonas francas, ou em outros Estados membros da União Europeia, que são tributados nos termos gerais.

6.8 ANEXO VIII – III Regime da ZFM

O terceiro e penúltimo regime segue as diretrizes do art. 34º-A do EBF e posteriormente alterado pelo art. 36º do EBF, o mesmo foi aprovado pelo DL Nº. 13/2008, de 18 de janeiro e vigorou desde 1 de janeiro de 2007 até 31 de dezembro de 2014. Foi aprovado pela Comissão Europeia pelo auxílio estatal N 421/2006 para o exercício de atividades industriais, comerciais, de transportes marítimos e de outros serviços não excluídos do presente regime com termo para efeitos no dia 31 de dezembro 2020.

O terceiro regime é análogo ao anterior. Previu que as entidades destinatárias beneficiassem de uma redução da taxa de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) aplicável até um montante máximo coletável que dependesse do número de postos de trabalho criados.¹⁸

Relativamente ao imposto em sede de IRC, as taxas apresentadas neste regime foram as seguintes:

Tabela 15. Taxa de IRC - III Regime

2007 a 2009	3%
2010 a 2012	4%
2013 a 2020	5%

Fonte: art. 36º do EBF

Como previsto no regime anterior, as entidades para beneficiarem do presente regime tiveram de satisfazer um dos seguintes requisitos: Criação de um a cinco postos de trabalho nos primeiros seis meses de atividade e realizar um investimento mínimo de 75.000 euros na aquisição de ativos fixos, corpóreos ou incorpóreos, nos dois primeiros anos de atividade ou criação de seis ou mais postos de trabalho nos primeiros seis meses de atividade.

Também como previsto no regime anterior, o terceiro regime foi composto por plafonds de limite à matéria coletável em sede IRC. Estes limites, tal como no regime anterior, dependeram do número de postos de trabalho criados. Caso esses limites fossem ultrapassados as entidades seriam tributadas à taxa normal em vigor na matéria coletável excedente.

¹⁸ Auxílio estatal N 241/2006

Assim, os limites aos benefícios fiscais sobre o rendimento das pessoas coletivas foram apresentados de acordo com os seguintes termos:

Tabela 16. Plafonds máximos aplicados - III Regime

Postos de trabalho criados	Matéria coletável
de 1 a 2	2,73 milhões de euros
de 3 a 5	3,55 milhões de euros
de 6 a 30	21,87 milhões de euros
de 31 a 50	35,54 milhões de euros
de 51 a 100	54,68 milhões de euros
mais de 100	205,50 milhões de euros

Fonte: art. 36º do EBF

Foram excluídas as seguintes atividades no III Regime:

Tabela 17. Atividades excluídas da ZFM – III Regime

As atividades de intermediação financeira, de seguros e das instituições auxiliares de intermediação financeira e de seguros (NACE Rev. 1.1, secção J, 65, 66 e 67);

As atividades do tipo «serviços intragrupo», designadamente centros de coordenação, de tesouraria e de distribuição (NACE Rev. 1.1, secção K, código 74)

Fonte: art. 36º do EBF

À semelhança do segundo regime, as entidades que exercessem atividades industriais podiam ainda beneficiar de uma dedução de 50% à coleta em sede de IRC desde que satisfizessem, pelo menos, duas das seguintes condições:

- Contribuição em inovações tecnológicas de produtos e de processo de fabrico ou de modelos de negócios;
- Exercício de novas atividades de valor acrescentado;
- Fixação de recursos humanos de elevado mérito e competência;
- Melhoria das condições ambientais;
- Criação de, pelo menos, 15 postos de trabalho, que deveriam ser mantidos durante um período mínimo de cinco anos.

No que concerne às atividades económicas, as entidades licenciadas na ZFM a partir de 1 de janeiro de 2007 até 31 de dezembro de 2014 podiam exercer as mesmas atividades do regime retrógrado.

Os rendimentos das sociedades gestoras de participações sociais licenciadas a partir de 1 de janeiro de 2007 e até 30 de junho de 2014 são tributados em IRC, salvo os obtidos no território português, excetuadas as zonas francas, ou em outros Estados membros da União Europeia, que são tributados nos termos gerais.